

SOCIOLOGIAS PLURAIS

REVISTA DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA / UFPR

v.2. n.2

ago. 2014



UFPR

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

Reitor: Prof. Dr. Zaki Akel Sobrinho
Vice-Reitor: Prof. Dr. Rogério Andrade Mulinari

SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

Diretora: Profa. Dra. Maria Tarcisa Silva Bega
Vice-diretora: Profa. Dra. Norma da Luz Ferrarini

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

Coordenador: Prof. Dr. Alfio Brandenburg
Vice-coordenadora: Profa. Dra. Miriam Adelman

SOCIOLOGIAS PLURAIS – Revista Discente do Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFPR. Campus Reitoria, Curitiba, s/v., n. especial 2, jun. 2014.
Semestral
ISSN: 2316-9249

COMISSÃO EDITORIAL EXECUTIVA

Carolina Ribeiro Pátaro, Diego Coletti Oliva, Elisa Tkatschuk, Roberto da Silva Jardim, Tatiana Araújo Berghauser.

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. Alexandro Trindade (UFPR), Prof. Dr. André Augusto Michelato Ghizelini (UFES), Profa. Dra. Andrea Osório (UFF), Prof. Dr. Angelo José da Silva (UFPR), Prof. Antonio Carlos Richter (FAE e ESIC), Profa. Dra. Benilde Motim (UFPR), Profa. Dra. Cláudia Elisabeth Pozzi (FJAU e FADISC), Prof. Ms. Dinaldo Almendra (UNICENTRO), Prof. Ms. Fagner Carniel (UEM), Prof. Dr. Flávio Sarandy (UFF), Prof. Ms. George Gomes Coutinho (UFF), Prof. Dra. Gisele Rocha Cortes (UFPB), Profa. Ms. Janaina Matida (Universidad de Girona), Prof. Dr. Jorge Leite Junior (UFSCar), Prof. Dr. José Luiz Cerveira (UFPR), Prof. Dr. José Miguel Rasia (UFPR), Profa. Dra. Jussara R. Araújo (UFPR), Profa. Dra. Larissa Pelúcio (UNESP), Profa. Dra. Leila de Menezes Stein (UNESP), Profa. Dra. Liliane Maria Busato Batista (PUC-PR), Profa. Dra. Luciana Veiga (UFPR), Prof. Dr. Marcelo Santos (UNESP), Prof. Dr. Marcio Oliveira (UFPR), Prof. Dr. Marcos Ferraz (UFGD), Profa. Dra. Maria Aparecida Bridi (UFPR), Profa. Dra. Maria Tarcisa Silva Bega (UFPR), Profa. Dra. Marlene Tamanini (UFPR), Prof. Dr. Milton Lahuerta (UNESP), Profa. Dra. Miriam Adelman (UFPR), Prof. Dr. Mohsine El Ahmadi (Faculté de Droit Cadi Ayyad), Profa. Dra. Nadya Araujo Guimarães (USP), Prof. Dr. Nelson Rosário de Souza (UFPR), Profa. Ms. Paula Grechinski (UNICENTRO), Prof. Dr. Paulo Roberto Neves Costa (UFPR), Dra. Patrícia Branco (Universidade de Coimbra), Prof. Dr. Pedro Rodolfo Bodê de Moraes (UFPR), Profa. Dra. Poliana Fabíula Cardozo (UNICENTRO), Prof. Dr. Renato Monseff Perissinotto (UFPR), Prof. Dr. Richard Miskolci (UFSCar), Profa. Dra. Rosane Rosa (UFMS), Prof. Dr. Sidartha Sória e Silva (UFU), Profa. Dra. Simone Meucci (UFPR), Prof. Dr. Valdo José Cavallet (UFPR), Dr. Valério Nitrato Izzo (Università di Nápoli "Federico II"), Profa. Dra. Vania Penha Lopes (Bloomfield College), Prof. Dr. Wanderley Marchi Jr. (UFPR).

APOIO

Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFPR

DESIGN GRÁFICO E WEBMASTER

Carolina Ribeiro Pátaro e Diego Coletti Oliva

FOTO DA CAPA

Estudo na Escola Latino Americana de Agroecologia. Assentamento Contestado, Lapa/PR, Ago/13.
Gregório Bruning

ENDEREÇO SOCIOLOGIAS PLURAIS

Coordenação Programa de Pós-graduação em Sociologia
Rua General Carneiro, 460, 9º andar, Ed. D. Pedro I, Curitiba - PR
<http://www.sociologiasplurais.ufpr.br/>
Contato: sociologiasplurais@gmail.com

SUMÁRIO

EDITORIAL..... 1

APRESENTAÇÃO..... 3

ARTIGOS..... 5

**ESTRUTURA DE OPORTUNIDADE POLÍTICA NO ESTÍMULO AO ASSOCIATIVISMO
..... 6**

André Galindo da Costa

TRANSAMÉRICA: VIAJANDO ATRAVÉS DA “VERDADE” DE UM CORPO..... 23

André Lucas Guerreiro Oliveira

**FINANCIAMENTO DE CAMPANHAS EM DISPUTAS MUNICIPAIS: UMA ANÁLISE
COMPARATIVA DAS DOAÇÕES A CANDIDATOS A VEREADOR DE CURITIBA EM
2008 E 2012 37**

Bruno Fernando da Silva

Emerson Urizzi Cervi

**UMA ETNOGRAFIA VIRTUAL: POSSIBILIDADES METODOLÓGICAS DA ESCOLA DE
CHICAGO E DO INTERACIONISMO SIMBÓLICO 57**

César Bueno Franco

**A AUTONOMIA NO TRABALHO IMATERIAL DOS DESENVOLVEDORES DE
SOFTWARE 78**

Maria Emília Rodrigues

**FITNESS E WELLNESS: AS GRANDES NARRATIVAS DE GESTÃO BIOPOLÍTICA DOS
CORPOS NA CONTEMPORANEIDADE 97**

Vanberto José Rossi

COLABORAÇÃO INTERNACIONAL 119

“HOW DID YOU GET INTO THIS?: NOTES FROM A FEMALE PORN SCHOLAR.” .120

Laura Helen Marks

ESPAÇO GRADUAÇÃO..... 131

FOToclUBISTA E LAMBE-LAMBE: A CONSTITUIÇÃO DO CAMPO FOTOGRÁFICO
DA CIDADE DE CURITIBA132

Andressa Ignácio da Silva

O PRINCÍPIO DA LAICIDADE E SECULARIZAÇÃO E SUA RELAÇÃO COM O ENSINO
RELIGIOSO140

Ráisa Lammel Canfield

RESENHAS 151

AMPLIANDO AS POSSIBILIDADES METODOLÓGICAS DE PESQUISA: POSSÍVEIS
CONTRIBUIÇÕES DE “DECOLONIZING METHODOLOGIES” PARA O CONTEXTO
BRASILEIRO DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO152

Ingrid Berns Pavezi

TRADUÇÕES..... 163

O PAPEL DA ESTÉTICA NOS ESTUDOS CULTURAIS164

Rita Felski

Tradução: Joana d’Arc Martins Pupo

EDITORIAL

Mais uma etapa se conclui na trajetória de nossa revista com o lançamento de mais uma edição marcada por excelentes trabalhos acadêmicos, e sempre trazendo novidades tanto para o campo intelectual, como para a nossa própria organização enquanto espaço de debate, discussão e divulgação científica.

Esta edição é um reflexo do trabalho dedicado e comprometido dos membros de nossa Comissão Editorial Executiva, que apesar das dificuldades técnicas, profissionais, e pessoais enfrentadas pelo caminho se empenharam em produzir uma revista de qualidade, ética e respeito pelo trabalho intelectual.

Primeiramente gostaríamos de agradecer à todos/as os/as autores/as que nos enviaram seus trabalhos para apreciação de nossos pareceristas, dos membros de nossa comissão e agora também dos leitores de nossa revista, sem a participação de todos/as vocês o nosso trabalho seria completamente vazio, e agradecemos também o fotógrafo Gregório Bruning por ceder a imagem que ilustra nossa capa nessa edição.

Agradeço também aos estudantes de graduação que sempre tem contribuído com excelentes trabalhos para nosso Espaço Graduação, enriquecendo o campo de debates e mostrando suas grandes capacidade de reflexão e crítica mesmo no início de suas carreiras acadêmicas.

Como sempre, agradecemos mais uma vez o apoio do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná, os/as professores/as que de uma forma ou de outra colaboraram com o desenvolvimento e o progresso de nossa revista, e todos/as os/as membros de nosso Conselho Editorial, que endossam, dão credibilidade e divulgação ao nosso trabalho.

Além disso, nesse número devemos agradecer também à contribuição de Rodrigo Henrique Ramos, um grande amigo que através da elaboração de um sistema online de controle dos trabalhos enviados, facilitou muito a produção dessa revista, tornando nosso processo editorial mais prático e mais dinâmico.

E mais uma vez agradecemos aos nossos/as sempre dedicados/as pareceristas, que nos emprestam seu trabalho, seu tempo, e seu talento para colaborar com os/as nossos/as autores/as, fomentando e incentivando o debate, o diálogo e o crescimento e desenvolvimento de um espaço de trocas acadêmicas e

intelectuais, sempre buscando melhor a qualidade não apenas de nossa própria revista, mas do próprio trabalho de cada um/a dos/as envolvidos/as em todas as etapas editoriais, dos/as autores/as aos leitores/as, passando também por nós da Comissão Editorial, que graças à esse contato constante com esse universo estamos sempre aprendendo e renovando nossa reflexões.

Trazemos como sempre algumas novidades em nossa revista, para além da organização e da produção interna, e nessa edição inauguramos nosso espaço de resenhas, com o ótimo trabalho de Ingrid Pavezi, e continuamos também com nossas colaborações internacionais com o artigo de Laura Helen Marks.

Muito obrigado à todos/as que nos confiam o resultado de seus trabalhos através da escrita, e aos que nos dão a confiança e o respeito através da leitura.

Boa Leitura à todos/as!

Comissão Editorial Executiva
SOCIOLOGIAS PLURAIS

APRESENTAÇÃO

Nesta edição Volume 2, Número 2, da Revista Discente do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná, depois de uma intensa e bastante crítica seleção dos muitos trabalhos enviados para a nossa Comissão Editorial Executiva, que contou com a participação de tanto autores/as quanto pareceristas de todo o Brasil, chegamos a uma edição final com 6 trabalhos publicados na seção Artigos, 1 trabalho da autora convidada Laura Helen Marks na seção Colaboração Internacional, 2 trabalhos no Espaço Graduação, 1 resenha e 1 tradução.

Abrimos nossa seção de artigos com o trabalho **“Estrutura De Oportunidade Política No Estímulo Ao Associativismo”** de André Galindo Costa, que busca apresentar a gênese do conceito de capital social e sua evolução através do século XX. A partir de uma pesquisa bibliográfica esse estudo investiga alguns autores e obras que ao longo do tempo apresentaram concepções sobre o que é capital social.

Em seguida passamos ao texto **“Transamérica: Viajando Através Da “Verdade” De Um Corpo”**, onde o autor André Lucas Guerreiro Oliveira intenciona produzir uma análise sociológica de determinadas cenas do filme “Transamérica”, utilizando o pensamento de filósofos/as como Michel Foucault e Beatriz Preciado e cientistas sociais como Berenice Bento, David Le Breton e Zigmunt Bauman.

Trazemos também o artigo **“Financiamento De Campanhas Em Disputas Municipais: Uma Análise Comparativa Das Doações A Candidatos A Vereador De Curitiba Em 2008 E 2012”**, de Bruno Fernando da Silva e Emerson Urizzi Cervi, que apresenta uma análise empírica sobre os padrões de doações de campanha a candidatos a vereador em duas eleições em Curitiba: 2008 e 2012.

No próximo texto, **“Uma Etnografia Virtual: Possibilidades Metodológicas Da Escola De Chicago E Do Interacionismo Simbólico”**, o autor César Bueno Franco procura discutir como uma etnografia virtual contemporânea pode ser informada pela Escola de Chicago e pelo Interacionismo Simbólico representados pelas obras "Sociedade de Esquina" e "A representação do eu na vida cotidiana".

A autora Maria Emília Rodrigues, em seu trabalho **“A Autonomia No Trabalho Imaterial Dos Desenvolvedores De Software”** busca analisar a

autonomia no trabalho imaterial após a reestruturação produtiva e o novo paradigma informacional.

E finalmente, encerrando essa seção, o texto **“Fitness E Wellness: As Grandes Narrativas De Gestão Biopolítica Dos Corpos Na Contemporaneidade”** de Vanberto José Rossi busca problematizar a construção social do corpo na contemporaneidade por meio da investigação sociológica em academias de ginástica.

Nossa autora convidada dessa edição, Laura Helen Marks, traz em seu bel trabalho **“How Did You Get Into This?: Notes From A Female Porn Scholar”** uma excelente reflexão sobre seu próprio processo de pesquisa, apontando para as dificuldades e obstáculos enfrentados por uma pesquisadora de pornografia.

Na sequência, dando mais uma vez a voz aos nossos estudantes de graduação, temos o artigo **“Fotoclubista E Lambe-Lambe: A Constituição Do Campo Fotográfico Da Cidade De Curitiba”** de Andressa Ignácio da Silva, que toma como referência fotógrafos lambe-lambe e do Foto Clube do Paraná, visando compreender a inserção destes no campo fotográfico curitibano. E o trabalho **“O Princípio Da Laicidade E Secularização E Sua Relação Com O Ensino Religioso”** de Ráisa Lammel Canfield, onde pretende-se discutir acerca da relação entre os conceitos de Laicidade, Secularização e a relação do Estado com o ensino religioso nas escolas públicas.

Ainda nessa edição temos a estreia de nosso espaço de Resenhas com o excelente texto de Ingridi Pavezi, **“Ampliando As Possibilidades Metodológicas De Pesquisa: Possíveis Contribuições De “Decolonizing Methodologies” Para O Contexto Brasileiro De Produção Do Conhecimento”** que analisa o livro “Decolonizing Methodologies de um ponto de vista crítico e reflexivo.

E fechando essa edição de nossa revista, trazemos também a tradução de Joana D’arc Marins Pupo do texto de Rita Felski, **“O Papel Da Estética Nos Estudos Culturais”**.

Aproveitem a leitura e esperamos que apreciem esta edição da Revista!

Comissão Editorial Executiva
SOCIOLOGIAS PLURAIS

ARTIGOS

ESTRUTURA DE OPORTUNIDADE POLÍTICA NO ESTÍMULO AO ASSOCIATIVISMO

André Galindo da Costa¹

RESUMO

O objetivo deste artigo é apresentar a gênese do conceito de capital social e sua evolução através do século XX. A partir de uma pesquisa bibliográfica esse estudo investiga alguns autores e obras que ao longo do tempo apresentaram concepções sobre o que é capital social. Para o desenvolvimento dessa pesquisa partiu-se da proposição de que o conceito teve certa notoriedade, na década de 1990, e depois passou por um aviltamento. Os resultados levam a crer que capital social é uma concepção que não pode ser simplificada, já que além de expressar certa forma de organização da sociedade civil foi também objeto de apreciação de autores pertencentes a diversas correntes teóricas. Os trabalhos mais recentes sobre o tema parecem indicar para a crítica à teoria de capital social de Robert Putnam na medida em que há uma reconsideração do papel do Estado na promoção do associativismo.

Palavras-chave: Cultura política. Capital social. Estrutura de oportunidade política.

ABSTRACT

The objective of this paper is to present the genesis of the social capital concept and its evolution through the twentieth century. From a bibliographical research, this study investigates some authors and works that over time presented conceptions about what is social capital. For the development of this research, we started with the proposition that the concept had certain notoriety in the 1990s and then went through a debasement. The results suggest that social capital is a concept that cannot be simplified because, in addition to expressing some form of civil society organization, was also the subject of appreciation by authors from diverse theoretical perspectives. The most recent studies on the subject seem to indicate criticism to the theory of social capital by Robert Putnam in that there is a reconsideration of the role of the state in promoting associativism.

Keywords: Political culture. Social capital. Political opportunity structure.

INTRODUÇÃO

Durante toda a década de 1990, muito se falou sobre capital social. Se por um lado o tema era fruto das obras de Robert Putnam e Francis Fukuyama, por

¹ Bacharel em Administração Pública pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), licenciado em Administração pela Faculdade de Tecnologia de São Paulo (FATEC), mestrando no programa de pós-graduação em Mudança Social e Participação Política da Universidade de São Paulo (USP), andregalindo@usp.br.

outro fez parte de todo um contexto de esforços pela reestruturação do papel do Estado diante de uma situação de crise, com a particularidade de apresentar como solução a sociedade na resolução de problemas coletivos.

A ideia de capital social foi incentivada, estudada e financiada por diversos órgãos e instituições nacionais e internacionais. Um estudo mais aprofundado mostra que o conceito não é novo e que apesar de sua identidade com teorias neotoquevianas já foi tratado também por figuras célebres das ciências sociais pertencentes a diversas correntes teóricas como, por exemplo, James Coleman e Pierre Bourdieu.

Ainda durante a década de 1990, surge uma crítica à concepção de capital social propagada por Putnam, sobretudo pelo seu caráter fatalista e limitado a países desenvolvidos. Em função disso, emergem um conjunto de trabalhos questionando o paradigma tradicional de capital social e criando um novo, que leva em conta práticas do Estado. Em vez do pensamento de que as associações são livres e independentes por si só, surge a ideia de que elas podem ser incentivadas a partir de certas ações e instituições estatais. A nova concepção que relaciona o papel do Estado no estímulo ao associativismo ganha o nome de teoria de estrutura de oportunidade política.

Esse estudo tem a característica de ser um trabalho exclusivamente teórico. Para a consecução do artigo, a metodologia utilizada baseou-se na técnica de pesquisa bibliográfica. Para tanto, foi realizado, de antemão, um levantamento de algumas das principais e mais influentes obras e autores nacionais e internacionais que tratam do tema. Posteriormente foram produzidas resenhas das obras em questão. Por fim, o texto final foi composto a partir da construção de explicações com base nas resenhas.

CAPITAL SOCIAL: DAS ORIGENS DO CONCEITO AO ENFOQUE RECENTE.

Algo muito aclamado durante a década de 1990 por instituições políticas, econômicas, de ensino e de pesquisa, foi o conceito de capital social. Sua notoriedade esteve relacionada à atenção que o Banco Mundial deu a ele, explorando-o como instrumento útil à superação da pobreza e motivando setores menos favorecidos a participarem e beneficiarem-se dos processos de desenvolvimento. Monastério (2000) afirma que questões políticas e retóricas foram

responsáveis pela rápida disseminação do termo, já Araújo (2010) aponta de que forma nesse período, o capital social se apresentou como um antídoto mágico contra todas as mazelas sociais, quase que como uma panaceia².

Esse caráter, quase que de “superpoderes”, dado ao capital social, acaba por desqualificá-lo e tirar o seu verdadeiro potencial enquanto conceito teórico útil para a análise, para o entendimento e para a proposta de intervenção na realidade social. Conforme Araújo (2010, p. 7):

O conceito de capital social, se mal apreendido, superdimensionado ou focado de maneira messiânica, pode também vir a ser desqualificado. Defendo aqui a ideia de que, minimamente bem definido e valorizado, ele pode se constituir em importante instrumento conceitual e prático para a consolidação de políticas públicas, para o desenvolvimento sustentado e para a revitalização da sociedade civil e da democracia. (ARAÚJO, 2010, p. 7).

Para Frey (2003), o conceito de capital social ganha força em um mundo onde há uma crescente economia globalizada sob a lógica do mercado e do lucro imediato, dos modelos de democracia liberais sem muita legitimidade e de um Estado enfraquecido. Alves e Viscarra (2012) entendem que essa conjuntura, denominada também como de políticas neoliberais, foi favorável para gerar a queda da confiança interpessoal, o isolamento dos indivíduos, a fragmentação de redes sociais, a desconfiança institucional, a apatia e indiferença pela política e a busca por soluções individuais para problemas coletivos.

Assim, a atenção dos cientistas sociais dirige-se para atores além do Estado e do mercado como forma de solução para as mazelas sociais geradas. Isso se pauta em uma suposta oportunidade de emancipação da sociedade e dos cidadãos e na superação das desigualdades sociais e de poder, sendo o capital social uma ferramenta útil para auxiliar a comunidade e o governo na resolução de problemas (FREY, 2003).

O capital social tem sua origem na ideia de que o envolvimento e a participação em grupos podem ter consequências positivas para o indivíduo e para a comunidade. Isso nos remete a dois teóricos clássicos da sociologia: Durkheim, que aponta que a vida em grupo pode ser um antídoto para a anomia e a autodestruição, e Marx, que vê a importância de uma classe mobilizada e eficaz em detrimento de uma classe atomizada (PORTES, 2000).

2 Panaceia representa um remédio para todos os males, mas que no fundo adquire a conotação de um remédio que nada cura. Esse conceito tem origem na mitologia grega.

Fernandes (2002) mostra como o termo passou por um processo raro nas ciências sociais, já que durante o século XX foi inventado pelo menos seis vezes. O primeiro registro que se tem do seu uso foi em 1916 pelo educador Lyda Judson Hanifan, que detectou uma relação entre aumento da pobreza e a diminuição da sociabilidade em centros comunitários de escolas rurais. Na década de 1950, John Seeley junto com um grupo de sociólogos canadenses usou o termo capital social para demonstrar como o pertencimento a associações e clubes ajudavam no acesso a bens simbólicos.

Em 1961, a urbanista Jane Jacobs se voltou ao capital social para relatar de que modo sólidas redes informais de sociabilidade nas metrópoles ajudavam as políticas de segurança pública. Em 1970, o economista Glenn Loury e o sociólogo Ivan Light utilizaram-se da expressão para apresentar de que forma incapacidade em confiar e cooperar nos Estados Unidos eram perversidades da escravidão e que isso ainda resultava em problemas de desenvolvimento econômico nas comunidades afro-americanas. (FERNANDES, 2002).

O capital social definitivamente ganha importância no meio acadêmico e científico nos anos 1980. Isso se dá pelos trabalhos do sociólogo francês Pierre Bourdieu e do sociólogo americano James Coleman. Enquanto o primeiro o representou como um agregador de recursos reais ou potenciais que se tinha acesso ao pertencer a determinadas instituições ou grupos, o segundo viu o capital social pela perspectiva de normas sociais e também por sua função em permitir a geração de bens, que na sua ausência não seriam possíveis.

Quando se pensa em capital social, uma questão a qual se remete é o fato de existirem diferentes formas de capital. Para além da ideia de capital enquanto fator de produção – que complementa a mão de obra e a matéria prima e dá sustentação ao sistema de produção capitalista –, Pierre Bourdieu e James Coleman pensaram em outras maneiras de reprodução do capital.

Bonamino, Alves, Franco e Cazelli (2010), analisando as obras de Bourdieu e de Coleman, concluem que o capital pode se dar na forma de:

- **Capital Econômico:** Baseia-se nos diferentes fatores de produção e do conjunto de bens econômicos. Pode ser acumulado, reproduzido e ampliado por meio de investimento. Assim, está ligado à renda e à riqueza material e aos bens e serviços que ela dá acesso.

- **Capital Cultural:** Está relacionado à capacidade de compreender as desigualdades de desempenho escolar das pessoas oriundas de diferentes grupos sociais. Pode ser auferido na forma de livros, produções artísticas e científicas e outros elementos com o mesmo valor simbólico.
- **Capital Humano:** Essa forma de capital é medida pelo nível de instrução das pessoas. Também é passível de investimento nas formas de tempo e recursos em educação escolar. Seus benefícios podem ser observados como empregos mais bem remunerados, satisfação no trabalho, status social mais elevado ou, simplesmente, um maior entendimento do mundo circundante.
- **Capital Social:** Baseia-se na inserção de indivíduos em uma rede estável de relações sociais. Ele proporciona benefícios e externalidades positivas tendo um grande potencial em produzir capital econômico, cultural e humano. A participação em organizações da sociedade civil apresentariam potenciais para a apropriação de benefícios simbólicos e materiais que circulam entre os membros da rede.

Enquanto o capital econômico pode ser mensurável através de contas bancárias e o capital humano e cultural é inerente às pessoas individualmente, o capital social reside na estrutura das relações.

Araújo (2010) mostra que o Banco Mundial, a partir dos anos 1990, passa também a distinguir as formas de capital na avaliação de projetos de desenvolvimento. No entanto, para o Banco Mundial existem quatro formas de capital:

capital natural, isto é, os recursos naturais de que é dotado um país; capital financeiro, aquele produzido pela sociedade e que se expressa em infraestrutura, bens de capital, capital financeiro, imobiliário, entre outros; capital humano, definido pelos graus de saúde, educação e nutrição de um povo; e finalmente, capital social, que expressa basicamente, a capacidade de uma sociedade de estabelecer laços de confiança interpessoal e redes de cooperação com vistas à produção de bens coletivos. (ARAUJO, 2010, p.9).

Para Cazelli e Franco (2006), o capital social é um termo relacionado com os recursos potenciais, ou mesmo já existentes ligados a uma rede durável de relações institucionalizadas de reconhecimento. O capital social depende do fato da estrutura social apresentar canais de informação, normas e sanções efetivas, mas também

que criassem nos agentes obrigações, expectativas e confiabilidade. Dessa forma, tem-se que:

Tais aspectos influenciam a qualidade das relações formadas nos grupos sociais, facilitando, especialmente, o engajamento das pessoas na troca de recursos, na assistência mútua e na demonstração de empatia com os interesses dos outros. (CAZELLI; FRANCO, 2006, p.490).

Não há como negar que a importância do conceito de capital social passa a ter no meio acadêmico, nas políticas de governo e nas agências de fomento está diretamente relacionada à publicação de uma obra do cientista político Robert Putnam. Essa obra do início dos anos 1990 leva o nome de “*Making Democracy Work: Civic Traditions in modern Italy*” e apresenta como responsáveis pelo desenvolvimento econômico, social e político do norte da Itália – em detrimento do sul da Itália –, a cultura cívica, a descentralização política, o associativismo, a confiança entre as pessoas e conseqüentemente o estoque de capital social.

Putnam conceitua capital social como as redes, normas e laços de confiança que facilitam a coordenação e cooperação para benefícios mútuos, aumentando o potencial dos investimentos financeiros e humanos. Dessa forma temos que:

Uma sociedade cuja cultura pratica e valoriza a confiança interpessoal é mais propícia a produzir o bem comum, a prosperar. A cooperação voluntária, assentada na confiança, por sua vez, só é possível em sociedades que convivem com regras de reciprocidade e com sistemas de participação cívica. (ARAUJO, 2010, p.17).

Tão importante como Putnam na disseminação do conceito de capital social, talvez tenha sido o economista nipo-americano Francis Fukuyama. Esse autor tem parte de sua obra pautada nas relações entre prosperidade econômica, cultura e capital social, sobretudo realizando estudos comparativos entre processos de desenvolvimento industrial nos Estados Unidos, Europa e Ásia. (ARAUJO, 2010). Segundo Araújo (2010, p. 33):

Putnam e Fukuyama enfatizam o papel da confiança para a prosperidade de uma nação, e, para ambos, confiança é a base para o capital social. Confiança é a expectativa de reciprocidade que pessoas de uma comunidade, baseada em normas partilhadas têm acerca do comportamento dos outros. Quem sente e sabe que pode confiar, recebe mais colaboração e aproveita melhor as oportunidades que aparecem. Por isso, poder confiar nos outros é um importante fator de desenvolvimento econômico. (ARAUJO, 2010, p. 33)

Monastério (2000) apresenta três definições básicas de capital social. A primeira, que vai de encontro com a teoria de Putnam, diz respeito às associações horizontais e as normas de cooperação entre os agentes sendo capazes de gerar uma cultura cívica. Nessa perspectiva, instituições abertas a potenciais participantes e que reforçam os valores democráticos seriam capazes de melhorar a qualidade das políticas públicas, dos governos locais e do crescimento econômico. A segunda definição seria fruto da nova sociologia econômica³ sendo a responsável pela disseminação do conceito para outras áreas de pesquisa. Indo de encontro à teoria de Coleman, este apresenta que redes sociais seriam capazes de promover a confiança, sendo o capital social inerente à estrutura das relações entre as pessoas.

A terceira e última definição básica que Manasterio (2000) apresenta é a do capital social como resultado do ambiente institucional, ou seja, da qualidade do governo, do sistema jurídico e de garantias como a liberdade política e civil dos indivíduos, condições do Estado de direito. Assim o acúmulo de capital social seria sinônimo de “boas instituições”, o que vai de encontro com as teorias da Nova Economia Institucional ⁴, sendo um elemento capaz de reduzir os custos de transações, punir possíveis caronas, aumentar o capital humano, auxiliar que se alcance o equilíbrio de Nash na teoria dos jogos. O capital social seria capaz de gerar externalidades positivas na economia.

Junto à teoria do capital social existe uma ideia que causa certa discrepância entre os autores e que pode se dar de forma mais intensa em países em desenvolvimento e em comunidades pobres, já que estes apresentam, normalmente, uma tradição autoritária e de desconfiança. Essa ideia é a de capital social negativo.

Segundo Portes (2000), a investigação sobre capital social acentua muito fortemente as suas consequências positivas, deixando de lado a capacidade de

3 A Nova Sociologia Econômica (NSE) é uma corrente teórica que se popularizou nos Estados Unidos e na Europa a partir da década de 1980, criando alternativas frente a forte influência das teorias econômicas neoliberais. Seu principal interesse foi em estudar os mercados como construções sociais e não como mecanismos abstratos de equilíbrio. Na busca de entender os mercados como estruturas sociais ela valoriza as motivações subjetivas que inspiram a confiança e as trocas e que limitam a dita racionalidade econômica por questões contextuais.

4 A Nova Economia Institucional (NEI) é resultado de um conjunto de trabalhos reunidos que partem do pressuposto de que as transações econômicas não são tão fluídas e nem transparentes. Eles colocam como problemas econômicos, por exemplo, os contratos incompletos, o comportamento oportunista e dos *free-riders* (caronas) e os conflitos na relação agente-principal. Arkelof (1970), um dos autores da NEI aponta que as informações no mercado são imperfeitas e assimétricas, e que a acentuação dessa característica pode expulsar os bens de qualidade e levar o próprio mercado a extinção. Arrow (2000), outro autor do NEI, aponta o aumento da confiança entre os atores como fundamental para se de diminuir os custos de transação. Nessa tradição as instituições seriam capazes de diminuir problemas econômicos.

associações gerarem exclusão dos não membros, exigências excessivas e limitadoras de liberdade individual aos membros do grupo e normas de nivelção descendentes. Fernandes (2002) cita as organizações mafiosas do sul da Itália como exemplo de capital social negativo. Nessas circunstâncias tem-se que:

A sociabilidade é uma faca de dois gumes. Se pode ser fonte de bens públicos, como os celebrados por Coleman, Loury e outros, pode também levar a “males públicos”. Famílias da Máfia, círculos de jogo e de prostituição e *gangs* juvenis oferecem muitos exemplos de como o encastramento em estruturas sociais pode ser transformado em resultados socialmente indesejáveis. (PORTES, 2000, 149)

Partindo da concepção de que capital social é um elemento fundamental para manter as instituições vinculadas aos cidadãos buscando a produção do “bem comum”, Araujo (2010) condena o uso do termo capital social negativo. A autora reconhece sim que o associativismo tem o seu lado perverso, porém, admite que grupos como máfia e gangues se pautam em relações de poder hierarquizadas e centralizadas, não indo de encontro com a noção de associações voluntárias e cívicas, onde haja horizontalidade na relação entre os membros.

As organizações criminosas são pautadas pela vontade pessoal de um ou poucos líderes ou chefes. Além disso, seus objetivos são de lesar e não promover o patrimônio público. A transgressão da ordem social em detrimento do bem-estar do grupo dá-se por meio de chantagem e atos de violência. Isso não vai de encontro com os princípios do capital social, sendo assim questionável considerar essas ações como tal. Pode-se então entender também que:

Associações criminosas não podem, no nosso entender, ser consideradas uma externalidade negativa de um possível capital social. Seus objetivos são privados e espúrios e entram em choque como os da coletividade. A idéia de capital social aqui adotada tem a ver com a capacidade de cooperar e de confiar para a produção do bem público, e não para a depredação social. (ARAUJO, 2010, p.11)

Para superar a condição de panaceia é necessária uma conceituação adequada do capital social. Para tanto, nessa primeira seção tenta-se mostrar as principais correntes teóricas que influenciaram a teoria do capital social durante todo o século XX, mas, sobretudo na década de 1990. Como se pode observar, o capital social foi uma ideia influente em diversas áreas das ciências sociais e aqui nesse

trabalho foi apresentada parte de sua contribuição para a sociologia, a economia e ciência política.

Sem levar em conta as suas limitações vê-se que o capital social é tido como uma variável importante para as discussões que envolvem o desenvolvimento econômico e a busca do “bom governo”. Certas imprecisões teóricas se devem ao conjunto de autores de tradições teóricas e campos do conhecimento diferentes, além de uma indefinição se de fato é possível usar ou não o termo capital social negativo. Capital social representa uma busca muitas vezes utópica. Essa busca é por uma relativa harmonia social, empoderamento dos cidadãos diante do poder político e em prol do bem público. De certo modo, capital social acaba sendo uma nova maneira de se chamar um desejo humano antigo.

O CAPITAL SOCIAL PENSADO PARA PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO

Não tardou para surgirem as críticas ao conceito de capital social construído até então. Uma das correntes que veio apresentar certa limitação à ideia de capital social foi a que entendeu que o mesmo deve ser pensado para dois mundos diferentes. Um mundo das sociedades desenvolvidas e com democracias estáveis, e o outro mundo que ainda busca o desenvolvimento social e econômico e a consolidação da democracia.

Durante a década de 1990, o Banco Mundial já havia feito uso do capital social em questões vinculadas a pobreza de forma que projetos de desenvolvimento econômico e social fossem também geradores de capital social. Temos aqui a proposta de fortalecimento dos laços sociais em comunidades carentes de países em desenvolvimento. Dessa forma pode se ter que:

Capital social é assim um conceito tentador para dois mundos, cada um com sua ordem de problemas: o mundo da pobreza e da fome e o mundo das virtudes do desenvolvimento e da democracia. No primeiro, o conceito é pensado como instrumento de apoio à mudança; no segundo como recurso para manter as virtudes do que existe. (ARAUJO, p.31, 2010).

Seguindo essa tendência, Baquero (2003) usa o conceito de capital social através de uma adaptação à realidade latino-americana. O autor assume que certos setores da sociedade estiveram historicamente à margem da preocupação dos governos na América Latina. Ao contrário, alguns setores e grupos teriam sido

privilegiados diante do poder público, em parte pela sua capacidade corporativa e associativa.

Tomando como exemplo o Brasil, Baquero (2003) cria uma hipótese de que a ausência de capacidade cooperativa entre os brasileiros somada a uma cultura de políticas tradicionais, padrões de desigualdade social, um ambiente de desconfiança generalizado e um contexto crescente de fragmentação social poderiam explicar os déficits de participação política e a consequente instabilidade democrática. O Estado nos países em desenvolvimento teria um papel fundamental na mudança dessa lógica já que:

Pensar em mecanismos que proporcionem uma democracia social mais justa implica trazer as pessoas para a esfera pública. Tal transição depende fundamentalmente, da capacidade do Estado e de suas instituições de aceitar e valorizar essa participação. Uma democracia social sem políticos ou cidadãos democráticos está fadada ao fracasso. (BAQUERO, p. 82, 2003).

Outra corrente que veio criticar o capital social assentou seus argumentos no caráter fatalista e neotoquevilliano do conceito. Talvez essa linha tenha sido mais influente já que gerou de fato uma agenda de pesquisas e motivou diversas investigações que tinham por intuito tirar o caráter benevolente da sociedade civil que são realizadas até hoje.

Essa tendência, diferentemente do que é apreendido por muitos autores, não objetivou criticar o capital social como um todo, descaracterizando qualquer uso do conceito. O que ela fez foi colocar em questionamento a obra de Robert Putnam e o seu marco, ao que tudo indica, foi através do artigo publicado pela *American Political Science Review* com o título de *Making social science work across space and Time: A critical reflection on Robert Putnam's making democracy work* do sociólogo e cientista político Sidney Tarrow .

Tarrow (1996b) coloca em questionamento as constatações feitas por Putnam. Para ele características como o engajamento cívico, a confiança e a colaboração no norte da Itália, e a fragmentação, o isolamento e a desconfiança no sul da Itália não são capazes de explicarem isoladamente as diferenças no desempenho econômico e democrático nesse país. Para o autor, as relações históricas do norte com regimes republicanos e do sul com regimes monárquicos

também não seriam o suficiente para justificar as discrepâncias, sendo necessário um estudo mais aprofundado e que levasse em conta outros fatores.

Outras variáveis seriam capazes de influenciar o engajamento cívico e as arenas associativas. Os agrupamentos associativos também seriam formados por grupos de interesse específicos, nem sempre buscando o bem comum. O ambiente político, por exemplo, mesmo que de forma informal e não permanente, poderia oferecer grandes incentivos à ação coletiva. (TARROW, 1996a)

O trabalho de Putnam seria visto com certa limitação também pela relação que faz entre capital social e cultura política. Cultura política é um fenômeno universal já que onde há um agrupamento de pessoas ou uma comunidade humana há também formas de se organizar o poder. A cultura política de uma determinada localidade pode apresentar diversas características com as quais se pode classificá-la como autoritária ou democrática, por exemplo. Culturas políticas democráticas seriam aquelas onde predomina o espírito cívico, podendo ser chamada também de cultura cívica (ARAUJO, 2010).

A obra “Democracia na América” do aristocrata liberal francês Alexis de Toqueville é uma das mais importantes referências à cultura cívica. Toqueville (2005) mostra como a associação pode ser vista como uma arte presente nas populações habituadas a se reunir voluntariamente. O associativismo seria uma característica marcante dos Estados Unidos no século XIX, garantindo a estabilidade de instituições democráticas e o sucesso dos empreendimentos econômicos. As associações civis serviriam como escolas de governo que ensinam práticas cooperativas e instituições políticas sólidas seriam resultados de um forte associativismo.

A questão é que se o capital social tem causas culturais e históricas ele não poderia ser criado pelo governo, sendo de certa forma inválida a elaboração e implantação de políticas públicas que estimulem o civismo. Conforme Skocpol (1999), Putnam apresenta uma visão romântica e neotoquevilliana da sociedade civil, já que enfatiza o seu revigoramento sem levar em conta a responsabilidade do governo nesse processo. A autora enxerga que as associações civis nos Estados Unidos sempre estiveram em consonância com a ação do governo e não à sua margem, sendo resultado de políticas democráticas inclusivas (SKOCPOL, 1999). Putnam teria então uma visão de capital social baseada no culturalismo e historicidade de uma dada comunidade.

O PAPEL DO ESTADO NO ESTÍMULO AO ASSOCIATIVISMO E A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE ESTRUTURA DE OPORTUNIDADE POLÍTICA.

O que se destaca na crítica ao capital social apresentada é a sua necessidade de adaptação a diferentes realidades, o que Tarrow (1996b) chamou de visão reducionista da teoria do capital social contida na obra de Robert Putnam. Isso não deve servir como forma de desqualificar por completo o conceito. Até porque que em democracias bem sucedidas em países como Suécia, Dinamarca, Finlândia e Canadá a confiança entre Estado e sociedade dá solidez às democracias e tem também reflexos nos altos índices sociais.

Deve ser observada, e é isso que parece mais incomodar os críticos do conceito⁵, a influência do governo na formação de capital social. Para Fernandes (2002), fazendo uma leitura de Peter Evans, as instituições políticas tem um papel importante na formação de capital social através da promoção de sinergia na relação entre Estado e sociedade civil. Partindo do pressuposto que países em desenvolvimento apresentam um menor nível de associativismo comparado a países desenvolvidos e com democracias já consolidadas temos que:

as organizações políticas formais podem ser capazes de ajudar a reconstruir redes de capital social. Na ausência de uma sociedade civil densa, outros mecanismos formais podem ser buscados para engajar indivíduos em ação coletiva a objetivos de consolidação democrática. (ARAUJO, 2010, p. 55,).

Há um conjunto de trabalhos que tentam superar a herança de Robert Putnam em negligenciar o papel do poder público em criar capital social e de considerar como tal somente atividades associativas que partem unicamente da sociedade civil. Segundo Tarrow (1996a), Putnam considera o Estado como um fator exógeno e ignora seu papel na formação da atividade associativa.

Maloney, Smith e Stoker (2002) mostram que as instituições políticas tem papel significativo no mínimo para manter ou até para estimular a vitalidade cívica de uma comunidade. O desenho institucional das organizações públicas pode então influenciar a criação e a mobilização de capital social. Lowndes e Wilson (2001) assumem que de fato o governo influencia e afeta o capital social. A estrutura legal,

5 Vale ressaltar que existem diversas críticas realizadas ao conceito de capital social as quais não são apresentadas nesse texto, aqui foi limitado a dar destaque apenas a algumas delas.

através de direitos civis que garantem a liberdade de associação e imprensa livre e estímulo a educação cidadã, seriam favoráveis ao associativismo.

Lowndes e Wilson (2001) colocam quatro dimensões do projeto institucional público capazes de criar e mobilizar o capital social na comunidade. São elas:

1-Relações com as associações: Os arranjos institucionais devem tornar estimulante que as pessoas se envolvam em algum tipo de atividade associativa através de apoio, recompensas, informações e fontes de financiamento a essas atividades.

2- Oportunidades para a participação: O governo pode influenciar a formação de novos grupos associativos. Reuniões e conselhos públicos seriam uma oportunidade para as pessoas se conhecerem facilitando a formação de novas redes comunitárias.

3- Capacidade em dar respostas aos cidadãos: O desenho institucional deve possibilitar que o governo dê retornos às demandas levantadas por decisões coletivas em associações ou outros meios de participação da sociedade.

4- Governo democrático e aberto à inclusão social: O empoderamento da sociedade deve ser uma política de governo de fato, e para que isso aconteça, é necessário que o estímulo ao associativismo seja prioridade. Além disso, é necessário que existam canais legítimos de acesso da população ao governo.

A inclusão do governo como elemento capaz de gerar capital social nos tira da condição fatalista de Putnam que via o capital social como uma condição cultural e histórica praticamente impossível de ser estimulado por fatores externos à própria comunidade. Isso torna o conceito ainda mais interessante para países em desenvolvimento e com democracias recentes já que:

If governments are able to affect the development of social capital, it may be possible to break out of 'uncivic' vicious circles and actively promote the 'virtuous' combination of civic engagement and good governance (LOWNDES; WILSON, 2001, p. 631).

Nessas circunstâncias, Maloney, Smith e Stoker (2002) veem um conceito trazido da literatura dos novos movimentos sociais como capaz de permitir uma análise mais contextual da criação, inibição e apropriação do capital social pelos governos. Esse conceito é o de estrutura de oportunidade política, que não faz determinar sozinha a atividade associativa e a formação de capital social, mas pode ser uma influência substancial.

A estrutura de oportunidade política para Maloney, Smith e Stoker (2002) é formada por três grandes grupos. São eles:

- **A estrutura institucional formal:** A descentralização, quebra de barreiras departamentais e normas que estabelecem as relações entre governo e associações voluntárias da comunidade.
- **Procedimentos informais e as estratégias vigentes:** Características informais como relações de confiança e reciprocidade entre autoridades públicas e associações e cultura da administração com o setor voluntário.
- **Contexto político:** Alinhamento político, conflitos entre as elites políticas e dentro da estrutura de governo, distribuição do poder, configuração do poder entre associações e o governo e preocupação com o apoio da comunidade.

Tem-se assim que a estrutura de oportunidade política afeta a capacidade das associações se envolverem com as autoridades políticas. Qualquer forma de inclusão e integração cria potencial para gerar capital social na interface cidadãos-Estado, sendo que quanto mais profunda e desenvolvida essa relação, mais forte é o potencial. Temos então que a estrutura de oportunidade política possuem variáveis críticas na análise de capital social.

Segundo Rennó (2003), a estrutura de oportunidade política pode ser um grande auxílio à promoção do capital social na América Latina, onde, conforme ele, há déficits dessa forma de capital. Para o autor a intervenção estatal pode estimular o ativismo cívico e as instituições podem fomentar a ação coletiva criando estruturas de oportunidade política para os grupos sociais. Assim pode-se encorajar ou desencorajar a participação das pessoas em ações coletivas. Dessa forma:

há arcabouços institucionais que geram maiores incentivos para a formação de organizações civis do que outros, podendo variar tanto de país para país quanto dentro de um mesmo país em momentos históricos distintos. (RENNÓ, 2003, p.75).

Para Fernandes (2002), generalizações podem não conter precisão necessária para se compreender claramente a emergência da cooperação mútua numa comunidade. Aceitar apenas o histórico de uma comunidade como determinante do capital social, desconsidera o papel indispensável que os governos

têm na criação ou destruição de capital social. Além disso, o capital social tem potencial para aumentar o desempenho de instituições tornando-as mais eficientes e responsáveis. Vistos por essa perspectiva “[...] Estado e sociedade juntos podem produzir civismo ou capital social, nenhuma parte poderá prescindir da outra.” (FERNANDES, p.394, 2002).

Também deve-se ter o cuidado em não desqualificar por completo o conceito, já que esse tem se mostrado, ainda hoje, como um importante instrumento teórico e analítico, além auxiliar na execução de políticas públicas. Araújo (2010, p.56) ressalta a relevância do termo na media em que:

capital social é uma maneira de manter ou aprimorar sociedades já democráticas, também pode ser um instrumento para promover a emergência da democracia onde falhou. As instituições políticas criadas nesses países podem ser os agentes a ensinar tolerância, compromisso e participação e a formar futuros líderes. Nessas democracias emergentes o capital social auxiliaria a promover críticas ao governo, a formar redes de oposição e de informação. (ARAÚJO, 2010, p.56)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi apresentado nesse artigo, o capital social foi um conceito muito popular na década de 1990, diante de um contexto de políticas de reforma do aparelho do Estado e da influência de alguns expoentes como Putnam e Fukuyama. Apesar de todo frenesi gerado em torno do conceito na época, suas origens mostram que ele já tinha sido usado anteriormente por diversos autores de várias áreas do conhecimento ao longo do século XX e que ganhou repercussão no meio acadêmico após ser assunto tratado por autores como Bourdieu e Coleman.

As críticas ao conceito não viriam demorar a surgir, vindas principalmente de alguns autores da área dos movimentos sociais como Tarrow e Skocpol. O que parecia incomodar na concepção de capital social difundida ao longo dos anos 1990, era a sua incapacidade de considerar as particularidades dos países tidos como ‘em desenvolvimento’ e do papel do Estado em incentivar o associativismo e a ação coletiva.

Atualmente, um conceito que emerge dessa discussão é o de estrutura de oportunidade política que considera as instituições e as ações políticas como fatores fundamentais para a explicação das organizações da sociedade civil. Desse modo, a forma como ocorrem as relações entre Estado e sociedade, – o que habituou-se

chamar também como interfaces socioestatais – podem justificar certas características da cultura cívica, superando a percepção liberal e neotoqueviliana do associativismo.

A teoria da estrutura de oportunidade política parece fundar um novo paradigma com capacidade de influenciar estudos teóricos de análise institucional e de políticas públicas. Apresenta um conteúdo teórico com bastante potencial explicativo também para estudos sobre arranjos participativos presentes na estrutura da administração pública e do aparelho do Estado. Assim, a questão mais marcante que talvez esse breve estudo bibliográfico deixa é o da importância de que a compreensão do Estado e da sociedade civil não pode acontecer de modo maniqueísta, já que são campos que coexistem em intensa relação e trocas de ambos os lados.

REFERÊNCIAS

ALVES, Douglas Santos; VISCARRA, Simone. Capital social, satisfação e as diferentes formas de participação política. **Revista Debates**, Porto Alegre, V.1, N.6, p. 85-105, jan.-abr. 2012.

ARAUJO, Maria Celina D. **Capital Social**. 2.ed. Rio de Janeiro, Zahar, 2010.

BAQUERO, Marcello. Construindo uma outra sociedade: O capital social na estruturação de uma outra cultura política participativa no Brasil. **Revista de sociologia e política**. Curitiba, n. 21 p. 83-108, nov. 2003.

BONAMINO, Alicia; ALVES, Fatima; FRANCO, Creso; CAZELLI, Sibeles. Os efeitos das diferentes formas de capital no desempenho escolar: um estudo a luz de Bourdieu e de Coleman. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, v. 15, n. 45, p. 487-594, set./dez. 2010.

CAZELLI, Sibeles; FRANCO, Creso. **Os diferentes tipos de capital mobilizados no contexto familiar e o acesso de jovens a museus**. 29ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, Caxambu, GT n. 14 sociologia e educação, ANPED, p. 1-20, 2006. 20

FERNANDES, Antônio Sérgio Araújo. O capital social e a análise institucional e de políticas públicas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, vol. 36, n.3, p.375-398, 2002.

FREY, Klaus . Capital social, comunidade e democracia. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 1, n.2, p. 175-187, 2003.

LOWNDES, Vivien; WILSON, David. Social Capital and Local Governance: Exploring The Institutional Design Variable. **Political Studies**. Nottingham, Vol. 49, p. 629-647, 2001.

MALONEY, William; SMITH, Graham; STOKER, Gerry. Social Capital and urban governance: Adding a more contextualized „top-down“ perspective. **Political Studies**. Nottingham, v.48, n.4, p. 802-820, set. 2000.

MONASTERIO, Leonardo. **Capital social e Economia: antecedentes e perspectivas**. V Encontro de Economia Política, Fortaleza, jun. 2000.

PORTES, Alejandro. Capital social: origens e aplicações na sociologia contemporânea. **Sociologia, Problemas e Práticas**, Lisboa, n.33, p. 133-158, 2000.

PUTNAM, Robert. **Comunidade e democracia: A experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro, ed. FGV, 1998.

SKOCPOL, Theda; MORRIS, Fiorina. **Civic engagement in American Democracy**. Nova York, The Brooking Institution Press, 1999.

TARROW, Sidney. *Social moviments in contentious politics: A review article*. **The American Political Science Review**, Denton, Vol.90, n^o 4, Dez. 1996a.

_____. Sidney. Making social Science work across space and time: A critical reflection on Robert Putnam’s making democracy work. **The American Political Science Review**, Denton, vol. 90 n. 2, p. 389-397, Jun. 1996b.

TOQUEVILLE, Alexis de. **A democracia na América**. 2.ed. São Paulo, Martins, 2005.

TRANSAMÉRICA:

VIAJANDO ATRAVÉS DA “VERDADE” DE UM CORPO

André Lucas Guerreiro Oliveira⁶

RESUMO

Este artigo intenciona produzir uma análise sociológica de determinadas cenas do filme “Transamérica”. Para tal, utilizamos o pensamento de filósofos/as como Michel Foucault e Beatriz Preciado e cientistas sociais como Berenice Bento, David Le Breton e Zigmunt Bauman. O filme se mostra um importante aporte para refletirmos a transexualidade, uma realidade social contemporânea, uma vez que é possível a partir dessa obra de ficção examinar mais detidamente alguns aspectos da vida de uma pessoa transexual, cuja busca pela sua verdade a todo o momento é colocada em xeque.

Palavras-chave: Transexualidade. Verdade. Corpo.

ABSTRACT

This paper intends to produce a sociological analysis of certain scenes from the film "Transamerica." To this end, we use the thought of philosophers as Michel Foucault and Beatriz Preciado and social scientists as Berenice Bento, David Le Breton and Zigmunt Bauman. The movie shows itself an important contribution to reflect transsexuality, a contemporary social reality, since it is possible from this fiction to examine more closely some aspects of a transgender person's life, whose search for her truth every moment is put in check.

Keywords: Transsexuality. Truth. Body.

INTRODUÇÃO⁷

Aludindo ao título do clipe da cantora Dolly Parton “*Travelin Thru*”, o qual faz parte da trilha sonora do longa-metragem Transamérica (2005), escrito e dirigido por Duncan Tucker, pretendemos analisar algumas cenas do referido filme. Nele assistimos a uma história sobre um corpo dissonante com as expectativas sociais imputadas a ele. Muito embora seja uma obra de ficção, poderia muito bem ser

6 Mestrando do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UFRN, bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Paraná e graduado em Fisioterapia pela Universidade Tuiuti do Paraná.

7 A temática deste texto foi abordada na disciplina Teorias Sociais Contemporâneas do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UFRN, no segundo semestre de 2013, ministrada pelos professores Norma Takeuti e José A. Spinelli, sendo este artigo inicialmente produzido como trabalho final da referida disciplina.

inspirado em histórias de vidas de pessoas *trans*⁸, tal é a proximidade com eventos cotidianos vividos por tais indivíduos. A personagem principal é Bree, uma mulher transexual prestes a realizar sua cirurgia de alteração sexual, ou como Bento (2008) refere “cirurgia de transgenitalização”. Bree é uma mulher adulta estadunidense, trabalha em estabelecimentos comerciais para garantir seu sustento - e salvo sua singularidade - seria apenas mais uma mulher como tantas outras, no entanto, a sutileza dessa história está no fato de que Bree guarda secretamente a condição de mulher *trans*, ou para uma nomenclatura mais tradicional, uma mulher transexual, ou seja, trata-se de uma pessoa à qual foi designada a condição de homem no momento de seu nascimento por possuir a genitália marcada como masculina (pênis) e que por qualquer motivo, em algum momento de sua vida, passa a se reconhecer como pertencente ao gênero feminino, logo, mulher. Preferimos utilizar aqui a nomenclatura mais empregada nas discussões contemporâneas no campo das Ciências Sociais, em detrimento à terminologia convencional das Ciências Médicas que elenca tais pessoas como “transexuais masculinos”, pois, desse modo se vincula o indivíduo ao gênero o qual não se identifica, mesmo com pessoas que já concluíram todas as exigências de transformação corporal para não serem mais caracterizadas como “masculinos”. Para além de concordar com as Ciências Sociais, preferimos utilizar esta denominação por refutar a classificação médica (e patologizante) das experiências das pessoas transexuais.

Neste sentido, antes de adentrar as questões mais exclusivas do artigo proposto se faz necessária uma breve apresentação das discussões sobre a transexualidade, e para isso, utilizamos o debate teórico proposto pela socióloga Berenice Bento, a qual descreve a transexualidade não como uma patologia, mas como uma experiência que dá sentido às vivências das pessoas que alteram ou desejam alterar seus corpos (por meio das mais diversas possibilidades como o uso de hormônios, utilização de próteses e cirurgias para adequar seus corpos ao gênero com que se identificam) e que vivem suas vidas no gênero que almejam identificação (2006). Contudo, o percurso teórico dessa autora traz mais problematizações, elencando a “hipótese de que a transexualidade é uma forma de atualizar, nas práticas de gênero, interpretações sobre o masculino e o feminino.”

8 O termo *trans* engloba pessoas transexuais, travestis ou transgêneros. É uma nomenclatura advinda da própria população e tem sido bastante utilizada na academia, visto que tais rótulos nem sempre dão conta de todas as múltiplas vivências dessas pessoas.

(BENTO, 2006, p. 22), ou seja, para essa autora, a experiência transexual pode instigar análises sobre o que se compreende como masculino e feminino, sobre a existência do genuinamente, ou melhor, naturalmente masculino ou feminino. A transexualidade pode assim nos ajudar a pensar os limites da noção de que algo possa ser naturalmente masculino ou feminino, que algo possa ser masculino ou feminino inato. Tanto é assim, que se existisse algo que poderia determinar definitivamente um corpo como masculino ou feminino, algo que definisse um indivíduo como homem ou mulher apenas pela constituição biológica de seu corpo, estaríamos diante do impedimento - como desejam os saberes (e poderes) mais ortodoxos médicos - da existência dos corpos transexuais como corpos de homens e mulheres plenas. Como pensa Bento:

Corpos inconclusos, desfeitos e refeitos, arquivos vivos de histórias de exclusão. Corpos que embaralham as fronteiras entre o natural e o artificial, entre o real e o fictício, e que denunciam, implícita ou explicitamente, que as normas de gênero não conseguem um consenso absoluto na vida social. [...] Existem homens e mulheres de verdade? O corpo é o delimitador das fronteiras de gênero? O natural é o real? Existe um ponto de fixação e delimitação entre o real e o fictício? Se a verdade está no corpo, os sujeitos que não se reconhecem em seus corpos generificados vivem uma mentira, estão fora da realidade? (BENTO, 2006, p. 20)

VIAJANDO ATRAVÉS DA “VERDADE” DE UM CORPO

Dando continuidade a esta linha de raciocínio e adentrando na temática do filme, podemos refletir a sinopse do filme (encontrada no encarte da capa do filme), cujo texto suscita problematizações, portanto preferimos transcrevê-la por completo:

Bree é uma transexual que sonha em se tornar mulher de verdade. A um passo da operação que realizaria este sonho, ela descobre ser pai de um garoto de 17 anos. Por ordem de sua terapeuta, Bree vai ao encontro do seu filho, um jovem envolvido com drogas e prostituição e com um passado tão complicado quanto o dela. Com medo de lhe contar a verdade e sem ter como ignorá-lo, eles embarcam numa viagem que pode mudar suas vidas e revelar a eles mesmos quem realmente são. [grifos nossos]

Podemos perceber que logo na primeira frase da sinopse surge o termo “mulher de verdade”, que no caso seria o desejo de Bree (ou o seu sonho como está descrito). As palavras parecem ter sido escolhidas nada aleatoriamente. Segundo Le Breton, o corpo transexual é “um artefato tecnológico, uma construção cirúrgica e hormonal, uma produção plástica sustentada por uma vontade firme.” (LE BRETON, 2003, p. 32). Tal autor pondera ser este corpo um artefato, visto que “é ele próprio

[o indivíduo transexual], e não um destino anatômico, quem decide seu sexo de eleição”, o indivíduo transexual “modela para si diariamente um corpo sempre inacabado, sempre a ser conquistado graças aos hormônios e aos cosméticos, graças às roupas e ao estilo da presença.” (ibid., p. 32). A transexualidade é para ele (que usa a terminologia transexualismo, designação mais comumente utilizada pelo saber/poder médico por entendimento desta condição como patológica) nada mais que um modo à disposição do indivíduo de moldar o corpo, este uma substância a ser modificada. No entanto, seria apenas nessa experiência, na transexualidade, que o corpo “é uma forma a ser transformada [?]”. (LE BRETON, 2003, p. 33).

Nessa simples referência à mulher “de verdade” questiona-se a “verdade” de seu corpo, ou de sua identidade feminina, de seu gênero. Então seria a cirurgia (apenas esta última, uma vez que ao longo do filme a personagem relata todas as outras modificações anteriormente realizadas) a qual poderia dar-lhe o atestado final comprobatório de sua feminilidade real, “de verdade”? Como Foucault (1979, p. 12 e 14) nos alerta “a verdade não existe fora do poder ou sem poder, [...] está circularmente ligada a sistemas de poder, que a produzem e apoiam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem”. Logo, podemos refletir que essa mulher “de verdade” não existe fora de algum sistema de poder. Tentaremos investigar melhor que sistema é esse, e precipuamente quais os efeitos desse poder, para conclusão deste artigo, obviamente nos detendo a como tal tema é abordado no filme em questão.

Também na sinopse surge a informação de que Bree não pôde realizar sua cirurgia devido ao fato de ter descoberto um filho adolescente dias antes da referida intervenção, o qual desconhecia totalmente. Contudo, não se trata de uma decisão autônoma de Bree. A personagem é impedida de dar continuidade aos seus planos “por ordem de sua terapeuta”, como também é obrigada a encontrar com esse filho, sendo tal aproximação exigência imprescindível para que a terapeuta assine seu laudo. Aqui é preciso salientar que a transexualidade ainda é compreendida como uma doença (mental) pelos cânones da medicina e da psicologia, sendo enumerada tanto no DSM (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais da APA - Associação de Psiquiatria Norte-Americana) quanto no CID (Código Internacional de Doenças, classificação da OMS - Organização Mundial da Saúde), órgãos internacionais responsáveis pela catalogação de patologias em humanos. Sendo assim, para que Bree possa realizar sua cirurgia tão desejada, não basta sua

decisão, como em qualquer outra cirurgia eletiva que qualquer indivíduo adulto pretenda realizar, é necessário que a personagem seja avaliada, questionada, colocada à prova, instigada a “provar” sua condição, a saber: de pessoa transexual. E com isso, no exato momento que comprova ser uma mulher transexual (de acordo com a percepção julgadora da terapeuta), recebe conjuntamente o título de doente. É apenas deste modo que receberá o laudo atestando ser uma “transexual de verdade”. Do contrário, não pode realizar a cirurgia. Temos claro que esse poder, ou melhor, essa verdade extraída de um sistema de poder, não é tomada à força, não surge apenas por coação. Novamente mobilizando Foucault é necessário recordar que o poder não se trata de algo apenas negativo, ligado à interdição e a violência; os mecanismos acionados para produzir, neste caso, a verdade da transexualidade, são engendrados de um saber, cujos efeitos demonstram um poder positivo, produtor de enunciados. Como ele nos esclarece tão competentemente:

Se o poder fosse somente repressivo, se não fizesse outra coisa a não ser dizer não você acredita que seria obedecido? O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir. (FOUCAULT, 1979, p. 8)

Esses saberes (da medicina e da psicologia, os quais certificam quem é ou não transexual) estão vinculados a um poder, sendo que nesta dada equação, também como pensa o filósofo é necessário maior eficácia e menos custos dispensados (ibid., p. 8). Tanto é assim que, no decorrer do filme, a personagem não titubeia e sem receios recorre ao discurso da doença para dar conta de sua experiência, bem como para evitar dissabores e rejeições decorrentes de sua condição estigmatizada. A “verdade” da transexualidade fora produzida, tanto pela aceitação da personagem quanto pela constituição de um saber, o qual se outorga o conhecimento pleno desta categoria, e com isso tem-se uma relação de verdade/saber/poder altamente eficaz para os fins que se propõe. Não podemos perder de vista que:

essas produções de verdade não podem ser dissociadas do poder e dos mecanismos de poder, ao mesmo tempo porque esses mecanismos de poder tornam possíveis, induzem essas produções de verdades, e porque essas produções de verdade têm, elas próprias, efeitos de poder. (FOUCAULT, 2006, p. 229).

Todavia, gostaríamos de enfatizar que em vários países tem havido uma reação contrária a essa patologização por parte de pessoas *trans* ativistas, pesquisadores/as acadêmicos/as favoráveis a outra compreensão da transexualidade e ativistas pelos direitos humanos das pessoas *trans*, evidenciado pela emergência da campanha “Stop Trans Pathologization” em 2007, iniciando suas atividades em países europeus e atualmente com abrangência em diversas outras partes do mundo, alcançando também o Brasil.

QUESTIONANDO O SABER/PODER DA EXPLICAÇÃO BIO-PSICO-MÉDICA

Cena de Bree no consultório psiquiátrico:

Psiquiatra: - Alguma tendência suicida?

Bree: Não.

Psiquiatra: - Sente que está sendo seguida?

Bree: Não.

Psiquiatra: - Doença mental na família?

Bree: Não.

Psiquiatra: - Procedimentos médicos?

Bree: Eletrólise, três anos de tratamento hormonal, cirurgia facial, lift de sobrancelha, redução de testa, remodelagem da mandíbula e raspagem da traquéia.

Psiquiatra: Sua aparência é bem autêntica.

Bree: - Tento me socializar, ser discreta.

Psiquiatra: - Considera-se uma pessoa feliz?

Bree: - Sim. Não. Quer dizer, eu vou ser.

Psiquiatra: - Não existe resposta certa aqui. Como poderei ajudar se não for sincera comigo?

Bree: Assinando a autorização, por favor.

Psiquiatra: - A APA considera a disforia sexual uma doença mental grave.

Bree: - Após a cirurgia nenhum ginecologista conseguirá detectar algo incomum em mim. Vou ser uma mulher. Não é estranho que uma cirurgia plástica cure uma doença mental? [grifos nossos]

Nessa cena a experiência identitária de Bree é demarcada pelos rótulos do saber médico. Bree é questionada pelo psiquiatra responsável por fornecer o laudo que atestaria sua doença (a transexualidade). A cena evidencia o que Foucault relaciona como uma microluta (2006), uma vez que a personagem trava um embate com o psiquiatra, indagando-o a respeito de seus conhecimentos sobre a transexualidade, tentando provocar a partir de suas interrogações alguma desestabilização nesse profissional, o qual sequer dá importância, decorrente da certeza de seu poder no momento da consulta. Ainda que não seja possível inverter totalmente esta relação, a dúvida que Bree levanta é absolutamente contundente, e se o psiquiatra não é levado a questionar sua prática profissional, nós somos

enquanto espectadores conduzidos a rever a “verdade” incontestável do saber psiquiátrico. Sua arma é um humor inquietante, cuja força procura desmontar este saber/poder nada desvinculado das pressuposições de um profissional inserido em uma cultura que normatiza corpos e vidas.

É possível concordar com Foucault (2006, p. 232) que as relações de poder são sempre relações de força, portanto reversíveis, na medida em que assistimos as tentativas de Bree em problematizar, jogando com o saber psiquiátrico, muito embora a palavra final seja do médico, obrigando-o a aumentar seu controle e suas exigências em relação à Bree, o que evidencia que:

as relações de poder suscitam necessariamente, apelam a cada instante, abrem a possibilidade a uma resistência, e é porque há possibilidade de resistência e resistência real que o poder daquele que domina tenta se manter com tanto mais força, tanto mais astúcia quanto maior for a resistência. (FOUCAULT, 2006, p. 232).

Bauman (2011) de forma um pouco diferente analisa ao tratar do papel que a biologia e a medicina – “o lado prático, aplicado, da biologia, a estratégia e a tecnologia da mudança [...]” (p. 224) - desempenharam na organização da civilização moderna, duas estratégias complementares foram gestadas pelas ciências biológicas e pelo que denomina suas tecnociências (medicina e psiquiatria): a melhoria da saúde e a eliminação da doença (ps. 228 e 229). Afirma que:

A liberdade de controlar o próprio corpo e manipular suas ações chegou de mãos dadas com a crescente dependência das tecnologias e do que elas podiam oferecer. O poder individual estava ligado à submissão e à orientação especializada e à necessidade de consumir produtos tecnológicos. Cada vez mais o proprietário do corpo começou a pensar e viver como um capataz, nomeado por autoridades médicas para vigiar e supervisionar a peça da maquinaria delegada aos seus cuidados. [...] Por um curioso paradoxo, seres humanos que aceitaram e internalizaram essa visão de si próprios tomaram essa aceitação como o sinal de sua emancipação, como controladores ativos de seus próprios destinos. (BAUMAN, 2011, p. 229 e 230).

Portanto, não à toa Bree evoca mais a frente o discurso médico (cita ter disforia sexual) para legitimar sua identidade feminina, para dar inteligibilidade a sua existência num corpo ainda não tomado como feminino. Nesse sentido, pensar que “o corpo é socialmente construído, tanto nas suas ações sobre a cena coletiva quanto nas teorias que explicam seu funcionamento ou nas relações que mantém com o homem que o encarna”; e mais, que “o corpo é uma falsa evidência, não é um dado inequívoco, mas o efeito de uma elaboração social e cultural.” (LE BRETON, 2011, p. 26), conduz a implicação política que este autor nos provoca ao fomentar o

debate sobre a constituição deste objeto de estudo, também sociológico – a saber – o corpo na modernidade. Em suas palavras:

O cultural não é monopólio discutível dos Inuit ou dos Dogon, não é privilégio das tradições rurais de Bocage, mas está também no coração do pensamento médico e das práticas ou das instituições que por ele são geradas. A sociologia não deve se deixar intimidar pela medicina que pretende dizer a verdade sobre o corpo ou sobre a doença, ou diante da biologia frequentemente inclinada a encontrar na raiz genética a causa dos comportamentos do homem. (LE BRETON, 2011, p. 35).

Podemos trazer também a pertinente análise de Foucault de que “o corpo humano é [...] uma força de produção, mas o corpo não existe tal qual, como um artigo biológico ou como um material. O corpo existe no interior e através de um sistema político.” (FOUCAULT, 2006, p. 258). Logo, embasando-nos nos autores citados, ainda podemos indagar o porquê ou o que, se deseja tanto determinar (n)a verdade do corpo de Bree? Seria só nesse corpo, ou nesses corpos (*trans*) que se deseja produzir uma verdade? Ao produzir estas verdades nesses corpos, todos os outros também não estão sendo (re) produzidos? O que confere autenticidade à aparência de Bree comentada pelo psiquiatra? Esta autenticidade está baseada em que critérios? Critérios objetivos ou subjetivos?

Qual é a necessidade mesma de perguntar a um corpo? Como podemos compreender o ato de querer fazer falar um corpo? A que ou a quem se pergunta enquanto se interroga um corpo? Nosso objetivo seria tentar demonstrar a artificialidade mesma da pergunta que tenta “tirar a verdade” de um corpo, sua configuração como ato de linguagem e, mais concretamente - como Michel Foucault tem levantado - seu pertencimento a um “regime de verificação” (FOUCAULT, 2008, p. 49). Isso supõe, ao lado da crítica à dominação dos sujeitos através do controle da sua sexualidade, propor outra crítica que mostraria a construção desse controle, a sua história, a história das práticas associadas a ele, das perguntas e os modos de resposta configurados em diversas instituições, dos saberes construídos a partir dessas práticas e por meio desses modos diferenciados da pergunta e resposta. Nas palavras de Foucault:

Por exemplo, quando digo que a crítica consistiria em determinar em que condições e com quais efeitos se exerce uma verdade [...] Consistiria em dizer que o problema está em trazer à luz as condições que tiveram de ser preenchidas para que se pudessem emitir sobre a loucura - mas a mesma coisa valeria para a delinquência, a mesma coisa valeria para o sexo - os discursos que podem ser verdadeiros ou falsos de acordo com as regras

que são as da medicina ou as da confissão ou as da psicologia, pouco importa, ou as da psicanálise. (FOUCAULT, 2008, p. 50).

Noutra cena Bree conta a sua psicóloga que recebeu um telefonema de uma instituição para menores, com a informação de que um adolescente de 17 anos é seu filho, ou filho de Stanley (seu nome civil, o qual ela prefere não utilizar, pois não o reconhece como seu, visto que é um nome masculino e desta forma, em verdade é um nome que a desconstrói como mulher). Nesse momento a psicóloga, que estava prestes a assinar o laudo permitindo sua cirurgia (para atestar a “patologia” do transexualismo são necessários dois laudos, o psiquiátrico e o psicológico, como uma série de outras exigências) decide além de não o assinar, impor condições para essa assinatura. A condição era que Bree fosse ao encontro deste jovem, afirmando que *“esta é uma parte do seu corpo que não pode ser descartada. Não quero que seja operada e continue se sentindo incompleta”*, o que por si só já nos faz questionar que parte era essa do corpo de Bree, a qual não poderia ser descartada? Se Bree tinha um filho, porque esse outro indivíduo é tido como uma parte sua, uma parte de seu corpo? E mais, porque uma cirurgia no corpo de Bree, ou melhor, em uma parte do corpo de Bree (na genitália) não poderia ser realizada enquanto a mesma não encontrasse com seu filho? Qual relação secreta sua genitália guardaria com seu filho? Não estamos questionando o real direito do filho de Bree ter reconhecido sua filiação, mas a relação dúbia proposta pela terapeuta ao obrigar Bree a retardar seus planos, os quais alterariam consideravelmente seu futuro, para rever um acontecimento de seu passado. Por que Bree não poderia se operar e após sua recuperação entrar em contato com seu filho (proposta feita pela personagem)? A pergunta melhor seria então: por que um fato de um passado desconhecido precisa ser arbitrariamente impedimento para um acontecimento do presente, que apenas trará consequências para o futuro de Bree?

A postura da terapeuta pode nos trazer algumas respostas possíveis. Ao relatar a nova informação (de um filho que desconhecia) Bree refere-se a um filho de Stanley, sendo reprimida pela psicóloga, que decreta: *“sem terceira pessoa”*. Muito a contragosto, Bree recompõe a resposta: *“Meu filho”*. A psicóloga continua com a inquisição: *“Você me disse que era virgem!”*. Aqui podemos nos questionar por que para o saber médico e psicológico a virgindade é um dado relevante para a autorização da cirurgia? Em que sentido a não virgindade poderia ser prejudicial à

certificação da transexualidade como patologia? Acaso seria inquestionável à transexualidade (ou às pessoas transexuais) a esterilidade?

Nesse diálogo podemos perceber outro tópico caro aos estudos de Foucault: a confissão. Ao refletir sobre o ato de confessar-se ser uma prática ligada à história do cristianismo, esse filósofo analisa que há uma mudança nesta ação a partir do século XIX, posto que a punição de um crime fosse dada a partir de sua confissão, e tal punição não se trataria mais de uma “réplica a um crime, mas uma operação transformadora do criminoso”, ou seja, “a transformação de sua alma implicava que esse homem [o criminoso] fosse reconhecido e se manifestasse.” (FOUCAULT, 2006, p. 239). A partir do pensamento desse autor, parece-nos muito evidente que a confissão de Bree ao relatar descobrir um filho, leva imediatamente a psicóloga a acionar o mecanismo de punição/transformação, contudo não exatamente a transformação que Bree desejava – sua cirurgia – porém, a mudança pela qual a terapeuta nutria expectativas: talvez este filho pudesse pôr fim ao desejo de Bree modificar seu corpo e sua alma pudesse ser resgatada, convertida... Não à toa tal psicóloga exige uma confissão em primeira pessoa: não aceita que Bree se refira ao filho recém-descoberto como filho de Stanley, embora esse filho tenha sido gerado quando Bree ainda não havia iniciado a transição para Bree, por conseguinte ainda se reconhecia (não estamos aqui desconsiderando ou desmerecendo os motivos que justificavam tal fato) e era reconhecida como Stanley; mais que isso, a psicóloga prescreve (ordenando com o dedo em riste): “*A vida dele é sua*”, retirando assim as poucas chances de barganha de Bree. Não obstante, Bree insiste afirmando que mandaria dinheiro para a assistente social, propondo outras possibilidades para o impasse, para enfim derrotada perguntar o que a psicóloga desejava que fizesse, sendo a resposta despótica e conclusiva: “*Só quero que esteja pronta!*”. Essa era uma relação de poder em que o saber da terapeuta ditava as regras, trata-se de um saber oriundo de uma “ciência-confissão” (FOUCAULT, 1999, p. 63). Concordando outra vez com esse pensador:

a confissão se abre, senão a outros domínios, pelo menos a novas maneiras de percorrer tais domínios. Não se trata somente de dizer o que foi feito – o ato sexual – e como; mas de reconstituir nele e a seu redor, os pensamentos e as obsessões que o acompanham, as imagens, os desejos, as modulações e a qualidade do prazer que o contém. (FOUCAULT, 1999, p. 63)

Quando decide então ir ao encontro de seu filho, Bree descobre um adolescente nada suscetível aos seus cuidados e com muitos problemas com os quais não pretendia ter que lidar naquele momento, talvez por não estar preparada para esta função. Resolve fazer contato com a terapeuta tentando mais uma vez pôr fim a essa embaraçosa situação para receber seu laudo, ao que a psicóloga adverte que “*está um pouco decepcionada porque [Bree] está mentindo para ela*”. A crença da psicóloga pela “verdade” pode ser analisada pelo que Foucault descreve como “medicalização dos efeitos da confissão”, em que “a verdade cura quando dita a tempo, quando dita a quem é devido e por quem é, ao mesmo tempo, seu detentor e responsável.” (FOUCAULT, 1999, p. 66) Como Foucault percebeu, nessa cena também a hipótese repressiva da sexualidade é insuficiente, dado que importa mais “definir as estratégias de poder imanentes a essa vontade de saber. E no caso específico da sexualidade, constituir a ‘economia política’ de uma vontade de saber”. (ibid. p. 71). O filósofo percebe prontamente que “a sexualidade passa a ser algo a ser interpretado”, sendo que a terapeuta tem um papel fundamental a ser desempenhado nesta engrenagem de poder, torna-se “aquele que escuta [o qual] não será simplesmente o dono do perdão, o juiz que condena ou isenta: será o dono da verdade.” (ibid., p. 66), ou seja, quem escuta (no caso a psicóloga) é quem detém o poder de decifrar a verdade. Estamos aqui diante da última das quatro estratégias que iriam desenvolver dispositivos de saber e poder para gerir a política do sexo, quais sejam: “histerização do corpo da mulher, pedagogização do sexo da criança, socialização das condutas de procriação e psiquiatrização do prazer perverso”, cada uma destas estratégias tendo uma figura representante respectivamente: “a mulher histérica, a criança masturbadora, o casal malthusiano e o adulto perverso” (ibid., p. 99 e 100). Nesta passagem, Bree representa a última.

Noutra cena o filho de Bree grita com um comerciante que havia mandado que ele respeitasse sua mãe [supondo que Bree fosse sua mãe]: “*Ela não pode ser mãe de ninguém! Ela nem mulher de verdade é! Ela tem um pênis!*”. Novamente a “verdade” de sua identidade é alocada em uma parte de seu corpo. A família (pai, mãe e irmã) aparece ao final do filme, quando Bree os reencontra, estes demandam informações sobre seu “sexo”, sua mãe deseja comprovações, logo ao não ser prontamente respondida sua indagação quanto à realização da cirurgia de alteração da genitália, sem respeito algum à privacidade da filha, a mãe toca o corpo de Bree e aliviada afirma: “*Graças a deus, ele ainda é um homem!*”. Bree rejeita esta

sentença e num movimento faz com que sua mãe também toque seus seios, ocasião de decepção para esta. É a esse processo que terá que responder não a própria Bree, senão o seu corpo. Bree já falou, agora terá que falar seu corpo mudo. Falar pela genitália. Nesse ato de fazer falar um corpo, num sentido literal, nada fala. Os corpos não falam? Pelo menos, o corpo de Bree não consegue falar, ou melhor, garantir a “verdade” sobre si mesma.

Em outra conversa com a mãe, Bree alude a seu humor estar alterado devido à desregulação de seu “ciclo” hormonal causando espanto e escárnio na mãe. Entretanto, Bree prova mais uma vez sua resistência, ao passo que também evoca simultaneamente a estratégia da histerização da mulher ao afirmar categoricamente: “*Hormônios são hormônios. Os meus e os seus veem em comprimidos*”. Segundo Preciado (2008) a invenção dos hormônios sexuais, como a produção sintética dos mesmos, modificou irreversivelmente as formações identitárias. Para esta autora “assistimos a uma horizontalização das técnicas de produção do corpo que não estabelece diferenças de idade, de classe, raça ou sexualidade [...]” (PRECIADO, 2008, p. 98). O corpo na era farmacopornográfica (aludindo à atualidade em que a era do biopoder, proposta por Foucault, teria sido suplantada) deixa de ser uma matéria passiva para ser algo a ser produzido, um sistema vivo. Trata-se de uma nova corporalidade na era farmacopornográfica: a tecno-corporalidade, em que se torna possível a construção arquetônica do corpo, cujas moléculas se transformam em matérias-primas para a fabricação de uma nova aparência de natureza.

ENFIM A CHEGADA OU ÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES

Ora, resta indagarmos por que então havia algum problema em Bree? Qual era o seu problema? Por que sua verdade – ser uma mulher – não é aceita, e pior, é rechaçada tão veementemente e tão interdita? Até onde um corpo (*trans*) pode ir? Se como diz Le Breton (2011, p. 24): “Ele [o corpo] nem sequer existe. Nunca se viu um corpo: o que se vê são homens e mulheres. Não se vê corpos. Nessas condições o corpo corre o risco de nem mesmo ser um universal.”, porque o corpo de Bree é tomado como prova (incontestável) de sua mentira? O que autoriza tamanha imposição a uma pessoa que apenas desejava viver sua vida? Talvez as respostas possíveis sejam que o corpo de Bree – cuja transformação física para o

gênero feminino ainda não havia sido finalizada – não era reconhecido nem como um corpo feminino (uma vez que não houve tempo para sua transição plena), tampouco como masculino dado que seu ser apresentava-se por conta de seu comportamento e da vestimenta utilizada para compor a estética feminina como um indivíduo pertencente ao gênero feminino. Bree vivia sob a identidade feminina, comportava-se como a expectativa social a respeito do comportamento feminino, tinha interesse em homens (o que a colocava como pessoa heterossexual e lhe garantia ainda mais sua permanência no gênero feminino por conta da norma heterossexual), norma essa pensada por Judith Butler (2008), filósofa estadunidense e influente estudiosa da *teoria queer*, cuja compreensão da heteronormatividade diz respeito à habilidade que torna capaz a heterossexualidade tornar-se a regra social que regula e determina a possibilidade de vidas, as quais estejam rigorosamente circunscritas em seus limites, e a impossibilidade de vidas que estejam delimitadas para fora do que baliza, ou seja, é a norma que (re) produz corpos, gêneros e sexualidades, ou tidos como normais e humanos (indivíduos sem nenhuma discordância entre a sua genitália e seu gênero) e os outros corpos, lançados à margem da norma, os corpos abjetos.

Enfim, Bree era uma típica mulher contemporânea “normal”, entretanto seu corpo ao ser revelado mostra a complexidade de sua existência, ou seria a complexidade de toda a existência humana? Seu corpo é a prova de que o gênero (masculino ou feminino) não é realizado, atualizado e/ou composto somente por um dado qualquer biológico, como o DNA, os cromossomos ou a genitália. Seu corpo complexifica as verdades sobre os corpos dos ditos “normais”. Seu corpo complexifica a “verdade” dos corpos. Sua identidade abre frestas para desestabilizar as “verdades” dos corpos e gêneros. Seu corpo não permite as certezas consolidadas. E ao desestabilizar as verdades, sua sexualidade e seu corpo tornam-se alvos de relações de poder que visam avaliar, fazer funcionar, administrar, otimizar, enfim gerir sua vida. Seu corpo está viajando em busca da verdade de sua vida.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zigmunt. **Vida em fragmentos**: sobre a ética pós-moderna. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2011.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

_____. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense - Coleção Primeiros Passos, 2008.

BUTLER, Judith. **Problema de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FOUCAULT, Michel. *Verdade e poder* (1977). In: Roberto Machado (org.), **Microfísica do poder**, pp. 1-14. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. **História da sexualidade 1**: A vontade de saber. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

_____. *Poder e saber* (1977). In: **Ditos e Escritos. Vol. IV**. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 2006.

_____. *Diálogo sobre o poder* (1978). In: **Ditos e Escritos. Vol. IV**. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 2006.

_____. **Nascimento da biopolítica**: curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

PRECIADO, Beatriz. **Testo Yonqui**. Madrid: Espasa, 2008.

LE BRETON, David. **Adeus ao corpo**: antropologia e sociedade. Campinas: Papyrus, 2003.

_____. **A sociologia do corpo**. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

TRANSAMÉRICA. Direção: Duncan Tucker. Produção: Linda Moran, Rene Bastian e Sebastian Dungan. Produção executiva: Willian H. Macy. Roteiro: Duncan Tucker. EUA: Belladonna, 2005. 1 DVD (103 min).

FINANCIAMENTO DE CAMPANHAS EM DISPUTAS MUNICIPAIS: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DAS DOAÇÕES A CANDIDATOS A VEREADOR DE CURITIBA EM 2008 E 2012

Bruno Fernando da Silva⁹
Emerson Urizzi Cervi¹⁰

RESUMO:

O trabalho apresenta uma análise empírica sobre os padrões de doações de campanha a candidatos a vereador em duas eleições em Curitiba: 2008 e 2012. Trata-se de uma análise comparativa para testar que características dos candidatos ajudam a entender as variações das receitas declaradas pelos concorrentes. O objetivo é verificar se a condição do candidato, novato ou à reeleição; se a posição do candidato, se em partido do governo ou opositor; e o desempenho do candidato, se eleito ou derrotado, ajudam a entender a capacidade de arrecadação de recursos financeiros pelos concorrentes. Portanto, trata-se de um estudo sobre finanças de campanha e não sobre desempenho eleitoral. A hipótese é que candidatos à reeleição têm melhores condições financeiras do que os demais, independentes de serem da oposição ou não. Comparamos duas eleições municipais para verificar se os padrões das finanças de campanha se alteraram no período ou se mantiveram estáveis.

Palavras-chave: Financiamento de Campanha; Candidatos a vereador; Curitiba; 2008; 2012

INTRODUÇÃO

O artigo insere-se na linha de análise de financiamento eleitoral, propondo-se a verificar que características têm maior impacto sobre o financiamento de campanhas de candidatos a vereador. Nosso objeto empírico é o conjunto de declarações de doações de campanha a candidatos a vereador de Curitiba (capital

9 Mestrando em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Possui graduação em Ciência Política pelo Centro Universitário Internacional Uninter (2013). E-mail: b.fernando91@gmail.com

10 Professor adjunto do Departamento de Ciências Sociais, da pós-graduação em Ciência Política e da pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Possui doutorado em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - IUPERJ (2006). E-mail: eucervi@ufpr.br

do Paraná) em duas eleições, a de 2008 e de 2012. Na primeira eleição analisada aqui, 612 candidatos a vereador disputaram 38 vagas na câmara municipal e prestaram contas ao final da campanha ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Em 2012, o número dos que disputaram as mesmas 38 vagas e que prestaram contas ao TRE caiu para 610. Esses 1.222 candidatos nas duas eleições são o objeto empírico de análise do trabalho.

Um objetivo do artigo é ampliar os estudos de financiamento de campanha, bastante desenvolvidos para disputas legislativas nacionais (câmara de deputados) e estaduais (assembleias legislativas) para o nível municipal, pois ainda é reduzido o número de pesquisas sobre financiamento de campanhas de vereadores. Outro objetivo é verificar que características dos candidatos explicam mais as variações de receitas declaradas e se essas explicações mantêm-se ou variam entre as eleições de 2008 e 2012. Portanto, trata-se de uma análise comparativa.

São usadas aqui três variáveis explicativas para as variações de receitas dos candidatos. Duas chamadas de antecedentes, ou seja, que ocorreram antes do início da campanha e, por consequência, das doações; e uma posterior, que se dá após o encerramento das disputas. As antecedentes são: i) "posição", indicando qual o posição do partido do candidato em relação ao governo municipal, se pertencente à base do governo ou se da oposição; ii) "condição", se o candidato está disputando a reeleição ou se é concorrente novato, não ocupante de vaga na câmara municipal no ano da eleição. A variável posterior é "resultado", se o candidato foi ou não eleito na disputa. Com isso, pretendemos verificar quais dessas características estão mais relacionadas ao volume de receitas da campanha. Não pretendemos indicar causalidades aqui, pois isso não seria possível, dado que uma das explicativas é posterior à campanha e as outras duas, anteriores. Também não faremos relações entre volume de recursos financeiros nas campanhas e volume de votos obtidos, o que é objeto para outros trabalhos. Estamos preocupados em entender como determinadas características dos candidatos estão relacionadas com a capacidade de obtenção de doações para suas campanhas. A análise desenvolvida aqui também desconsidera possíveis variações entre candidatos de diferentes partidos. Todos são agrupados em relação à condição de disputa, posição em relação ao governo municipal e resultado final da eleição.

Nossa hipótese é a de que entre as variáveis antecedentes, o fato de já ser vereador e candidato à reeleição tem mais força na explicação das diferenças de

receitas do que o fato de pertencer a partido do governo. Isso porque o vereador teve contato direto com a comunidade nos quatro anos que antecederam a disputa e nesse período colocou-se como representante das demandas de segmentos da sociedade. Além disso, os bem-sucedidos na campanha tenderão a ser os que tiveram mais doações do que os derrotados, seguindo o que já vem sendo apontado pela literatura da área (LEMOS, MARCELINO & PEDERIVA, 2010; SPECK & MANCUSO, 2012).

A partir daqui o artigo divide-se em três partes. A seguir apresentamos as principais características do ponto em que se encontram as pesquisas na área de financiamento político e de campanhas. O tópico seguinte apresenta os dados empíricos e os testes. As relações entre receitas de campanha e variáveis explicativas serão testadas em duas etapas. Na primeira, isoladamente, com o teste t de diferenças de médias de amostras independentes e na segunda, em conjunto, através do uso da regressão linear. Por fim são apresentadas as conclusões a que se pode chegar sobre o financiamento de campanhas de vereador de Curitiba entre 2008 e 2012.

DISCUSSÃO CONCEITUAL

É sabido que a execução do regime democrático em uma ordem capitalista produz inúmeras diferenças entre os indivíduos, inclusive em capital econômico, político e social. (DAHL, 2009). Assim, ao tratarmos das desigualdades das receitas eleitorais em campanhas políticas, não é apenas a desigualdade econômica que interferirá sobre os gastos de um candidato, mas também as diferentes capacidades de atrair recursos privados, partidários e dos indivíduos comuns. Desta forma, torna-se inerente a competição política que os candidatos que concorrem aos cargos políticos tenham recursos desiguais à sua disposição para investirem em suas campanhas (PRZEWORSKI, 1994).

Com a crise de legitimidade que vigora atualmente sobre os partidos políticos e parlamentos na América Latina (RUBIO, 2005), passou-se a aumentar as preocupações relacionadas à legislação que contempla o sistema eleitoral e partidário. Assim, uma área que até então vinha sendo pouco explorada pelos pesquisadores da Ciência Política brasileira, como o financiamento das campanhas eleitorais, passa a compor a agenda de pesquisa de forma mais aparente.

Complementar a esta explicação é o argumento de REIS (2011), que nota um fato específico que motivou o aumento dos trabalhos na área, a saber, a proposta de adoção ao modelo exclusivamente público de financiamento eleitoral, proposto pela comissão especial para reforma política, da Câmara dos Deputados, no ano de 2003. Pela preocupação com a possível adoção de tal modelo de financiamento eleitoral, houve uma produção relevante de artigos e demais trabalhos com apontamentos positivos e negativos da proposta. Tais trabalhos, contudo, ainda não deixaram de ser “especulações intuitivamente sensatas” (REIS, 2011, p. 4)

MANCUSO (2012a), ao realizar um balanço da literatura brasileira a respeito do financiamento eleitoral, mostra que, somente após 2005, é que tem-se um maior interesse pela elaboração de trabalhos empíricos sobre o tema. Antes disso, dos trabalhos analisados pelo autor, apenas quatro haviam se dedicado ao estudo das receitas e gastos eleitorais dos candidatos.

Vimos até agora um breve relato sobre o estado da arte em relação ao financiamento eleitoral no Brasil. Antes de seguirmos com os estudos empíricos recentes sobre o financiamento de campanhas, apresentaremos alguns aspectos da legislação que rege o tema nos dias de hoje.

Atualmente, todo o candidato que tem sua candidatura deferida pelos órgãos competentes, necessita iniciar uma conta corrente em um banco que funcionará especificamente para realizar as movimentações econômicas de sua campanha. Com isto, pretendeu-se aumentar a transparência das prestações de conta dos candidatos e comitês partidários. É através desta conta que o candidato deverá receber todos os seus recursos eleitorais, todos eles identificados pelo doador responsável (GELAPE & VIDAL, 2013).

Quanto aos doadores eleitorais, no Brasil as receitas dos candidatos podem ser compostas de recursos próprios e doações de pessoas jurídicas, pessoas físicas e recursos públicos (direto e indireto, através de fundo partidário ou Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral, por exemplo). Em 1992, a legislação remanescente do período militar, que vedava à empresas a contribuição financeira com campanhas eleitorais foi extinta, sob a alegação de que não era possível fiscalizar e impedir que estes recursos entrassem no caixa de partidos e candidatos (SPECK, 2005). Atualmente, a lei 9.504/1997, a chamada Lei das Eleições (principal legislação do financiamento de campanhas), proíbe expressamente doações provenientes de sindicatos, entidades ou governos estrangeiros, órgãos ligados diretamente ao

Estado ou que recebam repasse direto para sua manutenção, entidades privadas sem fins lucrativos sustentadas por capital estrangeiro e entidades esportivas, religiosas ou filantrópicas (GELAPE & VIDAL, 2013).

Quanto aos limites de doações, a legislação ao invés de tentar amenizar as diferenças econômicas e prover igualdade de participação, as amplia (SPECK, 2005): pessoas físicas podem doar até 10% do seu rendimento bruto declarado no ano anterior ao pleito eleitoral, enquanto empresas estão limitadas a 2% do faturamento bruto do ano anterior. Esta limitação prejudica a participação de pessoas físicas e jurídicas com menor aporte financeiro, pois quanto menor forem seus ganhos no ano anterior, menor será o teto de doação destas. Já quanto aos gastos dos candidatos, a legislação não impõe limites a estes, dando aos candidatos a incumbência de comunicar à Justiça Eleitoral os limites que poderão ter com os custos de campanha.

Para SPECK (2005), futuras modificações na legislação eleitoral devem ser pensadas de forma realista, sem que haja um endurecimento excessivo nas normas, a ponto delas não serem cumpridas por não estarem suficientemente em consonância com o que se pratica no financiamento eleitoral. Outro ponto destacado pelo autor é a necessidade de se conseguir fazer cumprir as normas em vigor, com órgãos independentes e com poder de fiscalização e punição aos que ainda tentam burlar a legislação.

Apresentadas as normas mais gerais do financiamento de campanhas, passamos a uma revisão dos estudos empíricos que, assim como este trabalho, trataram de analisar algumas variáveis explicativas das receitas eleitorais.

LEMOS, MARCELINO & PEDERIVA (2010) testaram as variáveis pertencimento a base do governo e partido político. Ambas mostraram-se eficazes para explicar a dinâmica das doações de campanhas ao Congresso Nacional. Sendo que, levando em conta a primeira variável, foi possível constatar que os partidos que não faziam parte da base do governo em 2002 (PT e PDT) elevaram consideravelmente seus gastos e receitas para a eleição de 2006, enquanto o PMDB, que esteve presente nas duas coalizões, manteve-se entre os partidos mais bem financiados. Todavia, também é notável que o partido importa na hora de definir a quem direcionar os recursos, já que PSDB e DEM, mesmo fora da coalizão no ano de 2006, ainda permaneceram como os dois partidos que mais gastam em suas campanhas. Para os autores, isto deflagra o interesse do financiador em defender

uma agenda específica, e não somente em fortalecer a agenda governista, tentando dar a oposição condições de exercer seu poder de veto e também de negociação frente às políticas propostas.

De maneira complementar a estes autores, SPECK & MANCUSO (2012) testaram se o gênero do candidato interferiria sobre as receitas eleitorais, nas eleições de 2010 à Câmara dos Deputados e às assembleias legislativas. De início, já há um desequilíbrio no número de candidatos: nas casas estaduais, as mulheres representaram apenas 20,9% do universo de candidatos, enquanto para a casa federal foram somente 19,1%. Quanto ao financiamento, a receita média dos candidatos homens foi 27,2% superior à de mulheres que concorreram às assembleias legislativas, e 47,9% maior que de candidatas à Câmara dos Deputados. Considerando apenas os candidatos à reeleição, os autores constataram que as mulheres estão “significativamente subrepresentadas” (p. 14) dentro do grupo, entretanto, surpreendentemente, elas arrecadaram mais que os homens: 11,8% mais nas eleições estaduais e 29,4% para a Câmara dos Deputados. Se levamos em conta a receita mediana, as mulheres receberam 50% e 42,3%, respectivamente, a mais em financiamento entre candidatos a reeleição que os homens.

MANCUSO (2012b), tomando como base os candidatos de São Paulo nas eleições de 2006 e 2010 à Câmara dos Deputados, chegou a diversas conclusões utilizando-se de variáveis políticas. As conclusões em 2006 foram as seguintes: a) candidatos de partidos de esquerda receberam menos receitas do que de partidos de direita; b) candidatos de partidos de direita receberam nas proporções média e mediana mais de pessoas jurídicas do que candidatos de esquerda; c) a principal fonte de receita dos candidatos de esquerda foi proveniente de pessoas físicas; d) as proporções média e mediana de doação de pessoas jurídicas não chega a 50% do arrecadado por estes candidatos; e, por fim, e) candidatos de partidos de centro (PSDB e PMDB) foram os que mais receberam doações em geral, havendo predominância das doações provenientes de pessoas jurídicas.

Já ao analisar as eleições de 2010, o autor concluiu que a média das receitas dos partidos de centro permaneceram maiores, contudo, pôde observar que a receita média dos candidatos de esquerda superou a dos candidatos dos partidos de direita; as proporções média e mediana de receitas provenientes de pessoas jurídicas continuaram sendo maiores para candidatos dos partidos de direita do que

para os de esquerda, contudo, cresceu substancialmente a importância deste tipo de doação para estes partidos.

Focalizando especificamente as eleições para câmara de vereadores, foi localizado apenas o trabalho de RIBEIRO et. al. (2013). Os autores analisaram as receitas eleitorais dos 48 vereadores indígenas eleitos nas regiões norte, nordeste e centro-oeste do Brasil, nas eleições de 2012. Através do esforço destes autores, pôde-se verificar que as duas principais fontes de arrecadação destes candidatos são as doações provenientes de pessoas físicas e de recursos próprios dos candidatos. Por outro lado, há pouca aderência destes grupos com o financiamento privado e os recursos partidários, que somados representaram apenas 25% do total arrecadado por todos estes vereadores eleitos. Entretanto, como já indicado, este trabalho apresenta um estudo de caso, em apenas uma eleição. Desta forma, não temos base comparativa para verificar se há uma tendência à mudança ou não.

Já quanto a quantidade de doadores que participaram da construção do orçamento eleitoral destes candidatos, os autores apontam que 45,8% dos candidatos indígenas tiveram suas campanhas financiadas apenas por um ou dois financiadores. Pouco mais de 30% dos candidatos tiveram de três a seis doadores, enquanto que 16,7% não tiveram doadores em suas campanhas. Ou seja, financiaram sozinhos as suas campanhas (IDEM, 2013).

Diante das pesquisas tratadas acima, é possível notar que há uma lacuna com relação às pesquisas que se dedicam a analisar as receitas eleitorais e suas variáveis explicativas em eleições para às câmaras de vereadores. O presente artigo propõe-se a apresentar alguns dados de receitas eleitorais para as eleições de 2008 e 2012 à Câmara Municipal de Curitiba à luz de duas variáveis explicativas: a condição do candidato (se este era candidato à reeleição ou desafiante) e sua posição (governo, para candidatos que estavam nos partidos que compunham a coligação em favor da gestão atual, ou oposição). Com isto, pretende-se avançar em direção a pesquisas sobre receitas eleitorais de candidatos às câmaras municipais e também lançar alguma luz à lógica de contribuições nas eleições de Curitiba, já que, durante a pesquisa deste trabalho, não foram encontrados trabalhos voltados a este município.

A seguir, passaremos para a descrição comparativa das receitas declaradas pelos candidatos a vereador nas eleições de 2008 e 2012, em Curitiba. Para que a

análise não fosse prejudicada, consideramos apenas os candidatos que entregaram suas prestações de contas ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

ANÁLISE COMPARATIVA DAS FINANÇAS DE CAMPANHA

A análise de dados aqui será realizada em duas etapas. Na primeira testaremos os efeitos bivariados de variáveis binárias (pertencer ou não a determinado grupo) sobre as médias de arrecadação dos candidatos a vereador. Na segunda, reuniremos todas as variáveis explicativas em um modelo de regressão linear múltipla para comparar os efeitos das características testadas sobre a arrecadação dos candidatos.

Para verificar o efeito das variáveis independentes sobre a arrecadação de recursos pelos candidatos a vereador de Curitiba nas eleições de 2008 e 2012 utilizaremos testes estatísticos para diferenças de médias entre variáveis dicotômicas e contínuas chamado "teste t para amostras independentes". Isso porque os valores arrecadados pelos conjuntos de candidatos de cada grupo são independentes dos valores dos outros grupos. Como nossas variáveis explicativas são binárias: resultado = eleito ou não eleito; posição = governo ou oposição; condição = novato ou à reeleição, podemos usar o teste t para verificar que a mudança de um grupo para outro afeta significativamente as médias de recursos arrecadados¹¹.

São três os pressupostos exigidos para a realização desse teste de diferenças de médias: homogeneidade de variâncias, distribuição normal de valores nos dois grupos e a variável dependente ser medida em escala, intervalo ou razão. No nosso caso, há homogeneidade de variâncias e a variável dependente é de razão (volume de recursos em reais declarados ao TSE nas duas eleições). Porém, nem todos os grupos apresentam distribuição normal de valores, pois alguns deles o

11 Proposto por William Gosset em 1908, o teste t serve para comparar duas médias e testar se elas são provenientes da mesma população ou não. Parte da hipótese nula de que não existem diferenças entre as médias. Por exemplo, no caso deste artigo a hipótese inicial do teste t aqui é que não faz diferença ser candidato do governo ou da oposição, pois as médias de receitas são as mesmas. O objetivo do teste é rejeitar a hipótese nula e comprovar que estatisticamente as médias das amostras são diferentes. A fórmula para seu cálculo leva em consideração as médias das duas amostras e a diferença do erro padrão médio:

$$t = \frac{(\mu_1 - \mu_2)}{SE_m}$$

número de casos é muito reduzido. Apesar disso, como estamos tratando da população, usando todos os candidatos nas análises, e não pretendemos fazer predições, manteremos o teste t para identificar as diferenças de médias.

No primeiro momento de apresentação dos resultados mostraremos os números gerais de arrecadação dos candidatos nas eleições de 2008 e 2012. Após, seguiremos com o teste da variável de pertencimento à coligação de apoio ao prefeito *versus* candidatos de oposição e candidatos à reeleição *versus* desafiantes.

A escolha das três variáveis explicativas deu-se com base no interesse em verificar se características do perfil político-partidário do candidato estão relacionadas à sua arrecadação. LEMOS, MARCELINO & PEDERIVA (2010), por exemplo, apontaram que candidatos à reeleição eleitos à Câmara dos Deputados, em 2002 e 2006, receberam mais doações para suas campanhas que candidatos eleitos novatos. Por outro lado, nestes mesmos anos, candidatos desafiantes eleitos ao Senado Federal foram mais bem financiados que candidatos à reeleição que foram eleitos.

Em relação ao pertencimento a base do governo, MANCUSO (2012b) e LEMOS, MARCELINO & PEDERIVA (2010) mostraram que esta variável produz efeito sobre os montantes arrecadados por candidatos ao Congresso Nacional. O primeiro autor focalizou especificamente os candidatos à Câmara dos Deputados pelo estado de São Paulo nas eleições de 2002 e 2006, enquanto que o segundo trabalho foi realizado com candidatos à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal. Agora, utilizaremos as mesmas hipóteses para testá-las em uma eleição legislativa municipal de uma capital de porte médio, Curitiba, nas disputas de 2008 e 2012.

A tabela 1 apresenta as receitas médias¹² de candidatos eleitos e não-eleitos nas eleições de 2008¹³ e 2012 e os resultados dos testes t. Para fins de comparação entre as receitas médias de uma eleição e outra, ao tratarmos dos valores referentes ao aumento percentual, estaremos sempre considerando a inflação do período. Para a medição da inflação, foi adotado o Índice Nacional de

12 Apesar de haver uma grande variação entre as receitas médias, por tratar-se de análise de universo elevado, os grandes desequilíbrios acabam por anularem-se. Desta forma, considerou-se válida a utilização desta medida de indicação central de valores para à análise.

13 Nas eleições de 2008, as tabelas apresentarão 37 candidatos eleitos, já que o candidato Leônidas Kuzma (Tico Kuzma), eleito pelo PSB, não entregou suas prestações de conta ao TSE.

Preços ao Consumidor (INCP), produzido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ao todo, a inflação acumulada do período chegou a 22,22%.

TAB. 1 – RELAÇÃO ENTRE ARRECADAÇÃO MÉDIA E DESEMPENHO DO CANDIDATO

Eleição	Resultado	Nº candidatos	Arrecadação média	Aumento médio em relação à eleição anterior (em R\$)	Aumento %, descontada a inflação do período
2008	Eleitos	37	73.454		
	Não-eleitos	575	8.819		
2012	Eleitos	38	102.422	28.968	17,22%
	Não-eleitos	572	12.616	3.797	20,83%

Teste t para diferenças de médias de arrecadação entre eleitos e não eleitos
2008 = 14,207 (0,000); 2012 = 15,014 (0,000)

FONTE: OS AUTORES, COM BASE NOS DADOS OFICIAIS DO TSE.

A tabela acima aponta para uma grande diferença de recursos médios presentes nas campanhas de candidatos eleitos e não-eleitos. A correlação existente entre recursos de campanha e resultado eleitoral já é consagrada entre estudos de financiamento eleitoral (HEILER, 2011, LEMOS, MARCELINO & PEDERIVA, 2010, MANCUSO, 2012b). Todavia, ainda não é possível afirmar que há de fato uma relação causal entre estas duas variáveis, já que a relação pode ser também inversa: a expectativa de ser eleito pode fazer com que estas campanhas recebam financiamento.

Os resultados do teste de diferenças de médias mostra que para as duas eleições o grupo dos eleitos arrecadou em média mais recursos do que o grupo dos não eleitos. Além de serem significativas (nível de significância abaixo do limite crítico, em 0,000 para os dois casos), essas diferenças mostraram-se relativamente estáveis nas duas disputas, pois os coeficientes são muito próximos nas duas disputas: 14,207 e 15,014 respectivamente. Portanto, podemos dizer que as diferenças das médias dos dois grupos não são resultados de casos isolados que influenciam a estatística, mas que estar no grupo dos eleitos significa apresentar maior média de arrecadação sistematicamente.

Em relação às receitas, é possível afirmar que o aumento percentual de doações foi muito semelhante para eleitos e não-eleitos. Para os primeiros, descontada a inflação do período, houve um aumento de 17,22% nas arrecadações, enquanto que para os não-eleitos o aumento foi de 20,83%. Assim, os derrotados pouco conseguiram reduzir as diferenças de receita frente aos vitoriosos. Entretanto,

como já havíamos indicado, estes dados não inserem-se na busca por uma variável determinante sobre as receitas, afinal, a vitória ou derrota dá-se a *posteriori* ao período de conquista dos recursos. Os percentuais mostram que em 2012 as diferenças de receitas entre eleitos e derrotados foram um pouco menores que em 2008, porém, não o suficiente para reduzir significativamente as desigualdades.

Dadas as significativas diferenças entre eleitos e derrotados para as médias de receitas, passamos a analisar as demais características apresentadas aqui como explicativas para as desigualdades de recursos financeiros nas campanhas para vereador de Curitiba. A tabela 2 mostra os resultados para a possível influência de se pertencer à base do governo ou ser da oposição sobre as receitas gerais dos candidatos. Consideramos candidatos do governo todos aqueles que disputaram eleição em um partido da base de apoio do então prefeito ou que tenha feito parte da coligação de apoio ao candidato do governo à prefeitura. O objetivo aqui é verificar se a proximidade ao Executivo pode explicar maior receita de campanha ou não.

Os resultados do teste t mostram que as relações aqui são menos fortes que na variável anterior. Em 2008 o coeficiente foi muito baixo, ficando em -1,075, com nível de significância de 0,283, portanto muito acima do limite crítico para rejeição da hipótese nula caso fosse uma amostra. Em 2012 as diferenças aumentaram um pouco, o resultado ficou abaixo do limite crítico, em 0,012, e o coeficiente foi de -2,534. Os resultados gerais mostram que as diferenças de receitas médias entre governistas e opositores eram muito pequenas em 2008 e cresceram em 2012.

TAB. 2 – RECURSOS DE CAMPANHA ENTRE CANDIDATOS GOVERNISTAS E OPOSICIONISTAS

Eleição	Posição	Nº de candidatos	Arrecadação média	Aumento em relação à eleição anterior (R\$)	Aumento %, descontada a inflação do período
2008	Governo	363	13.339		
	Oposição	253	11.672		
2012	Governo	405	15.625	2.286	-5,08%
	Oposição	209	22.988	11.316	74,73%

Teste t para diferenças de médias de arrecadação entre Governo e Oposição
2008 = -1,075 (0,283); 2012 = -2,534 (0,012)

FONTE: OS AUTORES, COM BASE NOS DADOS OFICIAIS DO TSE

Um resultado inesperado foi a inversão das médias nas duas eleições. Em 2008 os governistas tiveram uma média de receitas um pouco superior à dos

oposicionistas. Já em 2012 os valores se invertem e a oposição apresenta média superior. Observando as receitas de candidatos de governo e oposição na eleição de 2008, podemos afirmar que esta variável, tomada de forma isolada, não foi capaz de interferir sobre as arrecadações do candidato. Já na eleição de 2012, vemos que os candidatos da oposição foram melhor financiados que candidatos de governo, mas de maneira pouco significativa.

A respeito do crescimento percentual das arrecadações, os candidatos de governo tiveram um aumento abaixo da inflação em 5,08%. Por outro lado, os candidatos de oposição elevaram suas receitas em 74,73%. Nas duas eleições, a base de apoio ao prefeito foi significativamente superior ao bloco de oposição, mas na eleição de 2012 foi especialmente maior: o governo representou algo próximo ao dobro de candidatos oposicionistas.

Uma das possíveis explicações para a diferença seria a mudança de posição de partidos importantes no município entre as duas eleições, ou seja, partidos grandes, com candidatos fortes, que estavam na coligação governista em 2008 e que se transformaram em oposição em 2012. Porém, ao verificar as coligações de partidos para disputas de prefeito e vereador de Curitiba nos dois períodos, percebemos que apenas o PDT, dentre os grandes, estava na coligação governista em 2008 e passou a ser da oposição em 2012.

Diante deste dados, é possível afirmar que, neste período específico, candidatos de oposição tenderam a conquistar um maior aumento em suas receitas do que candidatos de governo. Ou seja, é possível pensar que partidos tradicionalmente de oposição, como PT e PSC, conseguiram que seus candidatos avançassem em termos de finanças de campanha. Porém, os dados não são suficientes para indicar que ser de governo ou oposição influi diretamente sobre o levantamento dos recursos eleitorais, já que as receitas médias são próximas e não apresentaram diferenças tão significativas.

Apesar de se tratar de um teste bivariado, utilizaremos o teste t aqui para verificar os efeitos conjuntos de duas variáveis explicativas sobre as receitas de campanha. Para isso, testaremos as médias de receita entre candidatos eleitos e derrotados do governo e da oposição em 2008 e em 2012, como se vê na tabela 3.

TAB. 3 – RECEITAS DE GOVERNISTAS E OPOSICIONISTAS ELEITOS E DERROTADOS

Eleição	Posição	Resultado	Nº de candidatos	Arrecadação média	Aumento em	Aumento % descontada
---------	---------	-----------	------------------	-------------------	------------	----------------------

					relação à eleição anterior (R\$)	inflação do período
		Eleito				
2008	Governo	Eleito	27	81.236		
		Não-eleito	334	7.914		
	Oposição	Eleito	10	52.443		
		Não-eleito	241	10.071		
2012	Governo	Eleito	23	100.877	19.641	1,96%
		Não-eleito	379	10.535	2.621	10,90%
	Oposição	Eleito	15	104.793	52.350	77,60%
		Não-eleito	193	16.704	6.633	43,64%

Teste t para diferenças de médias de arrecadação entre Governo e Oposição X Eleito e Não eleito
 2008 = Governo - Eleito/Não eleito = 13,646 (0,000); Oposição - Eleito/Não eleito = 4,976 (0,000)
 2012 = Governo - Eleito/Não eleito = 14,252 (0,000); Oposição - Eleito/Não eleito = 7,264 (0,000)

FONTE: OS AUTORES, COM BASE NOS DADOS OFICIAIS DO TSE.

Os testes de diferenças de médias mostram que as maiores distâncias encontram-se entre candidatos governistas eleitos e não eleitos em 2008 e em 2012, com coeficientes de 13,646 (0,000) e 14,252 (0,000) respectivamente. Isso significa que os governistas eleitos apresentam médias de receita superiores aos não eleitos e também aos oposicionistas em geral. Já entre os oposicionistas também existem diferenças estatisticamente significativas, porém, com menor intensidade. Os coeficientes são 4,976 (0,000) e 7,264 (0,000) respectivamente. Apesar de menor intensidade, percebe-se um crescimento na diferença entre receitas de oposicionistas eleitos e derrotados entre 2008 e 2012.

Em termos de médias, na eleição de 2008, vemos uma diferença considerável entre as receitas médias de candidatos eleitos de governo e oposição. Enquanto os primeiros arrecadaram em média R\$ 81.236 em suas campanhas, os eleitos da oposição conseguiram se eleger recebendo em média R\$ 52.443. Para os candidatos não-eleitos, estar em um partido de governo ou oposição não influenciou diretamente sobre as arrecadações.

Na eleição de 2012, tanto para eleitos quanto para não-eleitos, a presença no bloco governista ou oposicionista não afetou o fluxo de doações eleitorais. Contudo, não-eleitos de oposição tenderam a ser melhor financiados em média do que não-eleitos pertencentes a base de apoio do prefeito.

Um dado que merece atenção é o aumento percentual das receitas médias de candidatos de oposição, da eleição de 2008 para 2012. Enquanto vitoriosos de governo aumentaram suas receitas em 1,96% acima da inflação, mantendo-se praticamente estáveis nos dois períodos, os candidatos eleitos de oposição tiveram um aumento percentual de 77,60% acima da inflação do período. Já para

derrotados, os candidatos pertencentes a base de apoio do prefeito conquistaram um aumento de 10,90% em suas arrecadações, enquanto candidatos de oposição tiveram um aumento de 43,64%, acima da inflação.

Percebe-se um quadro de mudança de 2008 a 2012 muito favorável aos candidatos de oposição, tanto eleitos quanto não-eleitos. Isto porque, estes dois grupos tiveram incrementos importantes nas suas receitas, ao passo que candidatos eleitos e não-eleitos de governo conquistaram aumentos pouco acima da inflação do período, indicando uma estabilização nas arrecadações.

Para concluir as análises bivariadas, consideramos uma segunda característica para os candidatos, além de ser de partidos do governo ou da oposição, ser candidato em disputa à reeleição ou ser concorrente "novato" (aquele que está disputando o cargo sem estar ocupar uma vaga no legislativo no ano da disputa). Na tabela 4 encontram-se as receitas médias de candidatos de governo e oposição classificados em novatos e candidatos à reeleição, nas eleições de 2008 e 2012. Candidatos que já ocuparam o cargo de vereador em eleições anteriores, mas que não foram eleitos na eleição imediatamente anterior, foram alocados entre os novatos.

Os testes t mostram que as maiores diferenças de médias de receitas estão entre os governistas, com coeficiente de -16,576 (0,000) para governistas novatos x candidatos à reeleição em 2012 e -10,571 (0,000) para 2008. Significa que ser candidato à reeleição em partido do governo aumenta significativamente as receitas de candidatos novatos em comparação com os novatos de partidos da oposição. Entre os oposicionistas as diferenças também são estatisticamente significativas, porém, não tão fortes. Em 2008 o coeficiente ficou em -6,302 (0,000) e em 2012 em -2,601 (0,000). Como se vê, ao contrário dos governistas, o coeficiente foi menor na última eleição em relação à anterior, indicando uma tendência de redução das diferenças.

TAB. 4 – RECEITAS DE CAMPANHA ENTRE NOVATOS E DESAFIANTES DO GOVERNO E DA OPOSIÇÃO

Eleição	Posição	Condição	Nº de candidatos	Arrecadação média	Aumento em relação à eleição anterior (R\$)	Aumento % descontado a inflação do período
2008	Governo	Novato	341	9.273		
		Reeleição	22	76.358		
	Oposição	Novato	243	9.613		

2012	Governo	Reeleição	10	61.707		
		Novato	378	9.493	220	-19,85%
	Oposição	Reeleição	27	101.472	25.114	10,67%
		Novato	202	21.320	11.707	99,56%
		Reeleição	7	71.112	9.405	-6,98%

Teste t para diferenças de médias de arrecadação entre Governo e Oposição X Novato e candidato à reeleição
 2008 = Governo - Novato/À reeleição = -10,571 (0,000); Novato/À reeleição = -6,302 (0,000)
 2012 = Governo - Novato/À reeleição = -16,576 (0,000); Novato/À reeleição = -2,601 (0,010)

FONTE: OS AUTORES, COM BASE NOS DADOS OFICIAIS DO TSE.

Quando analisamos as diferenças das médias diretamente, percebemos outras características interessantes entre os grupos nas duas eleições. Entre os novatos, a arrecadação não foi influenciada pelo pertencimento a oposição ao governo, na eleição de 2008. Ambos os grupos tiveram receitas de aproximadamente R\$ 9.000. Já para os candidatos à reeleição, o padrão de arrecadação foi semelhante, mas ainda assim candidatos de governo arrecadaram mais que candidatos de oposição, com os primeiros tendo receitas médias de R\$ 76.358 e os segundos R\$ 61.707.

Por outro lado, a eleição de 2012 apresenta números mais aparentes das diferenças entre governistas e oposicionistas. Entre os novatos, candidatos de governo foram muito menos financiados que de oposição. Para o primeiro grupo, a média de arrecadação foi extremamente semelhante à da eleição anterior: R\$9.493. Enquanto que os candidatos novatos de oposição tiveram uma arrecadação média superior em mais que o dobro de seus concorrentes: R\$ 21.320. Ao analisar as receitas médias de candidatos à reeleição a situação se inverte. Candidatos de governo receberam em média R\$ 30.000 a mais do que candidatos de oposição

Com relação aos percentuais de aumento de uma eleição à outra, estes dois grupos menos financiados em 2012 (novatos de governo e reeleição de oposição) tiveram um aumento de receita abaixo da inflação do período. Para os primeiros, percentual negativo em 19,85%, já para os segundos, negativo em 6,98%. Já o aumento de receita de candidatos à reeleição por partidos que apoiaram o prefeito representou um crescimento em 10,67%, comparado a eleição de 2008. Por fim, candidatos novatos de oposição tiveram um surpreendente aumento em 99,56% em suas receitas eleitorais.

Pode-se dizer, até aqui, que a condição de concorrer à reeleição, como já ressaltado, influencia sobre as receitas obtidas. Mas, há um efeito positivo sobretudo

para candidatos à reeleição que estão presentes na coligação de apoio ao prefeito. Em relação aos candidatos novatos, assim como já identificado entre opositores não-eleitos, candidatos de oposição conseguiram um aumento mais significativo de receitas do que candidatos de governo, comparado as eleições de 2008. Por fim, mais uma vez notou-se um quadro de estabilização das receitas de candidatos de situação, com aumento abaixo da inflação para candidatos novatos e pouco acima da inflação para candidatos à reeleição.

Até aqui analisamos os efeitos de cada variável explicativa binária isoladamente sobre as receitas de candidatos. Agora usaremos um teste de regressão linear para verificar os efeitos conjuntos, podendo comparar o que explica mais as diferenças de arrecadações, se ser novato ou candidato à reeleição, se ser do governo ou da oposição ou se ter sido eleito ou derrotado ao final da campanha. Como não pretendemos fazer predição, abriremos mão de testes complementares, tais como as análises de resíduos para verificar o ajustamento das variáveis explicativas. O principal pressuposto aqui é o de que a variável dependente seja de razão - R\$ declarados como receita de campanha. As explicativas são categóricas binárias. Resultado - 1=Eleito, 2=Derrotado; Posição - 1=oposição, 2=governo; e Condição - 1=novato, 2=reeleição. O teste de regressão mostra tanto os resultados para o modelo como um todo, ou seja, quanto que o conjunto das variáveis explica as variações das receitas, assim como os efeitos individuais de cada uma das variáveis independentes. Foram realizadas duas regressões, uma para 2008 e outra para 2012. Os resultados gerais dos testes para os dois anos mostram que os modelos têm alguma capacidade explicativa, com crescimento dessa capacidade em 2012 quando comparado à eleição anterior. Isso é possível perceber nos valores da ANOVA do modelo, que é de 83,329 (0,000) em 2008 e passa a 97,693 (0,000) em 2012. O coeficiente de correlação (r) entre as variáveis, que é de 0,540, ou 54%, em 2008 sobe para 0,571 (57,1%) em 2012. O coeficiente de determinação (r^2), que identifica quanto o conjunto das variáveis independentes explica as variações de receitas de campanha também cresce, passando de 0,291 (29,1%) em 2008 para 0,326 (32,6%) em 2012.

TAB. 5 - COEFICIENTES DE REGRESSÃO LINEAR PARA RECEITAS DE CAMPANHA

Ano		B (não padronizado)	Beta (padronizado)		ig.
-----	--	---------------------	--------------------	--	-----

2008	Constante	30.976,81		,546	,123
	Resultado	-23.407,64	-0,361	8,776	,000
	Posição	725,47	0,012	,337	,736
	Condição	34.498,90	0,249	,050	,000
	ANOVA			3,329	,000
	r			,540	
	r ²			,291	
2012	Constante	31.308,43		,232	,218
	Resultado	-33.409,32	-0,387	10,027	,000
	Posição	7.951,20	0,090	,694	,007
	Condição	47.557,01	0,261	,760	,000
	ANOVA			7,693	,000
	r			,571	
	r ²			,326	

Analisando os resultados por variáveis individuais é possível perceber que a diferença entre os dois anos está nos efeitos da variável "posição" (oposição x governo). Em 2008 o efeito dessa variável não é significativo para o modelo, com $t=0,337$ e nível de significância acima do limite crítico (0,736). Já em 2012 a capacidade explicativa da variável aumenta e ela passa a ser estatisticamente significativa. As outras duas variáveis, "resultado" e "condição" apresentam nível de significância estatística e coeficientes t mais altos nas duas disputas.

Para comparar os efeitos das variáveis individuais usamos o coeficiente Beta Padronizado, que mede o impacto de cada variável independente em termos de desvio padrão sobre a dependente. Por isso os coeficientes podem ser comparados diretamente, ainda que sejam originalmente (antes de serem padronizados) de unidades ou dimensões distintas. A ordem de intensidade dos efeitos é a mesma nas duas disputas. Tanto em 2008 quanto em 2012 o fato de ter sido eleito é o que mais explica as diferenças de receitas dos candidatos, com beta padronizado de -0,361 e -0,387, respectivamente. Aqui os sinais são negativos porque a categoria eleito, que apresenta as maiores receitas declaradas, recebeu código 1, enquanto a

categoria não eleito ficou com código 2. Em segundo lugar vem a variável "condição", se candidato à reeleição ou se novato, com coeficientes 0,249 e 0,261, respectivamente. Por fim, o efeito da variável "posição", se do governo ou se opositor, com 0,012 e 0,090 em 2008 e 2012. Percebe-se o crescimento do efeito dessa variável, que cresce quase oito vezes entre as duas disputas, enquanto as outras variáveis ficam praticamente estáveis.

NOTAS CONCLUSIVAS

Uma primeira conclusão a partir das análises realizadas aqui diz respeito à direção das relações. Usamos três variáveis explicativas (resultado, posição e condição) para tentar entender as variações agregadas de receitas de campanha de candidatos a vereador de Curitiba em duas eleições. No entanto, das três variáveis explicativas, duas são anteriores à campanha (posição e condição), pois já estão determinadas quando os candidatos iniciam a busca por financiadores; e uma é posterior (resultado), que indica a concretização ou não do sucesso eleitoral ao final da campanha, ou seja, posteriormente à obtenção dos recursos financeiros. Pudemos utilizar as três variáveis em conjunto aqui porque nosso objetivo era verificar os efeitos sobre as variações das receitas dos concorrentes e não estávamos buscando determinantes. Porém, como os efeitos da variável resultado mostraram-se mais fortes em todos os testes realizados aqui para explicar as arrecadações dos candidatos, podemos afirmar que em relações de determinação a variável "recursos de campanha" é mais adequada como variável explicativa - antecedente - ao resultado/voto do que o contrário, usar os recursos de campanha para ser explicado.

Voltando aos objetivos do texto, foi possível perceber um crescimento no volume de receitas declaradas acima da inflação do período entre as eleições de 2008 e 2012. Esse crescimento não foi homogêneo, no entanto, na maioria das vezes foi superior à inflação. Isso pode significar duas coisas: i) que as campanhas de vereador estão seguindo a tendência de disputas em outros níveis e ficando mais caras; e ii) que o aprimoramento dos mecanismos de controle e fiscalização das

prestações de contas¹⁴ fez com que os candidatos fossem mais realistas com as receitas declaradas em 2012, quando comparado a 2008. Essas explicações não são excludentes, ao contrário, podem ser consideradas complementares. No entanto, para testá-las é necessário realizar outros estudos. O objetivo inicial aqui foi o de mostrar que houve maior monetarização das campanhas de vereador em 2012, quando comparado a 2008.

Além disso, os efeitos são distintos. Percebe-se que entre as duas variáveis antecedentes: pertencer ou não ao governo e ser iniciante ou candidato à reeleição, a segunda tem efeito maior sobre as receitas de campanha do que a primeira. Quer dizer, candidatos à reeleição costumam ter maiores volumes de doações para suas campanhas, independente de serem de partidos da base do governo ou de oposicionistas. Contudo, para os candidatos de partidos da base do governo, concorrer à reeleição produziu efeito positivo sobre as receitas eleitorais, mais que para os demais concorrentes.

Isoladamente, a presença na coligação de apoio ao prefeito, em ambas as eleições, não produziu efeitos significativos sobre as receitas conquistadas. Entretanto, ao compararmos as eleições de 2008 e 2012, notou-se uma estabilização das receitas dos candidatos de governo, frente a um crescimento nos recursos eleitorais dos candidatos de oposição.

Por fim, novamente é preciso destacar que os "achados" deste estudo não dizem respeito a qualquer relação direta entre recursos de campanha e votos. Nosso objetivo não foi estudar o volume de votos obtidos pelos candidatos em função das receitas dos mesmos. Foi analisar o que pode explicar as variações de doações declaradas entre candidatos. Se os recursos são transformados em votos ou não é objeto de análise para outro estudo.

REFERÊNCIAS

DAHL, R. **Sobre a democracia**. Brasília: Editora UnB, 2009.

GELAPE, L. O.; VIDAL, L. F. Prestação de contas de campanhas eleitorais: (in)diferenças práticas entre a aprovação, aprovação com ressalvas, rejeição e não prestação de contas eleitorais. **Revista Diálogos Eleitorais**, Belo Horizonte, v.2, n. 1, p. 57-79, 2013.

14 As resoluções 23.376/12 e 23.382/12 do TSE estabeleceram novos parâmetros para prestações de contas, assim como punições a candidatos ou partidos que apresentem inconsistências em suas declarações de receitas e gastos.

LEMOS, L. B.; MARCELINO, D.; PEDERIVA, J. H. Porque dinheiro importa: a dinâmica das contribuições eleitorais para o Congresso Nacional em 2002 e 2006. **Revista Opinião Pública**, v. 16, n. 2, p. 366-393, nov. 2010.

MANCUSO, W. P. **Investimento eleitoral no Brasil: balanço da literatura e agenda de pesquisa**. Trabalho apresentado ao 8º Encontro da ABCP. Gramado, RS, 2012a.

_____. Empresas e financiamento de campanhas eleitorais de candidatos a deputado federal pelo estado de São Paulo nas eleições de 2002 e 2006. In: COSTA, A. J. D., et al (orgs.). **Desenvolvimento e crise na América Latina: estado, empresas e sociedade**. Curitiba: Editora CRV, 2012b.

PRZEWORSKI, A. **Democracia e mercado no Leste Europeu e na América Latina**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

REIS, B. P. W.; FERREIRA, L. M.; FIALHO, F. M. **Reforma Política e Financiamento de Campanhas: anotações para uma taxonomia do financiamento eleitoral**. Trabalho apresentado ao 35º Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, MG, 2011.

RIBEIRO, P. S. S.; SOUZA, C. A. S.; GOMES, I. M. M.; et. al. **O financiamento de campanha dos candidatos indígenas brasileiros em foco: uma análise comparativa da composição das receitas dos parlamentares eleitos nas regiões, norte, nordeste e centro-oeste nas eleições de 2012**. Trabalho apresentado ao 37º Encontro Anual da ANPOCS. Águas de Lindóia, SP, 2013.

RUBIO, D. F. Financiamento de partidos e campanhas: fundos públicos *versus* fundos privados. **Revista Novos Estudos**. São Paulo, n. 73, p. 5-15, nov. 2005.

SPECK, B. W. Reagir a escândalos ou perseguir ideais? A regulação do financiamento político no Brasil. **Cadernos Adenauer**, ano 6, n. 2, 2005.

SPECK, B. W.; MANCUSO, W. P. **Financiamento, capital político e gênero: um estudo de determinantes do desempenho eleitoral nas eleições legislativas brasileiras de 2010**. Trabalho apresentando ao 36º Encontro Anual da ANPOCS. Águas de Lindóia, 2012.

UMA ETNOGRAFIA VIRTUAL POSSIBILIDADES METODOLÓGICAS DA ESCOLA DE CHICAGO E DO INTERACIONISMO SIMBÓLICO

César Bueno Franco¹⁵

RESUMO

Este artigo propõe uma reflexão metodológica. Apresenta-se um diálogo entre teorias sociológicas do século passado e a pesquisa com mídia digital que o autor vem desenvolvendo. O objetivo é discutir como uma etnografia virtual contemporânea pode ser informada pela Escola de Chicago e pelo Interacionismo Simbólico representados pelas obras "Sociedade de Esquina" e "A representação do eu na vida cotidiana". O argumento principal conduz às possibilidades metodológicas atemporais que essas teorias sociológicas têm, mesmo que para objetos virtuais e etnografias contemporâneas.

Palavras-chave: Etnografia virtual. Escola de Chicago. Interacionismo Simbólico.

ABSTRACT

This paper proposes a methodological reflection. It is presented a dialogue between the sociological theories from the last century and the research about digital media that the author has been developing. The aim is to discuss how a contemporary virtual ethnography can be based by the Chicago School and the Symbolic Interactionism represented by the books "Street Corner Society" and "The Presentation of Self in Everyday Life". The main argument leads to the timeless methodological possibilities that these sociological theories do have, even to virtual objects and contemporary ethnographies.

Keywords: Virtual ethnography. Chicago School. Symbolic Interactionism

INTRODUÇÃO

Quando uma pesquisa sociológica se propõe a estudar objetos especificamente contemporâneos, é comum surgir uma inquietação sobre como é que tal objeto pode ser pensado e desenvolvido com respeito a sua contemporaneidade. É quando as teorias e metodologias, e mesmo epistemologias, já bem sedimentadas nas ciências sociais são postas à prova e então descartadas ou reinventadas em nome das supostas exigências de um objeto contemporâneo

¹⁵ Mestrando e bolsista CAPES pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná. E-mail: csarbf@gmail.com

como se este fosse absolutamente diferente dos objetos não-contemporâneos. Percebi esta inquietação e tendência no meu próprio objeto de pesquisa¹⁶: uma comunidade virtual, existente na internet, na plataforma de um fórum, onde homens se "reúnem" para aprender supostas técnicas e métodos de sedução de mulheres. Por mais que o recorte de gênero - aqui pela masculinidade - seja já apaziguado nas ciências sociais, palavras como virtual e internet tensionam quais métodos e teorias possibilitariam alcançar um conhecimento sociológico válido e rico desses *artistas da sedução* - autodenominação que aqueles homens daquela comunidade adotam -, e em especial, talvez, a tensão exista por ser proposto uma pesquisa qualitativa amplamente sustentada na etnografia, que passa a ser virtual.

O objetivo deste artigo é argumentar pela pertinência que escolas sociológicas surgidas na primeira metade do século passado têm para pesquisas etnográficas atuais e desenvolvidas em mídias digitais. Tomarei como exemplo destas a pesquisa que desenvolvo na referida comunidade virtual dos *artistas da sedução*. Por tais escolas estou entendendo a Escola de Chicago e o Interacionismo Simbólico, e aqui as tomo como em continuidade e logo com relativa unidade. Para balizar a discussão proposta será feita toda uma recuperação do que entendo por Escola de Chicago e Interacionismo Simbólico, e também a recuperação de alguns pontos de duas obras marcantes daquelas escolas, a saber, respectivamente, *Sociedade de Esquina*, de William F. Whyte, e *A representação do eu na vida cotidiana*, de Erving Goffman. Assim, durante o texto, estarei levantando questões de como podemos pensar pesquisas etnográficas atuais e desenvolvidas em mídias digitais (particularmente tomando a minha própria como referência) partindo daquelas escolas e daquelas obras.

O GRANDE GUARDA-CHUVA DA ESCOLA DE CHICAGO

Na intenção de definir e caracterizar a Escola de Chicago é preciso mencionar que tratamos de algo um tanto difuso e impreciso. Afinal, nela nunca houve a intenção de fundamentar uma escola sociológica nem sequer nutriram-se ambições de fundamentar uma teoria social sistemática, ou ainda, nem se quis estabelecer um

¹⁶ Dissertação de mestrado em andamento intitulada *A comunidade virtual dos "artistas da sedução": o trânsito online das identidades masculinas*, enquadrada na linha de pesquisa de Gênero, Corpo, Sexualidade e Saúde.

conjunto metodológico para as investigações sociais (MARTINS, 2013). Assim, como podemos nos referir a algo chamado Escola de Chicago, e a que nos referimos? Uma resposta simples e que me agrada é de tomar por isto aquele "conjunto de trabalhos de pesquisa sociológica realizados, entre 1915 e 1940, por professores e estudantes da Universidade de Chicago."(COULON, 1995, p. 7). E que se não tinham homogeneidade, ao menos é possível sim ver neles uma unidade (COULON, 1995).

A Escola de Chicago marca-se então por ter acompanhado e expresso bem o contexto dos Estados Unidos da América no início do século XX, em particular o da cidade de Chicago. O país vinha passando por uma reforma em seu ensino universitário desde o final do século XIX e isso possibilitou que dentre os novos espaços alguns pudessem ser ocupados pela sociologia, enquanto a cidade parecia canalizar todo o processo de urbanização e imigração norte-americanos (MARTINS, 2013). Em pouco tempo Chicago saiu de um povoado e passou à condição de centro capitalista, cultural, e uma das maiores cidades do país (COULON, 1995). Esse contexto trouxe problemas e questões a serem refletidas, como criminalidade, imigração e pobreza. Frente a eles, a Escola de Chicago desempenharia um papel soberbamente empírico e ativo, acadêmico mas não distante da realidade, revelando não apenas uma orientação à pesquisa ao invés do ensino mas também uma vocação¹⁷ para a reforma social (COULON, 1995; MARTINS, 2013).

Mas o grande reconhecimento da Escola de Chicago é pela sua contribuição para a sociologia qualitativa. Coisas que hoje nos parecem banais, quase inescapáveis numa pesquisa sociológica, podem ser lidas como heranças daquela Escola. Para Coulon (1995), a sua maior e mais clara implicação era o de dar prioridade ao ponto de vista do agente. Ou seja, importa a prática dos indivíduos, as significações que se utilizam, preservar o contexto dos dados, mantê-los na realidade social na qual se expressam. Isso traduzia-se em trabalhos preocupados em colher relatos em primeira pessoa, em dar espaço às histórias de vida, também focados em analisar documentos diversos - como cartas e diários -, e, claro, dispostos a praticar a observação participante, uma grande marca dos trabalhos da

¹⁷ Becker(1996) ressalta que a figura de Albion Small, o responsável por dirigir o departamento de sociologia e antropologia da Universidade de Chicago, era protestante e disso vinha seu interesse pela reforma social. E ele não era o único com origens religiosas. O que reforça que, afinal, a Escola de Chicago e seu famoso compromisso com as questões sociais urbanas tinha uma orientação também moral.

época. Tal orientação metodológica não vinha por capricho. Estava aí o peso da influência que a Escola sofreu por parte de George H. Mead. Ele é quem defendia a atenção ao aspecto simbólico da vida social e assim, para captar este simbolismo, seria preciso um pesquisador que assumisse a perspectiva do agente (COULON, 1995). Mead endossava também a crítica às explicações behavioristas, concebendo então "a mente humana como o produto de um ativo processo de interação social, de tal forma que, em sua visão, os indivíduos percebem o mundo e se situam nele na medida em que se colocam no papel do outro[...]" (MARTINS, 2013, p. 229). Ou seja, era o indivíduo produzindo sentidos a partir da interação, o que convoca o pesquisador a se aproximar o máximo possível dessa condição interacionista - e que como veremos logo mais era já o Interacionismo Simbólico se insinuando.

Resumidamente, temos que a Escola de Chicago "pode ser considerada como o berço de uma grande variedade de abordagens empíricas", sendo a observação participante uma delas, e tendo indubitável marca de uma "sociologia urbana prática" e da inauguração da "indagação sociológica direta junto aos indivíduos", rompendo com a "sociologia especulativa que marcara a época precedente." (COULON, 1995, p.115). E pensando em tais características é que Becker(1996) dirá, o que acredito ter toda razão, que a Escola se tornou algo como um modo de pensar difundido até os dias atuais, ainda influenciando o modo como abordamos nossos objetos.

Já nesta recuperação breve da Escola de Chicago é possível reconhecer uma utilidade sociológica que eu diria ser atemporal. Ao eleger temas urbanos e priorizar os indivíduos, defendendo empiria ao invés da especulação, temos aí um grande guarda-chuva para inúmeras pesquisas atuais, e que se é imperceptível devemos tomar isso como sinal de sua incorporação extrema, já banalizada, e não de sua superação ou inexistência. É, inclusive, um grande guarda-chuva para a pesquisa que proponho e que se desenvolve sobre uma comunidade virtual existente na internet. Ou seja, a abordagem de tal fenômeno como urbano e com determinado contexto, tratando-o empiricamente e com prioridade aos indivíduos, em nada contradiz ou faz esvaziar o legado deixado pela Escola de Chicago. Pelo contrário, o legado se vê reproduzido. Mais ainda, esse legado se vê reforçado com a opção de uma metodologia etnográfica(virtual¹⁸), onde a observação participativa e a coleta de

¹⁸ A discussão metodológica sobre o que seria uma etnografia virtual rende muitas páginas e diversos rótulos mas que muitas vezes pouco se distinguem(AMARAL, 2010). Assim, opto por um

materiais produzidos em primeira pessoa - inclusive histórias de vida - é a maneira com que abordo o campo de pesquisa. Nestes termos, meu estudo sobre a comunidade virtual dos *artistas da sedução* está, assim como tantos outros mais ou menos similares, em conformidade com a perspectiva da Escola - mesmo que seja possível datar seu fim na década de 1940.

SOCIEDADE DE ESQUINA, UM MODELO ETNOGRÁFICO

O que herdamos da Escola de Chicago pode ser visto iconicamente na obra de um autor daquele período. Contudo, é um tanto irônico, senão ousado, sugerir como obra exemplar da Escola de Chicago *Sociedade de Esquina* de William F. Whyte. Afinal, o autor mesmo negou¹⁹ a sua filiação a tal escola, inclusive tendo efetuado a sua pesquisa em Boston e quando então era vinculado à Universidade de Harvard. Contudo, se tomamos as principais características daquela Escola e comparamos com as mais evidentes marcas da obra de Whyte, temos uma semelhança significativa: é um tema urbano, tem o marcador da imigração e da pobreza, dispensa a teorização e privilegia francamente a empiria, e dedica todo seu método a uma profunda e intensa observação participante. Em termos de legendas temos, pois, uma obra muito afinada com a Escola de Chicago. Porém, mais do que exemplificar, o resgate de *Sociedade de Esquina* tem a intenção de ressaltar questões mais específicas que a obra suscita, e que podem ajudar em pesquisas etnográficas com mídias digitais²⁰.

Uma das primeiras afirmações de Whyte em sua obra é a de que é preciso humanizar as pessoas de seu estudo. Seu diagnóstico da forma como Cornerville - bairro que tomou como objeto de estudo - vinha sendo tratado é categórico. "Há algo errado nesse quadro: nele não há seres humanos." (WHYTE, 2005, p. 20). Se referia ao tratamento moralizante, estereotipado e superficial. E como encontrar os seres humanos? "A única maneira de obter esse tipo de conhecimento [íntimo e detalhado]

caminho mais simples e intuitivo: uma etnografia realizada no e pelo computador sobre um objeto que tem existência no virtual.

¹⁹ Negação feita no *Anexo A* da citada obra, em que rebate a possibilidade de ter sido influenciado pela Escola; como argumento, lembra ele com displicência que à época do estudo sequer conhecia os trabalhos da Universidade de Chicago.

²⁰ Adota-se aqui a definição de Miskolci, isto é, mídias digitais como "uma forma de se referir aos meios de comunicação contemporâneos baseados no uso de equipamentos eletrônicos conectados em rede, portanto se referem - ao mesmo tempo - à conexão e ao seu suporte material." (MISKOLCI, 2011, p. 12).

é viver em Cornerville e participar das atividades de sua gente."(Ibid, p. 20). E guiado por esta fé de que a observação e a convivência trarão o conhecimento necessário para a compreensão da vida numa área pobre e degradada, é que Whyte desenvolverá a sua obra.

Sistematicamente a obra divide-se de acordo com a imersão do autor nos grupos de Cornerville e seus clubes sociais. Assim passa pelos rapazes de esquina, depois foca-se nos rapazes formados, então discute as organizações mafiosas, e por fim a dinâmica da política e dos políticos locais. Durante este trajeto todas as marcas metodológicas da Escola de Chicago estão bem presentes; assim temos amplo espaço para a fala em primeira pessoa dos sujeitos de pesquisa, a preocupação com a biografia deles, pormenorizadas descrições e narrações de suas atividades, além, é claro, da subentendida íntima e constante observação participativa. Tudo muito coerente com o que Whyte advogava na introdução da obra.

Nesta pesquisa sobre Cornerville, pouco iremos nos preocupar com as pessoas em geral. Encontraremos pessoas particulares e observaremos as coisas particulares que fazem. O padrão geral de vida é importante, mas só pode ser construído por meio da observação dos indivíduos cujas ações configuram esse padrão. (WHYTE, 2005, p. 23).

O que esta citação anuncia é, por exemplo, a constante reprodução da voz dos sujeitos de pesquisa - o que importa é o que fazem e falam, e não qualquer outra coisa para além disso. Também a utilização da biografia dos indivíduos para ilustrar as mudanças no quadro geral e um movimento maior de mudança social - se o quadro aumenta nem por isso o indivíduo e suas ações se perdem. Ou ainda quando frisa que para entender a disputa pela liderança dos grupos e clubes sociais era preciso compreender as relações pessoais dos envolvidos - é o observar por dentro, ouvindo as pessoas, analisando os indivíduos pelas suas ações. Além de metodologicamente muito claro, o livro de Whyte é de um fôlego etnográfico notável.

Se a Escola de Chicago parecia ter questões, eu disse, atemporais, e que a fazem permanecer viva ainda hoje em várias pesquisas - mesmo se sem os devidos créditos -, com Whyte e seu *Sociedade de Esquina* é semelhante. Esta icônica obra e a sua associação indelével à Escola de Chicago reforçam o que sugiro ser a essência de um trabalho etnográfico: ouvir pessoas, observar suas ações, entender suas histórias, e compreender suas relações. Ou, sintetizando num termo mais poético que o próprio Whyte sugere, encontrar os seres humanos que habitam um

quadro social específico. O que, é claro, supõe o convívio real, intenso e prolongado com esses seres humanos - não um questionário, não uma entrevista com hora para acabar, não uma observação pontual. Outra vez encontramos orientações gerais de uma metodologia etnográfica e hoje tão incorporadas que muitas vezes sequer são tratadas com a preocupação em serem referenciadas teórica ou metodologicamente em trabalhos acadêmicos. E, outra vez, isto tudo, vindo de uma pesquisa feita entre 1936 e 1940, oferece amplos subsídios para estudar uma comunidade virtual tal como é minha proposta. Nela, a coleta de material vindo da observação não encontra dificuldades maiores uma vez que se compreenda aquela comunidade (e a sua existência num site) como o lócus da atividade social - e portanto é ali que posso "ouvir" pessoas, observar o que fazem, entender suas histórias pessoais, e compreender suas relações. O convívio pode não ser "real" no sentido físico, mas ainda assim é real²¹ e, desde que se pondere sobre o significado que as noções de intenso e prolongado adquirem na internet, tal convívio também pode ser intenso e prolongado. Assim procedendo torna-se possível, por exemplo, usar das biografias tal qual Whyte usou: qual é a biografia desses homens que querem ser *artistas da sedução* e como isso se encaixa num quadro maior de mudança social? Ao final, uma etnografia em mídias digitais terá tanta possibilidade de encontrar os humanos daquele quadro social como tem as etnografias que não transcorrem na internet.

Mas se a obra de Whyte foi marcante, seu anexo vindo mais de uma década depois da publicação é ainda mais revelador sobre o quão pertinente é a obra (e seus bastidores) para se pensar qualquer pesquisa etnográfica e em qualquer meio - inclusive no virtual. Neste anexo Whyte problematiza uma questão crucial do trabalho de campo, isto é, o envolvimento que temos com nosso objeto de pesquisa.

Quando o pesquisador está instalado numa universidade, indo ao campo apenas por poucas horas de cada vez, pode manter a sua vida social separada da atividade de campo. Lidar com seus diferentes papéis não é tão complicado. Contudo, se viver por um longo período na comunidade que é seu objeto de estudo, a sua vida pessoal estará inextricavelmente associada à sua pesquisa.(WHYTE, 2005, p. 283).

Neste trecho Whyte pondera basicamente sobre a distância do campo e a intensidade com que o realizamos. Entendo isto como um alerta. Esta, me parece, é uma tensão inevitável desde que a Escola de Chicago iniciou seus avanços pela

²¹ Um número crescente de teóricos que discutem fenômenos situados na internet descartam a visão de haver um mundo real/offline contraposto ao mundo virtual/online, uma vez que são dinâmicas inseparáveis e de mútua influência(TURKLE, 1997; BAYM, 2013).

sociologia qualitativa e privilegiou a perspectiva dos indivíduos; das principais obras desta época e que Coulon(1995) nos traz, como a de Thomas e Znaniecki e seu profundo estudo sobre os poloneses na América, a questão velada sempre foi sobre como se situar em campo quando a proposta de abordagem é tão envolvente e prolongada e quando se entra em contato tão íntimo e próximo com os sujeitos de pesquisa. Nas etnografias atuais que também se pretendem lançar-se ao campo de modo envolvente e prolongado, de modo a obter contatos íntimos e próximos com seus sujeitos, a questão não mudou muito - talvez a única diferença é que hoje é imperdoável que uma questão destas apareça de modo velado tal qual comumente a Escola de Chicago tratava as questões metodológicas. Mas, especificamente nas etnografias virtuais, a questão pode gerar um incômodo: como fica a distância entre pesquisador e pesquisado, e quais as implicações? Afinal, haverá sempre um dispositivo eletrônico entre pesquisador e pesquisado.

O que tenho observado até agora em minha pesquisa é que a distância com o campo *virtual* não é tão grande quanto poderia parecer ou mesmo poderíamos desejar. Num cenário global onde cada vez mais habitamos espaços online com e-mail, redes sociais, *blogs* e tantas outras mídias digitais em que nos expomos de algum modo, o pesquisador terá acesso à vida das pessoas, e essas à vida do pesquisador, de uma forma talvez mais intrusiva do que se o contato fosse *offline*. Assim, pesquisas etnográficas virtuais podem sim compartilhar daquela tensão a que Whyte referiu-se como uma inextrincável associação entre vida pessoal e pesquisa. E se em Whyte testemunhamos as implicações disso quando, por exemplo, ele jogava boliche com os rapazes da esquina, saía com uma garota de Cornerville, e mesmo levava adiante uma manifestação pela instalação de água quente nos banheiros do bairro, em etnografias virtuais o envolvimento pode se dar quando o pesquisador é chamado para ajudar a administrar a comunidade virtual - como ocorreu com Silva (2008) e a sua etnografia na rede social Orkut -, ou ainda quando o pesquisador precisa reforçar a seus pesquisados que está ali somente para a pesquisa - como em Zago (2013), que pesquisando redes sociais para encontros sexuais entre homens gays se viu diante de insinuações não-acadêmicas -, ou também, como aconteceu recentemente em meu campo, quando seus entrevistados te rastreiam pela rede e vêm comentar sobre dados seus que você mesmo havia esquecido existir publicamente e que de modo algum se relacionam com a pesquisa. Isto é, as fronteiras no virtual entre vida pessoal e pesquisador de

um lado, e de outro pesquisa e pesquisados, pode ser tão confusa quanto nas etnografias não-virtuais; um reforço, pois, da validade daquele alerta dado por Whyte. A relação do pesquisador com seu campo e seus sujeitos será sempre uma questão a ser considerada.

No anexo, Whyte ainda reflete sobre a inserção em campo e quão importante é encontrar os canais certos. O que ele acabou descobrindo, e também reforçando o que hoje é um mantra para aqueles que desejam conseguir acesso a um grupo, é que existem indivíduos que podem abrir as portas. "Durante meu período em Cornerville, aprendi bem rapidamente a importância crucial de ter o apoio dos indivíduos-chave de qualquer grupo ou organização que eu estudasse."(WHYTE, 2005, p. 301). E, por outro lado, descobriu que uma vez dentro é preciso ter conversas que às vezes não parecem conversas relacionadas à pesquisa, e que saber usar das perguntas em campo significa, às vezes, não perguntar. Uma vez mais temos pontos que não precisam de conversão ou muita adaptação para pesquisas contemporâneas, mesmo para uma etnografia virtual. Comunidades virtuais, independente da plataforma sobre a qual funcionam, quase sempre possuem administradores; estes podem ou não controlar pessoalmente quem participa da comunidade, mas estão lá e são vistos, afinal, como administradores, sendo pois indivíduos-chaves dos quais o apoio pode ter aquela importância crucial. E pesquisas virtuais recentes, como de Facioli(2013), mostram como é difícil participar de discussões em fóruns virtuais somente como um observador pois, a certa hora, será cobrado, com intensidade variada, que o pesquisador contribua com algo e entre numa interação que pode ir além da norma burocrática de um pesquisador e seu objeto; é preciso, afinal, ter as conversas que de repente não são relacionadas à pesquisa em si. E por outro lado, a advertência de Whyte sobre saber o que perguntar e o que não perguntar é aquele tipo de recado ao bom senso de pesquisador que parece ser inerente antes à atividade da pesquisa do que ao objeto(virtual ou não); algo, pois, plenamente válido independente da pesquisa que se faça.

O anexo em que Whyte explica suas peripécias em campo vai do elucidativo ao divertido, e outros pontos poderiam ser trazidos aqui. Detive-me nos de acima por crer que tocam em pontos mais gerais e constantes em trabalhos etnográficos, e espero ter mostrado que não importa tanto se a etnografia foi de ontem, de hoje, ou se no virtual. São questões que a Escola de Chicago já vinha sugerindo e

insinuando, e que em *Sociedade de Esquina* adquirem o tônus de um trabalho empírico bem feito e representativo. Ouso sugerir, pois, que a reflexão que fiz até aqui se encaixa mesmo na razão do próprio Whyte em escrever tal anexo.

Não sugiro que minha abordagem em *Sociedade de esquina* precisa ser seguida por outros pesquisadores. Em alguma medida, ela deve ser única, para mim mesmo, para a situação particular e para o universo de conhecimentos que existia quando comecei o trabalho. Por outro lado, deve haver alguns elementos comuns no processo de pesquisa de campo. Somente à medida que acumularmos uma série de relatos sobre como a pesquisa foi efetivamente realizada seremos capazes de ir além do quadro lógico-intelectual e de aprender a descrever o processo real de investigação. O que se segue, portanto, é simplesmente uma contribuição na direção desse objetivo. (WHYTE, 2005, p. 284).

E dentro do que pode haver de comum no processo de pesquisa de campo, mesmo que o campo seja em mídias digitais, Whyte e a sua carga da Escola de Chicago são certamente úteis e pertinentes nas pesquisas etnográficas atuais.

DO LEGADO DE CHICAGO À INTERAÇÃO

Creio na relativa continuidade e portanto unidade entre Escola de Chicago e Interacionismo Simbólico, e muitos autores vêm reforçar isso. Para Coulon(1995), se podemos delimitar o fim da Escola de Chicago a partir da Segunda Guerra Mundial, quando Talcott Parsons assume a dianteira do que seria a sociologia norte-americana nas décadas seguintes, o viés qualitativo da Escola se perpetuou e assim poderíamos pontuar uma segunda Escola de Chicago: ela teria a marca do Interacionismo Simbólico e também de Goffman como seu grande representante. Era a eleição da interação cotidiana dos indivíduos como foco de análise. E a influência da Escola no Interacionismo é, afinal, bem assentada.

Apesar de não direcionar suas pesquisas e reflexões na construção de uma nova abordagem teórica, o resultado do empreendimento intelectual levado a efeito pelos sociólogos de Chicago na década de 1920 forneceram elementos empíricos e teóricos que permitiram embasar determinados elementos da corrente interacionista que foi edificada e codificada num período posterior. (MARTINS, 2013, p. 231).

Podemos mesmo falar de legado, e tal legado foi dado principalmente nesta nova visão da relação entre indivíduo e sociedade. Ainda com Martins(2013), era uma relação até então marcada pela separação teórica e metodológica entre as partes. Mas neste legado houve um imbricamento entre elas, trazendo dimensão

subjetiva e objetiva lado a lado. Em vez de focar o estrutural detiveram-se no processual - isto é, interações produzindo a vida social. Era uma visão que fazia do indivíduo um ator e assim as análises podiam debruçar-se na interpretação desses indivíduos em cada situação vivida; isto implicava considerar o tempo e o espaço da interação, isto é, contextos, situações e relações. Em realidade, acredito, podemos mesmo pensar numa continuidade entre Escola de Chicago e Interacionismo Simbólico, não só em termos de origem mas na própria perspectiva adotada; ou seja, desde Mead, influência na Escola, há a percepção crescente de que o indivíduo produz sentidos através da interação.

E por que resgatar o Interacionismo Simbólico? Acredito, como será melhor discutido adiante, que ele cumpre outro papel fundamental e atemporal nas pesquisas, mesmo quando estas versam sobre um objeto dado no virtual, como é o caso de meu objeto que aqui menciono e exemplifico a todo instante. Antes, porém, é preciso definir mais acuradamente o que se entende por Interacionismo Simbólico e quais autores lhe dão um corpo mínimo.

APROFUNDANDO A BUSCA DE SENTIDOS COM O INTERACIONISMO SIMBÓLICO

Acredito que uma útil caracterização do Interacionismo Simbólico e suas origens vem uma vez mais com Martins(2013).

Herbert Blumer, um ex-aluno de George Herbert Mead, que integrava também esse grupo de docentes[herdeiros de Chicago num contexto já de perda de prestígio], assumiu a tarefa de sistematizar e codificar o legado intelectual de determinados aspectos do trabalho realizado pelos pioneiros do Departamento de Sociologia[de Chicago] na década de 1920. Nesse sentido, destacou as significativas contribuições dos seus trabalhos para compreender a capacidade criativa da atividade humana diante do mundo social, a dimensão autorreflexiva utilizada pelos indivíduos diante das situações sociais, o incessante aspecto interpretativo realizado pelos indivíduos durante os processos interacionais, a orientação de inserir a análise do comportamento humano num tempo e espaço específico como condição *sine qua non* de sua inteligibilidade e integrou essas orientações que se encontravam subjacentes no trabalho desenvolvido pelo Departamento de Chicago, num *corpus* teórico designado por ele em 1937 de *interacionismo simbólico*, que a partir de então se expandiu, diversificou-se internamente e integrou-se ativamente no panorama metodológico e teórico das ciências sociais contemporâneas.(MARTINS, 2013, p. 235).

O que temos, pois, é uma síntese do surgimento do Interacionismo Simbólico vindo da Escola de Chicago, e, ao mesmo tempo, alguns de seus elementos

analíticos cruciais, como a pressuposição da criatividade humana, a autorreflexividade dos indivíduos quando em interação, a interpretação constante destas interações, e a preocupação em delimitar o tempo e o espaço como balizas para a compreensão do comportamento humano. Gadea(2013) reforçará outros aspectos que são igualmente cruciais: os símbolos de uma interação social não são universais, e os significados são individuais e subjetivos. "Algo assim como considerar que quando os papéis que participam numa determinada situação são diferentes, muito provavelmente a visão que tem uma pessoa do que está acontecendo é bastante diferente da de outra pessoa."(GADEA, 2013, p. 247). Vemos que o Interacionismo Simbólico amplia o próprio modo de interpretar uma situação social pois é como se aprofundasse a busca de sentidos. Não estão dados nem são universais; trata-se de percebê-los no processo de uma interação.

De um modo mais simples e menos detalhado do que os autores anteriores, mas ainda assim igualmente preciso, Howard Becker(1977) reforça o que é o Interacionismo Simbólico e seu diferencial. Explica, pois, que ele e outros pesquisadores, que vieram desse prosseguimento da Escola de Chicago no pós-guerra, não ligavam para rótulos disciplinares. Eles se preocupavam antes em alcançar uma profunda compreensão da sociedade por meio de uma observação que fosse intensiva e prolongada, e interior às atividades sociais. No fundo, como ele admite, é a visão da sociedade como ação coletiva, e que isto implica descartar leituras que buscam estruturas ou mecanismos abstratos como responsáveis absolutos por tudo no campo social; ao invés, se propunha a simples noção de que pessoas fazem coisas juntas. A expressão empírica desta noção está em seu trabalho sobre os desviantes, do qual retiro pequena citação como ilustração.

[...] grupos sociais criam o desvio ao *fazer* as regras cuja infração constitui o desvio e ao *aplicar* essas regras a pessoas particulares e *rotulá-las* como marginais e desviantes[...] O desviante é alguém a quem aquele rótulo *foi aplicado* com sucesso; comportamento desviante é o comportamento que *as pessoas rotulam como tal*.(BECKER, 1977, p. 60, grifos meus).

O destaque aos verbos, me parece, sintetiza a expressão do Interacionismo Simbólico. Ou seja, o foco está no evento/situação como algo que acontece, que é feito - aplicado, rotulado - e no qual podemos localizar os indivíduos ali dentro e agindo conjuntamente, e não as consequências de uma estrutura rígida que se impõe.

É este foco que temos muito sutilmente em Erving Goffman(1995). Quando

ele comenta sobre a importância da primeira impressão que um indivíduo causa e como dela se projetará uma *definição de situação* (isto é, a significação de um contexto particular), adverte a seguir que a quebra de coerência nesse momento gerará uma anomia no "minúsculo sistema social da interação face a face[...]"(GOFFMAN, 1995, p.21). Ora, o que parece uma descrição excessivamente preocupada com um ato corriqueiro, banal, de nosso dia a dia, é na verdade a elevação desta interação face a face a um *minúsculo sistema social*, é a elevação, pois, da própria interação como algo a ser dissecado e problematizado. Durante a obra de Goffman temos a impressão de que ele se preocupa em definir coisas absolutamente gratuitas. Assim acontece com o conceito de desempenho: "toda atividade de um determinado participante, em dada ocasião, que sirva para influenciar, de algum modo, qualquer um dos outros participantes."(Ibid, p. 23). Ou ainda com o de papel social: "a promulgação de direitos e deveres ligados a uma determinada situação social."(Ibid, p. 24). Aquela impressão de gratuidade, entretanto, perde força se nos permitimos operar com essas definições em nosso dia a dia e distorcê-las em casos limites, como que testando suas possibilidades e consequências na realidade. Este exercício conduz a conclusão de que, em fato, Goffman expressa muito sutilmente um viés teórico. É também a expressão do Interacionismo Simbólico.

Diferente da Escola de Chicago que ficou em nossa memória sociológica principalmente pela inauguração de um novo vigor da sociologia qualitativa e por isso visualizamos mais claramente seu legado em pesquisas posteriores, o Interacionismo Simbólico, de personalidade mais teórica e propositiva, mais delimitado em sua perspectiva e talvez marcado antes pelo viés analítico que propõe do que propriamente por metodologias específicas, talvez cause maior dificuldade a empreitada de localizá-lo em pesquisas atuais, e mesmo em pesquisas como aquela que proponho, ou seja, etnografias com mídias digitais. A desconfiança que levanto é de ser o Interacionismo Simbólico menos moldável do que a Escola de Chicago. Entretanto, compartilho da visão que tal escola é mais incorporada do que notamos num primeiro momento²², o tipo de incorporação que também tende a não resultar em expressas menções em trabalhos acadêmicos.

²² Por exemplo, Gadea(2013) crê que perspectivas anti-deterministas e anti-reducionistas, e que prezam pelo questionamento de significados, das hierarquias e das narrativas, são tributárias do Interacionismo Simbólico e seu enfoque no trânsito de significados e símbolos. Seria o caso, resumidamente, de todo o desconstrutivismo pós-moderno.

Se partimos da proposta de Becker(1977) de simplesmente observar que as pessoas fazem coisas juntas e não há nada além desse fazer conjuntamente, temos aí uma grande abertura para que várias pesquisas possam ser interacionistas. Ou mesmo se lembramos da dedicação de Goffman(1995) em definir essas coisas tão corriqueiras de nossas relações diárias com outras pessoas, podemos concluir que todo trabalho que se pergunte ou que se preocupe em notar como as pessoas se relacionam entre si, serão trabalhos que parecem compartilhar algo com este viés interacionista. Mas mais do que ser algo que simplesmente se encaixa em diversas pesquisas contemporâneas, o Interacionismo Simbólico abre possibilidades analíticas quando aplicado a casos particulares; quando se assume a autorreflexividade do sujeito e que as interações estão sendo constantemente interpretadas pelos indivíduos(MARTINS, 2013), e que símbolos não são universais e que os sentidos variam conforme variam os indivíduos(GADEA, 2013), temos um outro modo de encarar nossos objetos. Um modo muito particular e que pode revelar níveis até então ocultos de um objeto de pesquisa. Inclusive, insisto, quando aquela interação e suas trocas de símbolos e sentidos se dá no ambiente virtual de uma mídia digital.

GOFFMAN PARA ALÉM DA CONCRETUDE E DA PRESENÇA FÍSICA

Para ilustrar o que entendo como aquele outro modo de encarar o objeto que o Interacionismo Simbólico pode proporcionar, nesta última parte do texto aprofundo o uso do meu próprio objeto de pesquisa como exemplo, e o faço sob a luz de Goffman e a sua obra *A representação do eu na vida cotidiana*. Contudo isso exige começar já de uma ressalva. Basicamente, como é que podemos sugerir o viés interacionista goffmaniano num objeto em que as interações existem mediadas por um computador?

A preocupação não é gratuita. Goffman(1995) diz que seu livro seria como um manual de estudo da vida social de "qualquer estabelecimento social concreto[...]"(GOFFMAN, 1995, p. 09). Ou ainda, noutra parte, esclarece que por interações entende "a influência recíproca dos indivíduos sobre as ações uns dos outros, quando em presença física imediata."(Ibid, p. 23). Temos, pois, dois desafios evidentes para qualquer objeto que exista no virtual e no qual as pessoas interajam tão somente através de computadores e em locais não-concretos(como um site, um

fórum, uma rede social, um software, etc): não há concretude, não há presença física imediata. Para alguns autores, porém, isso não significa um entrave para pensarmos as relações virtuais em termos goffmanianos.

Adriana Braga(2008) recupera um pesquisador inglês que já em 1995 pensava as comunicações mediadas por computador tomando Goffman como inspiração.

Pode ser argumentado que CMC[comunicação mediada por computador] não é interação no sentido goffmaniano. Goffman[...] dá uma série de requisitos para que haja interação. Alguns, como sinais que informam os emissores que está havendo recepção, ou sinais que anunciam que um canal está sendo buscado ou que um canal está aberto, não estão presentes na Web. Entretanto, as páginas de Web são feitas para serem lidas pelos outros, frequentemente incentivam comentários, podem ser interativos de várias maneiras, e quase sempre têm um endereço de e-mail para contato. Eu diria que elas são parte de um sistema interativo, embora de um tipo muito restrito. (MILLER *apud* BRAGA, 2008, p. 92).

O ponto é perceber que há sim possibilidades investigativas no *virtual* seguindo a perspectiva interacionista mesmo que seja uma interação de outro tipo. Baym(2013) ressalta que um dos eixos teóricos de Goffman é o indivíduo que desempenha diariamente diferentes papéis, o que é muito conveniente para pensarmos a internet e os múltiplos perfis que é possível construir no acesso a sites, *blogs* e redes sociais. Ao que acrescento ser mesmo algo tão comum que sequer nos damos conta; o simples fato de termos um e-mail pessoal e outro profissional já é a expressão disso que Baym chamava a atenção e lhe remetia a Goffman. Baym nota ainda que assim como nas interações face a face, nas interações mediadas por computadores também há uma tentativa de manipular o que os outros pensam de nós - e que será tão eficaz conforme permita a plataforma onde a interação ocorre e também de acordo com as habilidades daquele que a manipula. E que assim como no face a face há discussão de Goffman(1995) sobre aquilo que expressamos de modo governável(controlável) e não-governável(não-controlável), o mesmo, de acordo com Baym, está posto nas comunicações virtuais, inclusive mais problemático já que ali são menos os sinais que podemos manejar.

Nós sempre formamos impressões que vão além do que os outros intencionalmente apresentaram com os fornecidos sinais de apresentação do eu. A questão é que, em ambientes com poucos sinais[possíveis], pedaços de informação muito pequenos, que muitas vezes não tinham a intenção de informar sobre o eu, podem se tornar incomumente influentes(BAYM, 2013, p.

120, tradução nossa)²³.

Acrescento que isto é o que sentimos, por exemplo, ao escrever um e-mail ou qualquer outra comunicação de que só dispomos do texto, e que tememos ser mal interpretada - é a consciência do risco, seja por uma palavra mal posta, uma frase mal elaborada, ou ainda o uso de uma pontuação dúbia. Também notamos isso com o receio de que nossa escrita em seu estilo e escolha dos termos revele algo sobre nós mesmos e que não gostaríamos - como, eventualmente, a dificuldade com o idioma, ou a não-familiaridade com um gênero textual.

Porém se o uso de Goffman(1995) é possível nas interações virtuais, mediadas por computadores, é preciso tomar cuidados e precauções. Ou, simplesmente, perceber que é preciso pensar caso a caso as particularidades daquele tipo de interação a qual se pretende fazer goffmaniana. É o que Braga(2008) vem reforçar quando nota que os conceitos de Goffman(1995) de palco e bastidores apesar de úteis para pensar os espaços na internet - no caso, a autora se referia à sua pesquisa num *blog* - precisam ser reconsiderados sob a nova dinâmica que a relação público e privado adquire na internet; isto é, o espaço de exposição e performance(palco), e aquele onde se constrói as representações(bastidores), têm que ser problematizados partindo da situação típica das relações virtuais onde as fronteiras do que é privado e do que é público tornam-se embaçadas.

Deste modo, pensando e concordando com tais autores, creio que o uso de Goffman e seu *A representação do eu na vida cotidiana* para estudar as interações ocorridas no virtual são viáveis. E mais do que viáveis, possibilitam desdobrar níveis analíticos que de outro modo permaneceriam ocultos. Meu objeto é, pois, uma comunidade virtual. Nela homens heterossexuais, jovens em sua maioria, se reúnem para trocar supostas técnicas e métodos para sedução de mulheres. O domínio dessas técnicas e métodos credencia o chamado *artista da sedução*. E ali, enquanto alguns querem ser o tal artista, outros falam de um lugar assumido, ou pressuposto, como sendo o lugar do *artista da sedução*. Mas como é que esse homem pode fazer-se *artista da sedução*? Como é que ele pode arvorar-se nessa alcunha? Como que um local virtual, logo sem nenhum, ou pouco frequente, conhecimento pessoal e

²³ "We always form impressions that go beyond what others intended to present with the self-identifying cues provided. The point is that, in reduced cue environments, very small pieces of information, which were often not intended to be sources of information about the self, can become inordinately influential."(BAYM, 2013, p. 120).

físico de seus participantes, pode estar servindo para que alguém possa ser visto e aceito pelo coletivo como um *artista da sedução*? É onde o viés interacionista, inspirado particularmente em Goffman(1995), vem a contribuir enormemente. O interesse deste autor em sua referida obra está no que chama de *problemas dramáticos*, isto é, as técnicas e contingências da tentativa dos indivíduos em controlar as impressões que causam. Por este viés torna-se compreensível, por exemplo, o porquê daqueles homens usarem do que chamam de *relato de campo*, isto é, narrativas de como, quando, de que jeito, e com quais resultados, aplicaram as técnicas de sedução em uma mulher de carne e osso - dos quais a maioria são narrativas de sucesso na sedução. Ou ainda quando escrevem o que chamam de *artigos* sobre algum aspecto da sedução e invocam a sua própria experiência e vivência como argumentos de credibilidade. Ou ainda quando se apressam em criticar os *relatos* e *artigos* de outros, seja por reconhecer ali falhas na condução da sedução, seja por haver indícios de alguém que ainda não domina a *arte da sedução*. Isto é, pensar que todo o texto ali circulante pode estar engendrando um *problema dramático* é, no mínimo, interessante: tentativas de controle sobre as impressões que causam.

O Interacionismo Simbólico é, às vezes, associado ao indivíduo, ao micro, ao particular, talvez pelo vício de pensá-lo em contraste com teorias macrossociológicas. Mas Goffman(1995) e a sua generalidade teórica possibilitam articular o viés interacionista em dinâmicas mais coletivas, mesmo que partindo da interação como questão central. É o que ele de certa forma possibilita quando fala dos *bastidores*, conceito já mencionado anteriormente. Este seria um lugar onde se sabe que a impressão pretendida será contrariada. "É aqui onde se fabrica laboriosamente a capacidade de uma representação expressar algo além de si mesma. Aqui é onde as ilusões e impressões são abertamente construídas."(GOFFMAN, 1995, p. 106). É, pois, o lugar onde acontece aquilo que se esconde do público. A parte coletiva do conceito está nos próprios termos que Goffman frequentemente usa, como plateia e público. Logo, não é nenhuma violência conceitual entender que a comunidade virtual dos *artistas da sedução*, que tem lugar em um fórum na internet, pode ser os *bastidores* para as ilusões e impressões que aqueles homens pretendem, e que terá como público as mulheres. Ali é um espaço masculino onde se espera que as mulheres a serem seduzidas não participem; ali os homens podem discutir *como* tornar-se um *artista da sedução*; ali

eles podem refletir sobre as dificuldades do caminho e como, até pouco tempo atrás, eles eram exatamente o avesso do *artista da sedução*, isto é, sujeitos tímidos, introvertidos, inseguros; ali, afinal, é o espaço onde a timidez pode ser exposta, então discutida, e supostamente trabalhada rumo a sua superação consciente, uma etapa/requisito até chegar ao status de *artista da sedução*. Ou seja, se adotamos a perspectiva interacionista de assumir o olhar do indivíduo e suas tentativas de controlar as impressões que causam, isto pode adentrar em uma etnografia de modo a analisar não só estes indivíduos mas também as relações gerais que estabelecem e formam um quadro social. Neste caso, um quadro social *virtual*, um grande *bastidor* frequentado e vivido por telas de computador, onde homens encontram parceiros para suas representações.

Mas Goffman(1995) ainda oferece uma outra grande possibilidade investigativa. Ele nega a tendência em buscar as interações como simples manipulação do real, como se os indivíduos então criassem falsas realidades. Nesta negação ele permite que seja problematizada toda manipulação para além da verificação se ela é ou não real. O ponto, e este é um interessantíssimo movimento sociológico, é notar que "as impressões alimentadas pelas representações coletivas estão sujeitas a rupturas", de onde a pergunta central é "'quais os meios pelos quais uma dada impressão pode ser desacreditada?'"(GOFFMAN, 1995, p. 66). Daí que é na encenação, entre sinais e informações, que o olhar pousará, mesmo que evidentemente falsa: o que importa são os recursos usados para manter a impressão pretendida. Percebo aqui um olhar muito importante para meu trabalho com os *artistas da sedução*. Sugere que não é importante descobrir se esses homens são o que dizem ser, se conquistam tantas mulheres quanto relatam conquistar. Pelo viés do interacionismo goffmaniano eu problematizo antes a importância dos recursos, os meios pelos quais um homem tenta manter a impressão de ser um pleno e bem sucedido *artista da sedução*. O Interacionismo Simbólico, então, abre portas e as complexifica: não é o simples saber de que são ou não *artistas da sedução*, mas sim como são o que dizem ser e quais as estratégias mobilizam para ser o que dizem ser. E se este *como* e aquelas *estratégias* são virtuais, isto é, pautadas numa dinâmica de relacionamentos mediados por computador, circunscritos em monitores, não me parece um problema, senão mesmo uma variável que enriquece a análise sociológica deste objeto.

CONCLUSÃO

Este trabalho teve como intenção discutir a pertinência de escolas sociológicas do século passado para a pesquisa etnográfica atual e desenvolvida em mídias digitais. Uma escolha temática que revela a inquietação deste pesquisador frente a seu objeto; a impressão que se tem é que quando o objeto traz palavras como internet e virtual, e expressões como comunicação mediada por computadores, é preciso achar mirabolantes e inéditos métodos de pesquisa e teorias sociológicas. Algo que espero ter sido descartado durante este trabalho. Escolas/teorias sociais da primeira metade do século passado ainda nos dizem algo, e talvez venham nos dizendo mesmo que não notemos isso.

A Escola de Chicago é particularmente difícil de desvincular de um grande número de pesquisas atuais. Seu empirismo, a sua temática urbana, a sua aproximação ao indivíduo, a exaustiva observação participante: marcas que sugiro já atemporais para muitos trabalhos sociológicos - mas que certamente precisaram da Escola para chegar a tal patamar. *Sociedade de Esquina* é o exemplo maior de uma etnografia ao sabor de Chicago e também um exemplo de etnografia que se basta em si só - não precisa de um rótulo ou adjetivo. Nela percebemos que os dramas que assolam pesquisas etnográficas atuais - como inserção no campo e relação com os sujeitos de pesquisa - não têm nada de atuais e que podem sim ser transplantadas para as etnografias virtuais gerando ali profícuas reflexões.

O Interacionismo Simbólico, tomado com um desdobramento da Escola de Chicago, só faz reforçar toda uma contribuição atemporal para pensar empiricamente nossos objetos de pesquisa. A simples aceção de que devemos notar que as pessoas fazem coisas juntas, ou ainda de que o corriqueiro em nossas interações tem um sentido a ser desvendado, é um aprofundamento tão grande pela busca de sentidos a partir das interações que, acredito, seu descarte teria que exigir uma explicação argumentada. Nestes termos, *A representação do eu na vida cotidiana* se mostra de uma extrema fertilidade. Com ela podemos lançar luz sobre níveis analíticos que, de outro modo, permaneceriam ocultos - como o sair da busca pela verdadeira representação e atentar para as estratégias que a representação mobiliza. A obra, contudo, se aplicada a etnografias virtuais deve ser ponderada; se é fértil, é também localizada sobre eixos que lhe foram cruciais em seu surgimento - como a presença física - o que reforça seu uso com comedimento e reflexão.

Deste modo, acredito que guiar uma etnografia atual e desenvolvida em mídias digitais tem como necessidade ponderar as diferenças que lhe são inevitáveis. Relações sociais e fenômenos sociológicos quando permeados por computadores e virtualidades não podem ser alvos de um ingênuo enquadramento em teorias que sequer podiam avistar um quadro tecnológico feito este. Entretanto, cair no extremo da negação *a priori* do uso de teorias e métodos antigos no pensar deste objeto virtual, seria um desperdício de páginas e *insights* valiosos da história da Sociologia. Assim é que Escola de Chicago e Interacionismo Simbólico, *Sociedade de Esquina* e *A representação do eu na vida cotidiana*, ilustram saberes hoje diluídos no fazer sociológico, em especial o etnográfico, e que permanecem plenamente ricos para objetos atuais(e virtuais).

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Adriana. Etnografia e pesquisa em cibercultura: limites e insuficiências metodológicas. In: **Revista USP**, São Paulo, n. 86, p 122-135, jun/ago 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/download/13818/15636>>. Acesso em: 24 mar. 2014.
- BAYM, Nancy K. **Personal connections in the digital age**. Malden: Polity Press, 2013.
- BECKER, Howard. A escola de chicago. In: **Mana**. Rio de Janeiro, n. 2, vol. 2, Out. 1996.
- _____. **Uma teoria da ação coletiva**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- BRAGA, Adriana. **Personas materno-eletrônicas**: feminilidade e interação no blog Mothern. Porto Alegre: Sulina, 2008.
- COULON, Alain. **A escola de chicago**. Campinas, SP: Papyrus, 1995.
- FACIOLI, Lara Roberta Rodrigues. **Conectadas - Uma análise de práticas de ajuda-múta feminina na era das mídias digitais**. 2013. 161f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - UFSCar, São Carlos, 2013.
- GADEA, Carlos A.. O Interacionismo Simbólico e os estudos sobre cultura e poder. **Soc. estado.**, Brasília, v.28, n.2, Ago. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922013000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 04 Mar. 2014.
- GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1995.
- MARTINS, Carlos B. O legado do departamento de sociologia de Chicago(1920-

1930) na constituição do interacionismo simbólico.In: **Soc. estado.**, Brasília, v.28, n.2, Ago. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v28n2/v28n2a03.pdf>>. Acesso em: 04 Mar. 2014.

MISKOLCI, Richard. Novas conexões: notas teórico-metodológicas para pesquisas sobre o uso de mídias digitais.In: **Cronos**, Natal, n. 2, p. 09-22, jul./dez. 2011. Disponível em: <<http://ufrn.emnuvens.com.br/cronos/article/view/3160/pdf>>. Acesso em: 08 abr. 2014.

SILVA, Caroline Parreiras. **Sexualidades no pontocom: espaços e homossexualidades a partir de uma comunidade on-line.** 2008. 248 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Unicamp, Campinas, 2008.

TURKLE, Sherry. **A vida no ecrã - a identidade na era da internet.** Lisboa: Relógio D'Água Editores, 1997.

WHYTE, William Foote. **Sociedade da esquina:** a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

ZAGO, Luís Felipe. **Os meninos – Corpo, gênero e sexualidade em e através de um site de relacionamentos.** 2013. 331 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

A AUTONOMIA NO TRABALHO IMATERIAL DOS DESENVOLVEDORES DE SOFTWARE

Maria Emília Rodrigues²⁴

RESUMO

Este artigo busca analisar a autonomia no trabalho imaterial após a reestruturação produtiva e o novo paradigma informacional. Neste contexto, emergiram teses sugerindo que o trabalho estaria mais criativo e independente, com maior autonomia do trabalhador. A partir de entrevistas com desenvolvedores, foi analisado se o tipo de contratação, as qualificações e a natureza do trabalho possibilitariam, de fato, maior autonomia no trabalho imaterial. Há certa margem de autonomia operacional, mas persistem as pressões impostas por clientes, pela produtividade e pelo mercado.

Palavras-chave: Trabalho Imaterial. Autonomia. Software.

ABSTRACT

This article finds to analyze the autonomy in immaterial work after the productive restructuring and the new informational paradigm. In this context, theses emerged suggesting that the work would be more creative and independent, with more worker's autonomy. From interviews with developers, was analyzed the type of hiring, qualifications and the work's nature would allow in fact more autonomy in immaterial work. There are margin of operational autonomy, but persists the pressures imposed by clients, by productivity and by the market.

Keywords: Immaterial Work. Autonomy. Software.

INTRODUÇÃO

As mudanças na economia capitalista em meados dos anos 1970 romperam com o anterior padrão de acumulação vigente, baseado no binômio fordismo/keynesianismo, resultando num novo padrão de economia global, transformando a organização da produção, do trabalho, a atuação do Estado e a própria cultura. Destaca-se a reestruturação produtiva, com a flexibilização da produção, dos contratos de trabalho, dos produtos e dos mercados, e a diminuição dos postos de trabalho na indústria (HARVEY, 2001). Neste contexto, têm adquirido importância central as tecnologias da informação e da comunicação (TIs), onde a informação torna-se elemento central na produção, sendo aplicada em diversos

²⁴ Mestre em Sociologia pelo Programa de Pós Graduação da Universidade Federal do Paraná.

setores da economia (CASTELLS, 2000). A informatização e a organização das empresas em rede modificaram a indústria, surgiram novos setores produtivos, novas profissões e cresceram os serviços²⁵.

Com a flexibilização da produção, a inovação vem a ser fundamental para a nova empresa capitalista que deseja se destacar frente à concorrência e garantir sua permanência no mercado já que produtos, tecnologias e padrões de consumo são incessantemente renovados, no intuito de manter a acumulação capitalista. Sob o ponto de vista do trabalho, a informatização bem como a introdução das técnicas toyotistas na gestão da produção, passam a exigir um novo perfil de trabalhador. São requisitadas novas qualificações, polivalência e multifuncionalidade, o envolvimento com as metas da empresa, a formação contínua e a auto-empregabilidade, já que há o declínio do emprego formal e estável. Com a desregulamentação dos contratos de trabalho, passam a vigorar formas “flexíveis” (ou precárias) de contratação, como a parcial, temporária, por projetos, etc. (ANTUNES, 2009).

Estes fatores, aliados ao crescimento do emprego no setor de serviços, têm sinalizado para o aumento na produção das atividades ditas “imateriais”, ou do “trabalho cognitivo” e de termos como “sociedade do conhecimento” ou da “informação”. Com este fenômeno, paralelamente às críticas às transformações no mundo do trabalho, há também o surgimento de discursos tanto nos ramos empresariais quanto acadêmicos bastante otimistas. Afirmam que o trabalho estaria mais interessante, desafiador, pois agora há a possibilidade de realizá-lo de forma criativa e autônoma. Algumas teses até mesmo têm confiado aos trabalhadores do imaterial, pelos conhecimentos e qualificações que possuem, a capacidade de se constituírem como força social autônoma, nas “brechas” do capitalismo. No entanto, há poucos estudos sociológicos empíricos que se debrucem sobre a realidade do trabalho imaterial, especificamente os trabalhadores considerados centrais em TI.

Assim, este artigo tem o propósito de analisar um segmento representativo destes “trabalhadores do conhecimento”, que emergem com a reestruturação

25 Vale destacar que o fenômeno não é homogêneo, nem todos os países e regiões do mundo caminham para esta direção, e quando o fazem é sob suas condições específicas. Além de que o *Welfare State* foi uma política adotada somente nos países capitalistas centrais no pós guerra, ainda que tenha influenciado os demais. Bem como não se pode afirmar que há uma ruptura completa com o fordismo (trabalho parcelar, com ritmo controlado e produção em série).

produtiva: os desenvolvedores de *software*²⁶, no intuito de examinar a questão da autonomia no trabalho imaterial. Para tal, será discutida a natureza específica desta atividade, o perfil da mão de obra e suas variadas condições de trabalho, verificando, principalmente, como se dá o uso da criatividade (a aplicação dos conhecimentos) e o grau de autonomia no trabalho. Aqui serão demonstrados alguns dos resultados de uma pesquisa de dissertação de mestrado, onde foram realizadas entrevistas com trabalhadores do segmento²⁷.

TRABALHO IMATERIAL E DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE

Segundo Pochman (2010), por trabalho imaterial compreende-se toda a atividade que não se materializa em um produto tangível, palpável. Ainda que várias atividades que possuam esta natureza existam anteriormente à reestruturação produtiva – como as funções de atendimento, ensino, concertos musicais, etc. –, é nesta era que ele tende a se tornar hegemônico, já que toda a produção tem cada vez mais se assemelhado a uma prestação de serviços (COCCO; VILARIM, 2009). Isto acontece porque a produção *just-in-time* é acionada pela demanda, envolvendo o próprio consumidor, diferentemente do modelo fordista, caracterizado pela produção em massa e em série, preocupando-se apenas posteriormente com o mercado. Além do aumento do emprego no setor terciário, a própria produção industrial também tem assumido este caráter, pois convoca os trabalhadores a conjugar atividades manuais e intelectuais, envolvendo-os em outras funções que outrora apenas cabiam aos quadros superiores da hierarquia no interior das empresas.

Para Gorz (2005), Lazzarato e Negri (2001), o trabalho imaterial ao empregar conhecimentos e habilidades adquiridos pelos trabalhadores ao longo da vida, fora da mera instrução formal, tem a possibilidade de fazer emergir uma nova subjetividade autônoma, crítica ao capitalismo, que pode levar inclusive, a sua superação. Os autores sustentam esta tese a partir do pressuposto de que a reestruturação produtiva liberou a classe operária do comando direto do capitalista,

26 O termo “desenvolvimento de software” é utilizado pelos profissionais do ramo, no lugar de “produção”, pois estes a entendem como uma produção diferente e um tanto mais complexa do que a tradicional.

27 RODRIGUES. Maria Emília. Trabalho, autonomia e identidade dos profissionais do *software* no capitalismo flexível. Dissertação de Mestrado. Curitiba: UFPR, 2012.

e que a produção cada vez mais tem se convertido em mercadorias ideológicas, não materiais, sendo impossível a extração da mais valia.

Lazzarato e Negri (2001) reconhecem no modelo pós-fordista “a centralidade de um trabalho vivo sempre mais intelectualizado” (LAZZARATO; NEGRI, 2001, p. 25). O trabalho operário estaria cada vez mais ligado à subjetividade, sendo esta também um valor de uso da força de trabalho. Mas as capacidades cognitivas e comunicacionais não estariam apenas no operário qualificado: elas também se encontram no trabalhador jovem precarizado como potencialidade, já que é advinda não de uma instrução formal ou de uma exigência exterior, mas das próprias lutas fordistas e da auto-valorização cultural. A reestruturação transformou o trabalho, colocando as atividades imateriais no cerne da produção industrial e terciária redefinindo, principalmente através da informática e da telemática, o ciclo social da produção.

Para os autores, teríamos então a emergência de uma nova subjetividade no trabalho imaterial capaz de se constituir em força social independente e autônoma, indicando o desenvolvimento de uma “intelectualidade de massa”. Ao empresário capitalista não caberia mais a gestão e controle do processo de trabalho, mas sim a habilidade política de explorar estas capacidades. A tendência à hegemonia da intelectualidade de massa se coloca como contradição ao capital, mas não de forma dialética, e sim alternativa. A cooperação dos trabalhadores intelectualizados pode formar uma organização independente do capitalismo, um poder constituinte alternativo às formas de poder existentes. A atividade intelectual na produção se desdobraria em ação crítica e libertadora dentro do próprio processo de trabalho, originando um novo sujeito, potência do comunismo.

Gorz (2005) afirma que o “capital humano” não representa nenhum custo adicional para a empresa capitalista moderna, ou seja, ela apenas capta as externalidades positivas e as incorpora nos processos de trabalho. Isto também constitui-se num poderoso recurso do capital, que consegue mobilizar capacidades e disposições pessoais até então livres, fora do trabalho. Desta forma o discurso gerencial também procura livrar-se da obrigação contratual apresentando a visão neoliberal do trabalhador do futuro: aquele que é auto-empresendedor, que “gerencia” sua vida e sabe “vender-se”, independentemente das circunstâncias. É a subsunção total da vida e do ser ao capital. Ainda que Gorz admita que ao captar a subjetividade, moldando a própria personalidade do trabalhador, o capital avança

seus domínios, o autor defende que a possibilidade de libertação reside no fato de que a “mercadoria conhecimento” não pode ser medida e quantificada, assim como o conhecimento do trabalhador não é passível de ser completamente subjugado ao capital.

Mesmo que se critique o excesso de otimismo destas teses que terminam por fazer um elogio à reestruturação produtiva (AMORIM, 2009) ignorando fatores que estão em seu bojo, como a precariedade, desemprego, insegurança e exploração em novos níveis, é fato que deve-se evitar também concepções que ignoram o que há de novo e diferente na produção imaterial. Pois, conforme Sorj (2003) muitos analistas têm confundido tendências e especulações com a própria realidade atual, e por este motivo recomenda evitar os exageros, analisando cuidadosamente os processos de mudança e de continuidade, o novo e o velho, e as experiências de contextos diversos.

Portanto, o trabalho imaterial, e principalmente a produção de software, necessitam de análises empíricas, abandonando a perspectiva prescritiva para focar não no que deve ser, mas no que é (CASTILLO, 2009). Bem como o crescimento do setor terciário aponta para a necessidade de se incluir nas análises sobre processos produtivos um terceiro ator, o consumidor/cliente.

A produção de software é ainda pouco explorada em pesquisas sociológicas no Brasil, sendo selecionada para objeto de estudo por ser um segmento representativo do desenvolvimento e aplicação das TICs em vários setores da economia nas últimas três décadas, simbolizando o tipo de atividade crescente da chamada “sociedade da informação” (CASTELLS, 2000). Com a informatização da produção industrial, dos serviços e a comercialização de diversos equipamentos eletrônicos, a produção de software, antes restrita a poucos setores (como os militares e financeiros, por exemplo), passa a difundir-se em larga escala (COCCO; VILARIN, 2009). Pela natureza específica da atividade, de tipo imaterial e cognitiva, o setor “é emblemático para as tendências atuais, seja da sociedade ou do trabalho” (CASTILLO, 2009, p. 16).

A indústria da informática compreende a produção de *hardware* e de *software* e demais componentes. O hardware corresponde à estrutura, e o software à parte lógica, que permite a consecução de tarefas, realizando a interface entre computador e usuário. De acordo com Pressman (1995), em seus primórdios, o software era produzido internamente pela própria empresa ou setor que se utilizava

da computação, com distribuição limitada e funções específicas, definidas pelo próprio usuário. O software evoluiu junto com as demais tecnologias informacionais, onde o desenvolvimento dos sistemas computacionais possibilitou sua independência relativa em relação ao hardware. Deste modo, o software foi aprimorado, sendo uma mercadoria um tanto diferente, na medida em que pode ser melhorado, adaptado e copiado, com alto custo de produção e baixo custo de reprodução (SAMPAIO, 2006). O software pode ser comercializado conjugado ao hardware, em outros dispositivos eletrônicos, ser desenvolvido sob encomenda para atender a demandas específicas, ou ainda ser produzido em escala, sendo posto no mercado como qualquer outra mercadoria.

O software é aplicado em vários setores produtivos e está presente em nosso cotidiano, sendo uma produção que se desenvolve e se difunde juntamente com a flexibilização da economia, da produção e do trabalho. Deste modo, as características do software e a natureza particular da sua produção o fazem diferente por: ser um produto de conteúdo informacional, que inova constantemente e, em grande parte, ser definido pelas necessidades do consumidor-usuário; pela produção ser de caráter disperso e fragmentado, com diversas formas de organização e realização do trabalho (no interior das empresas como atividade fim ou como atividade meio; por etapas, em empresas que se encontram mundialmente conectadas; em pequenas empresas independentes; ou ainda, por um único trabalhador); demanda um trabalho de tipo cognitivo, necessitando de mão de obra qualificada, multifuncional, interativa, capaz de adaptar-se às mudanças tecnológicas e submetida a diferentes contratos e condições de trabalho (RODRIGUES, 2012).

As atividades dos profissionais envolvidos classificam-se em: Gerência de Projeto, Engenharia de Software, Análise de Sistemas, Programação, e Suporte Técnico. Do ponto de vista cognitivo, o processo de desenvolvimento de software passa pelas seguintes fases: conceitualização, formalização, processamento de dados e implementação (De La GARZA *et. al.*, 2009). O cliente (interno ou externo) encomenda o software, negocia o prazo para a realização e solicita o cumprimento dos requisitos de que necessita. O responsável pelo projeto reúne-se algumas vezes com o cliente para chegar a um acordo sobre como será o “produto”. Depois disto, organiza-se uma lista de requerimentos, onde se estabelece as necessidades técnicas do programa, as datas de entrega, custos e documentação do sistema.

Então o responsável reúne-se com a equipe para levar o projeto a cabo. O software a ser desenvolvido deve ser aproximado ao máximo dos requisitos solicitados. Depois de aceito, o software passa pelo processo de implementação, onde é realizada uma série de testes para verificar sua compatibilidade com o sistema. Se for verificado que o programa terá resistências para sua operacionalidade, são realizados ajustes até que ele possa “rodar” (termo utilizado pelos profissionais da área).

Mas estas etapas do processo de produção não seguem uma estrutura rígida, ela é flexível, bem como os próprios trabalhadores interagem entre si e com o cliente, além de ser bastante comum transitarem entre diferentes funções, principalmente entre análise de sistemas e programação. Além disto, o gerente (ou líder) de projetos necessita conhecer o processo num todo e os demais profissionais interferem no processo de criação, dando sugestões e/ou demonstrando as possibilidades e limites do programa a ser criado. Outra: nem sempre é necessária uma equipe completa para o desenvolvimento de um software.

Por todos estes fatores apontados pela literatura especializada e nos relatos das entrevistas, é um tipo de produção que permite uma grande variedade de formas de produção e de organização do trabalho. Também é um tipo de trabalho que pode ser realizado “em qualquer lugar”, devido aos equipamentos informáticos atualmente disponíveis, sendo um setor demonstrativo das frequentes terceirizações e subcontratações da nova empresa enxuta e interconectada. Além de seus trabalhadores serem submetidos a diversas modalidades de contratação e transitarem por diferentes funções dentro do processo de desenvolvimento, representando um perfil de mão de obra atualmente requisitado pelas empresas.

Obviamente, a proclamada autonomia do trabalhador imaterial não ocorre na prática, tal como defendem Gorz, Lazzarato e Negri, pois ainda vivemos sob um sistema capitalista onde permanece o caráter fetichizado e estranhado do trabalho bem como a submissão à gerência ou ao mercado. Porém, o trabalho imaterial por mobilizar diversas habilidades e a própria subjetividade, possibilitaria maiores margens de autonomia ao trabalhador, que teria maiores possibilidades de interferir no processo produtivo, obtendo maior controle sobre seu trabalho, diferentemente do que ocorria no fordismo. Assim, para verificar o grau de autonomia no trabalho com software, nas próximas seções serão analisados como são aplicados os conhecimentos dos trabalhadores, como se dá a intervenção do cliente e da

gerência neste tipo de produção e como a forma de contratação também incide nesta questão.

AUTONOMIA NO TRABALHO FRENTE À QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E EXTENSÃO DA JORNADA

Para a pesquisa foram selecionadas diferentes categorias de profissionais que produzem softwares para empresas e que atuam em diferentes funções no processo de desenvolvimento, no intuito de abarcar as equipes desenvolvedoras. A pesquisa também incluiu trabalhadores assalariados e autônomos - CLT, Pessoa Jurídica (PJ), Micro Empresário - o que é um dado importante para verificar se há muitas diferenças nas condições de trabalho e no que concerne ao conhecimento do processo produtivo e autonomia na função. Primeiramente, devido ao pouco conhecimento do objeto de estudo, foram colhidos três depoimentos para esclarecer a natureza e a rotina de trabalho. A partir disto, elaborou-se um roteiro de entrevistas semi-estruturadas, aplicados em quinze trabalhadores no total.

Dentre estes entrevistados, todos são jovens com idade que varia entre 21 a 38 anos, em sua maioria homens²⁸ e com alta qualificação profissional. Todos possuem graduação de nível superior e já frequentaram (ou ainda frequentam) cursos técnicos complementares. Oito dos entrevistados possuem especialização e dois estão cursando mestrado. Sua formação é quase que estritamente tecnológica, na área de TI, com exceção de dois deles graduados em administração de empresas, mas que possuem os conhecimentos necessários ao desenvolvimento de software – adquiridos de forma autodidata e através do contato com colegas de profissão. Todos também mencionaram que um mínimo de conhecimento da língua inglesa é importante na área, além do autodidatismo, capacidade de inovação, habilidade de comunicação com a equipe e com os clientes.

De acordo com Rosenfield (2006), a autonomia no trabalho pode significar controle por parte do trabalhador “sobre sua própria situação de trabalho”

²⁸ Apenas duas mulheres foram entrevistadas, o que comprova que a área ainda é dominada por homens. De acordo com Hirata (2002), historicamente o domínio tecnológico ficou restrito aos homens no mercado de trabalho, enquanto às mulheres ficaram reduzidas às atividades mais relacionadas ao cuidado e ao atendimento pessoal. Estas relações no mundo do trabalho reproduzem as dicotomias de gênero construídas social e historicamente. Atualmente, existem muitas mulheres atuando na produção de software, mas elas ainda estão em número reduzido quando comparado ao número de homens. Como o presente trabalho não tem como propósito o de discutir relações de gênero na produção, fica este pequeno esclarecimento.

(ROSENFELD, 2006, p. 233). Semelhante à concepção marxiana de trabalho não alienado, a autora sustenta que a autonomia no trabalho possui uma dupla dimensão: a *operacional* e a *identitária* (grifos próprios). A operacional se daria pelo controle dos elementos do trabalho (seus instrumentos e organização), enquanto a identitária se daria em termos realização pessoal que isto proporciona. Em termos teóricos, a autonomia no trabalho torna-se uma quimera, na medida em que trabalha-se por necessidade. E mesmo o trabalho autônomo (em termos contratuais), sem patrão, também é passível de sofrer pressões: dos clientes, dos prazos, da produtividade e do mercado. No caso do trabalho industrial a autonomia é outorgada, porque há imposição em ser “colaborativo” e “participativo”. Mas, a autora adverte que o trabalho informacional, pela sua natureza imaterial, possibilitaria *a priori* maior grau de autonomia pela mobilização de conhecimentos e saberes, reduzindo as possibilidades de controle externo e permitindo maior liberdade e investimento pessoal na execução de tarefas.

No aspecto da contratação, ficou claro que nem mesmo os trabalhadores de TI, considerados “centrais”, escapam da precarização das novas modalidades contratuais instáveis, como a temporária, ou por projetos. Dentre os entrevistados assalariados, com emprego formal, todos ressaltaram o aspecto da segurança e da estabilidade como positivo. Apesar de serem jovens e de atuarem numa profissão com grandes chances de empregabilidade, eles temem a instabilidade. A propalada “independência” dos trabalhadores do imaterial esbarra no fato de que nem todos são favoráveis à ideia do trabalho por conta própria. Sobre este aspecto, a falas a seguir são reveladoras:

Estou há um pouco mais de um ano nesta empresa, trabalhando registrado, com carteira assinada. Estou satisfeito porque tenho segurança, estabilidade, direitos. Trabalho com isso há oito anos, e é a primeira vez que posso me planejar, tirar férias e essas coisas... Já fiz vários estágios, trabalhei em casa, tive escritório, e não deu muito certo, não gostei. (Entrevista com Engenheiro de Software, CLT).

Já fiz muitos *freelas* [sic], que conseguia por indicação de amigos. Mas depois que consegui este emprego parei. Não dá pra ficar só nessa, é muito incerto. Teve trabalhos que gostei de fazer, que pagaram bem, que me deram experiência. Mas prefiro ter um emprego *de verdade* (Entrevista com Técnico em Suporte e Manutenção, CLT).

O fato de um dos entrevistados classificar o trabalho assalariado como “de verdade” demonstra o que foi encontrado em vários relatos – a informalidade era sempre tida como uma etapa na construção da carreira, uma forma de adquirir

experiência, ou um “bico”, não uma situação para se considerar como permanente. Apesar de serem jovens e de atuarem numa profissão com grandes chances de empregabilidade, eles temem a instabilidade. É curioso estes desejarem segurança e estabilidade no emprego, por se tratar de um perfil que adentrou no mercado de trabalho já reestruturado. Porém, analisando as diferentes trajetórias profissionais dos entrevistados, há nelas um ponto em comum: apesar da pouca idade, eles tiveram diversas formas de ocupação, passaram por diferentes empregos e contratos em empresas diversas. Assim, compreende-se porque há este desejo por segurança, o que também contraria o discurso gerencial acerca do “novo trabalhador” que em tese deveria estar propenso e disposto a assumir riscos (SENNET, 2005).

Outro dado de estes trabalhadores não permanecerem muito tempo na mesma empresa é representativo das mudanças no mundo do trabalho, onde as trajetórias profissionais estão mais difusas e é cada vez mais raro construir a carreira dentro de uma única empresa. Como argumenta Sennet (2005), com a produção estando suscetível às flutuações do mercado, as empresas respondem às novas demandas com processos de reengenharia, que geralmente resultam em desemprego. Mesmo que no Brasil haja escassez de mão de obra especializada em TI (SOFTEX, 2010), os entrevistados são conscientes de que também estão sujeitos às mudanças, ainda mais se tratando de um setor que inova constantemente.

Muda tudo toda hora e você tem que se virar porque a empresa não tá *nem aí*. Você tá fazendo as coisas de um jeito e de repente é para fazer de outro, sem treinamento, nem nada. É tudo assim: vire-se, adapte-se, se quiser continuar aqui (Entrevista com Analista de Sistemas, CLT).

Tanto os assalariados quanto os autônomos desejam construir uma carreira sólida. E a forma como procuram garantir sua permanência senão do interior de uma empresa, mas no próprio mercado, é buscando constante aperfeiçoamento profissional. Ainda que saibam que a maioria das exigências a que estão submetidos venham “de fora”, sentem-se responsáveis pela gestão de suas carreiras. O aspecto da qualificação demonstra as atuais tendências do mercado de trabalho, onde relataram que há um grande investimento pessoal em sua própria qualificação.

Tem os cursos que a empresa dá. Mas são coisas muito específicas, que só eles trabalham. Eu estou fazendo mestrado, correndo atrás, porque nesta área não dá pra se apegar numa coisa só. Toda hora muda tudo e a gente tem que estar preparado, se quiser permanecer nela (Entrevista com Engenheiro de Software, CLT).

Eu quis trabalhar como autônomo porque posso ter a liberdade de trabalhar com o que eu quero, ficar empregado dentro de uma empresa paralisa (...). Não dá para se acomodar, to fazendo pós-graduação e sempre to lendo revistas da área. A internet ta aí também, é só procurar, que você consegue se manter atualizado, tem que né? (Entrevista com Analista de Sistemas, Micro Empresário).

Ao mesmo tempo em que há a busca por “liberdade”, por parte dos autônomos, o sentimento é contraditório: se quer trabalhar por conta própria para poder pôr em prática seus conhecimentos, mas se reconhece que não pode ficar limitado a eles. O aspecto da formação contínua faz com que ocorra também a extensão da jornada de trabalho, visto que na maior parte do tempo de não trabalho, os entrevistados relataram estar estudando coisas relativas à sua profissão. Seja frequentando cursos, realizando pesquisas na internet, lendo matérias especializadas na área e trocando experiências e conhecimentos com colegas de profissão no meio virtual. Sempre no intuito de aplicarem estes conhecimentos e informações no trabalho. Embora demonstrem satisfação neste aprendizado constante, há uma obrigação neste sentido, que fica clara no uso da expressão “*tem que*” recorrente em todas as falas. Outro dado que confirma esta obrigatoriedade, e que pesa sobre os trabalhadores, foi o fato de afirmarem que nunca se “desligam” do trabalho.

Você prestar serviço pra web acaba tendo um plantão quase 24 horas, meu celular ta 24 horas a disposição, feriado, fim de semana, você tem que dar plantão. A vantagem é que não dependo de um lugar fixo pra desenvolver meu trabalho [...]. Mas a principal desvantagem é porque você fica ligado 24 horas, a tua qualidade de vida diminui né? Você tem uma dificuldade maior de desligar, você quer tranquilizar um pouco a cabeça, sair do eixo trabalho, mas é muito difícil. O que é bom por um lado, porque às vezes dá 1:00 da manhã eu tenho uma *sacada* e já anoto e tal [sic]. Surgem boas idéias. Mas por outro, você chega num limite assim que o corpo e a cabeça começam a não funcionar mais no ritmo. Daí precisa dar um tempo (Entrevista com Gerente de Projeto, Micro Empresário).

Um aspecto relevante é o de que as TIs possibilitam o teletrabalho²⁹ (ROSENFELD, 2006). O fato de os trabalhadores não se desligarem do trabalho é possibilitado pelas atuais tecnologias, tais como o fax, celular, *notebook* e *internet*, que não funcionam somente como instrumentos de trabalho e meios de comunicação, importantes para manter o contato com clientes e outros profissionais,

²⁹ Categoria de difícil definição devido a sua multiplicidade de situações em termos de local de trabalho, jornada, tipo de contrato e competências requeridas. Em termos gerais, o teletrabalho “pode ser definido como trabalho à distância com utilização de TIC’s” (ROSENFELD, 2006, p. 235).

mas também como formas de monitoramento eletrônico. E isto é importante para se pensar em novas formas de controle externo sobre o trabalho, principalmente dos trabalhadores autônomos. Ainda que haja autonomia em relação à supervisão pessoal, estes relataram sofrer pressões por parte dos clientes através destes meios. O prolongamento da jornada de trabalho não é restrito apenas aos profissionais autônomos: entre os assalariados, que cumprem jornada fixa, no local de trabalho, as horas extras são recorrentes em função das reuniões de projeto e nas fases de realização de testes dos programas a serem instalados.

Torna-se difícil delimitar as fronteiras entre tempo de trabalho e de não-trabalho não apenas pelo monitoramento à distância e as horas extras, mas também pelos trabalhadores estarem sempre *pensando* no trabalho. Esta situação se dá também pelas próprias especificidades da área, já que quando não se está, de fato, trabalhando, se está buscando atualizar os conhecimentos, como já foi mencionado. Ocorre então que, nestes casos, o teletrabalho se dá por *transbordamento*: por preocupações profissionais que ultrapassam o local e o horário de trabalho (ROSENFELD, 2006, grifo da autora). Se estas fronteiras não estão bem definidas para quem atua no local específico de trabalho, são ainda mais complexas para quem exerce a atividade no domicílio. Três dos entrevistados afirmaram que trabalharam desta forma no passado e encontraram dificuldades, optando então por trabalhar em outro local. Apenas um dos entrevistados exercia suas atividades em casa, demonstrando que esta é uma situação provisória e um pouco incômoda:

Não vejo problema em trabalhar em casa. O único problema são as distrações. Eu to trabalhando sabendo que a geladeira ta ali, a TV ta ali, a internet. Sem contar as interferências, com o telefone tocando, com a minha mulher. A vantagem é que não dá tanto custo quanto se eu tivesse um escritório. Mas acho que trabalhando em casa às vezes a produtividade é mais baixa do que se eu trabalhasse em outro local. Por isto penso em montar um escritório mais pra frente (Entrevista com Analista de Sistemas, PJ).

De acordo com Rosenfield (2006), o teletrabalho possibilita autonomia ao trabalhador no que concerne à gestão do tempo, do horário de trabalho, mas paradoxalmente ele não o controla, pois o tempo é determinado pelas demandas de trabalho. Também implica em dificuldades com relação à substituição das relações pessoais por relações à distância, ao isolamento e de gerir a falta de limites definidos entre tempo e espaços públicos e privados. Além destas complicações para os trabalhadores há outro fator importante no fenômeno da dispersão das

atividades produtivas: a redução de custos que ela representa para as empresas que externalizam determinados setores.

Este último fator não pode ser considerado como sinônimo de independência dos trabalhadores em relação ao mando dos capitalistas, por estes agora possuírem os meios de produção e se auto-organizarem – como afirmam as teses do trabalho imaterial. Lessa critica esta visão, afirmando que o fenômeno revela “uma forma mais intensa da exploração do trabalho pelo capital” (LESSA, 2005, p. 43). Pois o produtor doméstico acaba por fornecer parte do capital constante, dos custos administrativos e perde toda proteção social, além de não ser sindicalizado. Ou seja, a dispersão provocada pelas terceirizações e subcontratações também resulta em precarização dos contratos e das condições de trabalho, para quem está nas “franjas” das cadeias produtivas, conforme apontou Leite (2003). Há a intensificação do trabalho e maiores ganhos de produtividade, necessitando de um novo padrão de segurança social e trabalhista, como defendeu Pochmann (2010).

Assim, pode-se afirmar que há no trabalho imaterial, especificamente na produção de software, novas formas de controle e extensão da jornada de trabalho. Além de que a autonomia contratual nem sempre é a almejada, contrariando as teses acerca da “independência” do trabalho cognitivo. E tanto assalariados quanto autônomos são compelidos a qualificarem-se continuamente por conta própria, o que é um dado bastante representativo do discurso em voga na atualidade. Como observou Sennet (2005), as mudanças no mundo do trabalho marcam a emergência de discursos e práticas com conteúdos individualizantes. Deste modo, não é o mercado que é injusto, o que existe são desafios que devem ser superados. Retiradas as responsabilidades sobre o emprego das empresas e do Estado, cabe estritamente ao trabalhador a responsabilidade sobre sua empregabilidade. Além de que os conhecimentos adquiridos não são libertadores “por si”, são conhecimentos instrumentalizados, aplicados a uma produção específica, algo típico no capitalismo. Todavia, ainda que seja imposta, a qualificação do trabalhador pode lhe proporcionar certa autonomia operacional.

INTERVENÇÃO DO CLIENTE E MARGEM DE AUTONOMIA OPERACIONAL

Na produção de software customizado há os clientes internos – quando a produção se desenvolve dentro de uma empresa, com a finalidade de atender aos

outros setores – ou externos, no caso das empresas terceirizadas ou de prestação de serviços. Se o setor terciário em geral, caracteriza-se pela presença do cliente nos processos de trabalho, com o crescimento dos serviços nas três últimas décadas, cabe incluí-lo nas análises sobre o trabalho, como alertaram De La Garza e Gutiérrez (2008). No caso da produção de software, o cliente tem participação ativa em algumas fases do desenvolvimento, interferindo no processo. Não se trata apenas de satisfazê-lo no momento do atendimento e com o produto oferecido, como ocorre nos serviços “tradicionais”. Ele constitui-se como um “terceiro ator” que incide na problemática das relações de trabalho, que vão além das contradições entre patrões e empregados.

Ainda que em muitos casos o cliente não tenha conhecimento técnico algum, sua interferência é bastante incisiva. Ele exerce pressão nos trabalhadores na medida em que exige que a tarefa seja cumprida em determinado prazo, define a demanda e, em última instância, o produto, já que o projeto também depende de sua aprovação para não fracassar. A pressão pode ser tanto exercida diretamente, no contato pessoal ou à distância, por monitoramento eletrônico, como já foi assinalado. Deste modo, pode-se deduzir que o cliente, de certa maneira, constitui-se também como “patrão”, pois exerce pressão nos trabalhadores, define a produção e deve ser satisfeito com o resultado do trabalho.

Apesar do conhecimento dos trabalhadores que permite certo domínio da atividade, há limites impostos pelo cliente e pela própria tecnologia, visto que nem sempre é possível operacionalizar os requisitos solicitados num primeiro momento. Com os trabalhadores assalariados, além das imposições da gerência, ainda há as limitações com relação às tecnologias adotadas pelas empresas, que utilizam linguagens de programação específicas, definindo as ferramentas que serão utilizadas. Assim, pode-se dizer que é um processo produtivo permeado por negociações, acordos e conflitos em relação aos prazos, custos e à realização do projeto.

Às vezes o cliente chega com uma ideia que é impossível de pôr em prática, aí você tem que explicar que não dá pra fazer e mostra o que pode ser feito, e até dá algumas dicas para melhorar o programa. Também tem que ver se dá pra fazer no prazo que ele quer. Se não der, tem que explicar para ele também. Eu devo satisfação do meu trabalho pro meu gerente, mas tem que saber lidar com o cliente e entrar num acordo, porque ele deve ficar satisfeito com o trabalho (Entrevista com Analista de Sistemas,CLT).

No caso dos trabalhadores que não lidam diretamente com o cliente, este tipo de negociação é feita com a gerência, que media a relação entre a equipe e o cliente. No caso da produção de software não customizado, o cliente não tem participação no processo produtivo, mas ainda assim deve-se negociar com este os valores e os serviços de manutenção prestados. Há diferentes situações e relações estabelecidas entre clientes e trabalhadores, mas em todas elas – pelo menos com nesta pesquisa em particular – existe alguma forma de contato, acordo e intervenção do cliente no trabalho. É um tipo singular de produção que envolve conhecimentos e decisões entre os que dele participam, há uma série de “*flexibilidades cognoscitivas e arranjos sociais* entre os que participam do processo de trabalho” (DE LA GARZA et. al., 2009, p. 138, grifos no original). É um trabalho que não deixa de ser criativo, inclusive porque se deve pensar em diversas soluções não apenas para resolver os possíveis conflitos, mas também os problemas e entraves técnicos que ocorrem no percurso.

Embora o exercício da criatividade seja limitado e orientado para uma produção específica, a capacitação técnica e demais conhecimentos sobre o processo produtivo que os trabalhadores possuem lhes garantem certa margem de autonomia operacional (ROSENFELD, 2006) frente aos clientes e em alguns casos, à própria gerência. Estes aspectos ficam evidentes nas duas falas:

Eu não desenvolvo o produto que o cliente me diz pra desenvolver, eu desenvolvo o produto que a gente diagnostica que é o mais adequado (Entrevista n. 5, Gerente de Projeto, Micro Empresário).
O cara chegou e queria que eu começasse um projeto já, e nem tinha preparado a documentação ainda. E deu um prazo absurdo, não tinha a menor condição. Falei pra ele: “meu amigo, isto que você quer que a gente faça, neste prazo que você deu, é impossível”. Aí ele foi falar com o meu gerente, que depois veio me cobrar. Expliquei a situação pra ele e então ele [o gerente] foi falar com o cara. Repetiu a mesma coisa que eu já tinha dito e ainda mandou ele preparar a documentação primeiro [risos] (Entrevista com Analista de Sistemas, CLT).

Há margens de autonomia operacional pelo controle parcial dos elementos do trabalho, pois os trabalhadores exercem uma atividade onde não há uma rígida separação entre concepção e execução, podendo interferir diretamente no processo produtivo, na medida em que negociam, opinam, modificam e solucionam, utilizando seus conhecimentos e criatividade. Mas este controle é parcial porque não escapa das pressões exercidas pelos clientes, pela gerência e pelo mercado. Além disto, a autonomia operacional está diretamente relacionada com a natureza específica

desta atividade, onde certo grau de autonomia por parte do trabalhador é fundamental para o sucesso dos projetos.

Conforme foi mencionado, nesta área dificilmente alguém concentra-se numa única atividade (ponto bastante frisado pelos entrevistados) sendo um processo de trabalho distinto do padrão taylorista/fordista. Entretanto, o acúmulo de funções e a sobrecarga de trabalho também são fortes indícios de que a própria natureza da atividade tem como um de seus requisitos a multifuncionalidade, uma das exigências que surgem com a reestruturação produtiva. Além de a comunicação e o tipo de cooperação que se desenvolvem no interior da equipe também se dão em função das necessidades inerentes a este processo produtivo em particular. Cabe então questionar se os conhecimentos, habilidades e a própria subjetividade dos trabalhadores não estão sendo cada vez mais explorados e usurpados pelo capital (AMORIM, 2009). Se há estes níveis de exploração dos trabalhadores assalariados, esta também é uma realidade entre os autônomos:

Eu sempre procuro me atualizar, adquirir novos conhecimentos, ser um profissional competente e qualificado, porque eu busco excelência. Tenho que ser competitivo no mercado, demonstrando que posso fazer o melhor para o cliente (Entrevista com Gerente de Projeto, Micro Empresário).

Não dá pra se atualizar em tudo, porque toda hora sai alguma novidade diferente nessa área. Mas no ramo que eu to agora, que é das telecomunicações, eu busco estar sempre a par de tudo. Já fiz curso e sempre to aprendendo coisas novas sobre isto. Nessa área é complicado, porque sempre tem alguém que faz teu serviço mais barato. Então se você não aceita que paguem pouco, tem que fazer um trabalho diferenciado, de qualidade, porque senão acaba perdendo (Entrevista com Programador, PJ).

Se para o trabalhador autônomo, não há pressões por parte da gerência e a ameaça da perda do emprego, há pressão do mercado pela competitividade, e novamente, do cliente. No mais, estes profissionais podem até estar livres do comando *direto* do capitalista, como apostam Gorz (2005) e Lazzarato e Negri (2001), mas seguem sendo dependentes das empresas que os contratam, especialmente no caso dos PJ. E, como bem observou Rosenfield (2006), o trabalho autônomo também sofre pressões advindas dos clientes, dos prazos, da produtividade e do mercado, o que ficou claro nesta pesquisa. Da mesma forma que também não escapa das novas formas de controle proporcionadas pelas TIs que se realizam à distância, via celular ou *e-mail*, e que ainda colaboram para a extensão da jornada de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não há uma autonomia efetiva no trabalho cognitivo no sentido empregado pelas teses do trabalho imaterial. Assim como foi visto que nem todos estes trabalhadores buscam o trabalho autônomo, em termos contratuais. Há certa margem de autonomia operacional, conforme a análise proposta por Rosenfield (2006), mas não autonomia identitária, porque é exigida próprio setor pesquisado e em última instância, do atual mercado de trabalho. No caso dos trabalhadores entrevistados a autonomia é outorgada, pois é imposta, assim como no trabalho industrial, fazendo parte das novas exigências. Ser multifuncional, levar trabalho para casa, não se desconectar em nenhum momento, estar sempre atualizado, ter novas ideias para melhorar o trabalho e estar preparado para as mudanças. Estas características combinam mais com as mudanças da reestruturação produtiva e com o atual discurso gerencial – sobre ser “empregável” – do que caracterizam uma atividade livre e auto-deliberada.

Não há autonomia no trabalho porque *deve* se comportar de determinada maneira e assumir maiores responsabilidades. As novas qualificações, ainda que possam o libertar o trabalhador do patrão, não o libertam do capital, produzindo automaticamente uma subjetividade autônoma, crítica ao capitalismo. A pesquisa demonstrou que os desenvolvedores de software, mesmo os autônomos, não buscam qualificaram-se e atualizar seus conhecimentos para se libertarem, pelo contrário. Os buscam para conseguir posição de destaque num mercado altamente competitivo. Bem como a formação contínua incide diretamente no prolongamento da jornada de trabalho. No mais, trata-se de conhecimentos que possuem uma finalidade prática, que são aplicados numa produção específica. Destaque também para participação do cliente, que mesmo numa atividade permeada por negociações e conflitos – onde as habilidades do trabalhador podem lhe garantir certo domínio – onde sua interferência pode se dar de maneira direta ou indireta e até fora do horário e local de trabalho, via monitoramento eletrônico.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Henrique. **Trabalho imaterial**: Marx e o debate contemporâneo. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2009.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. In: **A era da informação: economia, sociedade e cultura**. 4 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. V. 1.

CASTILLO, Juan José. O trabalho do conhecimento na sociedade da informação: a análise dos programadores de software. In: ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy (Orgs.). **Infoproletários**: degradação real do trabalho virtual. São Paulo: Boitempo, 2009.

COCCO, Giuseppe; VILARIM, Gilvan de Oliveira. **Trabalho imaterial e produção de software no capitalismo cognitivo**. Liinc em Revista, V.5, n.2. Rio de Janeiro, setembro de 2009. 173-190 p. Disponível em: www.ibict.br/liinc. Acesso em 05/05/2011.

DE LA GARZA, Henrique et. al. Para um conceito ampliado de trabalho, de controle, de regulação e de construção social da ocupação: os “outros trabalhos”. In: LEITE, Marcia; ARAÚJO, Angela M. C. (Orgs.) **O trabalho reconfigurado**: ensaios sobre o Brasil e México. São Paulo: Annablume, 2009.

DE LA GARZA, Enrique; GUTIÉRREZ, J. Guadalupe Rodríguez. **Trabajo cognitivo y control sobre el proceso de trabajo**: La producción de software. X años de estudios sociales. México: UAMI, outubro 2008. Disponível em: <http://docencia.izt.uam.mx/egt/>. Acesso em 28/07/2010.

GORZ, André. **O imaterial**: conhecimento, valor e capital. São Paulo: Annablume, 2005.

HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho?** um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo, 2002.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 10 ed. São Paulo: Loyola, 2001.

LAZZARATO, Maurizio; NEGRI, Antonio. **Trabalho imaterial**: formas de vida e produção de subjetividade. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LEITE, Marcia de Paula. **Trabalho e sociedade em transformação**: mudanças produtivas e atores sociais. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

LESSA, Sergio. **Para além de Marx?** Crítica da teoria do trabalho imaterial. São Paulo: Xamã, 2005.

POUCHMANN, Marcio. **Desenvolvimento, trabalho e renda no Brasil**: avanços recentes no emprego e na distribuição dos rendimentos. Brasil em debate. V. 2. São Paulo: Perseu Abramo, 2010.

PRESSMAN, R. S. **Engenharia de Software**. São Paulo: Makron Books, 1995.

RODRIGUES, Maria Emília. **Trabalho, autonomia e identidade dos profissionais do software no capitalismo flexível**. Dissertação de Mestrado. Curitiba: UFPR, 2012.

ROSENFELD, Cinara L. Autonomia no trabalho informacional: liberdade ou controle? In: PICCINI, V. C. [et. al.]. (Orgs.). **O mosaico do trabalho na sociedade contemporânea**: persistência e inovações. Editora da UFRGS: Porto Alegre, 2006.

SAMPAIO, Sérgio Eduardo Ketelhute. **O desenvolvimento da aglomeração produtiva de software em Curitiba**. Dissertação de Mestrado. Curitiba: UFPR, 2006.

SENNET, Richard. **A corrosão do caráter**: conseqüências pessoais do novo capitalismo. 10 ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SOFTEX. **Escassez da mão de obra em TI**: dados e reflexões. Brasil: SOFTEX, 2010. Disponível em www.softex.br/observatoriosoftex. Acesso em 21/07/2010.

SORJ, Bernardo. **brasil@povo.com**: a luta contra a desigualdade na sociedade da informação. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; Brasília: Unesco, 2003.

FITNESS E WELLNESS: AS GRANDES NARRATIVAS DE GESTÃO BIOPOLÍTICA DOS CORPOS NA CONTEMPORANEIDADE

Vanberto José Rossi³⁰

RESUMO

A Organização Mundial da Saúde, como órgão gestor da biopolítica na atualidade, desenvolve um padrão de corpo que, por meio dos discursos da mídia, da medicina, da nutrição e da educação física é levado ao conhecimento dos indivíduos formatado em padronizações de práticas corporais corretas e incorretas. O objetivo deste artigo é, nesse sentido, problematizar a construção social do corpo na contemporaneidade por meio da investigação sociológica em academias de ginástica. A hipótese aqui defendida é a de que a conjugação entre os discursos da mídia, da OMS e das disciplinas da saúde faz parte de um processo mais amplo, em que se delineia uma transição paradigmática do corpo orgânico para o corpo ciborgue nos termos de Haraway (2009). A partir da pesquisa empírica em três academias de ginástica da cidade de São Carlos-SP e de entrevistas livres e de trajetórias de vida com alguns dos seus frequentadores, observamos que a hipótese aqui apresentada se mostra, de fato, em vias de desenvolvimento, uma vez que o discurso da manutenção da saúde e da superação dos limites do corpo orgânico por meio de exercícios, ingestão de fármacos, dietas e utilização de próteses está cada vez mais presente no cotidiano dos sujeitos.

Palavras-chave: ciborgue; fitness; transumanismo; wellness.

INTRODUÇÃO

Há, do ponto de vista do treinamento do corpo em academias de ginástica, dois diferentes pontos de vista que refletem, basicamente, duas possibilidades de construção corporal: 1) uma narrativa dos praticantes da vertente *fitness*, preocupados muito fortemente com a forma corporal e a força física; e 2) uma segunda narrativa dos praticantes da vertente de ginástica aeróbica *wellness*, cujo foco busca somar trabalho corporal com bem-estar físico e mental, objetivando um equilíbrio entre forma e conteúdo corporais (*maromba-zen*).

O que a sociedade espera desses sujeitos é que seus corpos se aproximem de determinados padrões e, nesse sentido, o padrão mais aceito é o apresentado pela mídia em duas de suas vertentes: 1) visual, mais especificamente revistas de

30 Mestre em Sociologia pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos. Contato: tonnyiom@gmail.com.

moda, como demonstram as análises de Castro (2007) e Siqueira & Faria (2007); e 2) audiovisual, como determinados programas de televisão e a internet. Além disso, o mercado e a indústria do *fitness*, de acordo com Landa (2009) é versátil e disponibiliza inúmeras maneiras de modelagem corporal, do *fitness* ao *wellness*, dos manuais de boa forma aos blogs do corpo, das dietas lendárias aos programas midiáticos de bem-estar.

Atualmente, vários dos canais televisivos tanto abertos quanto fechados possuem no seu quadro programático diário ao menos um programa que se refira ao *fitness* e ao *wellness*. Começaram a ser veiculados pela extinta Rede Mulher³¹, a qual foi pioneira em tratar na sua rede de programação sobre assuntos referentes aos dois conceitos, porém direcionados às mulheres. Os programas “Passo a Passo” e “Estilo Saúde” eram ambos apresentados pela *personal trainer* brasileira Solange Frazão, com dicas de exercícios físicos e alimentação. Posteriormente, entre o final da década de 1990 e a primeira década do novo milênio, as demais emissoras abertas passaram, gradativamente, a incorporar em suas programações esse tipo de entretenimento voltado para cuidado corporal.

Na contemporaneidade, embora ainda exista algum apelo direcionado ao público feminino, esses programas não se direcionam exclusivamente às mulheres e as discussões giram sempre em torno do volátil conceito de “bem-estar”. O caso mais emblemático é o do programa “Bem Estar”³², apresentado pela Rede Globo, que vai ao ar de segunda a sexta-feira entre 10h00 e 11h00. Em cada dia, diversos especialistas, sobretudo médicos, nutrólogos e educadores físicos são entrevistados sobre temas que tenham algum tipo de relação com uma definição de qualidade de vida que engloba, basicamente, um discurso rico em benefícios de uma alimentação saudável associada à prática regular de exercícios físicos. Há outros programas semelhantes em diversas redes televisivas, abertas ou fechadas como o “Programa da Tarde”³³, exibido diariamente pela TV Record entre 14h30 e 17h15, o qual, embora se defina como um programa de variedades, traz assuntos relacionados ao *fitness* e *wellness*; e o programa “Você Bonita”³⁴, apresentado pela TV Gazeta, diariamente, a partir das 12h30.

31 Sobre a história da Rede Mulher, ver http://pt.wikipedia.org/wiki/Rede_Mulher, acesso em 07/10/2013, as 20h50min.

32 <http://g1.globo.com/bemestar/>. Acesso em 07/10/2013, as 20h57min.

33 <http://entretenimento.r7.com/programa-da-tarde/programa/>. Acesso em 07/10/2013, as 20h56min.

34 <http://vocebonita.tvgazeta.com.br/>. Acesso em 07/10/2013, as 20h55min.

Tanto a análise midiática de Castro (2007, p. 45-57) quanto a de Siqueira & Faria (2007), convergem no sentido de que a mídia, embora não seja responsável pela construção de gostos e discursos, certamente é o caminho necessário através do qual os discursos corporais da medicina, da nutrição e da educação física devem passar para se consolidarem na contemporaneidade. Castro (2007) analisa duas grandes publicações impressas brasileiras que foram as revistas “Corpo a corpo” e “Boa forma”. De acordo com a autora, esses manuais de cuidados corporais vem adquirindo importância nos últimos anos porque “a imprensa escrita vem se consolidando como espaço privilegiado para divulgação de informações relativas ao corpo, recorrendo ao especialista — profissional que tem espaço e sucesso garantidos em revistas femininas — para dar dicas acerca dos cuidados com o corpo no campo da sexualidade, moda, dieta, beleza e exercícios físicos” (CASTRO, 2007, p. 49).

No mesmo sentido de Castro, a análise de Siqueira & Faria (2007) incide sobre seis revistas: “Claudia”, “Nova”, “Boa Forma”, “Saúde”, “Bons fluidos” e “O Globo”. As autoras, ao analisarem essas revistas, perceberam o desenvolvimento do culto ao corpo ao longo de, fundamentalmente, três momentos: o primeiro deles, de 1960 a 1980, foi o período do que as autoras chamam de “corpo natural, com poucos artifícios para ser reconhecido como belo” (SIQUEIRA & FARIA, 2007, p. 181). O segundo momento observado pelas autoras, que engloba as décadas de 1980 e 1990, seria o do “corpo marombado, na gíria da época, aquele de músculos definidos e bastante aparentes, resultado do *fitness*” (idem). E o terceiro momento, a partir dos anos 2000, seria o momento do corpo “maromba-zen”, uma gíria que “designaria um novo tipo de atividade física na qual a musculação e a ginástica dos anos 1980 seriam substituídas pela proposta de um corpo ‘definido’, com músculos exercitados associados à sensação de bem-estar e prazer” (idem).

Em outras palavras, seja visual ou audiovisual, a influência midiática sobre os corpos, sobre os gostos e sobre os estilos dos indivíduos causa um impacto que determina, senão os corpos, gostos e estilos em si, as narrativas capazes de apresentar um arcabouço de elementos, limitados é preciso pontuar, para que um indivíduo se inscreva, ou ao menos tente se inscrever, nos parâmetros corporais que se encontram a todo o momento diante de seus olhos.

Esses mecanismos encontram nichos de mercado e são colocados à disposição dos indivíduos e, uma vez estabelecido o padrão, o que realmente faz

diferença, do ponto de vista dos frequentadores, é a experiência individual com esses mecanismos. A mídia não cria verdades, mas faz o papel de disseminar determinadas generalizações que, uma vez apropriadas pelo universo da cultura, podem se tornar regimes de verdade por meio da sua propagação em larga escala e da assimilação dessas generalizações pelos indivíduos. De acordo com Foucault:

Em nossas sociedades, a "economia política" da verdade tem cinco características historicamente importantes: a "verdade" é centrada na forma do discurso científico e nas instituições que o produzem; está submetida a uma constante incitação econômica e política (necessidade de verdade tanto para a produção econômica, quanto para o poder político); é objeto, de várias formas, de uma imensa difusão e de um imenso consumo (circula nos aparelhos de educação ou de informação, cuja extensão no corpo social é relativamente grande, não obstante algumas limitações rigorosas); é produzida e transmitida sob o controle, não exclusivo, mas dominante, de alguns grandes aparelhos políticos ou econômicos (universidade, exército, escritura, meios de comunicação); enfim, é objeto de debate político e de confronto social (as lutas "ideológicas"). (FOUCAULT, 2000, p. 11).

Nesse sentido, caberia indagar em que a mídia se baseia para disseminar, nas suas diferentes vertentes, o corpo magro como padrão? Há três instâncias do conhecimento que agem no sentido de desenvolver, educar e manter um padrão corporal, sendo elas, respectivamente, a medicina, a educação física e a nutrição. Esses três saberes científicos se conjugam na mídia escrita, nas academias, na programação televisiva ou na internet e, exatamente por se tratarem de importantes áreas do conhecimento, necessitam de um lastro extremamente mais consistente do que a *doxa* midiática ou a *sofia* popular. Eles necessitam de uma *episteme* que, a um só tempo, as justifique como necessárias, as identifique como portadoras de uma razão e determine suas práticas como corretas.

Nada seria mais eficiente, nesse sentido, do que a criação de uma organização capaz de centralizar, além desses três conhecimentos, um grupo de autoridades investidas politicamente para a tomada das medidas necessárias, tanto mais eficiente se essa organização reunir representantes de diversas partes do globo, o que tanto facilita quanto dinamiza a disseminação de sua *episteme*. Tal organização consiste na Organização Mundial de Saúde (OMS).

Criada em 1948 e vinculada a Organização das Nações Unidas (ONU), a OMS se define da seguinte maneira:

A OMS é a autoridade diretora e coordenadora para a saúde no âmbito do sistema das Nações Unidas. Ela é responsável por promover lideranças nas questões de saúde global, formando a agenda da pesquisa em saúde,

estabelecendo normas e padrões, articulando opções políticas baseadas em evidências, fornecendo suporte técnico aos países e monitoramento e assessoria das tendências de saúde.

No século 21, a saúde é uma responsabilidade compartilhada, envolvendo o acesso equitativo aos cuidados essenciais e de defesa coletiva contra as ameaças transnacionais³⁵.

Claramente, a definição de si mesma da OMS contém tanto uma perspectiva biológica, por meio da “pesquisa em saúde, estabelecendo normas e padrões”, quanto uma dimensão de ação, por meio das “opções políticas baseadas em evidências”. Trata-se, portanto, de um órgão de gestão da saúde em âmbito global que agrega pesquisa científica e ação política, fazendo as vezes da *biopolítica* foucaultiana. Na década de 1970, Foucault já apontava, na **Microfísica do Poder**, que “o corpo é uma realidade biopolítica; a medicina é uma estratégia biopolítica” (2000, p. 47). O corpo seria, portanto, um lócus tanto biológico quanto de ação política da mesma maneira que a medicina seria tanto uma episteme biológica quanto uma disciplina exercida sobre o corpo, uma vez que, na perspectiva foucaultiana, “foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista” (idem), como corroboram Landa et al. (2013):

A partir do momento que a vida do homem como *indivíduo biológico* está imbricada na do homem como *sujeito político*, ou, nos termos de Foucault, “o homem moderno é um animal em cuja política é posta em causa sua vida de ser vivente” [...], a vida e a política entram em uma relação de implicação tal que se pode inferir uma *biologização da política* e uma *politização da biologia* [...], em suma, uma *biopolítica*. (LANDA et al., 2013, p. 91, grifos dos autores).

De acordo com Foucault (2000), a biopolítica consiste na gestão da vida, morte e saúde dos indivíduos por meio de ações políticas que visam disciplinar os seus corpos. Uma dessas ações, sem dúvida, foi a criação da ONU, através de cuja estratégia biopolítica os sujeitos estão sob controle do Estado e a tutela dos seus corpos não lhes pertence senão pelos crivos disciplinadores estatais, criados com o objetivo de administrar a espécie humana. Surge, assim, a norma, a regra, o correto, e, automaticamente, a partir da própria norma, cria-se o seu oposto: o anormal, o incorreto (FOUCAULT, 2000, p. 302).

Nesse sentido, de acordo com Landa et al. (2013), Foucault (2000) e com a própria OMS, é correto afirmar que se trata de um órgão disciplinador que visa à normatização dos corpos com vistas à melhor forma de gestão mundial da saúde

35 Extraído do site da World Health Organization (WHO): <<http://www.who.int/about/en/>> . Acesso em 22/01/2014, às 22h11min. Tradução nossa.

dos indivíduos e, conseqüentemente, de sua corporeidade. A OMS, portanto, se coloca na posição de responsável por validar cientificamente os saberes corporais da medicina, da educação física e da nutrição no que concerne a saúde e bem-estar, tornando-os norma. A mídia, por sua vez, traduz esse regime de verdade para a cultura e a transmite em larga escala, fixando essa padronização na agenda cotidiana dos sujeitos que passam a buscar adequar sua conduta dentro dos limites dessa norma.

Por meio da relação entre o saber científico e a ação política desenvolvidos pela OMS, da propagação desses saberes e dessa ação em âmbito mundial, dada a transnacionalidade dessa agência como órgão vinculado à ONU, e da disseminação em larga escala por meio da mídia, se constitui o exercício de um biopoder sobre as relações cotidianas mais simples dos sujeitos, no microcosmo de suas vidas. Esse microcontrole da espécie humana é, então, exercido pelo próprio indivíduo sobre si mesmo a partir da apreensão e internalização do macrocontrole, ou, dito de outra maneira, pela assimilação da norma. Do ponto de vista de uma organização como a OMS, portanto, existe um metacontrole: um controle que essa agência exerce sobre o controle que os sujeitos exercem sobre si mesmos.

O apelo de um órgão como a OMS, diluído na mídia massificada, chega aos indivíduos exortando-os a buscarem um “corpo saudável” — que, conseqüentemente, se considera belo porque é o padrão — não somente pela criação de uma episteme e de um exercício do biopoder advindo desse conhecimento, mas também pela criação de fobias corporais. Essa estratégia age no imaginário dos sujeitos criando, a partir da norma, uma série de elementos que caracterizam o seu oposto, conforme mencionamos anteriormente. Isso se reflete, de acordo com as falas dos nossos interlocutores, em um sentimento: o medo da gordura corporal que, elevado a determinado grau, se torna uma repulsa pela obesidade.

A Organização Mundial da Saúde, como órgão gestor da biopolítica na atualidade, desenvolve um padrão de corpo que, por meio dos discursos da mídia, da medicina, da nutrição e da educação física é levado ao conhecimento dos indivíduos formatado em padronizações de práticas corporais corretas e incorretas.

OBJETIVOS E METODOLOGIA

O objetivo deste artigo é, nesse sentido, problematizar a construção social do corpo na contemporaneidade por meio da investigação sociológica em academias de ginástica. A hipótese aqui defendida é a de que a conjugação entre os discursos da mídia, da OMS e das disciplinas da saúde faz parte de um processo mais amplo, em que se delinea uma transição paradigmática do corpo orgânico para o corpo ciborgue nos termos de Haraway (2009).

Para atingirmos esse objetivo e comprovarmos essa hipótese, selecionamos três academias de ginástica da cidade de São Carlos-SP, uma situada em uma região considerada periférica na zona sul; uma intermediária entre centro e periferia; e uma localizada perto da saída da cidade, na zona norte. Em respeito aos estabelecimentos e pessoas entrevistadas, os nomes dos estabelecimentos pesquisados não serão revelados, sendo apenas mencionados como academias “A” (periferia), “B” (intermediária) e “C” (zona norte). Observamos três critérios de escolha para chegarmos a essa divisão tripartite: 1) o tempo de atuação da academia na cidade; 2) se há ou não um público alvo; 3) localização da academia dentro do perímetro geográfico do município.

Realizamos, também, entrevistas com os frequentadores dessas academias, que envolvem tanto alunos-frequentadores ativos quanto proprietários e também pessoas que já frequentaram as academias pesquisadas, por meio dos métodos de entrevista livre e trajetórias de vida. Os nomes dos entrevistados são fictícios, em respeito a sua identidade e integridade de interlocutores e mediadores do campo.

A academia “A” foi a única, entre as três pesquisadas, em que o *fitness* apareceu com mais proeminência do que o *wellness*, motivo pelo qual nela priorizamos a pesquisa com os interlocutores da musculação, com o objetivo de encontrar as possíveis motivações das pessoas em priorizar o treinamento de força. Na academia “A” entrevistamos Junior, frequentador e professor da academia; e Beto e Luana, ambos os frequentadores mais antigos dessa academia. São pessoas conhecidas entre os demais frequentadores e amigas de infância do proprietário.

Nas academias “B” e “C”, observamos uma tendência maior em sublinhar as aulas aeróbicas, as quais reinam soberanas no horário das 18h00 as 21h00. Foi perceptível a subsunção do *fitness* ao *wellness*, o que nos motivou a tratarmos da questão da *maromba-zen* nessas duas academias. Na academia “B”, entrevistamos Karina, Tales e Flávia, três frequentadores que estão com a academia desde 2005 e

são pessoas muito conhecidas na academia. Na academia “C” nosso acesso foi um pouco mais restrito e o proprietário nos indicou uma frequentadora da sua confiança para nos acompanhar no empreendimento da pesquisa. Assim, a frequentadora Hellen, além de interlocutora, nos conduziu pelo campo e nos permitiu participar de uma de suas rotinas de treinamento. Ela frequenta a academia “C” desde 1998 e muito desta pesquisa se deve à sua colaboração.

Finalmente, seguindo as indicações dos nossos mediadores do campo, procuramos ex-frequentadores das academias pesquisadas e pudemos entrevistar Mônica, Damaris e Regina, ex-frequentadoras, respectivamente, das academias “A”, “B” e “C”. O objetivo dessa etapa da pesquisa empírica foi buscar subsídios para observar de que maneira os indivíduos apreendem o contato com a academia como parte integrante da sua subjetividade, de que forma lidam com esse contato e se isso se estendeu para suas vidas depois de se desvincularem do ambiente.

O MAGRO, O OBESO E O MUSCULOSO

Para definirmos um corpo de acordo com o padrão OMS, partiremos não da norma, mas do seu oposto: o corpo obeso. Isto porque, conforme observam Landa et al. (2013), “um dos discursos mais influentes nos modos de perceber o próprio corpo e o dos outros é o da *obesidade epidêmica*” (LANDA et al., 2013, p. 95, grifo dos autores), a qual se define pela “propagação, por diversos meios, de narrativas em tom catastrófico sobre os perigos que representam a obesidade e o sobrepeso à saúde individual, comunitária e mundial” (idem, p. 96). Apropriada pela episteme da OMS, o discurso da obesidade epidêmica deu origem ao conceito de *globesidade*:

Na extremidade oposta da escala de desnutrição, a obesidade é um dos mais flagrantemente visíveis — embora mais negligenciados — problemas de saúde pública. Paradoxalmente coexistindo com a subnutrição, uma epidemia em escala global de sobrepeso e obesidade — “*globesidade*” — está assolando várias partes do mundo. Se não forem tomadas medidas imediatas, milhões irão padecer de uma série de graves problemas de saúde³⁶.

É a partir desse crivo que, na contemporaneidade, opera o discurso que aponta o corpo magro também como concepção de corpo belo e saudável, o qual está mais ou menos a meio caminho entre a subnutrição e seu extremo oposto que

36 Fonte: World Health Organization (WHO). In: <http://www.who.int/nutrition/topics/obesity/en/>. Acesso em 24/01/2014, as 0h00min. Tradução e grifo nossos.

é a obesidade epidêmica. Dessa maneira, a obesidade é tratada como doença, ou, mais especificamente, como uma epidemia em escala global, da mesma maneira que a desnutrição ou a subnutrição. Não se trata, contudo, de exterminar o obeso da mesma maneira que a proposta da OMS não é acabar com a desnutrição, mas sim de encontrar a melhor maneira de gerenciar esses corpos extremos, que desafiam a norma. Nada mais política e economicamente viável, portanto, do que colocá-las em extremidades opostas e a meio caminho delas o ideal, o padrão, a norma que é o que a mídia atualmente denomina *magro saudável*.

É importante notarmos nesse discurso que o corpo obeso não é renegado ou banido da sociedade, mas incluído por meio de uma categoria de doente, como se fosse cingido por uma tarja de “perigo”: não devemos nos afastar dele, mas é preciso termos cuidado para não nos tornarmos iguais a ele. Ora, se a obesidade é uma doença, como supõe a OMS — a ponto de noticiar uma globesidade —, então é necessária uma cura: exercícios físicos, dieta balanceada, em outras palavras, um corpo magro.

As crônicas do risco ganham peso político-sanitário por meio de uma narrativa de matriz epidemiológica que correlaciona a prática de estilos de vida específicos com a probabilidade de desenvolver determinadas doenças degenerativas. O sedentarismo e uma dieta desequilibrada (rica em gorduras) aparecem, nos marcos de tal narrativa, como os principais fatores de risco que contribuem para elevar as taxas de morbidade e mortalidade por doenças não transmissíveis em todo o mundo. Esta *epidemiologia do risco* legitima a promoção de um estilo de vida ativo, apontando que tipo de condutas são prejudiciais à saúde, ao mesmo tempo em que adverte a população acerca do tipo de precauções que devem ser tomadas para se ter uma vida livre de tais enfermidades (LANDA et al., 2013, p. 102, grifo dos autores).

É dessa maneira que o magro e o obeso, embora sejam considerados opostos em termos corporais, convivem diariamente nos limites de uma academia de ginástica sem, necessariamente, ser mutuamente excludentes: um necessita do outro para existir, um precisa do outro para subsistir. Essa relação demonstra que “estas narrativas colocam nas mãos dos cidadãos a responsabilidade por suas escolhas vitais e pelas consequências des/favoráveis que resultam delas” (LANDA et al., 2013, p. 102).

Vivemos uma era marcada pelo que Landa et al. (2013) denominam uma biopedagogia, “um conjunto de saberes e técnicas de autogestão que o coletivo social deve interiorizar e incorporar se deseja alcançar esse respeitado estado saudável” (2013, p. 104). Saúde, na contemporaneidade, se torna sinônimo de

respeito, de forma que a obesidade se torna como que um crime de lesa-corporeidade, um ato passivo de punição não pela exclusão ou pela morte, mas pela inclusão no rol dos doentes e dos monstros (cf. LANDA et al., 2013, p. 109). O castigo do obeso, portanto, na nossa sociedade, está na sua aparência considerada monstruosa e enferma.

Portanto, de acordo com Landa et al. (2013), “foi necessário construir uma cultura obcecada pelo peso e pela magreza para que os significantes *gordura*, *sobrepeso* e *obesidade* adquirissem o tom inquietante que apresentam na atualidade” (2013, p. 96, grifo dos autores). A obsessão pelo peso corporal ocupa um espaço considerável na agenda individual: somos exortados a ser saudáveis, lutamos por isso nos abstendo de determinados alimentos em prol de um corpo “sarado”. Contudo, não faltam propagandas de belas e calóricas refeições, convites a matarmos nossa sede com um copo de refrigerante (o temível e implacável inimigo das curvas femininas), ou um churrasco regado a cerveja.

Existe, ainda, uma terceira categoria de tipo físico na academia de ginástica: o musculoso. Este tipo de corpo não se encaixa em nenhuma das duas categorias citadas anteriormente ou nas de saudável/doente utilizadas pela OMS para alocar conceitualmente os corpos dos indivíduos. Os corpos musculosos, se partirmos do princípio dualista da OMS, não são nem saudáveis e nem doentes. Não são saudáveis porque não são magros e não são doentes porque não são obesos, mas se localizam em um intermédio: eles causam, ao mesmo tempo, desejo e repulsa (LINDSAY, 1996, p. 357). Se visualizamos um corpo musculoso, talvez possamos desejar ou mesmo simpatizar com seu *sex appeal*, mas, instantaneamente, podemos nos assombrar porque trata-se de um humano transformado em algo mítico por forças que não compreendemos (idem, p. 356).

Também os adjetivos populares comumente associados ao corpo musculoso como “sarado” e “bombado” parecem ser insuficientes para defini-lo do ponto de vista dos frequentadores das academias pesquisadas: “sarado”, de acordo com os interlocutores das academias de ginástica, remete a um estado de corpo saudável, enquanto “bombado” remete a um estado de corpo doente ou em uma situação de risco, uma vez que esse termo advém de um imaginário que associa diretamente um corpo musculoso à ingestão de esteroides anabolizantes popularmente conhecidos entre os frequentadores de academia como “bombas”.

Talvez, devido a essa dificuldade de conceituação do corpo musculoso, é que Lindsay (1996) tenha se utilizado de uma associação com a categoria de *freak*:

Bodybuilders buscam maximizar a muscularidade visível dos seus físicos pela combinação de treinamento progressivo de peso e um regime de dieta e exercícios aeróbicos visando a minimização da gordura subcutânea do corpo e uma apresentação física que demonstre o grau extremo de definição muscular e vascularidade alcançados por meio desse regime. [...] O *bodybuilder* confunde ilusão e realidade: a impressão de escala monstruosa é mais frequentemente o resultado da extrema definição muscular realçada por óleo e músculos flexionados ao máximo. (LINDSAY, 1996, p. 356, tradução nossa, grifos da autora).

Embora Lindsay estivesse se referindo a uma categoria esportiva, essa ideia de conviver com um corpo que não é nem magro nem obeso, mas, ainda assim, é um corpo extremo, causa fascínio e repulsa, desejo e desprezo, prazer e terror, porque um corpo musculoso, de acordo com Lindsay (1996) é, ao mesmo tempo, belo e monstruoso, diferentemente dos corpos magro e obeso: aquele, sob os auspícios da medicina, da educação física, da nutrição e da mídia, seria somente belo, a norma; este, da mesma forma, somente monstruoso, o anormal (cf. LANDA et al., 2013).

Um corpo magro, por essa perspectiva, seria o resultado de dieta e exercícios físicos, de uma vida considerada moderada e o corpo obeso seria fruto do desleixo, da preguiça, da gulodice, da incapacidade de autogestão corporal (idem). O corpo musculoso, entretanto, seria uma incógnita, algo que causa confusão nos indivíduos porque desvia das definições existentes. Da mesma maneira como Lindsay (1996) observa o corpo musculoso pela perspectiva do *freak*, também Landa et al. (2013, p. 90) observam que o corpo obeso, tendo como base o padrão de saúde estabelecido pela OMS, pode ser considerado um monstro, um *freak* porque, assim como o corpo musculoso, o obeso desvia da norma.

Observamos que a magreza saudável, a muscularidade e a obesidade são padronizações interdependentes: a primeira é a norma, portanto, pode se alinhar a um sentimento de desejo; a segunda se situa em uma espécie de transição porque não se choca com a norma, mas também não a corrobora, causando, ao mesmo tempo, desejo e repulsa; finalmente, a terceira é o oposto da norma, e causa repulsa, medo, estranhamento. Não obstante, cada um desses padrões corporais depende do outro porque todos se interconectam à subjetividade por meio do corpo.

O objeto e o objetivo dessas padronizações é o corpo que nunca se encontra acabado, mas é um constante vir a ser. Os corpos magro, musculoso e

obeso, nesse sentido, não se opõem um ao outro nem se excluem mutuamente, mas se conjugam de alguma maneira nas configurações corporais que cada sujeito estabelece para si.

O ESPELHO, A BALANÇA, A FITA MÉTRICA

Os frequentadores de academias de ginástica precisam fazer alguns testes antes de começarem a treinar. Além dos testes físicos, algumas academias exigem exames laboratoriais e clínicos para admitirem um novo frequentador, a partir de amostragens sangüíneas, coletadas e processadas por laboratórios especializados como taxa de triglicérides, colesterol, glicemia etc. Os objetivos desses exames adicionais são, em primeiro lugar, proteger juridicamente a academia e, em segundo lugar, fornecer mais subsídios ao educador físico para o desenvolvimento de uma pauta de treinamento mais específica.

Contudo, o saber científico e a busca de segurança jurídica encontram sua limitação nas introspecções do ser humano, ou, em outras palavras, sua subjetividade, seus desejos, suas vontades, nuances estas profundamente marcadas pelas interações sociais e que fogem a qualquer tentativa de controle. De fato, a maioria dos frequentadores das academias de ginástica se importa muito pouco com amostragens sanguíneas e taxas obtidas por meio de exames laboratoriais, mas se importam bastante com três artefatos: o espelho, a balança e a fita métrica. Mais especificamente, eles se importam com o que esses três elementos têm a lhes informar.

O espelho, ao que indica a pesquisa empírica, parece servir como um comparativo estético, como uma espécie de ferramenta que ajuda o frequentador da academia de ginástica a adestrar seu corpo a determinados parâmetros, a observar o quanto esse corpo pode ou não se encaixar em um determinado padrão. Diante do espelho, além de assistir ao desenvolvimento da sua massa muscular, é possível ao praticante de exercícios físicos observar a postura corporal necessária à prática de cada um dos exercícios, afim de que se atinja a técnica mais apurada para desenvolver determinada forma. Não obstante é, também, o espelho o responsável por refletir a imagem de um corpo modificado pelo treinamento.

A balança e a fita métrica, por suas vezes, são duas outras ferramentas que indicam ao praticante de exercícios físicos, basicamente, as mesmas características

que o espelho, porém, por intermédio de dados numéricos, mais especificamente as unidades de medida quilograma (kg), no caso da balança, e centímetro (cm), em relação a fita métrica. São esses dois artefatos os responsáveis por quantificar, numericamente, a imagem refletida no espelho, cujos valores são cruzados com o principal fator corporal desenvolvido pela OMS: o Índice de Massa Corporal (IMC).

O IMC deriva do índice de Quetelet desenvolvido entre 1830 e 1850 e criado pelo estatístico Adolphe Quetelet para registrar a variação de peso e altura dos recrutas do serviço militar francês. Em suas observações, Quetelet percebe a existência de uma distribuição gaussiana (normal) dos níveis de peso e altura na população estudada, a partir do qual cria um índice para realizar uma descrição estatística do “homem tipo”. Atualmente, o IMC é uma representação matemática que fornece uma estimativa da composição corporal em quilogramas pelo quadrado da altura do corpo em metros. (LANDA et al., 2013, p. 98).

Desde muito cedo, ainda nos primeiros contatos com a academia de ginástica, os frequentadores desenvolvem uma relação com esses três artefatos por meio do IMC que é calculado quando o instrutor desenvolve a primeira pauta de treinamento do frequentador. A partir de estabelecido o padrão de acordo com esse cálculo, o espelho, a balança e a fita métrica formam, juntos, um guia para os frequentadores que parte do princípio de uma relação de simetria corporal na seguinte proporção: a imagem se define pelo peso juntamente com a circunferência abdominal comparados ao IMC. Da mesma maneira que o Homem Vitruviano, de Leonardo da Vinci, é uma representação esquemática das proporções das medidas corporais, a imagem refletida no espelho da academia de ginástica visa uma representação da proporção entre peso, circunferência abdominal e IMC.

No entanto, os praticantes de exercícios nas academias fazem uso desses instrumentos diariamente quase sempre como um simples hábito adquirido pela assiduidade no ambiente, de forma que, em dado momento, esses três artefatos se tornam ao frequentador os indicadores mais confiáveis do seu condicionamento físico e do desenvolvimento do seu corpo pelo treinamento.

Nesse sentido, não se pode deixar de mencionar a influência do mercado e da indústria do *fitness*, apontado por Landa (2009), que por intermédio das propagandas midiáticas transformam o uso do espelho, da balança e da fita métrica nos indicadores mais confiáveis de saúde e estética, estabelecendo, sob os auspícios da medicina, da nutrição e da educação física um conjunto de regras gerais.

A busca pelo que se conhece na contemporaneidade como “barriga negativa”³⁷ é o emblema dessa cultura corporal que vem se constituindo ao longo da segunda década do novo milênio. A revista *Veja* define o termo “barriga negativa” como a “magreza por comer dosagens corretas de alimentos escolhidos associadas a suplementos e malhação. O resultado é a união desses atributos até pouco tempo atrás inconciliáveis: a magreza e os músculos”³⁸. Mira (2004) aponta, no que concerne à imposição de determinados padrões ao corpo feminino, que “as mulheres também aderem à musculação, dadas as exigências cada vez maiores do corpo exposto e à ascensão de modelo de mulher mais ativa, mais forte, mais dona de si mesma” (MIRA, 2004, p. 19). Na contemporaneidade, em que tudo parece já nascer há muito obsoleto, com as ferramentas de busca *on line* cada vez mais sofisticadas e com o avanço de uma cultura que urge pelo bem-estar, a imagem, a circunferência e o peso corporais se tornam, cada vez mais, elementos que transitam entre os valores cultural e econômico.

A busca por uma “barriga negativa” que é uma barriga, ao mesmo tempo, magra e musculosa, em uma primeira análise, parece definir os rumos das escolhas das mulheres, como se seu corpo definisse seus gostos. Entretanto, a partir de uma análise mais aprofundada, observamos que se trata, além de uma imposição social, também de uma escolha de determinadas mulheres a posse de um “corpo modelo” (cf. SIQUEIRA & FARIA, 2007), de uma barriga negativa.

Talvez, essas mulheres possam ser consideradas como um tipo de fisiculturistas porque, embora não treinem para uma competição, elas parecem fazê-lo por um objetivo corporal que, pela perspectiva de Lindsay (1996), é, ao mesmo tempo, motivo de medo e simpatia. O seu ideal de corpo atrai pela magreza e assusta pela força, transita entre os domínios corporais culturalmente associados ao masculino e ao feminino.

Enquanto a muscularidade é culturalmente associada à masculinidade, a feminilidade é tradicionalmente associada à propensão para a gordura corporal. A dieta [...] tem sido entendida como reafirmação de normas patriarcais que equiparam feminilidade à fragilidade, magreza e neotenia. Quando homens *bodybuilders* perseguem uma dieta exata com o objetivo de acabar com a gordura subcutânea, eles cruzam um domínio

37 Talvez por se tratar de uma categorização muito específica do campo da malhação, não encontramos trabalhos ou pesquisas acadêmicas que abordem a questão da “barriga negativa” de maneira aprofundada, motivo pelo qual recorreremos a uma reportagem da revista *Veja* como ponto de partida para essa discussão.

38 Idem, p. 85.

culturalmente feminino. Ainda assim, nem homens ou mulheres bodybuilders praticam dieta para serem “magros”; ambos almejam máxima muscularidade, situando-se, assim, em um domínio culturalmente masculino. (LINDSAY, 1996, p. 365, tradução nossa).

FIGURA 1: Carol Magalhães.



FONTE: Revista Veja, ed. 2346, ano 46, nº 45, 06/11/2013, p. 84-85.

É possível afirmar, nesse sentido, que as mulheres adeptas da “barriga negativa” constroem suas rotinas em torno de um ideal de corpo que pode determinar suas trajetórias de vida. Há, assim como na relação existente entre magreza, muscularidade e obesidade, uma interdependência entre o uso do espelho, da balança e da fita métrica: separados, são somente utensílios para os quais há os mais diversos usos que sequer tocam as narrativas corporais.

A partir do momento em que há uma confluência desses artefatos com um contexto de indústria cultural, mercado e indústria da moda e do *fitness*, mídia e a validação de saberes científicos por uma agência de saúde internacional, somente então esses três utensílios recebem novos significados e novos usos. Não obstante, existe um elemento fundamental: o ambiente da academia de ginástica, onde o frequentador estabelece contato com esses objetos e desenvolve a necessidade do seu uso a partir do contato com toda uma cultura de treinamento que valoriza a imagem corporal esculpida.

OS CIBORGUES E O CORPO ORGÂNICO

O corpo, na contemporaneidade, se define por “marcas transitivas, transitórias, transponíveis. O corpo não é (mais) um dado, mas uma fabricação. Um feito e uma ficção. O corpo é o que se diz dele e o que se faz dele” (LOURO, 2012, p. 12). Se para Karl Marx o proletário do século XIX era um apêndice da máquina, caracterizando uma cisão fundamental entre ambos, na contemporaneidade humano e máquina tendem a se fundir na figura do ciborgue: um “híbrido de máquina e organismo” (HARAWAY, 2009, p. 36). O humano descobriu as mudanças que a máquina pode trazer para a melhoria do seu corpo, como o atleta sul-africano Oscar Pistorius, que, ainda bebê, teve suas pernas amputadas, mas a intervenção científica transformou sua deficiência em rendimento dando-lhe pernas artificiais extremamente mais eficientes do que as orgânicas. Ele se tornou, nas palavras de Goellner & Silva (p. 197), “um ser híbrido de carne e fibra de carbono”.

Também os frequentadores de academias de ginástica descobrem, cotidianamente, as mudanças que as máquinas trazem para seus corpos. Embora, nas academias pesquisadas, os nossos interlocutores não tenham partes mecânicas acopladas a seus corpos, eles se utilizam das máquinas de exercícios cada vez mais sofisticadas para modelarem seus corpos, as quais são projetadas especialmente para o uso em academias ou no conforto da casa. Sem essas máquinas, muito dificilmente conseguiriam dispor de tempo para treinamento, dada a dinâmica urgente dos centros urbanos. Essas máquinas, repletas de polias e braços articulados, permitem, mais do que simplesmente treinar, maximizar as possibilidades corporais, tornando simples corpos em corpos extremamente desenvolvidos.

Conforme observa Couto (2012), essa busca pela ciborguização corporal está intimamente relacionada a uma busca pela maximização do prazer nas atividades físicas contemporâneas. A partir de uma alegoria de “desertos e oásis do corpo” (2012, p. 166), respectivamente os dissabores da vida contemporânea *versus* a felicidade e o bem-estar (COUTO, 2012, p. 167), Couto demonstra que “é pelo excesso que o otimismo toma conta dos viventes” (p. 182), na busca por “gozar eternamente a boa vida” (p. 183). “As façanhas dos extremos, esses triunfos do corpo nas atividades físicas e esportivas radicais, celebradas e reivindicadas em toda e qualquer parte, são oásis totalizantes na nossa cultura tecnológica de agitação e bem-estar” (COUTO, 2012, p. 184).

Do ponto de vista dos sujeitos, portanto, é possível transformar o corpo por meio da sua constante atualização, algo que, de acordo com a pesquisa realizada, está em vias de se tornar parte do cotidiano dos seres humanos. Cada vez mais pessoas aderem a onda do “estilo de vida ativo”, procurando diversas maneiras de introduzir no seu dia a dia o que a OMS chama de bons hábitos alimentares associados à prática regular de exercícios físicos e ampliação da agenda cultural. Embora, em uma primeira análise, sobressaltem benefícios individuais e sociais, é preciso atentarmos para uma outra possibilidade que vem preocupando os sociólogos do corpo: a neoeugenia. Para compreendermos esse conceito, é necessário, antes de mais, discorrermos sobre o seu fundamento: o pós-humanismo.

De acordo com Camargo & Vaz (2012), o pós-humano é um “homem-máquina, pós-homem, organismo cibernético, ser tecnobiologicamente melhorado, emaranhado de definições que procurariam se situar em relação a esse ‘novo’ sujeito ou para além dele” (CAMARGO & VAZ, 2012, p. 122). Trata-se de um novo paradigma, para o qual ainda estamos em vias de transição e que, portanto, ainda não possui fronteiras delimitadas — talvez nem haja essa possibilidade —. O pós-humanismo, dessa maneira, se ocupa exatamente de desbravar essas “fronteiras” desse novo ser que emerge como temática e desafio para o século XXI: um ser híbrido de organismo e máquina.

Há, na perspectiva dos autores, três vertentes de pós-humanismo. A primeira delas é a singularista, cuja proposta seria radical, buscando “superar a condição ‘natural’ do homem e do seu corpo” (idem, p. 126) por meio de atualizações constantes, tomando o corpo como “um *hardware* velho e obsoleto, o que potencializaria *downloads* de novos *softwares* no corpo” (idem, grifo dos autores). A segunda vertente é a biotecnológica, a qual se preocupa com essa nova forma de evolução da espécie humana, atentando para o “processo, já em vigor, de melhoramento genético por parte das ações vinculadas a pesquisas reprodutivas” (idem, p. 127). E, por fim, a terceira vertente que é a trans-humana, “uma narrativa da obsolescência do humano, a ser alcançada pelas transformações tecnocientíficas e econômicas em curso” (idem).

O pós-humanismo, dessa maneira, se trata de um movimento de ciborguização corporal que tende a romper com o paradigma natureza/cultura ao subsidiar o que Beatriz Preciado (2008) denominou tecnocorpo: um corpo orgânico

(natural) que se beneficia da tecnologia (cultura), “nem organismo, nem máquina” (PRECIADO, 2008, p. 39). Não obstante, surge, inevitavelmente, a problemática do tecnopoder como desdobramento das políticas engendradas pelo tecnocorpo, uma vez que “o que entra em discussão é até que ponto o ‘melhoramento genético’ nos livrará de mazelas corporais (doenças, deficiências, debilidades e afins) e não será mais uma estratégia eugênica” (CAMARGO & VAZ, 2012, p. 127).

É nesse sentido que Goellner & Silva (2012) observam uma possível atualização do conceito de eugenia na contemporaneidade a partir da “cultura *fitness*”: a “neoeugenia” (GOELLNER & SILVA, 2012, p. 191). De acordo com os autores, a diferença fundamental entre eugenia e neoeugenia é a perda da centralidade da hereditariedade, a qual cede seu lugar à tecnociência (idem, p. 196-197).

Na neoeugenia, fármacos, próteses, chips e dispositivos biotecnológicos diversos acoplam-se aos corpos sendo capazes de dotá-los de força, velocidade e destreza. Dessa maneira, a competição na ‘lógica neoeugênica’ não se ocupa mais em marcar de forma indelével os corpos aptos e inaptos. Nos indícios desse novo tempo, corpos ‘quase fortes’, ‘quase velozes’, ‘nem tão destros’, não estão mais fadados à derrota. Ao contrário, surgem como o próprio substrato de neoeugenização, na medida em que suas ‘deficiências’ são suplantadas pela adoção de elementos tecnológicos. Se na eugenia a centralidade era ocupada pelos corpos hereditariamente bem-nascidos, na neoeugenia isso já não faz tanto sentido, sobretudo porque carrega o desejo de superação pela biotecnologia. São justamente os investimentos nos corpos deficientes que se tornam elementos fundantes dessa neoeugenia (GOELLNER & SILVA, 2012, p. 197).

Ainda não é possível afirmarmos com segurança em que, de fato, consiste essa neoeugenia observada pelos autores. O que podemos afirmar, com um certo grau de segurança, é que no âmbito dos esportes os corpos destros, ágeis, habilidosos estão sendo obrigados a ceder, gradativamente, uma parte da sua centralidade para os corpos “quase fortes, quase velozes, nem tão destros”. No entanto, isso ainda não ocorre de maneira sensível no plano social, em que os corpos “quase” permanecem recebendo uma quase atenção: eles quase são incluídos, quase são compreendidos, mas quase sempre são esquecidos.

Observamos que essa maximização do rendimento corporal por intermédio da biotecnologia e da cibernética, essa onda pós-humana, está muito longe de ser universal e, de fato, as análises dos autores com os quais aqui dialogamos indicam que a universalidade não é uma prerrogativa da biotecnologia. À exceção de alguns poucos pensadores, como Le Breton e Goellner & Silva, entrar em uma discussão

sobre inclusão pela inclusão — e não pela exclusão como observa Agamben (2003, p. 31) —, necessariamente, conduz aos imperativos de classe social e se fala pouco sobre os custos, em termos financeiros, dessa transformação corporal. Claramente, ela (ainda) é uma possibilidade para alguns grupos sociais apenas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Existe, no momento contemporâneo, uma tendência à valorização da imagem corporal jovem, robusta, esguia, lisa. Juntos ou separados, esses adjetivos constituem algumas definições do que se considera um corpo belo, saudável, rentável ou, nos termos de Siqueira & Faria (2007, p. 179) um “corpo modelo”. Esse corpo se encontra em contínuo processo de identificação (cf. HALL, 2000): não há apenas uma identidade capaz de suportar as dimensões desse corpo, mas uma miríade de possibilidades de identidades.

Embora seja constantemente exortado a buscar padrões corporais que o definam, seja no plano individual ou no social, o sujeito prescinde cada vez menos de padronizações a priori e se torna cada vez mais capaz tanto de se adequar a elas quanto de adequá-las aos seus objetivos, apreensões, necessidades etc. Desse modo, um corpo musculado, por exemplo, é associado a um corpo forte e saudável e por isso está relacionado a uma concepção de beleza jovem e lisa. Ao utilizarmos qualquer um desses adjetivos para nos referirmos a esse corpo, automaticamente iremos nos referir aos demais porque, na contemporaneidade, “o músculo marca” (COURTINE, 2005, p. 83) pela sua presença e reverbera pela sua atualidade na mídia. Se, ao invés disso, substituíssemos o termo “corpo musculado” por “corpo magro” ou “corpo modelo”, ainda que esses termos não sejam sinônimos, o efeito remissivo seria, basicamente, o mesmo, de forma que, a partir de um processo de identificação, um indivíduo poderia se adequar ou não a um, a mais de um, a todos ou a nenhum desses termos.

No entanto, possuir um corpo adequado aos padrões atuais, organicamente funcional e em plena capacidade de uso já não basta porque há limitações: esse corpo precisa ser constantemente alimentado e descansado; se contrair alguma enfermidade, deve ser tratado; se perder, ainda que temporariamente, alguma de suas funções sensoriais, necessita ser recuperado. Exige-se, em outras palavras,

que o corpo seja constante e rapidamente atualizado, melhorado no sentido de eliminar o quanto possível, senão completamente, suas limitações orgânicas.

Se observamos o nascimento de um novo momento que transforma simples corpos orgânicos em “corpos espetaculares, potencializados, hígidos, performantes e ciborguizados pela técnica” (GOELLNER & SILVA, 2012, p. 187), observamos, ao mesmo tempo, o início do crepúsculo de uma concepção de corpo meramente orgânico, assombrado pela obsolescência e fadado à morte. O momento contemporâneo se caracteriza, dessa maneira, por uma mudança paradigmática na qual o corpo se desloca do centro para o epicentro da cultura ocidental e é a sua diferença que o determina.

Por outro lado, existe ainda um profundo apelo da indústria da moda e do *fitness* que a todo o momento exorta homens e mulheres a um determinado padrão de corpo, o qual não é possível construir tampouco manter em meio a uma rotina pautada pela urgência. A paradoxal relação entre consumo gastronômico e padronização estética corporal é um exemplo elementar desse movimento: ao mesmo tempo em que se assiste a uma determinada propaganda primando pela saúde ou pelo corpo esteticamente perfeito, nota-se, logo em seguida, outra propaganda aflorando o paladar por intermédio da imagem, convidando homens e mulheres a uma farta refeição a qualquer hora do dia ou da noite.

Influenciados por esses fatores, uma grande parcela dos praticantes de exercícios físicos tem sempre urgência em possuir um corpo fisicamente perfeito para os padrões da moda ou saudável para os padrões da medicina. Isto acarreta, muitas vezes, conseqüências catastróficas para o corpo, como a perda parcial ou total dos movimentos; problemas cardíacos; *overtraining*, no qual está contido o cansaço físico e psicológico do praticante; a bulimia, anorexia ou a obesidade epidêmica etc.

De acordo com a OMS, todas essas “patologias” são próprias do momento histórico atual e seus impactos comprometem a sociedade, uma vez que o indivíduo por elas acometido apresenta quadros clínicos graves. Ironicamente, a mesma OMS que estabelece a patologia, cria um embasamento científico para determinada norma corporal que, uma vez apropriada pela indústria cultural e do *fitness* repercute em uma estética corporal que não engloba a diferença senão como doença. Exatamente no centro deste embate está o sujeito a meio caminho da norma e da patologia, bombardeado pelo conflito dessas forças, cujo resultado pode ser

percebido na fala comum de pessoas que fazem sempre um *mea culpa* pelas calorias a mais que consomem.

Do ponto de vista do sujeito é preciso possuir um corpo magro e musculoso, diz a mídia, mas é preciso ter cuidado para não se tornar anoréxico; deve-se tomar as providências contra a obesidade, enfatiza a OMS, mas sempre há um *fast food* por perto; é necessário elevar a qualidade de vida, dizem os médicos, nutricionistas e educadores físicos, mas o tempo é escasso, embora a informática tenha ressignificado a percepção humana de distância. O que pode um indivíduo fazer sendo excessivamente pressionado, por um lado, enquanto lhe faltam elementos — os mais importantes inclusive — para responder satisfatoriamente às exigências que o cercam, por outro? Uma hipótese para essas questões reside na biotecnologia.

Por essa ótica, o ato de treinar o corpo em uma academia de ginástica consiste em uma das formas pelas quais os sujeitos buscam ciborguizar os seus corpos. O treinamento regular, diz a medicina, dinamiza as funções orgânicas tornando o corpo mais resistente; uma alimentação saudável, observa a nutrição, fortalece o sistema imunológico, tornando o corpo menos suscetível a doenças; a superação dos limites no treino, de acordo com a educação física, transforma o corpo em uma fortaleza quase impenetrável. Dinamizar, fortalecer e superar são palavras de ordem no momento atual; são ordens de batalha, como se os indivíduos estivessem em uma guerra declarada contra terríveis “adversários”: obesidade, celulite, estrias, inimigas figadais da estética corporal magro-musculosa.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer**: poder soberano y vida desnuda. Valência: Pre-Textos, 2003.

CAMARGO, Wagner Xavier; VAZ, Alexandre Fernandez. De humanos e pós-humanos: ponderações sobre o corpo queer na arena esportiva. In: COUTO, Edvaldo S.; GOELLNER, Silvana V. (orgs.). **O triunfo do corpo**: polêmicas contemporâneas. Petrópolis (RJ): Vozes, 2012, p. 119-144.

CASTRO, Ana Lúcia. **Culto ao corpo e sociedade**: mídia, estilos de vida e cultura de consumo. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2007.

COURTINE, Jean-Jacques. Os stakhanovistas do narcisismo: bodybuilding e puritanismo ostentatório na cultura americana do corpo. In: SANT'ANNA, D. B. (Org.). **Políticas do corpo**. São Paulo: Estação Liberdade, 2005, p. 81-114.

COUTO, Edvaldo S. As façanhas dos extremos: as façanhas do corpo nas atividades físicas e esportivas radicais. In: COUTO, Edvaldo S.; GOELLNER, Silvana V. (orgs.). **O triunfo do corpo: polêmicas contemporâneas**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2012, p. 161-185.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

GOELLNER, Silvana V; SILVA, André L. S. Biotecnologia e neoeugenia: olhares a partir do esporte e da cultura *fitness*. In: COUTO, Edvaldo S.; GOELLNER, Silvana V. (orgs.). **O triunfo do corpo: polêmicas contemporâneas**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2012, p. 187-210.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu (org. e trad.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 103-133.

HARAWAY, D. Manifesto Ciborgue. In: TADEU, Tomaz (trad.;org.). **Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano**. Belo Horizonte (MG): Autêntica, 2009, p. 33-99.

LANDA, Maria Inés. Subjetividades y consumos corporales: un análisis de las prácticas del fitness en España e Argentina. In: **Revista Digital Razon y Palabra**, jul-set/2009, nº 69, p. 01-35.

LANDA, Maria Inês; LEITE JUNIOR, Jorge; TORRANO, Andrea. Gestão da monstruosidade: os corpos do obeso e do zumbi. In: BONELLI, Maria G; LANDA, Martha D. V. **Sociologia e mudança social no Brasil e na Argentina**. São Carlos (SP): Compacta, 2013, p. 89-134.

LINDSAY, Cecile. Bodybuilding: a postmodern freak show. In: **Freakery: cultural spectacles of the extraordinary body**. New York: New York University Press, 1996.

LOURO, Guacira L. Prefácio. In: COUTO, Edvaldo S.; GOELLNER, Silvana V. (orgs.). **O triunfo do corpo: polêmicas contemporâneas**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2012, p.

MIRA, Maria Celeste. **Da higiene à musculação: mudanças nas concepções e práticas corporais a partir da história da Educação Física**. Texto apresentado no 28º Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, 26-30/10/2004.

PRECIADO, Beatriz. **Texto Yonqui**. Madri: Espasa, 2008.

SIQUEIRA, Denise da Costa Oliveira; FARIA, Aline Almeida. Corpo, saúde e beleza: representações sociais nas revistas femininas. In: **Revista Comunicação, Mídia e Consumo**. São Paulo: mar/2007, vol. 04, nº 09, p. 171-188.

COLABORAÇÃO INTERNACIONAL

“HOW DID YOU GET INTO THIS?: NOTES FROM A FEMALE PORN SCHOLAR.”³⁹

Laura Helen Marks

In 2006 at my first academic conference presentation, I presented the very first essay I wrote on pornography. It concerned US slavery rhetoric in interracial pornography and a professor asked if I had considered the way my presentation replicated the pornographic material I was critiquing. I had not. Furthermore, I did not understand what she meant. I was not an exclusive porn scholar at that time, and naively assumed that porn studies would be treated like any other field. During my time working in trauma studies, I had never been asked about unwittingly replicating the content of the rape and incest testimonials I had been analyzing.

Since that professor's warning, I have experienced a series of awkward, sometimes offensive, and often humorous interactions with people who see my chosen subject as either potentially polluting, as an opportunity to discuss the gritty details of their sex life, or, in the more egregious cases, a free pass to make a pass. I recall the day that I decided to stop telling civilians what I study. At a party, two drunk male friends-of-friends asked me what my graduate work was on. I went to answer, when out of the corner of my eye, I saw my friend staring at me, slowly shaking her head, “no.” “Film and gender studies,” I answered, and have continued to answer ever since.

The porn scholar, while never as maligned or stigmatized as the sex worker, must tread carefully within academia. We are “disseminators of pornography” as Mark Jones and Gerry Carlin put it, “not exactly producers, but almost certainly falling within the popular and political definitions of pornographers” (60). Seen as either sites of contamination or passive receptacles of the evils of pornography, the porn scholar becomes an agent of pornography, the subject of pornography, and a pornographic object. She both transmits pornographic content, and embodies it at the same time. Women, in particular, occupy a special place in this schema.

³⁹ This article is an expanded version of a conference paper from 2013 at SCMLA, called “How Did You Get Into This?: The Porn Scholar as Pornographic Subject.”

Pornography historian Lisa Z. Sigel observes, “What people want to know is how does pornography make me feel, or more to the point, does it turn me on? The leap from my study of sex to the study of me studying sex seems automatic and reflexive” (241). “Porn” tends to be assumed to mean “heterosexual porn for heterosexual men,” with women as the object of consumption rather than the arbiter of meaning. As Sigel puts it, as a female, “I don’t *have* position; I *am* positioned.” I too am regaled with questions by academics, acquaintances, and students alike, all of who seem to want to know how a nice girl like me could be studying a topic so nasty, and if I am willing to study this subject, perhaps I’m not so nice after all.

PORNSPLAINING

Sigel remarks on the ways in which “[y]oung, female scholars looking at sexuality disrupt the political agenda of social control by inverting the one-way process of communication” (250). White, elite men controlled the production and distribution of pornography in the nineteenth-century, and to a lesser extent still do (though, thanks to advances in technology and literacy, the “elite” aspect is no longer as much of a factor). Moreover, in spite of the development of “women’s” porn and a thriving feminist porn movement,⁴⁰ “Porn” as an uninterrogated hegemonic media form is still regarded as a masculine and male dominion. My intrusion on this space, threatening to breach the homosocial sanctity of porn with my feminist and queer analysis, results in defensive gestures such as what I call “pornsplaining.” “Mansplaining” is a term popularized by feminist social media over the last few years to describe the act of a man explaining things to women in a condescending manner, usually when it is evident that the woman is just as, or more, qualified on the subject.⁴¹ Pornography, that realm so traditionally “for men,” offers up a peculiarly ripe sphere in which men feel the need to instruct and inform women. As a colleague once pornsplained to me, men inherently know more about pornography than women because they grow up watching it, and because men lie to women.⁴² Therefore, our

40 For an extended discussion of feminist porn, see the edited collection, *The Feminist Porn Book: The Politics of Producing Pleasure*, eds. Tristan Taormino et al.

41 The concept originates from Rebecca Solnit’s 2008 essay, “Men Explain Things to Me.” The term “mansplaining” soon followed, and there are now hundreds of articles and websites dedicated to the phenomena.

42 The latter part of this explanation intrigued me, as it suggested that the colleague thought men do not lie to each other, and in turn betrayed a lack of understanding regarding the way gender functions in social settings.

research could not possibly be accurate.⁴³ This need is made all the more profound when you take into consideration the disdain with which our culture treats pornography. Indeed, in fan forums a common response to my analytical interventions is to decry, “It’s just porn!” thereby ending the discourse via the suggestion that I am investing too much thought in something that is void of meaning; that it is mere masturbatory material. Another method of halting discourse is to simply highlight that I am a woman and/or a feminist. This is an effective tactic in that it suggests all ideas and critiques I put forth that challenge the status quo are the result of my being a feminist woman and therefore irrelevant to the male sphere. It is very easy to dismiss a female porn scholar’s findings—my ten years of research can be outmatched by one man’s lifetime of casual pornhub browsing. If the threat of the female scholar of porn is the threat of inverting the social controls of porn, then pornsplaining is the effort to wrestle back this control and re-insert male mastery of the subject, thereby reducing the female scholar back to her object status.

Critical Distance

In his infamous bibliography of obscene literature, *Index Librorum Prohibitorum* (1877), “Pisanus Fraxi” (Henry Spencer Ashbee’s pseudonym) is careful to stress the unerotic nature of his tome:

“I give only so much as is necessary to form a correct estimate of the style of the writer, of the nature of the book, or the course of the tale, not sufficient to enflame the passions. [...] My extracts on the contrary will, I trust and believe, have a totally opposite effect, and as a rule will inspire so hearty a disgust for the books they are taken from, that the reader will have learned enough about them from my pages, and will be more than satisfied to have nothing further to do with them. As little, it is my belief, will my book excite the passions of my readers, as would the naked body of a woman, extended on the dissecting table, produce concupiscence in the minds of the students assembled to witness an operation performed upon her.” (quoted in Gibson 52)

Not only is Ashbee eager to assuage fears of readerly contamination, but he also wishes to distance himself from the erotic charge of his subject, as demonstrated in his medical student analogy. Little had changed in 1989, when Linda

⁴³ It is important to note at this stage that fan cultures and the experiences of men who grow up invested in pornographic media are vital perspectives in porn studies. However, women also grow up invested in various pornographies, both hegemonic pornographies and less visible ones. The fact that men are privileged as the “true” pornographic consumers is telling and serves as evidence for my point. For an analysis of female porn consumption that challenges these monolithic notions of “porn,” see Jane Juffer’s *At Home With Pornography: Women, Sexuality, and Everyday Life*.

Williams attempted a neutral and indifferent approach to porn, later coming clean in the revised 1999 edition: “I increasingly suspect that indifference is fruitless and that some sort of admission of ‘vulnerability’ and interest is preferable. I thus hereby admit, retrospectively, to all prospective readers of this book to a genuinely ‘prurient interest’ in the genre of pornography that is not quite owned up to in the first edition” (*Hard Core* xi). I have been asked probing, skeptical, and even demanding questions regarding my relationship with and investment in hardcore porn. People routinely ask, “What do you *do* when you watch these films?” or ask hopefully, “You watch them analytically...*right?*” These people, in their desire to be reassured of my lack of sexual arousal when watching pornography, do not recognize that they are in fact asking about my sex life, my masturbatory habits, and just what exactly goes on when someone like me watches films like that. For, while many people might assume that the perceived threat of pornography lies in offense, in reality the threat tends to be located in arousal. In other words, how can a scholar of pornography think straight? They must watch those movies in an entirely genitally-removed fashion. *Right?* More interesting to me is why people do *not* ask these questions concerning textual engagement of those studying other forms of literature, art, and media. If we did ask these questions, what kinds of informative responses might they yield?⁴⁴

Another question I am persistently asked is, “are you anti or pro?” I repeat the same response—“neither”—every time I am asked, much to the questioner’s perplexity. What interests me about their subsequent assumption that I must be pro, is the way in which this renders me suspect as a scholar, a teacher, and a person. My refusal to condemn pornography, in many peoples’ eyes especially antiporn scholars, reduces me to a) a threat to young students, and b) unfit for fair and balanced scholarship.⁴⁵ At the root of this seems to be the perception that having

44 I perform a similar inversion in daily life with the term “use.” Pornography is routinely framed as a media product one “uses” rather watches or reads in a rhetorical effort to cast porn as a drug. Rather than attempting to counter this trend, I ask of others in what ways we “use” the various other genres and media forms we consume.

45 The accusation of biased scholarship became headline news recently with the inaugural publication of the journal, *Porn Studies*. Gail Dines remarked in *The Observer*, “[The editors] are leaping to all sorts of unfounded conclusions. It’s incredibly important that we study the porn industry, porn culture, porn’s effect on sexual identities. It’s become a major part of our lives. But these editors come from a pro-porn background where they deny the tons and tons of research that has been done into the negative effects of porn. They are cheerleaders for the industry. And to offer themselves as these neutral authorities is just laughable. Have a journal but you’ve got to have a plurality of voices on the editorial board and there simply isn’t. There’s a pornographer on it, for God’s sake [Tristan Taormina] [*sic*]” (Cadwalladr). *Observer*, background where they deny the

consumed vast quantities of smut and having emerged without a blanket condemnation of the genre, the subject must be contaminating the researcher. This receptiveness to the contaminating effects of porn are gendered; female porn scholars who are not antis must be suffering from “false consciousness” or be otherwise brainwashed by this hardcore propaganda, while males are always already perverse, and thus naturally inclined to accept the messages pornography offers. Indeed, porn consumers, presumed male and straight, are often regarded as passive, unthinking, masturbatory receptacles of pornographic texts. Phrases such as “porn drift” meaning the desire for increasingly bizarre and extreme content stemming from desensitization indicate the ways in which we regard pornography as especially insidious to its viewers. Porn is the only genre of media that its viewers are referred to as “using.” Meanwhile, porn scholars who are not prohibitionists are, to use Gail Dines’s phrase, “cheerleaders for the industry” (Cadwalladr) at best, and pimps at worst. It was with particular interest, then, that I read of the Jammie Price case. The entire oeuvre of anti-porn feminism espouses an absolute rejection of pornography’s insidious pull⁴⁶, and for this reason the case of Jammie Price has proven especially disconcerting to anti-porn activist and professor Gail Dines.

In March of last year, tenured professor Dr. Jammie Price was suspended by her home institution, Appalachian State University, following student complaints about “inappropriate materials.” These complaints stemmed from a screening of the anti-porn documentary, *The Price of Pleasure: Pornography, Sexuality and Relationships* in her sociology class. Price’s suspension is unique in that it has prompted outrage on the part of anti-porn feminists who are suddenly and unexpectedly the target of censorship. The implication is that anti-porn pedagogy and scholarship is itself *pornographic*, and that anti-porn feminists are also pornographers themselves.

In her article, “The Power of the Porn Industry: The Shocking Suspension of Dr. Price,” Dines highlights the way the suspension “limit[s] the free speech of academics” and “serves to scare teachers into adhering to the hegemonic discourse,” yet she concludes her article by declaring that anything other than anti-porn pedagogy is not educational: “I think we should be speaking about porn in the

46 An exception to this pattern is Robert Jensen who freely admits to the pull of pornography in an everyday sense, and aligns himself with all men in relation to pornography as the foundation for his argument in *Getting Off: Pornography and the End of Masculinity*.

classroom, but not as a fun industry that sells fantasy, but rather as a global industry that works just like any other industry with business plans, niche markets, venture capitalists and the ever-increasing need to maximize profits.” For Dines, not only are anti-porn and pro-porn perspectives impossible to include collectively in a course, but there is no middle ground between teaching porn’s harms and teaching porn as “fun.” Those who do not teach porn in terms of the evils of capitalism and damage to women are reducing students to “a captive audience for capitalists to push their products” (Dines “The Power of the Porn Industry”). In this way, “free speech” becomes a very specific type of speech that adheres to Dines’ anti-porn philosophy, and pro-porn discourse becomes the “hegemonic discourse” that Dines and her fellow anti-porn scholars are speaking out against. Teachers of pornography as a film genre are transformed into peddlers of smut or interested parties in the back pocket of sinister big business. For this reason, Price’s student complaints about the screening of “inappropriate materials” are particularly unsettling for Dines (a consultant and interviewee for the documentary) as it erases the boundary she and others like her have worked so hard to construct: the boundary between scholars who promote and thereby produce pornography, and scholars who critique it.

The “problem” with teaching pornography is the inherently pornographic nature of the pedagogy. To teach pornography is to display pornography is to render the classroom pornographic. Jones and Carlin note, “Academia and its critical authority is not perceived as immune to pornography’s contaminating discursive power” (64). Anti-porn pedagogy is no exception. Jones and Carlin explain that anti-porn feminist displays of pornography that became common in the 1980s are “framed by politically activist discourses” (61) yet as Price’s student complaints demonstrate, the intent and framing of the display make it no less of a display.

Regardless of intention, the message received and reaction provoked is not guaranteed. Furthermore, as Jones and Carlin point out, the academic interest in pornography as an undergraduate subject stems from feminist anti-porn pornographic displays:

The engagement with pornography in university-based research—other than in psychological and sociological effects studies, and legal discourse on obscenity—is largely subsequent to the feminist anti-pornographers’ explicit activities. Rather than making pornography unacceptable or extinct, it seems as though the informed engagement with pornography by campaigners for censorship succeeded only in stimulating other forms of intellectual enquiry into the subject. (61)

Dines does not see Price's suspension as connected to such Foucaultian phenomena, nor indicative of a need for further interrogation of pedagogical displays of pornography. Rather, she sees Price's suspension as indicative of academia's wider complicity in the porn industry's capitalist ventures.

In addition, Dines' response, which foregrounds her belief that the documentary's anti-porn stance is the *reason* for the suspension and that higher education is simply another institution complicit in the mainstreaming of porn, ignores key issues in Price's particular situation. The fact that Price did not warn students beforehand of the graphic sexual materials they were about to witness—a fact that played a key role in her suspension—is ignored by Dines in favor of forwarding a simplified argument that the determining factor was Price's anti-porn stance. If Price were screening a documentary that did not condemn porn, Dines suggests, but were just as graphic it would not have resulted in Price's suspension.

Are we to presume that students will only be "triggered" by sexual material? Are we to imagine that only research in sexual materials lead to the insidious desensitization and faulty scholarship of the academic? What about violent or religious material? Does education mean non-offensive education? Are educators to protect students from dealing with material they find upsetting? Are course texts to be ignored in favor of what the student would prefer to not address? Reactions to and preparations for offense not only perpetuate the idea that sex and sexual representation should offend, but also validate the notion that "offense" is a reason not to learn. It marks "offense" as the end of an interrogation as opposed to the beginning of one. Why are laughter, fear, and other responses treated as valuable starting points for discussion, yet offense is not? Jenkins reflects that "however neutrally crafted, these policies are framed with specific ideological assumptions in mind. No one requires you to warn students that the Disney movie you are about to show contains sexist, racist and homophobic content" ("Foreword" 4). Furthermore, are we really warning students, and anyone else who attends talks like this one, to guard them from being offended? Or is the real threat the possibility of sexual arousal?

Linda Williams's student evaluations demonstrated that, in spite of any offense or upset experienced from the screenings, they had understood Williams's goal "to expose students to diversities of pornography and the dynamics of the genre so as to

make them aware that the appeal to the censorship of pornography is an appeal to the censorship of diverse sexualities” (“Porn Studies” 19). The study of genre and feminist debates about pornography were the least interesting to Williams’s students: “To them, pornography was much more interesting as a springboard for discussion and demystification of the sex acts and sexualities we always seem to talk around in other contexts” (“Porn Studies” 20). This last reflection points toward the need for porn literacy in an age of increased accessibility but decreased open discussion of pornographic convention and sexual representation.

OBJECTIFICATION

Ironically, antiporn feminists subject women to a similar objectification. While Sigel and others⁴⁷ argue that the pornographic content of antiporn scholarship constitutes the very pornography it claims to oppose, antiporn feminists are also guilty of harassing and sexually belittling porn scholars in a similar fashion to the male subjects above. This is often done in subtle fashion, and can be witnessed in the index to Andrea Dworkin’s *Pornography: Men Possessing Women*: look up “prostitute” and you will find yourself redirected to “whores” (296). More disconcertingly, following a series of high profile publications on erotic labor, UCSB graduate student Heather Berg found herself on the receiving end of radical feminists’ wrath: “I got lots of emails from self-identified anti-porn feminists demanding that I self-disclose 1) am I or had I been a sex worker 2) was I sexually abused and 3) how do I feel about being a scab to fellow women by using looks to get by?” Berg remarks, “the prurience and sense of entitlement I see in anti-porn feminists is far greater than the average sex work consumer. And the latter are better at respecting boundaries.”⁴⁸

In my own experiences in screening documentaries, giving guest lectures, and participating in roundtable discussions, students of all ages are eager to learn about the genre and untangle their own conflicted feelings on the subjects of pornography

47 See Harriet Gilbert’s “So Long As It’s Not Sex and Violence: Andrea Dworkin’s *Mercy*,” Naomi Morgenstern’s “‘There Is Nothing Else Like This’: Sex and Citation in Pornogothic Feminism,” and Greta Wendelin’s “A Rhetoric of Pornography: Private Style and Public Policy in ‘The Maiden Tribute of Modern Babylon.’” In Wendelin’s essay, she uses the notorious nineteenth-century journalistic piece by William Stead as a way of arguing that pornographic rhetoric in the name of fighting sexual exploitation is counterproductive.

48 Berg, Heather. E-mail interview. 19 July 2014.

and sex media. This eagerness, as well as the genuine anxiety surrounding sexual politics, technology, and the content of pornography, demonstrates the need for honest, informed, and dynamic pedagogies of pornography. These anxieties and the lack of discourse around sexuality are also the reason for the manner in which (female) porn scholars become objects and subjects of porn: we are one of the only “safe” outlets for sexual discourse, and as women we are sites of inquiry. As Sigel observes, in pornographic literature “the stock character of a young girl...functions as a main site for working out ideas of sexuality” (246). In academia, women continue to occupy this site. This is evidenced in the common query, “Have you ever been in porn?” or “Do you plan to be in porn?” Porn scholar Sarah Stevens regards this line of inquiry in two ways: “It’s different depending on where it is said, who says it, [and] what they intend to do by saying it. Sometimes, from people in the Feminist Porn Community it’s a way of saying, “Hey, your intervention in our body of work would be welcomed,” [and] sometimes I think it’s a way for people to dismiss the idea of porn being a legitimate or relevant object of study. Other times it’s said with disgust, contempt, or dismissal, and sometimes, with fascination and a way to demand my sexual availability to them.”⁴⁹ Our academic credentials, and the “professional” contexts within which these conversations take place, serve as buffers for the various discourses on sex and porn that the public are typically denied. Even when rooted in genuine curiosity, the outpouring of relieved and open dialogue about porn and sex can often feel like an uninvited assault, highlighting the need for multifaceted research and pedagogy, not one-sided condemnation or celebration, that the specifics of this diverse and problematic genre can be deconstructed and defanged.

As a young scholar in this field, eager to avoid sexual harassment and parent complaints, but also determined to avoid the dry and frankly disingenuously distanced scholarship of the past, I am left with a series of research questions:

- How does a scholar of pornography establish her boundaries in social, academic, and networking environments?
- How does the scholar of pornography maintain critical distance in their research without ignoring the critical issue of arousal?

⁴⁹ Stevens, Sarah. E-mail interview. 19 July 2014.

- How does the teacher and scholar of pornography avoid becoming unwitting sexual object, subject, and disseminator of pornography, and why precisely is this a problem?
- How can educators turn problematic situations and experiences into teachable moments? How can the way gender and age problematically factor into these experiences create new avenues of research?

While these questions may seem to highlight the problems and drawbacks of researching and teaching pornographies, they should rather be taken as a reemphasis of the dire need for porn literacy and diverse porn pedagogies.

WORKS CITED

CADWALLADR, Carole. "Porn Wars: The Debate That's Still Dividing Academia." **The Observer** Jun. 15, 2013. <<http://www.theguardian.com/culture/2013/jun/16/internet-violent-porn-crime-studies>> Jul. 20, 2014.

DINES, Gail. "The Power of the Porn Industry: The Shocking Suspension of Jammie Price." Apr. 19 2012 **Counterpunch**. <<http://www.counterpunch.org/2012/04/19/the-shocking-suspension-of-dr-price/>> Jul. 20 2014.

DWORKIN, Andrea. **Pornography: Men Possessing Women**. NY: Plume, 1979.

GIBSON, Ian. **The Erotomaniac: The Secret Life of Henry Spencer Ashbee**. MA: De Capo, 2001.

GILBERT, Harriet. "So Long As It's Not Sex and Violence: Andrea Dworkin's Mercy." **Sex Exposed: Sexuality and the Pornography Debate**. Eds. Lynn Segal and Mary McIntosh. NJ: Rutgers UP, 1993. 216-232.

JENSEN, Robert. **Getting Off: Pornography and the End of Masculinity**. Cambridge, MA: South End, 2007.

JONES, Mark and Gerry Carlin. "Pornogogy: Teaching the Titillating." **Hard to Swallow: Hard-Core Pornography on Screen** eds. Claire Hines and Darren Kerr. London: Wallflower, 2012. 57-78.

JUFFER, Jane. **At Home With Pornography: Women, Sex, and Everyday Life**. NY: NY UP, 1998.

MORGENSTERN, Naomi. "'There Is Nothing Else Like This': Sex and Citation in Pornogothic Feminism." **Sex Positives?: The Cultural Politics of Dissident Sexualities** eds. Thomas Foster, Carol Siegel, and Ellen E. Berry. NY: NY UP, 1997. 39-67.

SIGEL, Lisa Z. "Autobiography of a Flea: Scrutiny & the Female Prn Scholar." **Jane Sexes It Up: True Confessions of Feminist Desire** ed. Merri Lisa Johnson NY: Four Walls Eight Windows, 2002. 241-257.

SOLNIT, Rebecca. "Best of TomDispatch: Rebecca Solnit, The Archipelago of Arrogance." Aug. 19 2012 **Tom Dispatch** <<http://www.tomdispatch.com/blog/175584/>> Jul. 20 2014.>

TAORMINO, Tristan, Celine Parreñas Shimizu, Constance Penley, and Mireille Miller-Young, eds. **The Feminist Porn Book: The Politics of Producing Pleasure.** NY: The Feminist Press, 2013.

WENDELIN, Greta. "A Rhetoric of Pornography: Private Style and Public Policy in 'The Maiden Tribute of Modern Babylon.'" **Rhetoric Society Quarterly** 42.4: 375-396.

WILLIAMS, Linda. **Hard Core: Power, Pleasure, and the "Frenzy of the Visible."** Berkeley: U of California P, 1999.

_____. "Porn Studies: Proliferating Pornographies On/Scene: An Introduction." **Porn Studies.** Ed. Linda Williams. Durham: Duke UP, 2004. 1-23.

ESPAÇO GRADUAÇÃO

FOToclUBISTA E LAMBE-LAMBE: A CONSTITUIÇÃO DO CAMPO FOTOGRÁFICO DA CIDADE DE CURITIBA

Andressa Ignácio da Silva*

RESUMO

O trabalho apresentado tomou como referência fotógrafos lambe-lambe e do Foto Clube do Paraná, visando compreender a inserção destes no campo fotográfico curitibano. Para tanto se buscou estabelecer o perfil socioeconômico, trajetória de vida, circulação e público consumidor da produção fotográfica dos dois grupos. Conclui-se que ambos os grupos eram socialmente reconhecidos como fotógrafos, embora cada grupo ocupando um espaço no campo fotográfico da cidade de Curitiba, possuindo perspectivas sociais diferentes que se refletiam na sua produção fotográfica, e na recepção desta produção.

Palavras chave: fotoclubistas, lambe lambe, campo fotográfico.

O presente trabalho objetivo reconstituir a memória e espaços de sociabilidade dos fotógrafos de Curitiba reunidos no Foto Clube do Paraná⁵⁰. Sendo assim, partindo do Foto Clube do Paraná buscou-se conhecer os demais circuitos de produção fotográfica da cidade de Curitiba. Para tanto utilizei como fontes de pesquisas iniciais, a ata de fundação do foto clube, catálogos de exposições, atas de reuniões e fichas de filiação visando ter uma relação dos fotógrafos que frequentavam mais assiduamente este espaço e participavam efetivamente das suas atividades. Em seguida parti para pesquisa no Acervo Casa da Memória de Curitiba⁵¹, com o intuito de localizar material que citasse os fotógrafos anteriormente

* Mestranda em Sociologia na Universidade Federal do Paraná, na linha de Gênero, Corpo, Sexualidade e Saúde, tema de pesquisa gênero, raça e subjetividade. Bacharel e licenciada em Ciências Sociais pela UFPR, 2013. E-mail: andressaignacio@gmail.com

50 O presente trabalho é uma síntese da monografia defendida no curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Paraná em 2010. A monografia por sua vez foi fruto de pesquisa realizada entre 2007 e 2010 como bolsista de iniciação científica sob orientação da Prof. Dr. Ana Luísa Fayet Sallas no projeto de pesquisa “Arte e Técnica fotográfica: espaço e memória dos fotógrafos de Curitiba”.

51 Localizada na Rua São Francisco, nº. 319 – Centro. As atividades do local concentram-se na conservação e processamento técnico de acervos históricos e artísticos, pesquisa histórica,

listados. Neste trabalho de pesquisa tive acesso ao material do Projeto Fotógrafos Pioneiro do Paraná · que conta com centenas de entrevistas de diversos fotógrafos que atuaram no estado do Paraná.

Deste material, chamou-me atenção 10 entrevistas que foram realizadas com fotógrafos que atuavam em ruas e praças da cidade de Curitiba. A peculiaridade desta atividade, bem como o fato de já ter ouvido de meus pais e meus avós relatos sobre a atuação deste tipo de fotógrafos aguçou minha curiosidade sobre este grupo.

A partir deste interesse tomei este grupo de fotógrafos também como meu objeto de pesquisa, objetivando compreender melhor sua atividade bem como os motivos da ausência de referências sobre esse grupo na bibliografia que havia pesquisado até então.

No Paraná de acordo com Bóris Kossoy (2002) desde 1850 haviam fotógrafos estabelecidos e atuantes no estado do Paraná. Cabe destacar que a maioria dos fotógrafos citados pelo autor atuava na capital Curitiba. Além disso, considero importante citar que a Rua XV de Novembro no centro da cidade configura-se como um importante “polo” de produção fotográfica na cidade, por reunir diversos estúdios importantes e de grande prestígio muitos deles pertencentes a fotógrafos estrangeiros, fato que se deve entre outros fatores a importância deste espaço na configuração urbana de Curitiba.

O fotoclubismo segundo Helouise Costa e Renato Rodrigues da Silva (2004) surgiu como uma reação à massificação da produção fotográfica. É preciso, entretanto compreender que os fotoclubes eram um importante espaço de sociabilidade, não podendo ser entendido como uma estratégia de isolamento, mas como um novo espaço de socialização e sociabilidade dos fotógrafos.

Os primeiros Fotoclubes apareceram na França e na Inglaterra ainda em meados de 1850, tendo surgido também nos Estados Unidos. Estes espaços reuniam grande número de fotógrafos amadores que expunham os resultados de suas pesquisas procurando aperfeiçoar-se além de discutir as implicações técnico – artísticas. O fotoclubismo foi um fenômeno internacional que no Brasil teve seu apogeu nas décadas de 40/60, com diversas manifestações, como: exposições, concursos, salões, mostras internacionais. Os primeiros fotoclubes surgem no início

do século XX, mas é a partir dos anos 30 que passam a ter papel de destaque na formação e no aperfeiçoamento técnico dos fotógrafos brasileiros.

O movimento fotoclubista caracterizou pelo seu perfil elitista e pela busca de fazer da fotografia uma atividade artística. Segundo Helouise Costa e Renato Rodrigues da Silva (op.cit) o integrante do fotoclube era em geral profissional liberal que em condição financeira confortável podia dedicar-se a fotografia nas horas vagas.

A fundação do Foto Clube do Paraná, se deu no dia 24 de agosto de 1938, sob a denominação a de Sociedade Paranaense de Foto Amadores tendo como objetivo divulgar e aprimorar a arte fotográfica no Paraná.

Os fotógrafos lambe-lambe por sua vez são aqueles que realizam fotografia com máquinas artesanais em locais públicos. Entretanto constatou-se ao analisar que fotógrafos denominados “fotógrafos de jardim” ou “ambulantes”, ou seja, aquele que tem “lojinhas” / “banquinhas” em locais como praças e parques também se declaravam lambe-lambe. Percebeu-se que estes profissionais utilizam o termo lambe-lambe para referir-se tanto aos fotógrafos que tem banquinhas, quanto aos fotógrafos mais antigos que não tinham ponto fixo para fotografar e que costumam utilizar máquinas mais simples, muitas vezes fabricada pelo próprio fotografo.

Embora com atividades e especialidades distintas, tanto lambe-lambe quanto fotoclubistas eram socialmente reconhecidos como fotógrafos. Fato que se deve certamente a dificuldades de definir-se de maneira estrita a profissão.

O Foto Clube do Paraná mais do que um espaço de sociabilidade, foi um espaço de formação de fotógrafos no estado do Paraná. Tendo saído deste local fotógrafos que atuaram em grande jornais e junto a órgãos públicos na documentação e registro de comemorações cívicas, visitas de autoridades e execuções de obras, não só na capital como no interior do estado. Sendo fundamental ainda na produção fotoclubista e na circulação desta, os concursos, salões e bienais de fotografia promovidos pelos fotoclubes em todo o Brasil.



IMAGEM 1- Integrantes do Foto Clube do Paraná reunidos no 7º Salão de Arte Fotográfica realizado em 1944. Fonte: Acervo Casa da Memória de Curitiba.

Segundo Pierre Bourdieu (2003) havia nos fotoclubistas um temor de que uma supervalorização da técnica reduzisse a fotografia a um mero procedimento de reprodução da natureza. Sendo assim há uma minimização do papel desta na produção fotográfica.

Entretanto como afirmam Pierre Bourdieu e também Helouise Costa e Renato Rodrigues da Silva, o movimento fotoclubista caracterizou pela busca de aproximação com as técnicas da pintura. Fato que nos leva a uma contradição, tendo em vista que se minimiza o papel da técnica, mas com a aproximação da pintura recoloca-se a técnica em posição importante na produção fotográfica. Neste caso o que parece haver é a utilização de técnicas da pintura pela impossibilidade de legitimar a fotografia como arte com a utilização de técnicas e lógicas próprias desta.

No que diz respeito a aprendizado da técnica fotográfica, embora ambos os “tipos de fotógrafos” tenham na sua atividade ampla influencia dos truques e habilidades adquiridos, operados e postos em pratica após terem sido observados há no caso dos fotoclubistas uma inter-relação particular deste tipo de conhecimento com uma aprendizagem e reflexão mais tradicional e critica sobre a atividade fotográfica.

Já os fotógrafos lambe-lambe das entrevistas analisadas parecem atribuir grande papel a técnica para o resultado final da produção fotográfica. Sendo esta

importante também para sua auto identificação como lambe lambe. É importante entender que de acordo com Ana Maria Mauad “o grau de controle da técnica e das estéticas fotográficas variará na mesma proporção dos objetivos estabelecidos para a imagem final” (1996, p. 81). Portanto arte e técnica não são noções opostas.

A partir das diferenciações entre os fotógrafos lambe-lambe e fotoclubistas considero que seus perfis irão influenciar na “posição” destes no campo fotográfico. Utilizo para esta discussão o conceito de campo de Pierre Bourdieu, segundo o qual o campo representa um espaço simbólico, no qual lutas dos agentes determinam, validam, legitimam representações. Nele se estabelece uma classificação dos signos, do que é adequado, do que pertence ou não a um código de valores. No campo da arte, a luta simbólica determina o que é erudito, ou o que pertence à cultura popular.

Os status diferenciados pode se dar não só entre grupos, mas também no contexto intra-grupos, o que no caso dos integrantes de fotoclube pode ser mais evidente em função do clima de “competitividade” que os concursos instauravam.

O fotógrafo lambe-lambe é um profissional praticamente extinto; desenvolveu uma atividade que foi superada pela facilidade tecnológica e pela pressa imposta pelo tempo de novas velocidades. Sua atividade pode ser analisada de um aspecto estético, antropológico, cultural e social. Além dos aspectos técnicos, ou seja, um fazer fotográfico rudimentar se comparado a dos grandes estúdios já existentes na época, o principal fator para auto identificação dos fotógrafos de lambe-lambe é o público de sua produção, ou seja, o perfil dos clientes que atendem. Estes fotógrafos além de serem pertencentes às camadas populares se reconhecem como fotógrafos desta camada.

Nesse sentido podemos dizer que a fotografia realizada pelo fotógrafo de lambe lambe ocupa um lugar subalterno na hierarquia do campo fotográfico da cidade de Curitiba. Fato que se deve fundamentalmente ao perfil dos fotógrafos e ao público alvo de sua produção. Tendo em vista que como propõe a teoria de Bourdieu, fatores exteriores a obra, neste caso dos fotógrafos, se retraduzem na posição ocupada pelos agentes no campo. Sendo assim o perfil socioeconômico dos fotógrafos lambe lambe, o fato desses possuírem um menor capital específico do campo fotográfico (técnica, instrumentos, recursos técnicos entre outros), um menor capital econômico, bem como um menor capital cultural contribuem para a ocupação por esse grupo de uma posição subalterna no campo fotográfico da cidade de

Curitiba.

A atividade dos fotógrafos lambe-lambe, entretanto, ganha importância e relevância na medida em que muitas vezes o seu ofício era o único meio para quem precisava de fotos para fins práticos como tirar documentos, para registrar a passagem pela cidade, para levar informação aos parentes e às pessoas queridas através de um retrato. Ou ainda para realizar o sonho de se contemplar na imagem.

Talvez esse desejo explique o fato de o retrato ser o tema fotográfico mais popular no Brasil, passando a ser sinônimo de fotografia e a câmera conhecida como “máquina de tirar retratos”. No contexto dos fotoclubes brasileiros o retrato, a paisagem, e fotos de família eram as formas mais importantes de produção e experimentação dos fotógrafos. Nesse sentido como afirma Pierre Bourdieu (2006) o conteúdo sociológico deste tipo de fotografia esta no modo de fotografar que diferencia classe ou categorias sociais, que usam distintas concepções de imagem nos retratos que fazem.

De acordo com José de Souza Martins (2008, p.14):

[...] o fotografado, especialmente se fotografado por um estranho, apruma-se, faz pose ou até se veste “apropriadamente” para posar. Para que a fotografia como registro visual de sua pessoa, ainda que corresponda ao que é, não venha a ser um documento do que nem sempre quer ser. Sobretudo, o uso de um equipamento de identificação, como chama Goffman, que é o vestuário (e a maquiagem) específico e diverso do equipamento cotidiano, para ser fotografado, expressa uma consciência de que a fotografia é interação e reciprocidade com o fotógrafo e com quem mais vier a vê-la.

Considero fundamental ainda perceber a ausência ou melhor escassez de material sobre os fotógrafos ambulantes como sintomática de um papel menor muitas vezes atribuído a esses profissionais ao contar-se a historia fotografia não só do estado do Paraná com do Brasil. Não desprezo aqui o fato de as próprias características do trabalho, ou seja, o caráter ambulante, às vezes irregular e sem qualquer registro junto a órgãos de fiscalização e do trabalho, dificultarem o trabalho de pesquisadores que procurem contar a historia desses profissionais. Entretanto, a despeito da pequena quantidade de material sobre o tema não se pode minimizar o papel destes profissionais na historia não só da fotografia como na própria história de nosso país.

Os integrantes do Foto Clube do Paraná, ocupavam uma posição privilegiada no campo fotográfico, que se deve entre outras coisas ao fato dos

integrantes deste grupo possuírem um maior capital econômico, um maior capital específico do campo fotográfico e maior capital cultural. Este era ainda um importante espaço de formação de fotógrafos que atuaram profissionalmente como fotojornalistas, fotógrafos publicitários, bem como em órgãos oficiais e de governo; pode-se dizer que este espaço foi um importante na construção do que podemos chamar de “ortodoxia do saber e fazer fotográfico”.

Um aspecto importante a ser ressaltado é que não tive no decorrer desta pesquisa, acesso a nenhum documento que registrasse a atuação de mulheres como fotógrafas lambe lambe; bem como não há registro de participação de mulheres no Foto Clube do Paraná.

REFERÊNCIAS

BERGER, John. **Modos de Ver**. Editora Rocco: Rio de Janeiro 1999.

BOURDIEU, Pierre & BOURDIEU Marie-Claire. O camponês e a fotografia. In **Revista de Sociologia Política** nº. 26 p 31-39 . Editora UFPR: Curitiba Jun./2006.

BOURDIEU, Pierre . **Arte Médio**: Ensayo sobre los usos sociales de La fotografia. Editorial Gustavo Gili AS: Barcelona, 2003.

_____. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (org.). **Coleção Grandes Cientistas Sociais**, nº. 39. Editora Ática: São Paulo, 1983.

_____. **Coisas Ditas**. Ed. Perspectiva: São Paulo, 1990.

_____. **Razões Práticas**. Ed. Papyrus: Campinas, 1996.

COELHO , Maria Beatriz R. de V. O campo da fotografia profissional no Brasil. In: **Várias Histórias** vol.22 nº.35: Belo Horizonte, 2006.

COSTA, Helouise & SILVA, Renato Rodrigues da. **A fotografia moderna no Brasil**. Cosac Naify: São Paulo. 2004.

DALCASTAGNÈ, R.. Entre silêncios e estereótipos: relações raciais na literatura brasileira contemporânea. In: **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, v. 31, p. 87-110, 2008.

FABRIS, Annateresa (org.). **Fotografia**: Usos e funções no séc. XIX. Editora da Universidade de São Paulo: São Paulo , 1991 (Coleção texto e arte; v 3).

FLUSSER, Vilém. **Filosofia da Caixa Preta**: Ensaio para uma futura filosofia da fotografia. Rio de Janeiro, 2002.

HOBBSAWN, Eric e RANGER, Terence. (org.). **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

KOSSOY, Boris. **Dicionário Histórico-Fotográfico Brasileiro (1833-1910)**. Instituto Moreira Salles: São Paulo, 2002.

_____. **Fotografia e história**. 2º Ed. Ateliê Editorial: São Paulo, 1999.

PANOFSKY, Erwin. **Significado nas Artes Visuais**. 3. Editora Perspectiva: São Paulo, 1995.

PERSICHETTI, Siminetta. Lambe-Lambe: a câmera automática no lugar da velha caixa. In: **Revista Íris** n.334, pp18-20, janeiro/fevereiro 1981.

MARTINS, José de Souza. **Sociologia da fotografia e da imagem**. São Paulo: Contexto, 2008.

MAUAD, Ana Maria. Através da Imagem: Fotografia e História interfaces. In: **Tempo**, Rio de Janeiro, vol. 1, n.º. 2, 1996, p. 73-98.

MONROY NASR, Rebeca. Apreciación histórica y estética de La fotografía: um gran reto entre lo analógico y lo digital. In: **História** vol.26 n.º.2 França .2007

ROJAS MIX, Miguel. **El imaginário**: civilización y cultura del siglo XXI – 1 ed. – Prometeu Libros: Buenos Aires: 2006

O PRINCÍPIO DA LAICIDADE E SECULARIZAÇÃO E SUA RELAÇÃO COM O ENSINO RELIGIOSO

Ráisa Lammel Canfield⁵²

RESUMO

Neste trabalho pretende-se discutir acerca da relação entre os conceitos de Laicidade, Secularização e a relação do Estado com o ensino religioso nas escolas públicas. Inicialmente, será debatido os conceitos de laicidade e secularização, sua construção histórica juntamente com o papel do Estado, tendo como perspectiva a garantia de laicidade pela Constituição Brasileira e a problemática do ensino religioso nas escolas públicas, sob a égide da Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Palavras-chave: Laicidade. Secularização. Ensino Religioso. Escola pública.

ABSTRACT

This paper discusses about the relationship between the concepts of Laicidade, Secularization and the relationship between the State and religious education in public schools. Initially, it will be discussed the concepts of secularism and secularization, a historic building along with the role of the state, in an attempt to guarantee secularism by the Brazilian Constitution and the issue of religious education in public schools, under the auspices of the Federal Constitution and the Law of Guidelines and Bases of National Education.

Keywords: Laicidade. Sexularization. Religious Education. Public School.

LAICIDADE E SECULARIZAÇÃO DO BRASIL

Uma forma de entender o processo de laicidade e secularização pode ser explicada como um processo de racionalização ocorrido na modernidade que teve como uma das consequências a redução da força religiosa na sociedade. Antes da modernidade as ordens sociais eram legitimadas por narrativas religiosas ou metafísicas, onde a religião acompanhava os indivíduos desde o nascimento até os últimos dias de vida, influenciando suas vidas de acordo com interpretações do mundo puramente religiosas. O advento da modernidade fez com que houvesse um processo de racionalização que teve como objetivo o processo de

⁵² Graduanda do 9º Semestre do curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria – Santa Maria/RS. E-mail: raisalammel@gmail.com

institucionalização da relação entre religião e Estado e, a partir desse período as ações sociais passam a não ser mais tão influenciadas pela religião. Assim, a religião deixou de ser o componente da origem do poder terreno e, aos poucos, foi cedendo espaço para que o Estado tomasse as decisões.

Casa Nova (2007) tenta entender a modernidade a partir de três dimensões, são elas: 1. Separação das esferas (Estado e religião); 2. Privatização da religião; 3. Redução da força da religião. A ideia de laicidade surge, então, a partir da separação das esferas, onde ela está diretamente ligada à política e a secularização relaciona-se a um viés mais cultural. Dessa forma, Casa Nova propõe também 3 dimensões para a laicidade: 1. Separação formal entre religião e Estado; 2. Garantia de liberdade de culto; 3. Isonomia no tratamento das religiões por parte do Estado. Ou seja, deve haver uma garantia de que o Estado não influenciar na liberdade de culto e também não possa beneficiar uma religião em detrimento das outras, ou mesmo prejudicar uma religião e favor de outras. O que caracteriza o Estado enquanto laico é esta distância que ele deve ter dos cultos religiosos, não assumindo nenhuma religião como oficial.

O Estado laico pode garantir a liberdade religiosa e o princípio de igualdade entre as religiões, além de evitar conflitos políticos relacionados a questões religiosas. A laicização do Estado não exige uma extensão do tema religioso da sociedade, nem mesmo da esfera pública. Ao condizer com a liberdade de expressão, de consciência e de culto, ela não pode conviver com um Estado portador de uma confissão. Já a secularização é um processo social em que os indivíduos ou grupos sociais vão se distanciando de normas religiosas quanto ao ciclo do tempo, quanto a regra e costumes e mesmo com relação a definição última de valores. Nesse contexto, podemos dizer que um Estado pode ser laico e, ao mesmo tempo, presidir uma sociedade secular, ou mais ou menos religiosa. Entretanto, a questão da dimensão religiosa é sempre complexa na medida em que envolve o necessário distanciamento do Estado laico ante o particularismo próprio dos credos religiosos.

O Estado laico, portanto, é imparcial em matéria de religião, mas respeita todas as crenças, religiosas e antirreligiosas, desde que não atentem contra a ordem pública. Ele não apoia nem dificulta a difusão das ideias religiosas nem das ideias que consideram a religião fruto da alienação individual e/ou social. Respeita,

igualmente, os direitos individuais de liberdade de consciência e de crença, de expressão e de culto (CUNHA, 2013).

Portanto, laicidade e secularização são processos sociais, surgidos na modernidade e exprimem uma concepção de mundo. Ari Pedro Oro, em seu artigo “A laicidade no Brasil e no Ocidente” faz uma análise sobre a construção da laicidade no Brasil, e de acordo com este autor, durante todo o período colonial (1500-1822) e imperial (1822-1889), o catolicismo foi a única religião legalmente aceita e, além disso, também se estabeleceu como religião oficial possuindo o monopólio religioso fazendo com que as crenças e práticas religiosas dos índios e escravos negros fossem reprimidas. Foi somente com a instalação da República, em 1891, que houve a separação formal entre Igreja e Estado, pondo fim ao monopólio católico e secularizando os aparelhos estatais como afirma Cury (2004) nessa passagem:

De um país oficialmente católico pela Constituição Imperial, nos fizemos laicos pela Carta Magna de 1891 com o reconhecimento da liberdade de religião e de expressão religiosa, vedando-se ao Estado o estabelecimento de cultos. Essa primeira constituição ao mesmo tempo em que reconheceu a mais ampla liberdade de cultos, puniu também a ofensa a estes como crime contra o sentimento religioso das pessoas. O ensino oficial, em qualquer nível de governo e da escolarização, tornou-se laico, ao contrário do Império em que a obrigatoriedade do ensino religioso se fazia presente (CURY, 2004, p. 188).

No entanto, isto não significou a retirada de certos privilégios da Igreja Católica, como afirma Oro (2011), nas décadas seguintes “o Estado brasileiro continuou privilegiando a Igreja Católica em detrimento dos demais grupos religiosos, demograficamente ínfimos, formados por minorias protestantes, espíritas, indígenas e por praticantes de rituais afro-brasileiros” (ORO, 2011, p.226). Dessa forma, a igreja Católica possuiu uma vantagem em detrimento das outras, indo contra o princípio de isonomia no tratamento das religiões por parte do Estado, além de possui vantagens financeiras pelo fato de ter isenção de impostos.

Além disso, apesar do dispositivo legal de separação entre Igreja e Estado, outra situação de tratamento preferencial do Estado em relação à Igreja católica foi o Acordo bilateral firmado entre a República Federativa do Brasil e a Santa Sé em 2008, durante audiência oficial na biblioteca do Vaticano entre o papa Bento XVI e o presidente Lula e aprovado na Câmara dos Deputados em 26 de agosto de 2009,

e no Senado Federal, em 8 de outubro de 2009. Em relação a esta problemática Ario Oro comenta que

1. seus estabelecimento viola o artigo 19 da Constituição brasileira, que veda o Estado manter relações de dependência ou aliança com cultos religiosos e igrejas e subvencioná-los; 2. Confessionaliza a disciplina de ensino religioso facultativo, ministrada em escolas públicas de nível fundamental, contrariando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação; 3. Implica a concessão de subvenção estatal à Igreja Católica e a privilegia em detrimento das demais agremiações religiosas (ORO, 2011).

Igualmente, a presença do crucifixo em lugares públicos como escolas, hospitais, parlamentos, e mesmo em tribunais, aponta na mesma direção: viola o dispositivo legal de separação entre Igreja e Estado e compromete o princípio de isonomia no tratamento das religiões, posto que assegura um privilégio para as religiões cristãs, o catolicismo principalmente. Dessa forma, percebe-se que a igreja católica ocupou e ainda ocupa um lugar de destaque na arena política brasileira.

A partir disto, fica a questão de compreendermos a relação entre o princípio fundamental da laicidade e a prática do ensino religioso dentro da esfera da educação pública. Como por exemplo o caso do acordo entre o Brasil e o Vaticano aprovada no Congresso Nacional. Em relação a este acontecimento, os noticiários acusaram o acordo como uma ameaça à laicidade do Estado e às liberdades fundamentais, retrocedendo, assim, em matéria de ensino religioso nas escolas. Um dos temas centrais do acordo é a educação, principalmente no que se refere à configuração do ensino religioso nas escolas públicas, uma vez que este acordo retoma uma concepção incompatível com o atual ordenamento jurídico, prevendo um modelo puramente confessional de ensino, dividido entre o “católico e de outras confissões religiosas”. De acordo com a reportagem retratada no site “Ação educativa”, uma vez que o documento trata exclusivamente de assuntos religiosos de interesse da Santa Sé, significa, a princípio, o tratamento estatal diferenciado de uma crença religiosa em detrimento das demais. (AÇÃO EDUCATIVA, 2009). Dessa forma, daremos continuidade à questão relacionada ao ensino religioso nas escolas públicas.

O ENSINO RELIGIOSO E A CONSTITUIÇÃO

O ensino religioso faz parte da história da educação no Brasil e predominou por questões históricas e culturais através do ensino confessional direcionado à catequese católica. Por trás dessa questão há uma dialética entre secularização e laicidade no interior de contextos históricos e sociais e para entendermos um pouco da história, primeiramente daremos atenção a um panorama histórico relacionado ao processo de consolidação do ensino religioso como componente curricular e após será analisado o que propõe a legislação em relação à disciplina.

A proposta para o ensino religioso nas escolas públicas é caracterizada por aspectos de uma educação laica, porém, desde os tempos remotos ele sempre esteve fundamentado no catolicismo com a catequização dos índios, como propõe Junkeira (2012) ao dizer que

o Ensino religioso era parte do projeto de dominação e formação cultural no Brasil, uma vez que a educação era considerada um dos principais instrumentos utilizados na promoção do processo de ocidentalização e cristianização e esse processo de cristianização foi acompanhado de uma forte relação política e econômica entre Estado e Igreja. Com base nisso, considera-se que no período colonial o ensino religioso no Brasil teve um caráter doutrinário com o objetivo de estabelecer os interesses e controle da metrópole sob a colônia (JUNKEIRA, 2012, p. 92).

Isso significa que no período de 1500 até a proclamação da República em 1889 todos tinham que ser católicos, pois era dessa forma obteriam a cidadania brasileira. Foi somente com a proclamação da República que o Brasil assumiu a concepção de Estado laico e a Igreja passou a não ter poder político, conseqüentemente as aulas de religião foram eliminadas das escolas.

Com a constituição de 1934, com o Estado Novo surge uma proposta de ensino religioso para os currículos escolares, porém mantendo um caráter facultativo para estudantes não católicos. A lei dizia o seguinte:

O ensino religioso será de frequência facultativa e ministrada de acordo com os princípios de confissão religiosa do aluno manifestada pelos pais ou responsáveis e constituirá matéria dos horários nas escolas públicas primárias, secundárias, profissionais e normais” (Brasil, 1034, art. 153 apud Junkeira, 2012, p.93).

O ensino religioso, nesse caso, era ministrado por pessoas voluntárias ligadas à religião e que se dispunham a lecionar nas escolas públicas. Essa orientação formal se manteve até meados de 1960.

A partir da Constituição Federal de 1988 além da definição do critério de facultatividade, têm-se definições acerca de requisitos docentes para a disciplina e respeito aos cultos religiosos à liberdade. Seguindo praticamente todas as outras constituições federais desde 1934 e atendendo a pressão de grupos religiosos, inclui o ensino religioso dentro de um dispositivo constitucional como disciplina em seu art. 210 §1º: “O ensino religioso é de matrícula facultativa. Trata-se de um dispositivo vinculante. Logo, é um princípio nacional e abrangente o conjunto dos sistemas e suas respectivas redes públicas e privadas” (CURY, 2004). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN) também seguiu o mesmo dispositivo e, de acordo com o artigo da LDBEN, o Ensino Religioso recebeu a seguinte redação:

Art. 33. O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de Educação Básica, assegurando o respeito à diversidade religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo; 1º Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do Ensino Religioso e estabelecerão as normas para habilitação e admissão de professores; 2º Os sistemas de ensino ouvirão entidades civis, constituídas pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos de Ensino Religioso; Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação; (Planalto, 1996).⁵³

Conforme a referida Lei, fica a critério das Secretarias Estaduais de Educação e dos Conselhos de Educação sua regulamentação em relação ao ensino religioso. Além disso, existe a possibilidade do Projeto Político Pedagógico de cada unidade escolar adaptar tal legislação à sua realidade vivencial, desde que visem o respeito à liberdade de crença e de consciência, tal como prevista no art 5º da Constituição Federal de 1988, no sentido de que “é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantia, na forma da lei, a proteção dos locais de culto e suas liturgias”. Em relação ao Conselho Nacional de Educação (CNE), através do parecer CNE nº 05/97 afirma que:

[...] por ensino religioso se entende o espaço que a escola pública abre para que estudantes, facultativamente, se iniciem ou se aperfeiçoem numa determinada religião. Desse ponto de vista, somente as igrejas, individualmente ou associadas, poderão credenciar seus representantes

53 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm

para ocupar o espaço como resposta à demanda dos alunos de uma determinada escola (p.2).

Essa redação não agradou algumas autoridades religiosas, em especial as católicas, e mais tarde foi alterada mediante projeto de lei nº 9.475/97. De acordo com esta lei, o art. 33 passou a ser expresso nos seguintes termos:

“o ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurando o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedada quaisquer formas de proselitismo”⁵⁴.

Podemos perceber que, dada a obrigatoriedade da oferta da disciplina nas escolas públicas e seu caráter facultativo, importa refletir um pouco sobre o critério de facultatividade que se caracteriza por não ser obrigatório na medida em que não é um dever. Esse caráter facultativo caminha na direção de salvaguardas para não ofender o princípio de laicidade, o mesmo pode-se dizer da, “vedação de quaisquer formas de proselitismo” e do fato de deixar uma entidade civil multirreligiosa a definição dos conteúdos, como diz o parecer CP/CNE nº 05/97:

A constituição apenas reconhece a importância do ensino religioso para a formação básica comum do período de maturação da criança e do adolescente que coincide com o ensino fundamental e permite uma colaboração entre as partes, desde que estabelecida em vista do interesse público e respeitando – pela matrícula facultativa – opções religiosas diferenciadas ou mesmo a dispensa de frequência de tal ensino na escola (p.2).

Para que o caráter facultativo seja efetivo é necessário que haja a oportunidade de opção entre o ensino religioso e outra atividade pedagógica igualmente significativa para os alunos que optarem por não fazer a disciplina de ensino religioso. De acordo com Cury (2004), este exercício de escolha é um momento importante para a família e os alunos exercerem conscientemente a dimensão da liberdade como elemento constituinte da cidadania. Assim, os princípios constitucionais e legais obrigam os educadores a se pautar pelo respeito às diferenças religiosas, pelo respeito ao sentimento religioso e à liberdade de consciência, de crença, de expressão e de culto, reconhecida igualdade e dignidade de toda pessoa humana. Tais princípios conduzem à crítica todas as formas que

54 Disponível em: <www.mec.gov.br/cne/pareceres> (pareceres normativos do Conselho Pleno).

discriminem ou pervertam esta dignidade inalienável dos seres humanos (CURY, 2004).

Dessa forma, podemos perceber que o modelo de ensino religioso, estabelecido na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, assumiu um caráter pluralista, não confessional, enfatizando os aspectos antropológicos das religiões e, portanto, teoricamente desvinculado da Igreja católica. No entanto, a questão do ensino religioso, legalmente aceito como disciplina integrante dos currículos das escolas públicas envolve a discussão da laicidade do Estado e a secularização da cultura, tornando-se uma questão ao mesmo tempo complexa e polêmica, principalmente pelo fato de o Brasil ser um país constitucionalmente laico, e com sua identidade construída com base no pluralismo religioso. Vejamos logo mais a realidade do ensino religioso no Rio Grande do Sul.

O ENSINO RELIGIOSO NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO RIO GRANDE DO SUL

Como já vimos, historicamente, o ensino religioso nas escolas públicas sempre esteve relacionado às denominações religiosas e no Rio Grande do Sul não foi diferente, além de o ensino religioso ter um caráter confessional, aqui eram a Igreja Católica e Igrejas Luteranas que credenciavam os professores e definiam os conteúdos da disciplina.

A partir da Assembléia Constituinte do Rio Grande do Sul de 1989, a disciplina de ensino religioso passou a ser ministrada não somente nas escolas particulares, mas também nas escolas públicas tanto do ensino fundamental como de ensino médio e isso permaneceu até 1972 quando se elaborou uma Coordenação do Ensino Religioso com o objetivo de reestruturar o ensino religioso nas escolas. Esse processo foi efetuado juntamente com um conjunto de diferentes igrejas (católica, Evangélica de Confissão Luteana, Metodista e Episcopal), e a primeira tarefa dessa coordenação foi esclarecer que o ensino religioso é uma área do conhecimento e uma disciplina curricular prevista na Constituição Federal e Estadual e na Lei Federal 9.475/97 (RANQUETAT, 2008). A partir dessa definição legal, foi construído o Conselho do Ensino Religioso do estado do Rio Grande do Sul (CONER-RS) para auxiliar o sistema estadual de ensino na definição dos conteúdos da disciplina de ensino religioso e na formação e capacitação de

professores. No blog do CONER-RS diz que “o CONER é uma entidade reconhecida oficialmente e tem por função principal informar, regular, incentivar o ensino religioso nas escolas estaduais do RS”⁵⁵.

É importante frisar também que o ensino religioso é considerado como uma área do conhecimento tal como a matemática, o português etc, tal como propõe a resolução nº2 do Conselho Nacional de Educação de 1998 que estabelece que o ensino religiosos é uma das dez áreas do conhecimento e deve estar presente no sistema de ensino (RANQUETAT, 2008). E no que se refere a lei que define os conteúdos curriculares, há uma resolução do Conselho Estadual de Educação de 2000, que estipula que os conteúdos da disciplina sejam “fixados pela escola, de acordo com seu projeto pedagógico, com base em [...] parâmetros curriculares que serão estabelecidos sob a coordenação da Secretaria da Educação” (Resolução 156/200 apud GIUMBELLI, 2011).

A partir da Lei Federal 9.475/97, foi criado e enviado um documento intitulado “O Ensino Religioso no Sistema Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul – orientações técnicas para a oferta do ensino religioso” a todas as escolas do sistema estadual de ensino com a finalidade de orientar a direção das escolas e professores sobre a nova proposta da disciplina. Dessa forma, o Ensino Religioso foi reconhecido como área do conhecimento através da Resolução CEB/CNE 02/98. Seu conteúdo fornece uma “fundamentação e caracterização do ensino religioso”, com várias orientações acerca do tratamento didático indicado para a disciplina. De acordo com Ranquetat (2008), neste documento,

percebe-se a preocupação da Secretaria de Educação do Estado em demonstrar que a religiosidade e a educação da religiosidade se inserem no esforço de educar o homem em sua integralidade e que essa educação deve respeitar a diversidade cultural e religiosa da sociedade brasileira. A coordenação do Ensino Religioso tem procurado adotar um discurso pluralista e inter-religioso (p.115).

Essa proposta também teve como objetivo “conhecer o pluralismo religioso e a diversidade cultural como parte histórica de cada povo” e “favorecer a compreensão do significado das diversas tradições religiosas, fortalecendo as predisposições” (GIUMBELLI,2011, p.267) e demonstrar que a educação religiosa se insere no esforço de educar o homem em sua integralidade, respeitando, assim, a diversidade cultural e religiosa da sociedade brasileira.

55 Disponível em: <http://conerrs.wordpress.com/>

No entanto, como afirma Ranquetat, em seu artigo “Educação e Religião: o novo modelo de ensino religioso nas escolas públicas do estado do Rio Grande do Sul:

Este modelo segue as orientações da Lei Federal, sendo supraconfessional e inter-religioso, vedando qualquer forma de doutrinação e proselitismo, buscando respeitar a diversidade religiosa da sociedade gaúcha. Entretanto, como se pôde constatar na pesquisa de campo, o ensino religioso nas escolas públicas gaúchas ainda possui, em parte, um teor confessional cristão e, muitas vezes, proselitista, o que contrasta com o ideal pluralista e inter-religioso defendido pelos principais atores envolvidos na implantação dessa disciplina (RANQUETAT, 2008).

Como se vê, a partir destes estudos, o ensino religioso, a princípio, segue as orientações da Lei Federal e de Diretrizes e Bases da Educação dentro do estatuto, e no que se refere à prática as escolas ainda enfrentam muitas dificuldades, na medida em que grande parte de professores de escolas públicas continuam pensando e agindo de acordo com a modalidade confessional de ensino religioso. Parece que há uma divergência entre o que se é proposto e a prática em si. A religião ainda parece tão natural nas escolas públicas do Brasil e podemos perceber através de nomes de algumas escolas vinculadas à crença cristã, imagens de santos, crucifixos, cartazes com trechos bíblicos, orações antes das aulas e da merenda com os alunos das séries iniciais. De acordo com a pesquisa de campo realizada por Ranquetat, “Nas salas de aulas, ainda é muito frequente o ensino religiosos com fins proselitistas e de catequização, distante do preconizado ensino religioso supraconfessional e centrado na análise do fenômeno religioso” (p.17). De acordo com o mesmo autor, é importante compreender que as relações entre a escola e o religioso são dependentes das relações entre o Estado e as Igrejas, entre o poder político e as organizações religiosas existentes em uma sociedade (WILLAIME, 2003 apud RANQUETAT, 2008). As crenças dominantes e dominadas podem dividir os alunos ao invés de trazer à compreensão dos mesmos sobre a realidade plural brasileira e o respeito a essa diversidade. Fica a questão de compreender a realidade vivenciada nessas escolas e de saber qual é, no fundo, o comprometimento dos professores que se propõe a ministrar essa disciplina.

REFERÊNCIAS

CURY, Carlos oberto J. **Ensino Religioso na Escola Pública: o retorno de uma polêmica recorrente.** *Revista Brasileira de Educação*, v.27, p. 183-191, set-dez. 2004.

EDUCACIOAL, Ação. Site: WWW.acaoeducativa.org.br/index.php/educacao/51-acao-na-justica/10004325-stf-deve-analisar-constitucionalidade-do-ensino-religioso-no-brasil . Acesso em:05.Dez.2013.

GIUMBELLI, Emerson. **Ensino Religioso e Assistência Religiosa no Rio Grande do Sul: quadros exploratórios.** *Civitas*, Porto Alegre, v.11, n.2, p. 259-283, maio-ago 2011.

JUNQUEIRA, Sérgio R. A.; TEÓFILO, Debora N. **Secularização e Sua Relação com o Ensino Religioso.** *Teocomunicação*, Porto Alegre, v.42, n.1, p. 82-97, jan/jun. 2012.

ORO, Ari P. **A laicidade no Brasil e no Ocidente: algumas considerações.** *Revista Civitas*. Porto Alegre v.11 n.2 p.221-237, maio-ago. 2011.

RANQUETAT, Cesar A. **Educação e Religião: o novo modelo de ensino religioso nas escolas públicas do estado do Rio Grande do Sul.** *Revista Debates do NER*. Porto Algre. V.1, n.14. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/debatesdoner/article/view/7282/4634>.

RESENHAS

AMPLIANDO AS POSSIBILIDADES METODOLÓGICAS DE PESQUISA: POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES DE “*DECOLONIZING METHODOLOGIES*” PARA O CONTEXTO BRASILEIRO DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO

Ingrid Berns Pavezi⁵⁶

Para melhor entender a pertinência do livro ‘Decolonizing Methodologies’, de Linda Tuhiwai Smith (2012), é essencial primeiro contextualizar uma experiência anterior com um outro livro. O ano é 2003, era o início da graduação de ciências sociais e eu havia recém descoberto o livro ‘Tristes Trópicos’, do Lévi-Strauss. O livro, um clássico de 1955, consiste em uma coleção de memórias como viajante e professor da recém existente Universidade de São Paulo, aventuras essas vividas entre os anos de 1935 a 1939. Durante esse tempo, o futuro fundador da antropologia estrutural viveu o espírito das cidades brasileiras, fez diferentes expedições pelo interior brasileiro e teve vários contatos com nossos povos indígenas. Poucos livros não acadêmicos e romanceados tiveram tanta influência na academia e na história da antropologia como Tristes Trópicos, o que torna um livro interessantíssimo para compreender como se estrutura uma área do conhecimento. É notório que esse não é um livro científico. No entanto, é tido como um dos mais importantes livros do século XX, e não são poucas as celebridades acadêmicas e literárias que tecem elogios exaltados a ele, o que coloca Tristes Trópicos em um lugar, no mínimo, instigante.

As expedições de Lévi-Strauss foram importantes, primeiramente e honestamente, na vida profissional de Lévi-Strauss. É secundário e questionável se estas acrescentaram um melhor entendimento das nossas populações indígenas e urbanas, e quem dirá por contribuir para uma vida melhor aos mesmos. Mas, foi com

⁵⁶ Graduada em ciências sociais pela UFPR e em direito pela PUC-PR. Mestre em sociologia pela UFPR. Atualmente é bolsista Erasmus Mundus para o European Master in Migration and Intercultural Relations. Email: ingridpavezi@gmail.com

esse livro que ele foi reconhecido como um notável etnógrafo e aclamado entre seus pares no campo da antropologia francesa. Esse fato é reconhecido pelo próprio Lévi-Strauss ao final do seu livro, e nos mostra uma função muito recorrente mas nem sempre visibilizada dos povos indígenas para os antropólogos durante o século XX: a sua legitimação como profissional, e mesmo intelectual, no campo das disciplinas das ciências sociais. Antes de vir ao Brasil, Lévi-Strauss era mais um antropólogo desconhecido, e após voltar para a França, o campo da antropologia abriu-se consideravelmente a ele. Sempre explicamos, de um modo até mesmo com uma certa influência do liberalismo, que isso se deve majoritariamente ao seu talento. Mas será mesmo? É sempre um pouco exagerado o poder metafísico que o viajante tem em suas culturas de origem, quando retorna de suas aventuras.

Como uma estudante brasileira de ciências sociais, comecei o livro com muita curiosidade e um tipo particular de ansiedade: o que o mais famoso antropólogo do século XX escreveu sobre o meu país? O que ele viu aqui? Como ele descreveu sua experiência com os povos brasileiros, nas cidades, no campo ou nas selvas? E sobre a Universidade de São Paulo, uma das mais importantes do país? Eu achei todas essas respostas em 'Tristes Trópicos'. E quando eu terminei o livro, eu estava totalmente envergonhada. Uma vergonha profunda da cultura, da comida, dos edifícios, das pessoas, do governo, das relações entre professores e estudantes, de mim mesma enquanto estudante, absolutamente tudo o que estava relatado no livro. O tom magistral, sensível e tocante do livro parecia tornar essas deprimentes percepções ainda mais verdadeiras, e elas entraram na minha alma de estudante como uma verdade profunda e inquestionável sobre o Brasil. Ou, generalizando para o lugar comum do título do livro, para esses vergonhosos *Trópicos*.

Começando pelo próprio título, o que poderia ser mais desanimador e sem esperança que o título 'Tristes Tropiques'? Mais, pelo poder aclamado ao livro: é considerado um dos mais influentes do século XX, em sabe-se quantas listas dos livros mais importantes do século. E, após ler essa poderosa declaração de verdade sobre o meu país, as pessoas e as culturas, cursando o segundo ano de ciências sociais, eu só conseguia ficar em silêncio e em estado de vergonha. Eu concordava com Lévi-Strauss, como poderiam suas lentes estarem erradas? Todos os professores do departamento de ciências sociais com quem tive contato à época consideravam esse um livro confiável e digno, praticamente uma leitura obrigatória. As brilhantes lentes do famoso antropólogo francês ajudariam a nós brasileiros, ou a

essa cultura genérica maior, esse nós ‘tropical’, a vemos nossa própria realidade criticamente, nossos problemas sociais de modo cru. Lévi-Strauss escreveu um livro que não é científico, não é da área da antropologia, não é também uma etnografia no rigor da palavra, é apenas um livro romanceado - mas com uma certificação da comunidade acadêmica de confiança, seriedade, sensibilidade e precisão. Um exemplo da arte e da técnica da etnografia. Com o maior nome da área assinando embaixo. Como se pode responder a algo elaborado nesses termos?

Esqueci de *Tristes Trópicos* durante dez anos, e às vezes o livro era lembrado como uma citação qualquer em conversas informais com colegas e amigos, e isso foi tudo. Em todas as vezes, remanescia de fundo essa triste resignação que os enunciados de verdade deprimentes provocam. Em finais de 2013, caiu nas minhas mãos de um modo acidental o livro ‘*Decolonizing Methodologies*’, da Linda Tuhiwai Smith, mas não por acaso esse livro permaneceu na minha cabeceira pelos próximos meses. Quando terminei ‘*Decolonizing Methodologies*’, eu não podia parar de pensar em Lévi-Strauss, e experimentei outro tipo de vergonha, mas dessa vez vestida de indignação e otimismo para o futuro: porque um livro romanceado e cheio de estereótipos, exotismos, comparações e julgamentos de valor pode ser tão significativo para nós ‘tropicais’?

Quanto mais lia *Decolonizing Methodologies*, mais as memórias de *Tristes Trópicos* me incomodavam. Voltei a ler o livro e, dez anos depois, o teor me apareceu ainda mais equivocados do que englobava minha memória. Poderia retirar centenas de exemplos do livro. O que foi lido por mim em 2003, e acredito que pela maioria dos leitores durante o século XX, como um relato pleno de sensibilidade, genialidade e beleza, aparecia sob meus olhos agora como uma arrogância, ignorância, presunção e intelectualismo travestido de ranço colonizador europeu. O livro é pleno de trechos como o que segue abaixo:

Um espírito malicioso definiu a América como um país que passou da barbárie à decadência sem ter conhecido a civilização. Poder-se-ia, com mais justiça, aplicar a fórmula às cidades do Novo Mundo: elas vão do fresco à decrepitude, sem parar na madureza. Uma estudante brasileira veio a mim em lágrimas, depois de sua primeira viagem à França: Paris lhe parecera suja, com os seus edifícios enegrecidos. A brancura e a limpeza eram os únicos critérios de que dispunha para apreciar uma cidade. Mas essas férias fora do tempo a que convida o gênero monumental, essa vida sem idade que caracteriza as mais belas cidades, tornadas objeto de contemplação e de reflexão, e não mais simples instrumentos da função urbana – as cidades americanas jamais ascendem a isso. (...) Algumas cidades da Europa adormecem devagarzinho na morte; as do Novo Mundo

vivem febrilmente numa doença crônica; perpetuamente jovens, nunca chegam a ser, entretanto, sãs. (Lévi-Strauss, 1957, p. 96-97).

O curioso é que a estudante brasileira é caracterizada como incapaz de apreender a beleza da capital francesa, mas em nenhum momento Lévi-Strauss se questiona sobre sua debilidade ótica para interpretar as cidades americanas. Não por acaso, uma parte considerável dos intelectuais de hoje consideram a antropologia do século XX como um dos instrumentos mais eficazes do projeto de colonização europeu.⁵⁷

Reler *Tristes Trópicos* despertou revolta pelos sentimentos de vergonha e resignação que experimentei 10 anos atrás. Nesse sentido, o livro de Smith propicia uma contextualização mais justa sobre os sentimentos e racionalidades que um cientista social originário de um país que sofreu o processo de colonização, principalmente em se tratando do mais difícil de ser contestado, a colonização do conhecimento. O objetivo principal, de acordo com Smith, é propiciar um espaço para diálogo em um campo de produção de conhecimento que privilegie a presença dos povos originários e a própria continuação da produção de conhecimento dos povos originários. “O livro é escrito primeiramente para ajudar a nós mesmos” (SMITH, 2012, p.18)⁵⁸. A obra é expressamente endereçada para pesquisadores que trabalhem com comunidades originárias e que escolheram identificar a si mesmos como pertencentes aos povos originários. Se inicialmente esse livro foi escrito por Smith para pesquisadores que pertencem aos povos originários, o livro é uma ferramenta útil também para pesquisadores que venham de um contexto de países ou culturas colonizadas em um sentido mais amplo.

Smith identifica a pesquisa e a metodologia como um campo significativo de combate entre as vias de conhecimento do Ocidente e os interesses e modos de resistência dos *Outros*. Ela identifica dificuldades que esses ‘Outros’ como pesquisadores podem encontrar.

Primeiramente, ela ressalta a resistência do seu próprio povo que pode preferir um pesquisador estrangeiro, que detém mais poder hegemônico e que pode parecer ter mais capacidade como pesquisador sob os olhos dos povos colonizados.

⁵⁷ Nesse sentido, Hamid Dabashi, em seu livro *The Arab Spring: the End of Postcolonialism* (2012), tem parte de um capítulo dedicado ao tema da antropologia como veículo de colonização europeia. O livro é descrito pelo próprio autor como um manual para as revoluções nos países árabes, baseando-se em vários intelectuais para incentivar a emancipação dos países árabes. Entre eles, há menção a Paulo Freire e a sua pedagogia do oprimido.

⁵⁸ No original: “The book is written primarily to help ourselves”.

Alguma similitude com nosso contexto brasileiro em relação a obras de autores hegemônicos, principalmente europeus, não é mera coincidência, e não são poucos os pesquisadores estrangeiros que se deparam, ao chegar em nossos centros de pesquisa, com a reprodução do conhecimento de uma determinada área mais estrita que no país de origem da teoria ou abordagem. “É mais francês que os franceses”, me disse uma vez com certo espanto um alemão que visitou um centro de pesquisa na Usp. Não é difícil encontrar vários exemplos de uma reprodução passiva da lógica hegemonia européia do que se entende por conhecimento nos centros de pesquisa desse lado do Atlântico.

Outra dificuldade apontada por Smith que o pesquisador pode encontrar é que, mesmo vindo da sua comunidade originária, se ele teve acesso a uma educação nos centros de pesquisa hegemônicos, pode não mais ser visto com confiança sob os olhos dos seus pares. Novamente, penso nos pesquisadores brasileiros espalhados ao redor do mundo, que se deparam muitas vezes com a dificuldade de reinserção no campo científico acadêmico, credibilidade dos seus pares e mesmo de diálogo com estes.

Por último, a autora cita as críticas que partem da academia que podem argumentar que o pesquisador não está distante o suficiente do seu objeto de pesquisa, qual seja a sua comunidade originária. Essas possíveis críticas fazem o trabalho do pesquisador vindo das comunidades originárias muito mais difícil para adquirir legitimidade dentro da sua própria população e também dentro do contexto acadêmico. Essas dificuldades constituem juntas uma das justificativas para endereçar esse livro para os pesquisadores das sociedades originárias.

A necessidade de uma abordagem nova sobre metodologia e produção do conhecimento vem da abundância destes quando vindo das sociedades ocidentais, e da ausência e invisibilidade vinda do contexto das comunidades originárias. Como um produto do imperialismo e do colonialismo, o conhecimento ocidental não representa o contexto dos povos originários. Ou seja, muito se fala sobre os *Outros*, mas pouco se fala a partir desses *Outros*: ‘Pesquisa é um dos modos em que o código subjacente do imperialismo e do colonialismo são ambos regulamentados e concretizados’⁵⁹ (SMITH, 2012, p. 08). A aparente e reclamada neutralidade da maioria dos cientistas sociais vindos dos países hegemônicos é um modo de

59 ‘Research is one of the ways in which the underlying code of imperialism and colonialism is both regulated and realized’

dissimular o legado de colonialismo e imperialismo que é um componente intrínseco nas relações entre pesquisadores e povos pesquisados, assim como é parte da própria produção do conhecimento. Smith descreve que a “(...) pesquisa tem sido um encontro entre o Ocidente e o Outro. Muito mais é conhecido vindo de um dos lados desses encontros do que é conhecido vindo do outro lado. Esse livro relata uma extensão de visões que são elaboradas e articuladas nos ‘outros lados’” (SMITH, 2012, p. 08)⁶⁰.

Smith articula essas idéias de um ponto peculiar: ela está entre o modo de vida ocidental e as sociedades originárias, tem ambos os nomes, cresceu em ambos os mundos, e compreende as racionalidades e sentimentos de ambas as mentalidades. De acordo com suas palavras, no prefácio da segunda edição:

“São dois mundos importantes para mim: eu me movimento entre eles; em um certo sentido eu nasci em um e fui educada em outro. Eu negocio as intersecções entre esse mundos todos os dias. Isso pode um espaço complicado, desafiador e interessante”⁶¹.

E é a clareza do ponto de vista ocupado entre mundos, mentalidades e disputas de poder que faz esse livro ser absolutamente honesto. O melhor adjetivo para este livro, bem posicionado sobre a origem do seu problema no universo da produção de conhecimento, é justamente esse: honesto.

Se Geertz (1989) contribuiu para a produção do conhecimento ao desconstruir a idéia de objetividade e colocou a antropologia como um discurso interpretativo sobre as culturas, Smith acrescenta ao colocar a própria pesquisa, as metodologias e a produção de conhecimento dentro das relações de poder herdadas do imperialismo e do colonialismo. E, aqui, um aspecto que impressiona no livro: usualmente as pessoas leem pesquisas, histórias e relatos sob o ponto de vista dos viajantes e dos pesquisadores, e *Decolonizing Methodologies* inverte esse ponto de vista: desde o começo do livro, a palavra *research* é colocada como uma das mais sujas palavras na língua dos povos indígenas. Smith descreve uma vasta gama de situações, mais especificamente entre os povos indígenas da Nova Zelândia, seu país de origem, em que as circunstâncias da ‘pesquisa’ causaram sofrimento, humilhação e dor entre os povos originários, assim como também são descritas as

60 Em tradução livre do seguinte trecho: “(...) research has been an encounter between the West and the Other. Much more is know about one side of those encounters than is know about the other side. This book reports to some extent on views that are held and articulated by ‘the other sides’.”

61 “I moved within them; in one sense I was born into one and educated into the other. I negotiate the intersection of these worlds every day. It can be a complicated, challenging and interesting space.”

percepções e interpretações desses povos sobre a 'pesquisa'. Folheando o livro, é possível encontrar uma coleção de más memórias perpetuadas por gerações, em que 'research' é mencionado como não confiável; sendo os modos em que a pesquisa científica está enraizada com os piores excessos do colonialismo como uma memória constante entre os povos originários. Como exemplo, cita-se a medida de crânios, coleta de ossos, tudo na maioria das vezes sem cuidados e mesmo e sem a permissão das sociedades de origem. Mais contemporaneamente, são citadas as pesquisas que se dirigem as comunidades originárias e não esclarecem os métodos e os objetivos da pesquisa, além de não dar retorno algum sobre os dados coletados. *Pesquisa*, como a maioria dos povos indígenas em diversos cantos do mundo conhecem, significa desrespeito e falta de ética. Smith ajuda a visualizar a injustiça, raiva e sofrimento que ocorre no universo da pesquisa sobre povos originários e que usualmente é invisibilizada nos resultados. Muitas vezes conscientemente, mas provavelmente na maioria das vezes simplesmente invisível para os pesquisadores das sociedades hegemônicas, assim como seus viajantes, é o ponto de vista dos povos *Outros*. E é contra essa invisibilidade, muitas vezes inconsciente mas nem por isso menos injusta e que tão bem representa o colonialismo ocidental, que Smith visa combater em *Decolonizing Methodologies*.

O livro é dividido em duas partes. A primeira se concentra no legado do imperialismo do conhecimento ocidental institucionalizado, o que inclui não apenas as universidades dos países hegemônicos, mas de acordo com Smith, também a maioria das universidades nos países que sofreram o processo de colonização. A primeira parte contextualiza a 'pesquisa' desde os tempos imperiais, passando pela história da pesquisa e da metodologia nas ciências sociais, e o processo de formação do conhecimento como uma das vias da colonização.

A segunda parte é composta de experiências de pesquisadores que se auto-intitulam pertencentes a povos originários. É sobre os seus processos de pesquisa, a abordagem utilizada em cada caso e os resultados; assim como o ativismo dos povos originários e suas lutas por justiça social. Essa sequência de tópicos tem como resultado a possibilidade de aperfeiçoar e enriquecer o ponto de vista de ativistas, pesquisadores, estudantes, professores e qualquer um envolvido em justiça social de algum modo. O objetivo do livro é empoderar pesquisadores que se intitulam de povos originários; visibilizar as reminiscências do imperialismo e do colonialismo; as consequências de ambos entre as culturas originárias bem como

em um contexto mais amplo das relações entre culturas de modo geral; assim como propiciar sugestões de métodos e abordagens para pesquisadores em suas próprias sociedades de origem.

Alguns pontos principais apresentados por Smith na segunda parte do livro, sobre metodologias entre os povos originários da Nova Zelândia, é que elas tendem a abordar protocolos culturais, valores e comportamentos como uma parte integral da metodologia (SMITH, 2012, p. 16). Esses fatores devem ser construídos como parte explícita da pesquisa, declarados abertamente como parte do rascunho de pesquisa, e discutidos nos resultados finais. A autora também descreve a importância do retorno dos resultados de pesquisa para as pessoas envolvidas, e o compartilhamento do conhecimento: ambos são parte dos princípios de reciprocidade e de feedback. Um ponto sugestivo sobre metodologia a partir de Smith é a preferência por *dividir conhecimento* ao invés de *dividir informação*, no sentido de que de acordo com Smith, é parte da responsabilidade dos acadêmicos e pesquisadores não apenas dividir informações superficiais, mas também dividir teorias e análises que informam em que modo as informações e o conhecimento são construídos e representados (SMITH, 2012, p. 17). O retorno da pesquisa para as pessoas envolvidas é mais do que ético, de acordo com Smith, uma vez que isso possibilita as comunidades, tribos e famílias encontrarem novos modos de pensar sobre si mesmos e suas práticas, e mudar suas perspectivas.

Outro aspecto relevante no livro é que Smith não separa a discussão de metodologia de pesquisa e análises sobre o colonialismo e imperialismo. Se é no passado colonial que houve a marginalização dos povos originários, esses também são espaços de resistência e esperança. Retirar esse contexto relacional é roubar justiça social a essas pessoas. A sugestão é contar a história do Ocidente e suas práticas através dos olhos das pessoas que sofreram o outro lado dos processos de colonização ao redor do mundo. De acordo com ela, dar voz a outros contadores de histórias é uma forma poderosa de resistência que é repetida e dividida através de diversas sociedades que sofreram as consequências da colonização e imperialismo. Essa é a importância de empoderar, inclusive metodologicamente e nos processos de pesquisa, os povos *outros*.

Voltando aos *Tristes Trópicos*, minha intenção não é difamar o mais importante antropólogo do Século XX. Pode soar querer roubar uma migalha do espaço ao sol que ele desfrutava, para não falar da possibilidade de equívoco que é

julgar um livro 60 anos após ele ter sido escrito, com lentes da nossa época e portanto inacessíveis no período do livro. O objetivo não é criticar o livro por si mesmo, mas antes combater a influência equivocada e mesmo danosa do seu livro até os dias de hoje nas sociedades *tropicais* e *Outras*. Tive acesso a esse livro não pela sessão de literatura de uma estante qualquer de biblioteca, mas como recomendação de leitura acadêmica e sem uma perspectiva crítica, em um curso de ciências sociais e no começo do século XXI. E nisso resulta o seu perigo.

Após *Decolonized Methodologies*, fiz uma espécie de tratado de paz comigo mesma e com o triste livro de Lévi-Strauss, e possivelmente desmistificando um tanto a poderosa assinatura: o livro fala mais de um processo de Outrorização⁶² nas lentes de um pesquisador que, pela própria limitação de sua época, não conseguiu narrar para além de um exotismo embebido em uma inicial sensibilidade e uma etnografia colonialista disfarçada de relato de viagem. O livro não é escrito como uma possibilidade de retorno para as sociedades narradas, é antes uma apreciação para o leitor ocidental enfasiado de sua própria cultura e sempre ávido por relatos exóticos além mar. O espírito do exotismo está enraizado em grande parte da antropologia do século XX, ou como diz o próprio Lévi-Strauss: “Sem dúvida, desde menino, dedicava-me a uma coleção de curiosidades exóticas” (LÉVI-STRAUSS, 1957, p. 51).

A produção deste livro foi importante para a carreira de Lévi-Strauss, para a produção ocidental de conhecimento da época sobre os povos *outros* e um modo considerado belo, para o período, de ampliar o mundo limitado do europeu e do homem ocidental, e isto é tudo. *Tristes Tropiques* não pode ser lido como um certificado confiável e um atestado de verdade, e não representa os povos *tropicais* ou qualquer outra designação de *Outro* que se possa conceber; representa antes o antropólogo que o escreveu e o legado de sua época.

O livro de Smith não tem todas as respostas para todas as variadas reminiscências coloniais e imperialistas em todas as sociedades, e tem uma impossibilidade até mesmo ética em ser aplicado, por exemplo, ao contexto poli cultural brasileiro, com sua diversidade continental e, até o momento de conclusão deste artigo, desconhecida em sua totalidade: são mais de duzentas diferentes

62 No original em inglês, e como uma tentativa de tradução para o português: *Process of Othering*, que se constitui nos processos em que, principalmente através do exotismo e de um equivocado distanciamento dos *Outros* analisados, se atribui características caricatas, preconceituosas e de ridicularização sobre esses outros.

línguas indígenas faladas atualmente nessa imensidão de sociedades que delineamos como Brasil, para não falar na impossibilidade de entrar em detalhes sobre todas as particularidades de costumes, histórias, estórias, mentalidades, cosmologias, combates e injustiças, entre tantas outras abordagens possíveis. Esse não é o objetivo do livro, e nem seu alcance. O que a autora faz, a partir de sua própria trajetória como pesquisadora que vem dos povos originários na Nova Zelândia, e dos exemplos em seu livro de pesquisa e metodologia de pesquisadores entre diversos povos originários, é propiciar possibilidades mais éticas e responsáveis de fazer pesquisa. Do mesmo modo, Smith possibilita uma maior pluralidade discursiva, metodológica e teórica, que ultrapasse os legados até hoje muitas vezes invisíveis, do processo de produção do conhecimento que perpetua os ranços da colonização.

A principal contribuição de Smith é a ampliação da possibilidade de justiça social para o contexto da pesquisa acadêmica, a maior visibilidade da não neutralidade do processo de produção do conhecimento e a difusão de novas possibilidades de pesquisa, mais éticas e responsáveis para com as sociedades estudadas e relatadas. E talvez nisso se reflita a necessidade de leitura no contexto acadêmico brasileiro, fortemente marcado pelos clássicos europeus e com dificuldade de visibilizar e reinventar seus próprios métodos de pesquisa, e mesmo de reconhecer sua própria produção de conhecimento. Não por acaso, é difícil ver sociologia, antropologia e ciência política brasileiras como matérias obrigatórias nos currículos dos cursos de ciências sociais. Se é necessário que a academia brasileira hoje se internacionalize em diálogo, não significa que se padronize em face da produção hegemônica de conhecimento.

A importância de *Decolonizing Methodologies* é exatamente essa: que possamos, mais que desconstruir os muitos *Tristes Trópicos* que foram edificados sobre nossas culturas, com pesadas assinaturas que atestamos colonizadamente como testemunhos de verdade; mas que também possamos refletir sobre nós mesmos, olhar criticamente a produção hegemônica de conhecimento, fortificar a auto confiança e empoderamento para aperfeiçoar e criar nossa própria autoria como produtores de conhecimento. Que sejam ampliados os próprios caminhos de métodos e maneiras de produzir conhecimento e, nesses ethos particulares, também de fazer justiça social em face das relações históricas de opressão. Mais, que esses

métodos possam melhor abordar as particularidades das nossas muitas culturas e contribuam eticamente para o crescimento e auto aprendizado das sociedades.

REFERÊNCIAS

DABASHI, Hamid. **The Arab Spring: the End of Postcolonialism**. London: Zed Books, 2012.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Tristes Trópicos**. São Paulo: Editora Anhembi Limitada, 1957.

SMITH, Linda Tuhiwai. **Decolonizing Methodologies: Research and Indigenous Peoples**. London & New York: Zed Books, 2012.

TRADUÇÕES

O PAPEL DA ESTÉTICA NOS ESTUDOS CULTURAIS⁶³

Rita Felski⁶⁴

Tradução: Joana d’Arc Martins Pupo⁶⁵

Criticar os estudos culturais é um passatempo popular. Enquanto os críticos frequentemente menosprezam o campo como mero modismo, hoje em dia, ataques aos Estudos Culturais é que estão altamente na moda. Mas quais Estudos Culturais? Tenho um palpite de que ‘Estudos Culturais’ superou ‘Pós-modernismo’ como um dos termos mais mal utilizados na vida intelectual contemporânea. Em uma recente enxurrada de epítetos, elegias, e queixas sobre o que está acontecendo com as ciências humanas, os estudos culturais desempenham o papel principal como vilão e bode expiatório. Há bem poucos anos, os estudos culturais eram um campo obscuro que poucos acadêmicos norte-americanos conheciam ou se importavam com ele. Hoje, parece, todo mundo sabe sobre os estudos culturais. Mas o que exatamente eles sabem?

Neste capítulo, discuto algumas queixas recentes sobre os estudos culturais que emanam dos departamentos de literatura. Duas ideias vêm à tona nestes argumentos. A primeira é que os estudos culturais declararam guerra à arte e à estética. São o inimigo implacável de toda a conversa sobre beleza e prazer, estilo e forma. Os críticos culturais acreditam que tais termos não são nada mais do que balbucios mistificadores que nos distraem das regras coercitivas das hierarquias do gosto. Em seu zelo nivelador, eles querem reduzir o texto ao contexto, a poesia à propaganda, as obras de arte a massas de textos despejadas por uma máquina de ideologia onipresente. A segunda ideia é que esta antiestética tornou-se a nova norma. Os praticantes dos estudos culturais invadiram e montaram acampamento

63 Este artigo inédito foi gentilmente cedido pela autora para tradução e publicação na Revista *Discente Sociologias Plurais*.

64 Professora do Departamento de Inglês na *University of Virginia*, e editora de *New Literary History*. Rita Felski é eminente estudiosa nos campos da estética e teoria literária, teoria feminista, modernidade e pós-modernidade, e dos estudos culturais. É autora de *Beyond Feminist Aesthetics: Feminist Literature and Social Change* (Harvard UP, 1989), *The Gender of Modernity* (Harvard UP, 1995), *Doing Time: Feminist Theory and Postmodern Culture* (New York UP, 2000), and *Literature After Feminism* (Chicago UP, 2003).

65 Tradutora: Professora Assistente – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, Brasil. Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Sociologia.- Universidade Federal do Paraná.

nos departamentos de língua inglesa e estão forçando a todos pensarem como eles. Os “Estudos Culturais”, lamenta Marjorie Perloff, “dominam atualmente a arena dos estudos literários.” (2000; p.24). Os prêmios resplandecentes dos cargos e publicações, bolsas de estudo e convites, agora dependem de saber falar a linguagem dos estudos culturais. Tenha pena da pobre alma que ainda sonha em escrever uma monografia sobre o papel da metáfora em Robert Frost. Os estudos culturais, seus críticos gostam de afirmar em uma mímica astuta do vocabulário de seus oponentes, tornaram-se hegemônicos.

É a conjunção dessas duas ideias _ a soberania dos estudos culturais na academia e seu despreocupado desrespeito pela linguagem, pela beleza, e pela forma _ que repousa sob o grito de guerra pelo retorno da estética. Em 1998, *The Chronicle of Higher Education* publicou a manchete “*Desgaste dos Estudos Culturais, alguns estudiosos redescobrem a Beleza*”. O artigo em questão chama a atenção para uma reação crescente contra os estudos culturais e seu desprezo pela estética. Há citações de estudiosos literários fartos das agendas sociais da crítica contemporânea. Eles querem voltar a falar sobre estilo e sensibilidade, da melodia da linguagem e do jogo da forma, da beleza da poesia e do que faz de Shakespeare um grande escritor. (Heller, 1998).

Nos últimos anos, outras vozes juntaram-se ao coro; a mobilização em defesa da estética inspirou um mini-*boom*. À parte o livro de James Soderholm, *Beauty and the Critic: Aesthetics in the Age of Cultural Studies*, em lugar de destaque no *Chronicle*, há também a corajosamente intitulada coleção *The Revenge of the Aesthetic*. Em 1999, Elaine Scarry publicou seu amplamente resenhado *On Beauty and Being Just*, seguido da obra de Wendy Steiner *Venus in Exile: The Rejection of Beauty in Twentieth-Century Thought* e *Speaking Beauty* de Denis Donoghue. E não devemos nos esquecer de muitos livros recentes tais como o de Alvin Kernan *The Death of Literature* e o de John Ellis *Literature Lost* que lamentam o estado atual dos estudos literários nas universidades norte-americanas. Em tais publicações, tanto quanto nos volumes mais vendidos da indústria editorial de um único homem_ Harold Bloom_, é simplesmente certeza de que os estudos culturais significam a morte da estética.

Não discordo daqueles que querem defender o valor de se estudar a literatura e a arte erudita, mas estou ficando cansada de ler considerações rebuscadas sobre a beleza estar sob a ameaça das maquinações vilãs dos estudos

culturais. Este cenário da Bela e da Fera tem pouca relação com a realidade. Quero, então, problematizar estas duas afirmações que acabei de esboçar. Vamos analisar a primeira ideia, o domínio tirânico dos estudos culturais nas universidades estadunidenses. Os estudos culturais estão hoje tão profundamente entrenchados como a nova ortodoxia, seus críticos afirmam que os acadêmicos estão se coçando impacientes por algo novo. No artigo do *Chronicle* acima mencionado, depois de uma deposição cruel das tendências atuais no estudo literário, Heller cita Marjorie Perloff como declarando que: "as pessoas estão realmente cansadas dos velhos estudos culturais" (1998, p.A15).

Os *velhos* estudos culturais? Quando li pela primeira vez esta sentença, tive que olhar duas vezes. Minha sensação é que os estudos culturais são ainda uma relativa novidade cujos impactos nos trabalhos do dia-a-dia dos departamentos de literatura são modestos. Claro, a ideia dos estudos culturais tem se espalhado muito recentemente. Existem mais do que uns poucos desconstrucionistas de carteirinha que são jogados às pressas em umas poucas referências aos *shopping centers* e Stuart Hall para atender a tendência atual. Como uma categoria de marketing, os estudos culturais têm inegavelmente certa fascinação.

Apesar de tudo, suspeito que os trabalhos-chave dos estudos culturais ainda são amplamente desconhecidos na maioria dos departamentos de literatura. Quantos acadêmicos por todo o país estão realmente atualizados com o trabalho de Kobena Mercer e Larry Grossberg, Meaghan Morris e Tony Bennett, Constance Penley e Ien Ang? Fora de uns poucos centros de estudos culturais bem conhecidos, aposto que não muitos profissionais da área. Sempre acho, ao contrário, que estudantes graduados eruditos são completamente ignorantes em relação aos debates e métodos centrais dos estudos culturais. Isto é particularmente verdadeiro quando se trata de um amplo corpo de conhecimento que é escrito e publicado fora dos Estados Unidos. O número de empregos acadêmicos nos estudos culturais a cada ano permanece lamentavelmente pequeno. Como podemos reconciliar estes fatos com a afirmação de que os professores de inglês estão cansados dos *velhos estudos culturais*, uma frase que sugere muitos anos de exposição entorpecedora implacável? Como os estudos culturais podem ser velhos e novos?

Talvez possamos resolver este mistério olhando mais profundamente para a segunda ideia que esbocei que os estudos culturais querem abolir a estética. De

onde vem esta ideia? Em muitas polêmicas recentes, garante-se que os estudos culturais são outro termo para a crítica ideológica. Isto é, fazer estudos culturais significa olhar de maneira suspeita para as obras de arte e desmascará-las como instrumentos de opressão. Significa lê-las na contramão e negar a elas a verdade da arte em favor da verdade da política. É outro termo para o que Soderholm chama de "crítica inquisitorial" (1997, p.3) e o que Georg Levine memoravelmente descreve como "ver o texto como um inimigo a ser aprisionado" (1994, p.3).

Um bom exemplo desta visão dos estudos culturais pode ser encontrado no epílogo de *Achieving your Country* de Richard Rorty. Rorty concorda que os estudos culturais estão tomando os departamentos de inglês. Seus praticantes, ele escreve, podem ser identificados por sua sabedoria árida e sarcástica. Eles suspeitam do romance e entusiasmo e carecem de qualquer senso de reverência. Eles arriscam tornar o estudo da literatura em mais uma ciência social obscura e afugentar em massa os estudantes. Rorty toma Fredric Jameson como um exemplo desta tendência perniciosa. Ele cita os pronunciamentos sombrios de Jameson sobre a morte do indivíduo na cultura pós-moderna como um modo de enfatizar o que está para acontecer se os departamentos de literatura tornarem-se departamentos de estudos culturais. Em vez de beneficiarem-se com o valor inspirador das grandes obras da literatura, nós seremos deixados, diz Rorty, sem nada exceto expressões de ressentimento político revestidos de jargão.

Há um problema maior com o argumento de Rorty: Jameson não faz estudos culturais. Seu trabalho é mais próximo do espírito da teoria estética marxista, especialmente a Escola de Frankfurt e sua visão sombria da cultura popular como uma forma de dominação capitalista. De fato, os estudos culturais surgiram como uma reação a esta mesma tradição. Um de seus objetivos foi questionar o ponto de vista dos críticos acadêmicos que se orgulham de sua sabedoria e insight político superior. Mas esta discrepância não parece incomodar Rorty, que admite alegremente que seu conhecimento dos estudos culturais vem de amigos como Harold Bloom. Os estudos culturais, para Rorty, são simplesmente um rótulo prático para todas as coisas ruins que têm acontecido nos departamentos de literatura nos últimos trinta anos.

Rorty não é o único a pensar deste modo. John Ellis, por exemplo, também supõe que os estudos culturais são outra expressão para a invasão dos departamentos de inglês por hordas do que ele chama "críticos de raça-gênero-

classe." Os estudos culturais, nos recentes debates norte-americanos, são frequentemente um atalho para leituras políticas da literatura. Em particular, quando utilizados pelos críticos hostis, fazer estudos culturais significa focar sobre o conteúdo e o contexto e não prestar atenção à forma. É sinônimo da mais crua forma de análise sociológica. Significa olhar através de um texto como se fosse um instrumento transparente para uma simples mensagem política. Significa, muito simplesmente, ser um mal leitor.

Quero deixar de lado, por enquanto, a exatidão desta visão da mudança política na crítica literária². Minha questão é simplesmente: o que isso tudo tem a ver com os estudos culturais? Afinal, tais abordagens à literatura têm estado presentes nas universidades dos Estados Unidos já há algum tempo. O conhecimento feminista, marxista e afro-americano, por exemplo, tem prosperado desde a década de setenta. Mas os críticos nestes campos, até recentemente, não se viam, e não eram vistos por outros, como fazendo estudos culturais. Realmente, há muito pouco tempo, este termo não significava quase nada para a média dos professores. Em 1987, Richard Johnson publicou um artigo influente chamado "*O que afinal são os Estudos Culturais?*" que introduziu o campo a uma audiência norte-americana amplamente desfamiliarizada com suas ideias principais.

O que estamos vendo atualmente, em outras palavras, é um caso clássico de um desvio semântico. Os estudos culturais, uma vez um nome reservado para uma tradição intelectual específica, é agora aplicado, frequentemente bastante atropeladamente, a qualquer tentativa de ligar literatura, cultura, e política. Uma expressão que uma vez identificou um campo específico de estudos originado na Grã-Bretanha está sendo agora utilizado como munição nas guerras culturais do próprio Estados Unidos. A história está sendo reescrita; aquelas que se viam outrora como críticas literárias feministas ou praticantes do Novo Historicismo estavam, parece, fazendo estudos culturais durante todo tempo. Quando as pessoas reclamam que estão cansadas dos "*velhos estudos culturais*", esta é a história que geralmente têm em mente.

Deixe-me ser clara em relação ao meu argumento. Estou longe de sugerir que os estudos culturais estadunidenses não têm o direito de definir seus próprios objetivos e métodos, que deveriam abaixar o topete em deferência aos pais fundadores britânicos. De fato, os estudos culturais há muito tempo já migraram de suas raízes de Birmingham; a Grã-Bretanha não tem o monopólio sobre um campo

internacional em constante fluxo. Muitos dos trabalhos interessantes nos estudos culturais agora vêm de lugares como a Austrália, Canadá, Coreia do Sul, África do Sul, e realmente dos Estados Unidos, por acadêmicos que são com frequência críticos profundos da tradição de Birmingham. Reconhece-se amplamente que esta tradição prestou muito pouca atenção às políticas de raça, gênero, e sexualidade e que suas agendas de pesquisa enfocaram exemplos britânicos que nem sempre se traduzem para outros contextos.

O que distingue o novo trabalho dos estudos culturais, entretanto, é uma familiaridade com a tradição que ele critica, um senso de diálogo com a geração anterior de acadêmicos. Aqueles trabalhando no campo, afinal, despenderam um tempo e esforços consideráveis negociando questões básicas de metodologia. Ver alguns acadêmicos afirmar que fazem estudos culturais com nenhum conhecimento aparente destes debates é desconcertante. Ambos inimigos e fãs dos estudos culturais usam frequentemente o termo de modos curiosamente descuidados e descontextualizados. O campo torna-se vítima de uma amnésia generalizada, uma indiferença calculada em relação a sua rica e contraditória história³.

Parte do problema, sem dúvida, tem a ver com a simplicidade sedutora e traiçoeira de seu nome. Estudos culturais soam como um sinônimo de estudos da cultura, uma alavanca conveniente para qualquer um com interesses interdisciplinares. Ainda, os estudos culturais são, é claro, somente um modo de se analisar a cultura; existem muitos outros, incluindo a antropologia, os estudos da comunicação, os estudos norte-americanos, a história cultural, o novo historicismo, a sociologia cultural, e outros campos. As linhas entre estas tradições não são, em hipótese alguma, rígidas e rápidas; realmente, algumas se polinizaram mutuamente com os estudos culturais de modos bastante frutíferos. E ainda assim elas têm nomes diferentes e histórias distintas. Um resultado da difusão dos "estudos culturais" é uma crescente ignorância da tradição específica que o termo nomeia. Os acadêmicos se sentem livres para utilizar o termo sem precisar aprender qualquer coisa sobre o campo.

Contra concepções errôneas populares, quero enfatizar que os estudos culturais começaram não como uma crítica da ideologia, mas em vez disso como uma crítica à crítica da ideologia. Levaram os intelectuais de esquerda a criticarem a apressada dispensa instintiva da cultura popular, sua suposição imaginária de que as formas da comunicação de massa eram sempre esteticamente monótonas e

politicamente perniciosas. Do ponto de vista dos estudos culturais, tais atitudes revelavam mais sobre os antolhos profissionais dos intelectuais do que sobre as qualidades intrínsecas da cultura popular. Os estudos culturais, então, não buscavam destruir a estética, mas ampliar a definição do que contava como arte ao levar a cultura popular a sério. Era sempre tanto a respeito da forma quanto do conteúdo, tanto sobre o prazer quanto sobre a ideologia. Os estudos culturais devem tanto à semiótica quanto à obra de Antonio Gramsci e às políticas dos novos movimentos sociais. Em retrospectiva, sua emergência em uma época em que nosso ambiente cotidiano estava se tornando saturado com as imagens cada vez mais sofisticadas da mídia parece inevitável. Os estudos culturais ofereceram um vocabulário para se falar da complexidade da cultura contemporânea. Tornaram uma variedade muito maior de objetos esteticamente interessantes.

A obra de Richard Hoggart e Raymond Williams, frequentemente vistos como os fundadores dos estudos culturais, torna este compromisso muito claro. Nenhum desses dois intelectuais está particularmente interessado em aprisionar e desnudar as obras da literatura. Por exemplo, a obra de Raymond William abarca uma ampla variedade de assuntos, da televisão à tragédia, da cultura da classe trabalhadora galesa às obras mais arcanas do cânone inglês. Um dos primeiros estudiosos a oferecer uma defesa da cultura popular e da vida cotidiana, Williams foi também um leitor escrupuloso das obras literárias argumentando tenazmente contra a redução de tais obras a veículos de ideologia. De fato, como apontaram tanto seus apoiadores como seus críticos, sua visão de cultura é poderosamente influenciada pela herança da estética romântica (ver *Culture: A Reformer's Science* de Bennett e *The Cultural Critics: From Matthew Arnold to Raymond Williams* de Johnson). Semelhantemente, Richard Hoggart argumentou que as técnicas da crítica literária desempenhariam uma parte central no novo campo dos estudos culturais, permitindo aos críticos prestarem atenção às qualidades formais específicas da cultura popular. "A menos que você saiba como estas coisas funcionam como arte, apesar de que como 'arte ruim' algumas vezes, o que você diz sobre elas não vai colar muito"⁶⁶ (citado em Mulhern 2000, p.96).

Nas décadas de 1970 e 1980, houve uma mudança intelectual no centro de

66 Nota da tradutora: procuramos encontrar o mesmo tom utilizado pelo autor citado por isso o uso da linguagem coloquial aqui. Original: "Unless you know how these things work as art, even though sometimes as 'bad art,' what you say about them will not cut very deep"(quoted in Mulhern 2000: 96). (FELSKI, 2004, p.33).

gravidade à medida que os acadêmicos se voltaram em maior número para as teorias estruturalistas e pós-estruturalistas. Uma consequência foi um formalismo crescente nos estudos culturais, uma concentração sobre o significante em vez de sobre o significado. Os estudiosos basearam-se na teoria semiótica para descrever e analisar os padrões e convenções através das quais o significado era produzido. Uma visão orgânica e romântica de cultura deu lugar a uma sensibilidade de vanguarda que enfatizava os momentos de ruptura, contradição, e ambiguidade nos textos populares. As teorias estéticas dos formalistas russos, a arte da vanguarda europeia, e as ideias de Bertolt Brecht todas se alimentaram dentro do projeto dos estudos culturais.

Podemos ver esta mistura de influências muito claramente em *Subculture: The Meaning of Style* de Richard Hebdige, umas das obras clássicas dos estudos culturais. Hebdige apresentou argumentos persuasivos de paralelos entre a estética da vanguarda europeia e o estilo subcultural britânico dos anos 70. Os punks, por exemplo, basearam-se fortemente em técnicas experimentais de colagem, bricolagem, e justaposição surreal. Eles combinaram aleatoriamente objetos de produção de massa – coleiras de cachorro, alfinetes de gancho, sacos de lixo - em uma mímica perversa da cultura de consumo. Sua manipulação de signos era deliberada, autoconsciente, e paródica. Claramente, não era mais possível estabelecer uma linha divisória entre os experimentos subversivos da literatura de vanguarda e os gostos insípidos das massas: os intelectuais não tinham o monopólio sobre a sofisticação formal e a ironia. Assim, Hebdige escreveu com um olhar tanto de um esteticista quanto de sociólogo, fazendo leituras detalhadas dos significados multidimensionais dos estilos subculturais.

No livro de Hebdige, como em muitos trabalhos dos estudos culturais, a forma não é incidental, mas essencial. Confundir um interesse em cultura popular com uma ênfase sociológica sobre o conteúdo é compreender equivocadamente a essência do projeto dos estudos culturais. Em um bem conhecido ensaio, Peter Brooks argumenta pela relevância contínua da poética, definida como o sentido de "não somente o que um texto significa, mas como ele significa" (Levine, 1994, p.161). É precisamente a curiosidade de como as coisas significam que repousa no coração dos estudos culturais. Ao treinar seus olhos sobre obras outrora descartadas como esteticamente indignas, os críticos culturais desafiaram a oposição entre a arte erudita formalmente sofisticada e a cultura de massa baseada

no conteúdo. Atualmente parece óbvio que muitas formas populares, da música *rap* às comédias da TV, dos romances de ficção científica aos filmes sangrentos, se baseiam em uma manipulação sofisticada de convenções estilísticas. Pode alguém assistir um sucesso estrondoso de Hollywood que é orquestrado e publicizado pela natureza espetacular de seus efeitos especiais e ainda acreditar que a cultura popular é primeiramente sobre conteúdo?

É claro, que o pessoal nos estudos culturais também quer falar de política, poder e ideologia. Neste sentido, seus opositores estão certos. Os críticos culturais não acreditam que a arte seja autônoma. Eles veem a arte inserida no mundo em vez de ser transcendente ao mundo. Eles não acreditam que a experiência estética flutua acima das lutas enérgicas e confusas das relações sociais. Mas isto está longe de querer dizer que os estudos culturais não têm interesse em estética. Se por estética compreendemos observar tanto o "como" quanto o "o quê" da construção do símbolo e ponderarmos os prazeres e significados que surgem do "como", então qualquer afirmação dessas está fora de lugar. Existem, de fato, algumas convergências interessantes entre os estudos culturais e a teoria estética contemporânea. Mesmo um olhar apressado para a literatura acadêmica deixa claro que muitos filósofos da arte não têm mais muita fé em um ideal de distanciamento puro e contemplativo. Em vez disso, eles estão caminhando em um movimento que vai, nas palavras de Marcia Eaton, de uma estética kantiana a uma estética contextual. Eaton escreve:

usos 'puros', sem valores ou sem conceitos, de 'beleza' são raros. Certamente, foi um erro para os esteticistas tomar este sentido de beleza como o conceito estético paradigmático _ agir, isto é, como se ao dar uma descrição dele fosse automaticamente dado uma descrição de todas as propriedades estéticas. Muitos, eu apostaria a maioria, dos termos estéticos são 'impuros' - eles refletem, mesmo requerem, crenças e valores: sincero, cheio de suspense, sentimental, raso, sensível, sutil, sexy, sensual, libertino, sórdido, sóbrio, sustentável, habilidoso... e que, é claro, somente arranha a superfície das palavras em -s⁶⁷ ! (2000, p.34)⁴

Certamente, quando tropecei pela primeira vez com os estudos culturais como aluna da graduação, fiquei altamente motivada não porque falava de política _ existem muitas outras abordagens que o faziam _ mas porque traziam um argumento convincente do quão ricas e multifacetadas eram as obras da cultura popular. Forçaram-me a rever algumas das suposições que eu tinha absorvido como

67 Nota da tradutora: No original, os termos 'cheio de suspense', 'raso', 'libertino', 'habilidoso' iniciam com a letra 's', respectivamente, *suspenseful*, *shallow*, *salacious* e *skillful*.

aspirante à aluna de literatura. Frequentemente, meus professores falavam como se eles fossem os únicos guardiães da sensibilidade estética, como se fora dos muros sagrados da academia houvesse somente horror e hediondez. O problema com os departamentos de literatura, eu diria, não é que eles estudam a literatura, mas que eles sempre se veem como tendo o monopólio sobre o que conta como experiência estética.

Há várias razões para esta crença, incluindo a necessidade de justificar o status profissional e a autoridade de alguém ao reivindicar uma forma única de *expertise*. Na verdade, a profissionalização da estética não é necessariamente uma coisa ruim. Mas gera problemas quando os críticos começam a equiparar suas próprias técnicas especializadas de leitura com a estética em si. No auge da Nova Crítica, estudiosos da literatura eram treinados como técnicos da linguagem. Eles cultivavam uma reverência pelas palavras, assiduamente debruçados sobre as obras literárias que eram ricas em ambiguidade, ironia e paradoxo. Apesar de recentes mudanças na profissão, as coisas não mudaram muito. Não nos surpreende o fato de os críticos literários ainda gostarem de obras que recompensam suas próprias proezas profissionais, que são satisfatoriamente indeterminadas, que os permitem escavarem em busca de obscuras alusões a outras obras literárias, que retornam a infinitas releituras.

Ainda, existem, ninguém precisaria dizer, outros aspectos da arte à parte a inovação, a dificuldade, e a pirotecnia verbal. Por exemplo, a literatura foi outrora valorizada por seus enredos de suspense e suas figuras arquetípicas poderosas. Mas, atualmente, ninguém irá longe como mestre em inglês ao se entusiasmar com uma estória excitante. Se olharmos a história da literatura moderna e a crítica profissional, observaremos um desdém fastidioso por um enredo bem feito. Em vez disso, o contar histórias continua a florescer na ala da ficção popular, de onde traz dividendos estupendos para Danielle Steele e Stephen King.

Mais uma vez, enquanto os críticos no passado se entusiasmavam com romances que podiam fazer congelar nosso sangue, arrepiar nossos cabelos, ou nos inspirarem lágrimas copiosas, a profissionalização do estudo literário colocou um fim a tal conversa. Como uma disciplina acadêmica, a crítica literária ensina certas técnicas de interpretação e classifica em alto grau as obras que recompensam tais técnicas. Ensina aos alunos decodificarem as obras de acordo com os parâmetros aceitos e atribuírem um elevado valor para a dificuldade estética. Deixam pouco

espaço para a atenção à emoção, ao excitação, ao escapismo, e a outros aspectos da reação estética que não podem ser avaliados, graduados, e elencados. De fato, os críticos frequentemente argumentam que tais reações não se qualificam, de modo algum, como estéticas. Graças a ideias modernas sobre a primazia da forma e a ligação entre a arte e outros trabalhos artísticos em vez da ligação da arte com a vida, a arte é geralmente definida como o campo de especialistas. Matei Calinescu é refrescantemente franco sobre este ponto: "a verdadeira experiência estética pode ser rara ao ponto de ser estatisticamente irrelevante" (1987, p.228).

Este, então, é o real desafio colocado pelos estudos culturais. Não sua negação à estética, mas sua causa pelas múltiplas estéticas. Insistem que os professores de inglês e outros mediadores culturais não tenham o monopólio sobre a imaginação, a fantasia, a ludicidade, e o prazer na forma. Lutam por desvelar uma duradoura distinção entre a arte autêntica de poucos e o *kitsch* estúpido das massas. John Frow sublinha este ponto quando fala sobre regimes de valores. "O conceito de regime", ele escreve, "expressa uma das teses fundamentais do trabalho dos estudos culturais; que nenhum objeto, nem texto, nem prática cultural tem um significado ou valor ou função necessário ou intrínseco, valor e função são sempre efeitos de relações sociais específicas (e cambiantes, cambiáveis) e mecanismos de significação" (1995, p.145). Em outras palavras, o próprio apelo ao valor estético pressupõe um quadro de referência que define certas propriedades em vez de outras com valiosas esteticamente. Simon Frith coloca a questão mais sucintamente: "os julgamentos de valor só fazem sentido como parte de um argumento e argumentos são sempre eventos sociais" (1996, p.95). Os estudos culturais nos lembram de que existem outros argumentos, outros valores, outros modos de apreciar e discriminar entre obras, que aqueles que reinam na sala de aula.

É, na verdade, altamente irônico que os estudos culturais sejam hoje acusados de negligenciar a beleza. Não é que os estudos culturais proscreveram a beleza, mas a crítica e a teoria moderna. A beleza, como aponta Alexander Nehemas, é uma das ideias desacreditadas na filosofia contemporânea. A história da estética é a história da ascendência do sublime sobre o belo. A arte moderna foi valorizada por ser desoladora, difícil, angustiada, exigente _ mas certamente não por ser bela. Quando Umberto Eco afirma que o valor intemporal da Beleza é "geralmente somente uma máscara para a face mercenária do Kitsch," ele está falando por muitas gerações de críticos (1989, p.216). Em vez de concordar que a

beleza é a verdade e a verdade beleza, os críticos tipicamente defenderam o oposto. Somente o desolador, o feio, o discordante, poderia fazer justiça às cruéis realidades da vida moderna. Enquanto nossa fome por beleza, pelo harmônico, pelas formas bem proporcionais que agradam aos olhos, é saciada na cultura popular, onde nós podemos banquetear nossos olhos com imagens infinitas de Adônises musculosos e pores de sol espetaculares. Mas isto não é um tipo de beleza a qual os acadêmicos da arte prestam muita atenção.

Em seu recente livro *Sobre a Beleza*, Elaine Scarry também desvia o olhar de tais questões. Ao contrário, sua prosa maliciosamente arcaica convoca um mundo gentil inato, aonde somos todos cercados por *objets d'art* requintados; um encontro casual com uma flor gera um momento rilkeano de plenitude inefável; papoulas madrepérola; as pinturas de Matisse, vasos Gallé; deuses tanto do Oriente quanto do Ocidente; danças; cantos de pássaros; Fedro; Nausicaa; o céu azul; as provas matemáticas. É uma descrição curiosamente rarefeita de beleza; o livro de Scarry interdita a agitação da modernidade, o burburinho do mercado, as vozes das mulheres, as pessoas negras, e outros que falaram sobre arte. É como se Duchamp e Disney, o acampamento e o cyberpunk, o muzak e a MTV nunca tivessem acontecido. O desafio é, certamente, pensar o que a beleza pode significar à luz desta história em vez de empurrá-la para longe da vista.

Nem o "nós" de Scarry considerou alguma vez as diferenças, na verdade, confrontos de gosto. Milhões de norte-americanos são encantados com as pinturas de Kinkade de riachos borbulhantes, clareiras florestais, e cabanas cobertas de heras aninhadas ao crepúsculo; de fato, Kinkade ele próprio tornou-se eloquente em relação à qualidade de sua pintura de vida afirmativa em contraste com a feiura, o niilismo, e a irrelevância da arte moderna⁵. É o prazer inspirado pela obra de Kinkade semelhante ao próprio prazer de Scarry em Matisse? Está a beleza somente no olhar do espectador? Ou estão os 10 milhões de consumidores dos produtos de Kinkade sendo enganados pela falsa harmonia do kitsch, como alguns intelectuais argumentariam? As percepções do que é belo nos unem ou nos separam? Estas parecem ser questões cruciais, mas Scarry nunca nem mesmo tenta respondê-las.

Em contraste, o crítico cultural Simon Frith oferece um engajamento mais substancial com as questões de beleza e prazer. Seu livro *Performing Rites* é uma ampla exploração de música popular, seus diversos estilos e gêneros, suas várias

audiências, e as complexas e inexpressíveis emoções que fazem surgir. Como aponta Frith, a apreciação da música popular é cheia de referências ao valor estético. As pessoas sentem apaixonadamente os talentos de artistas e intérpretes em particular; e eles frequentemente lutam por colocar em palavras o efeito poderoso que a música exerce sobre eles. "Nós todos ouvimos a música que gostamos como algo especial, como algo que desafia o mundano, que nos leva 'para fora de nós mesmos', que nos transporta para outros lugares" (1996, p.275). Transcendência, conclui Frith, é um aspecto crucial da experiência musical, mesmo que seja menos sobre a independência das forças sociais do que uma experiência alternativa delas. Enquanto presta uma atenção meticulosa a como a reação musical é emoldurada por diferentes expectativas e contextos de recepção, Frith inflexivelmente se recusa a ver a experiência estética como um mero espelho da identidade social. Ao contrário, ele enfatiza o poder imaginativo, emocional e sensual da música, seu poder de nos transportar, de criar novos registros de percepção e de sentimentos, de nos fazer ver o mundo de modo diferente.

Deste modo, quando Rorty argumenta que os estudos culturais significam o fim do prazer estético e do entusiasmo romântico, ele está completamente enganado. Porque ele equaciona os estudos culturais com desbancar e desmascarar, ele permanece alheio a seus intensos compromissos emocionais, a sua animação, e a seu longo interesse pelo desejo e pelo prazer. Opondo o utopismo romântico à aridez dos estudos culturais, ele parece ignorar a rica veia do pensamento utópico e a insurreição romântica na escrita sobre a cultura popular. Na verdade, quando os estudiosos reclamam que os estudos culturais são sociologia de rotina ou mais uma ciência social árida, eles estão simplesmente revelando sua ignorância em relação à sociologia. Muitos sociólogos odeiam os estudos culturais muito mais do que muitos professores de língua inglesa, reclamando sobre sua falta de rigor, seu distanciamento da política, e sua excessiva confiança na estética e nas formas textuais da evidência. Quase o mesmo pode ser dito sobre a antropologia, a história, e outros campos adjacentes, que geralmente veem os estudos culturais com uma considerável suspeita. (Ver Morley 1998; Ferguson & Golding, 1997; Nelson & Gaonka, 1996).

Qual é, então, o lar dos estudos culturais? Aonde ele pertence? Quero concluir com estas questões porque muito da controvérsia inspirada pelos estudos culturais tem menos a ver com seu conteúdo intelectual do que com brigas por

território. Não tenho qualquer objeção a professores desconstruindo os vídeos de Madonna, assim os críticos argumentam, desde que eles não o façam em meu departamento. Quando pela primeira vez expus os argumentos deste capítulo em *The Chronicle of Higher Education*, o professor de língua inglesa William Dowling escreveu para apontar precisamente isto. "Tenho muitos colegas", ele observa, "que vieram a detestar o modismo vazio dos estudos culturais." Mas, Dowling graciosamente concede, "Nenhum deles está contra o estudo de tais coisas que Felski quer ver serem estudadas _ a música rap, as comédias de TV, os filmes sangrentos _ nos departamentos acadêmicos apropriados.". Em outras palavras, "As universidades norte-americanas estão estruturadas de tal modo que eles já têm departamentos _ antropologia, sociologia, história, comunicações _ que estudam este tipo de coisa em que ela está interessada" (1999, p.B10).

Na verdade, como acabei de apontar, Dowling está errado. Há um grande desacordo sobre qual deveria ser o lugar institucional para os estudos culturais. Uma razão pela qual se enraizaram nos departamentos de língua inglesa é precisamente porque suas preocupações não são idênticas aos métodos tradicionais da antropologia, da sociologia, os estudos de comunicação e similares. Mas o que quero abordar aqui é a suposição de Dowling de que minha visão dos estudos culturais é também uma defesa do departamento de inglês como seu lar natural. Esta crença está equivocada. Tentei mostrar que o estudo da cultura está infundido com conceitos estéticos, mas disso não decorre que os estudos culturais são o futuro dos estudos literários ou que os estudos culturais e literários deveriam tornar-se um só.

Esta visão está se provando imprópria não só para os estudos literários, como Dowling sugere, mas também para os estudos culturais. Quando estudiosos treinados em análise textual decidem se reinventarem como críticos culturais, os resultados não são sempre tão salutares. Inevitavelmente, os velhos hábitos são duros de matar. Cary Nelson (1999) comenta sobre a lamentável exposição dos estudiosos renomeando e reembalando o *close reading* dos textos como estudos culturais sem se importarem com aprender qualquer coisa das tradições do campo. Assim, a influência dos estudos culturais sobre o inglês acompanha uma diluição marcada de suas características como um projeto intelectual distinto. Uma complexa mistura interdisciplinar de teoria social, antropologia, estudos de mídia, e análise textual está lentamente sendo transformada em um subcampo da literatura inglesa,

geralmente abraçada pelos acadêmicos mais familiarizados com Melville do que com Marx ou *Melrose Place*⁶⁸.

O que define os estudos culturais, além disso, não é só seu objeto de análise, mas seus quadros de referência e seus métodos. Há muito tempo, Raymond Williams argumentou que os estudos culturais não eram sobre "isolar o objeto", mas sobre "descobrir a natureza de uma prática e suas condições" (1980, p.47). O que isso significava é que os estudos culturais viam o significado como dinâmico e interativo, forjado sob condições particulares, móveis e abertas a mudanças. Os prazeres, os problemas, e as políticas dos textos não eram gravados para sempre na forma dos textos eles próprios, mas eram criados e recriados no fluxo social do engajamento e da interpretação. Compreendendo cultura como prática significava um vaivém entre os textos e as instituições, a estética e análise social, a semiótica e o poder. O segundo termo nestes pares é frequentemente prejudicado quando a primeira jurisdição para os estudos culturais torna-se os departamentos de inglês. A crítica literária nos fornece modos sofisticados de ler os textos e os signos, mas é um guia improdutivo para os funcionamentos das estruturas, das instituições e sistemas.

Um obstáculo frequente aqui é a dimensão axiológica da crítica literária, sua forte ligação com o texto exemplar. Os críticos operam com frequência com a suposição de que certas obras, por força de suas propriedades formais, podem nos fornecer insights incomparáveis sobre como as coisas realmente são. Quando esta ideia é traduzida para o registro dos estudos culturais, nos leva a estudar atentamente um texto popular na crença de que um *close reading* de uma metáfora ou técnica de câmera irá revelar os segredos do sistema social ou da ideologia dominante. Uma revista ou um filme torna-se um conduto para o *Zeitgeist*. Por exemplo, não é incomum ver uma leitura de dois ou três filmes ser utilizada como evidência de ansiedades penetrantes (atualmente uma palavra bastante favorecida) em relação a gênero e raça. Ainda, em pelo menos alguns casos, tomar uma

68 Nota da tradutora: **Melrose Place**, de acordo com informações da Wikipedia, "foi uma série de televisão norte-americana produzida e exibida pela Fox Broadcasting Company de 1992 a 1999, por sete temporadas. A série se passa no condomínio Melrose, em Los Angeles, onde as vidas de seus locatários se cruzam em diversas situações envolvendo ambição, sexo, traições e até mesmo assassinatos."

Em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Melrose_Place. Acessado em: 19/04/2014. Texto original: "A complex interdisciplinary blend of social theory, anthropology, media studies, and textual analysis is slowly being turned into a subfield of English literature, often embraced by scholars far more familiar with Melville than Marx or Melrose Place." (FELSKI, 2004, p.38).

amostra diferente pode facilmente resultar em uma conclusão dramaticamente diferente.

Georg Levine elege este ponto ao discutir a relação entre a estética e os estudos culturais. Ele utiliza estudiosos como Stephen Greenblatt e Eve Sedgwick para comprar briga sobre história e cultura a partir de uma fraca amostra de obras literárias (1994, p.5-10). Levine está certo ao apontar os problemas de se tentar utilizar o *close reading* deste modo como uma fonte de evidência confiável sobre os fenômenos sociais. As habilidades textuais não são um substituto para o fundamento histórico e o comando do detalhe empírico. Os críticos literários que discorrem sobre política, sociedade, e economia precisam mais do que um conhecimento superficial de como os estudiosos nas ciências sociais falaram sobre tais questões. Levine está errado, entretanto, ao pensar que ele marca um ponto contra os estudos culturais. O que ele claramente não percebe _ e isto é ainda outro exemplo da amnésia que mencionei _ é que os estudiosos nos estudos culturais têm construídos argumentos semelhantes há muito tempo. Um dos modos pelos quais os estudos culturais distinguem-se da ala politizada dos estudos literários é precisamente ao questionarem a visão de que uma única obra pode ser tratada como uma alegoria das relações sociais.

Deixem-me resumir, então, o que vejo como a distinção dos estudos culturais. Primeiramente, baseiam-se em uma ideia antropológica bem como estética de cultura, buscando compreender uma variedade de imagens, textos, estórias, e práticas simbólicas. Tal abordagem não exclui a análise de literatura e da arte erudita, mas requer, de fato, uma consciência das relações e dos fluxos de intercâmbio entre diferentes esferas culturais. Os estudos culturais também ligam as descrições e práticas de textos às análises de poder. Não acreditam que o fazer e o receber da cultura estão livres de interesses, necessidades e lutas sociais. Mas são cautelosos com as grandes teorias do capitalismo, do patriarcado, ou do imperialismo que desprezam os padrões e as práticas da vida cotidiana a uma arrogante distância. Os estudos culturais, no seu melhor, estão meticulosamente atentos ao local, ao contingente e ao conjuntural: isto é, aos modos pelos quais as relações entre os textos, os interesses políticos, e os grupos sociais são formados, apartados e realinhados ao longo do tempo. Os estudos culturais, em sua definição, envolvem um ato de equilíbrio entre o macro e o micro e entre as afirmações concorrentes da análise social e textual.

O que isto sugere, portanto, é que qualquer tentativa de se fazer estudos culturais requer um conhecimento mais do que superficial de diferentes disciplinas e tradições. Não diz respeito a reduzir a estética e a política a uma teoria geral de textualidade. Ao contrário, os estudos culturais se definem em relação às tensões e às influências concorrentes de diferentes campos do conhecimento. Como Cary Nelson coloca, "se você só conhece intimamente uma disciplina, e você opera com segurança dentro de seus princípios, você não é capaz de fazer estudos culturais" (1996, p.64).

O outro lado desta moeda, entretanto, é que os estudos culturais precisam destas outras disciplinas como fontes intelectuais nas quais se basearem. Esta é uma das razões porque me oponho a qualquer tentativa de subsumir os estudos literários em estudos culturais. Tal intrusão ameaça a integridade de um arquivo de importantes obras enormemente influentes e um corpo de comentários longo sobre aquelas obras bem como sobre os problemas gerais da hermenêutica e da interpretação. Os estudos literários e os estudos culturais são campos relacionados, mas são também campos distintos. Faz tão pouco sentido negar as diferenças entre eles quanto faz pensá-los como inimigos implacáveis presos em uma luta por supremacia.

Tendo criticado duramente alguns críticos literários por sua ignorância sobre os estudos culturais, preciso também reconhecer, com toda justiça, a estupidez de alguns críticos culturais sobre a questão da literatura. Certamente, uma tendência influente dentro dos estudos culturais foi transformar a popularidade em uma nova fonte de valor. O valor de um texto é medido unicamente pelo status de seu eleitorado - pessoas jovens, mulheres, a classe trabalhadora, uma noção vagamente definida de "o povo". Como alguns estudiosos no campo apontaram, tal perspectiva logo resulta em problemas. Há mais de um elemento de má fé em um enlace acrítico do popular. Alguns acadêmicos de esquerda parecem acreditar que tal enlace os absolveria de seu papel como intelectuais implicados nas hierarquias e distinções da vida acadêmica. Na verdade, o oposto é verdadeiro; as visões românticas do povo como "mais real", significando autenticidade, espontaneidade, e corpos sensuais, suados e não alienados, meramente testemunham a vida de ardente fantasia dos intelectuais. Os estudos culturais significam levar a cultura popular a sério e sem condescendência, mas não deveriam levar a uma mudança súbita de valor, de tal modo que estudar o popular torne-se um signo de justiça, enquanto a arte erudita é

colocada do lado do conservadorismo e da reação.

Tal visão se baseia em uma compreensão imperfeita das políticas da literatura tanto quanto de uma superestima de suas influências. É difícil convencer-se de que os valores da literatura canônica esforçam-se para fortalecer o *status quo* político ou de que há mais conexão entre conhecer Milton ou Melville e administrar um país ou uma corporação. A arte erudita tem uma relação complexa e frequentemente dissidente das normas sociais; de fato, a literatura moderna é uma importante fonte da sensibilidade boêmia, antiburguesa e crítica que, ao final das contas, deu origem aos estudos culturais. Além do mais, desacreditar a arte erudita como a cultura da classe governante revela não só uma compreensão deficiente da estética, mas também da política e da sociologia. Nas sociedades contemporâneas ocidentais, as relações entre o poder econômico e político e a posse do capital cultural são dificilmente tão diretas. A arte erudita e a arte popular não funcionam como blocos homogêneos e mutuamente exclusivos que são intimamente ligados a interesses específicos de classe. Como aponta John Frow, “a ‘alta’ e a ‘baixa’ culturas não podem mais... serem nitidamente correlacionadas com a hierarquia das classes sociais.” (1995, p.1).

Assim encontro-me na estranha posição de tomar o partido de ambos, dos velhos conservadores e dos jovens turcos⁶⁹. O casamento forçado dos estudos literários e culturais não é bom para nenhum dos lados; depreciará o estudo da literatura e enfraquecerá a vanguarda dos estudos culturais. Isto não quer dizer que os estudiosos individuais não podem trabalhar produtivamente no limite dos dois campos, mas qualquer tentativa sistemática de fundi-los em uma mega disciplina deveria ser evitada. Aqueles que afirmam que a literatura está extinta, que os estudos culturais deveriam ceder o lugar para os estudos culturais, estão comprometidos com o pior tipo de imperialismo disciplinar. É como se os sociólogos estivessem para invadir os departamentos de psicologia para informarem seus professores que a disciplina deles está agora obsoleta, que a psicologia seria daqui para frente um subcampo da sociologia. Nós realmente queremos endossar tal *ethos* corporativo de fusão e aquisições? Tony Bennett (1998a) certamente está

69 Nota da tradutora: “*Jovens Turcos* (em turco: *Jön Türkler*, do francês *Jeunes Turcs*), de acordo com a Wikipedia, era o nome dado a uma coalizão de diferentes grupos que tinham em comum o desejo de reformar o governo e a administração do Império Otomano.”. (1889) Em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Jovens_Turcos. Acessado em: 19/04/2014. Texto original: “*Thus I find myself in the odd position of siding with both the old fogies and the young Turks.*” (FELSKI, 2004, p.40).

correto quando aponta que, retórica altissonante ao contrário, o papel dos estudos culturais não é nem subsumir nem substituir as disciplinas tradicionais.

Qual é, então, o lugar dos estudos culturais? Os estudos culturais são iguais e diferentes à crítica literária, aos estudos da comunicação, à sociologia, à antropologia, e à história. Ao tornarem-se extremamente associados a qualquer um desses campos, os estudos culturais correm o risco de se tornarem tendenciosos e abandonando sua identidade distinta. Meu próprio entendimento é que os estudos culturais continuam a funcionar melhor como um campo interdisciplinar, aonde os professores e os alunos são forçados a confrontar as afirmações de verdade concorrentes de diferentes disciplinas. Bennett explicita bem quando descreve os estudos culturais como uma agência de compensação que estimula o tráfico intelectual entre vários campos nas humanidades e ciências sociais. É dessas alianças e disputas sobre o status e os significados da cultura que os melhores trabalhos de estudos culturais emergem.

É claro, como um empreendimento interdisciplinar, o destino permanente dos estudos culturais é ser criticado pelos historiadores por não serem suficientemente históricos, pelos sociólogos por não serem suficientemente sociológicos, e pelos críticos literários por não serem suficientemente interessados na literatura. Além disso, as pessoas nos estudos culturais discordam apaixonadamente sobre seus objetivos e métodos, sobre os méritos do textual versus a análise social, e sobre os significados e o mérito da cultura popular. Ainda, enquanto os estudos culturais podem significar muitas coisas diferentes, há limites para o que podem significar. Estudos culturais tornou-se um termo de abuso e um termo muito abusado nas guerras da cultura norte-americana. Tentei mostrar que os estudos culturais não são nem bestiais nem insensíveis ao estilo e à forma como seus detratores frequentemente compreendem. Se pudermos chegar a um uso mais cuidadoso e circunspecto do termo "estudos culturais", _ e uma prática mais cuidadosa e circunspecta dos estudos culturais _ então, eu, por exemplo, viverei feliz para sempre⁶.

NOTAS

Este capítulo baseia-se em material primeiramente publicado em um breve artigo em *The Chronicle of Higher Education*, intitulado (não por mim) "Os acadêmicos que desprezam os estudos culturais não sabem do que estão falando", de 23 de julho de

1999.

1. Para uma breve história do pânico moral norte-americano sobre os estudos culturais e uma discussão interessante dos estudos culturais “o problema das relações públicas”, ver Rodman, 1997.
2. Para uma avaliação desta consideração como ela se aplica às abordagens feministas da literatura, ver de Felski *Literature After Feminism* (2003a).
3. Uma análise pertinente deste fenômeno pode ser encontrada em "*Always Already Cultural Studies: Two Academic Conferences and a Manifesto*" de Cary Nelson (1997).
4. Um volume tal como *A Companion to Aesthetics*, editado por David Cooper (1992), dá um claro sentido do registro cambiante de muita da teoria estética. Um bom exemplo da convergência entre a estética e os estudos culturais é, é claro, o importante *Pragmatist Aesthetic* de Richard Shusterman (1992).
5. Ver, por exemplo, Orlean, "Art for Everybody" (2001).
6. Quero sublinhar que este capítulo teve a intenção de esclarecer o significado do termo "estudos culturais". (Para outra tentativa, ver '*Modernist Studies and Cultural Studies*,' 2003b). Enquanto tenho muita simpatia pelo projeto dos estudos culturais, minha questão não é defender a superioridade dos estudos culturais vis-à-vis outros métodos críticos, mas encorajar um reconhecimento mais lúcido de suas diferenças.

REFERÊNCIAS

BENNETT, Tony. "Cultural Studies: A Reluctant Discipline." **Cultural Studies** 12(4): 528–45, 1998a.

_____. **Culture: A Reformer's Science**. London: Sage, 1998b.

BLOOM, Harold. **The Western Canon: The Books and School of the Ages**. New York: Riverhead, 1994.

BRAND, Peggy, ed. **Beauty Matters**. Bloomington: Indiana University Press, 2000.

BROOKS, Peter. "Aesthetics and Ideology – What Happened to Poetics?" In **Levine** 1994: 153–67, 1994.

CALINESCU, Matei. **Five Faces of Modernity: Modernism Avant-Garde Decadence Kitsch Postmodernism**. Durham, NC: Duke University Press, 1987.

CLARK, Michael, ed. **The Revenge of the Aesthetic: The Place of Literature in Theory Today**. Berkeley: University of California Press, 2000.

COOPER, David, ed. **A Companion to Aesthetics**. Oxford: Blackwell, 1992.

- DONOGHUE, Denis. **Speaking of Beauty**. New Haven: Yale University Press, 2003.
- DOWLING, William C. "Cultural Studies versus Literary Studies." (Letter to the Editor.) **The Chronicle of Higher Education**, Sept. 17, 1999: B10.
- EATON, Marcia. "Kantian and Contextual Beauty." In **Brand 2000**: 27–36, 2000.
- ECO, Umberto. 1989. **The Open Work**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1989.
- ELLIS, John. **Literature Lost: Social Agendas and the Corruption of the Humanities**. New Haven: Yale University Press, 1997.
- FELSKI, Rita. **Literature After Feminism**. Chicago: University of Chicago Press, 2003a.
- _____. "Modernist Studies and Cultural Studies." **Modernism/Modernity**10(3): 501–17, 2003b.
- FERGUSON, Marjorie and Peter Golding, eds. **Cultural Studies in Question**. London: Sage, 1997.
- FRITH, Simon. **Performing Rites: Evaluating Popular Music**. New York: Oxford University Press, 1996.
- FROW, John. **Cultural Studies and Cultural Value**. Oxford: Oxford University Press, 1995.
- HEBDIGE, Richard. **Subculture: The Meaning of Style**. London: Methuen, 1979.
- HELLER, Scott. "Wearying of Cultural Studies, Some Scholars Rediscover Beauty." **The Chronicle of Higher Education**, Dec. 4, 1998: A15–16, 1998.
- JOHNSON, Lesley. **The Cultural Critics: From Mathew Arnold to Raymond Williams**. London: Routledge, 1979.
- JOHNSON, Richard. "What is Cultural Studies Anyway?" **SocialText**16:36–80, 1986–7.
- KERNAN, Alvin. **The Death of Literature**. New Haven: Yale University Press, 1990.
- LEVINE, George, ed. **Aesthetics and Ideology**. New Brunswick, NJ: Rutgers University Press, 1994.
- MORLEY, David. "So-called Cultural Studies: Dead Ends and Reinvented Wheels." **Cultural Studies** 12(4): 476–97, 1998.
- MULHERN, Francis. **Culture/Metaculture**. London: Routledge, 2000.
- NELSON, Cary. "Literature as Cultural Studies." In **Nelson & Gaonkar** 1996:63–102,

1996.

_____. "Always Already Cultural Studies: Two Academic Conferences and a Manifesto." In **Manifesto of a Tenured Radical**. New York: New York University Press, 1997.

_____. "The Linguisticity of Cultural Studies: Rhetoric, Close Reading and Contextualization." In **Rosteck 1999**: 211–25, 1999.

_____ and Dilip Parameshwar Gaonkar, eds. **Disciplinary and Dissent in Cultural Studies**. New York: Routledge, 1996.

ORLEAN, Susan. "Art for Everybody." **The New Yorker**, Oct. 15: 124–30, 2001.

PERLOFF, Marjorie. "In Defense of Poetry: Put the Literature Back into Literary Studies." **Boston Review** 24(6) (Dec. 1999–Jan. 2000): 22–6, 2000.

RODMAN, Gilbert R. "Subject to Debate: (Mis)Reading Cultural Studies." **Journal of Communication Inquiry** 21(2): 56–69, 1997.

RORTY, Richard. "The Inspirational Value of Great Works of Literature." In **Achieving Our Country: Leftist Thought in Twentieth-Century America**. Cambridge, MA: Harvard University Press, pp. 125–40, 1998.

ROSTECK, Thomas, ed. **At the Intersection: Cultural Studies and Rhetorical Studies**. New York: Guilford, 1999.

SCARRY, Elaine. **On Beauty and Being Just**. Princeton: Princeton University Press, 1999.

SHUSTERMAN, Richard. **Pragmatist Aesthetics: Living Beauty, Rethinking Art**. Oxford: Blackwell, 1992.

SODERHOLM, James, ed. **Beauty and the Critic: Aesthetics in an Age of Cultural Studies**. Tuscaloosa: University of Alabama Press, 1997.

STEINER, Wendy. **Venus in Exile: The Rejection of Beauty in Twentieth-Century Art**. New York: Free Press, 2001.

WILLIAMS, Raymond. **Problems in Materialism and Culture**. London: Verso, 1980.